Título: Relatório de Consulta Pública

Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente
Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental

Divisão de Cidadania Ambiental
Rita Cardoso

Data: dezembro de 2023

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 3

2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA 3

3. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA 3

4. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO 3

5. ANÁLISE CONSULTA PÚBLICA 4

ANEXO I

- Exposições recebidas

INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de Outubro, na sua redação atual (RJAIA) procedeu-se à Consulta Pública do projeto "Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve".

O proponente é a Águas do Algarve – Grupo Águas de Portugal.

.

• PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

A Consulta Pública decorreu durante 30 dias úteis, de **6 de novembro a 19 de dezembro de 2023**.

• DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA

A documentação, relativa ao processo, foi disponibilizada para consulta nos seguintes locais:

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
- Câmara Municipal de Albufeira e Loulé

Encontrando-se, também, disponível para consulta em www.apambiente.pt e em WWW.PARTICIPA.PT.

• MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO

A publicitação da documentação, relativa ao processo, foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios na CCDR Algarve e Câmaras Municipais de Albufeira e Loulé;

- Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social;
- Divulgação na Internet no site da Agência Portuguesa do Ambiente e no portal PARTICIPA.PT;
- Envio de comunicação às ONGA constantes no RNOE;
- Envio de comunicação a entidades.

ANÁLISE DA CONSULTA PÚBLICA

Durante o período de Consulta Pública foram recebidas **214 exposições** provenientes das seguintes entidades e particulares:

- Direção-Geral do Território;
- Turismo de Portugal;
- Autoridade Nacional da Aviação Civil;
- Câmara Municipal de Loulé (analisado como parecer externo no Parecer da CA);
- Câmara Municipal de Albufeira (analisado como parecer externo no Parecer da CA);
- Eleitos do PSD/CDS na Assembleia Municipal de Albufeira;
- Zero – Associação Sistema Terrestre Sustentável;
- Quercus;
- SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudos das Aves;
- LPN – Liga para a Proteção da Natureza;
- Almargem – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve;
- PAN – Algarve;
- PROBAAL – Grupo para a Defesa do Ambiente;
- Glocal Faro;
- A Nossa Terra – Associação Ambiental;
- Cívis – Associação para o Aprofundamento da Cidadania;
- Al – Bio – Associação Agroecológica do Algarve;
- Sciaena;
- Pas – Plataforma Água Sustentável;
- AZU – Associação Ambientalista;
- OlhãoPesca – Organização de Produtores de Pesca do Algarve C.R.L;
- QUARPESCA;
- SEACLIFF – Compra e Venda de Imóveis, S.A.;
- 189 Cidadãos.
- 1 Participação acompanhada por um abaixo-assinado subscrito por 107 cidadãos;
- 1 Cidadão (anexa participação que não se enquadra no âmbito do projeto em avaliação).

A **Direção-Geral do Território** refere o seguinte:

- O projeto em análise não interfere com nenhum vértice geodésico pertencente à Rede Geodésica Nacional (RGN), nem nenhuma marca de nivelamento pertencente à Rede de Nivelamento Geométrico de Alta Precisão (RNGAP). Sendo assim, não constitui impedimento para as atividades geodésicas desenvolvidas pela Direção-Geral do Território (DGT).
- A cartografia topográfica, vetorial ou imagem, nas escalas entre 1:1 000 e 1:10 000, e também na escala 1:25 000, deve ser homologada ou oficial, cf. preconizado no Decreto-Lei 193/95, de 28 de julho, na sua atual redação. A utilização de cartografia topográfica sujeita a direitos de propriedade carece de autorização de utilização pela respetiva entidade.
- A representação dos limites administrativos deve ser realizada recorrendo à Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) em vigor, disponível na página de internet da DGT.

Face ao exposto, o parecer da DGT é favorável, no pressuposto do cumprimento no que se refere à cartografia e aos limites administrativos.

O **Turismo de Portugal** refere o seguinte:

- São abrangidos espaços de recursos naturais e de equilíbrio ambiental, Espaços urbanizáveis e zona proposta para Equipamentos coletivos e infraestruturas de apoio do PDM de Albufeira (RCM n.º 43/95, de 4 de maio, alterado pelas Deliberações n.ºs 2545/2007 e 2544/2007, de 28 de dezembro e n.º 871/2008, de 25 de março, retificado pela Deliberação n.º 2818/2008, de 27 de outubro e alterado pelo Aviso n.º 12779/2015, de 2 de novembro, pela declaração n.º 77/2021, de 23 de julho, e pelo Aviso n.º 12143/2022, de 17 de junho). O EIA conclui que a instalação do projeto é compatível com os espaços interferidos, seja qual for a alternativa adotada, e que é possível compatibilizar o projeto com as condicionantes existentes (RAN e REN), para ambas as alternativas.
- O projeto está inserido dentro da "Faixa de Proteção aos Usos Comuns" e numa "Área potencial para recreio, desporto e turismo" do Plano de Situação de Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional (PSOEM), publicado pela RCM n.º 203-A/2019, de 30 de dezembro. O EIA conclui que o uso proposto não compromete o recreio, desporto e turismo, nem o património natural e paisagístico, e é conciliável com a maior parte das atividades de recreio, desporto e turismo, uma vez que a sua ocupação do meio será feita maioritariamente ao nível do fundo marinho, (ainda que com possíveis restrições nas proximidades imediatas dos troços offshore dos circuitos de captação e rejeição, a serem detalhadas nos Plano de Assinalamento Marítimo para as fases de construção e operação).
- Tendo por base a informação do SIGTUR 2 - Sistema de Informação Geográfica do Turismo foi considerado um buffer de cerca de 1.000m dos limites da área intervencionada da parcela da Estação de dessalinização (incluindo a UPAC), verificando-se existirem 5 ET existentes (total de 180 camas/utentes), 21 estabelecimentos de AL (total de 111 utentes) e 1

estabelecimento de agente de animação turística. Perspetivam-se 3 ET com parecer favorável (626 camas/utentes). Os ET mais próximos estão a cerca de 500m da Estação de dessalinização. Na envolvente da Estação Elevatória existem 2 ET (total de 664 camas/utentes), estando o mais próximo a cerca de 575m, 85 AL (total de 363 utentes), 9 estabelecimentos de agente de animação turística e 1 marina existente.

- Na envolvente de 200m das condutas onshore (área de estudo) são abrangidos 2 ET existentes (1 dos quais integrando a área de um projeto reconhecido como PIN), com total de 926 camas, e 2 projetos de ET apreciados favoravelmente pelo TdP, com total de 78 camas/utentes, sendo estes últimos atravessados pelo traçado da alternativa 2, que é também o traçado contíguo a 3 dos ET existentes.
- A Estação de Dessalinização de Água do Mar (EDAM) é um projeto que contribuirá para o reforço do sistema de abastecimento público de água do Algarve que enfrenta recorrentemente problemas de escassez de água, potencialmente agravados com o aumento do consumo associado à época alta do turismo, no Verão. Deste modo, perspetiva-se uma produção de água dessalinizada de 64.800m3/dia (no ano de horizonte de projeto), correspondente ao consumo diário de cerca de 352.174 pessoas3 (cerca de 75% da população residente no Algarve, em 2021), salientando-se a importância da implementação deste projeto do ponto de vista do turismo.
- Relativamente aos impactes ambientais do projeto (na fase de construção e exploração) salienta-se, do ponto vista do turismo, os que se relacionam com a paisagem, socioeconomia (ET, praias e atividade náutica associada à marina de Vilamoura) e com a qualidade da água nas praias balneares mais próximas do ponto de descarga efluente hipersalino a libertar no mar. Assim, considera-se de salientar a importância de serem adotadas as medidas de mitigação e monitorização propostas no EIA, cumprindo referir:
    - O EIA prevê a elaboração do Plano de Integração Paisagística em fase de Projeto de Execução e estabelece a minimização do impacte dos novos edifícios na paisagem privilegiando a instalação de vegetação e a utilização de materiais de construção característicos na região, contudo considera-se que acrescidamente deverá constar, entre as medidas mitigadoras, a necessidade de o projeto de arquitetura da EDAM e da EE serem arquitetonicamente valorizadores da paisagem promovendo uma correta integração na envolvente (no caso da EE4, que poderá ter de se implantar num plataforma elevada por se localizar numa zona ameaçada por cheias segundo o PDM de Albufeira, incluindo a minimização do declive e impacte do eventual aterro e a visibilidade a partir da praia e do mar);
    - É estabelecida na medida MM (FPE) 11, relativamente ao Projeto de Execução da Integração Paisagística da UPAC, apenas o requisito de assegurar 'a instalação de vegetação no limite norte do terreno (junto à estrada municipal M526) '. Considera-se que, acrescidamente, deverá estabelecer-se a necessidade de ser criada uma cortina arbórea

em toda a extensão da envolvente da UPAC tendo em vista a minimizando do impacte refletor dos painéis fotovoltaicos;
  - Na fase de Pré-Construção será elaborado um Plano de Mitigação de Afetações concertado com os concessionários das zonas balneares potencialmente afetadas 5. Considera-se que este Plano de Mitigação de Afetações deverá, se possível, ser alargado à entidade exploradora da marina de Vilamoura;
  - No Tomo 4 do Volume I, na MMG (FC) 27 acrescentar entre os recetores sensíveis os empreendimentos turísticos;
  - No Tomo 4 do Volume I, nos pontos 2.2.1.1.2 e 2.3.1.1 (pg. 18 e 24), considera-se que se deverá prever pelo menos uma estação de de monitorização do ruído a sul da EDAM;
- As atividades turísticas são predominantes na área de estudo, nomeadamente destacando-se a presença de elevado número de estabelecimentos de alojamento turístico, de apoios de praia e das respetivas áreas de estacionamento e da pista das Açoteias, assim como a ETAR de Pinhal do Concelho, bem como parte das praias da Falésia e da Rocha Baixinha, onde se prevê que os circuitos entrem no mar.
- Foram identificados 2 recetores sensíveis perto do traçado dos circuitos da Alternativa 2 e que se considera que poderão sentir incomodidade durante a fase de construção. Foram ainda identificados os recetores sensíveis que estão nas imediações da EDAM e da UPAC e que poderão sentir alguma incomodidade associada ao ruído que possa surgir durante a fase de exploração.
- O EIA recomenda a opção pela alternativa 1 com fundamento de possuir um traçado dos circuitos onshore que gerará afetações menos significativas a nível socioeconómico durante a obra, implicando menor interferência com habitações e atividades económicas e que seja assegurado o cumprimento da totalidade das medidas e programas preconizados no presente Estudo.
- No que se refere às alternativas apresentadas cumpre salientar que, do ponto de vista do turismo, se concorda com as conclusões do EIA, considerando-se melhor a alternativa 1 do circuito de captação e elevação de água do mar, cujo traçado acompanha globalmente a ribeira de Quarteira e é mais distante de ET existentes ou com parecer favorável do TdP, de acordo com a informação disponível no SIGTUR. Alerta-se, contudo, que o EIA deveria ter recorrido ao SIGTUR para efeitos do levantamento dos estabelecimentos de alojamentos turístico existentes na envolvente do projeto, complementado com a informação da oferta turística perspetivada obtida junto das Câmaras Municipais.
- Concorda-se com a elaboração de um Plano de Integração Paisagística das Obras, de um Plano de Gestão Ambiental (salientando-se a medida de mitigação relativa à implantação dos estaleiros, cuja localização não foi identificada, que indica não deverem implantar-se, nomeadamente, na proximidade de áreas urbanas e/ou turísticas, zonas sensíveis em termos paisagísticos ou de proteção do património), bem como de Planos de

Assinalamento Marítimo para as fases de construção (assinalamento temporário) e operação (assinalamento definitivo).

Assim, face do exposto e considerando a informação disponível naquele Instituto, verifica-se que o projeto da Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve é de grande importância do ponto de vista do turismo, devendo implementar-se as medidas mitigadoras previstas e planos de monitorização considerando as questões indicadas.

Concorda, ainda, com as conclusões do EIA, defendendo, do ponto de vista do turismo, a opção pela alternativa 1 do circuito de captação e elevação de água do mar, por ter menores impactes na fase de construção sobre os Empreendimentos Turísticos existentes e perspetivados.

A **Autoridade Nacional de Aviação Civil** informa o seguinte:

- A zona em estudo, no concelho de Albufeira (União de freguesias de Albufeira e Olhos de Água), encontra-se parcialmente abrangida (a Leste) pela "Zona 7 (superfície horizontal exterior)" da servidão do Aeroporto de Faro, a que se refere o Decreto-Lei n.º 51/80 de 25 de março, não sendo abrangida por qualquer outra servidão aeronáutica civil ou zona de proteção de aeródromos civis certificados, nem por áreas de proteção de pista para ultraleves aprovadas pela ANAC.
- Não se encontra nas proximidades de pontos de scooping.
- Tendo em consideração o tipo de intervenção e as cotas a que se desenvolve, não se verificará qualquer interferência com a Zona 7, já que nesta zona apenas carecem de parecer as construções que, simultaneamente tenham mais de 30 m de altura do solo e se elevem acima da cota absoluta de 160 m.

Assim, e face ao exposto, a ANAC nada tem a obstar ao projeto.

A **Zero** refere o seguinte:

- O projeto em análise tem como objetivo principal a diversificação das origens da água para o abastecimento público, aumentando assim a oferta. No entanto, esta solução acarreta custos económicos e ambientais significativos, nomeadamente o aumento do custo da água, a elevada emissão de GEE por via do consumo de energia, riscos de contaminação de solos com águas salgadas, libertação em grandes quantidades de salmoura e subprodutos do processo de dessalinização para o meio hídrico marítimo, afetação de habitats prioritários, entre outros.
- Contudo, existem omissões importantes que não permitem uma justificação do projeto, dada a falta de caracterização das necessidades e avaliação de alternativas. Outras mais omissões e a informação incongruente encontram-se referidas no parecer em anexo, não permitindo aferir se o projeto é capaz de cumprir o seu pressuposto de forma eficaz e eficiente.

- As perdas significativas existentes nos ramais de abastecimento da região do Algarve são equivalentes aos volumes de água tratada produzida pela EDAMA, no entanto, as medidas previstas para melhorar a eficiência têm uma eficácia reduzida.
- Na ausência de limitações claras ao consumo de água pelo principal setor utilizador dos recursos hídricos, questiona-se os benefícios e quem são os verdadeiros beneficiários daquela solução, uma vez que os custos da implementação e o impacte nas tarifas junto do consumidor estão omissos no EIA apresentado. O abastecimento público é prioritário, sendo que o EIA parece assumir que o mesmo está em risco sem oferecer uma justificação. As dinâmicas de consumos pintam uma realidade em que é o setor agrícola, no modelo de regadio dominante, que impulsiona a procura, o que pode levar a que seja este o principal beneficiário do reforço da oferta, visto que existe uma partilha de origens. Antevê-se, pois, um contexto em que os cidadãos ficarão a depender de uma solução mais onerosa que terão de suportar, por via tarifária, ou indiretamente com a subsidiação pública continuada do sistema.
- Os ganhos feitos por mais 13 a 18hm3 de reforço podem ser rapidamente perdidos devido à intensificação agrícola no modelo corrente: indiretamente, a dessalinizadora poderá estar, na realidade, a favorecer a expansão do regadio no território, numa transferência do investimento público e dos recursos para os agentes financeiros privados que dominam o tipo de regadio dominante.
- A situação de Espanha pode ser uma referência a considerar, sendo que as dezenas de Estações de Dessalinização e a diversificação de origens de água não promoveram uma resiliência face à escassez hídrica, num palco de expansão desenfreada do regadio.

A ZERO refere que considera a dessalinização uma via importante no contexto da região do Algarve, mas é necessário que o projeto se robusteça em termos de avaliação. As lacunas importantes do EIA obrigam a um maior rigor através de uma reavaliação que elimine as graves insuficiências detetadas.

A **Quercus** refere o seguinte:

- O projeto prevê o encaminhamento direto da salmoura para os ecossistemas marinhos sem qualquer tratamento, através de uma conduta com cerca de 1,8 km. Está projetado que esta conduta seja equipada com 10 difusores na sua seção terminal, espaçados cerca de 5 metros entre si. Se a salmoura não se misturar adequadamente com a água do mar, pode levar a uma concentração localizada de salinidade elevada, agravando os impactes esperados.
- A hipersalinidade causada pela salmoura reduz a quantidade de oxigénio dissolvido na água, podendo mesmo criar hipoxia, com impactes nos organismos aquáticos, que podem traduzir-se em efeitos ecológicos observáveis ao longo de toda a cadeia trófica.

- No caso de vertido com difusores a grande velocidade, normalmente o comportamento na zona do ponto de descarga considera-se independente das condições do medio recetor (batimetria, estratificação, correntes, etc.). No entanto, a determinada distância deste ponto produz-se o colapso do movimento e turbulência associada ao vertido, a salmoura deposita-se (afunda-se) devido à sua maior densidade, formando uma pluma hipersalina que avança como corrente densa sobre o leito marino. A pluma hipersalina de salmoura pode deslocar-se a grandes distâncias sem qualquer diluição, afetando espécies longe da zona de descarga.
- A presença de um fluido hipersalino pode modificar ainda o coeficiente de reflexão da luz filtrada, provocando a formação de uma neblina que dificulta a passagem de luz, afetando a fotossíntese das espécies marinas vegetais.
- Este efeito acentua-se com a turbulência provocada pelo vertido. A Salmoura contém também vários produtos químicos, aditivos, utilizados tanto na etapa de pré como post tratamento e na limpeza das membranas. Alguns destes compostos, como biocidas, detergentes, anti-incrustantes e anti-espumantes, podem gerar danos nos ecossistemas marinhos, nomeadamente na população microbiana e plâncton.
- Face aos impactes previstos, considera-se que em caso algum a aplicação de métodos de diluição justifica o vertido direto da salmoura no mar, uma vez que não garante a ausência de risco ambiente para os ecossistemas marinhos e contradiz o princípio da precaução.
- Reforça-se, ainda, com o princípio fundamental da Década da ONU de Restauração dos Ecossistemas 2021-2030 e da Década da ONU da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável 2021-2030, que visa "Proteger os ecossistemas dos impactos da poluição da água, do ar e de outras fontes".
- Considera-se, por isso, indispensável aplicar sistemas de gestão eficazes da salmoura. É imperiosa a necessidade de gerir os nossos recursos de forma eficiente e sustentável, caminhando para uma economia circular.
- A salmoura é, atualmente, considerada um recurso valorizável que não foi avaliada incompreensivelmente no projeto.
- Existem, nos dias de hoje, várias Tecnologia e processos de Valorização de Salmouras que poderiam ser replicadas no projeto e assim aumentar a sustentabilidade do processo de dessalinização, reduzindo os impactes negativos previstos durante a exploração da Estação de Dessalinização:
    - Recuperação de produtos químicos (mineração da salmoura);
    - Produção de energia a partir do gradiente salino;
    - Captura e utilização de CO2.
- O consumo energético da Estação de Dessalinização é considerável, apesar de minimizado com recurso a energias renováveis (central fotovoltaica). Este projeto implica necessariamente emissões de GEE, o que contraria os objetivos da neutralidade carbónica assim como o combate contra as alterações climáticas.

Assim, refere que a construção da estação de dessalinização, sendo extemporânea, deverá ser considerada como uma opção de último recurso.

A **SPEA** refere o seguinte:

- Instalar estações de dessalinização em regiões afetadas pela seca pode parecer uma solução imediata para a falta de água. No entanto, muitas vezes, essa abordagem não é a mais eficaz em termos de recursos, financeiros e outros aspetos. Torna-se crucial reduzir as perdas de água nas redes de abastecimento público, promover a reutilização das águas residuais, diminuir o consumo através de práticas adequadas, elaborar planos para lidar com a seca, melhorar a retenção, entre outras medidas.
- No setor agrícola, também há várias adaptações possíveis para implementar práticas sustentáveis, como o uso de sistemas de irrigação mais eficientes e o cultivo de culturas adaptadas ao clima local, contribuindo assim para a preservação desse recurso.
- Uma abordagem integrada na gestão da água deve incluir medidas de conservação, educação da comunidade sobre o uso responsável da água e a formulação de políticas que incentivem práticas sustentáveis nos setores agrícola, industrial e doméstico.
- A implementação de tecnologias avançadas, como estações de dessalinização ou métodos de captura de carbono, sem uma análise profunda do contexto, das dinâmicas sociais e das implicações a longo prazo, pode resultar em efeitos colaterais não previstos e impactos adversos.
- A avaliação dos impactes do projeto, em análise, nos ecossistemas marinhos é insuficiente e desvaloriza os potenciais impactes, nomeadamente:
    - A localização do projeto em área com alta atividade sísmica.
    - Os impactes resultantes do descarte direto da salmoura nos ecossistemas marinhos.
    - A proximidade a Áreas Marinhas Protegidas.
    - O impacte na qualidade da água para atividades recreativas e de lazer.
- Quanto à aquisição de dados utilizados neste estudo, uma parte considerável, especialmente relacionada com as comunidades biológicas marinhas, é proveniente de estudos bibliográficos bastante antigos. Embora a revisão bibliográfica seja necessária e útil em qualquer Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), para um projeto desta magnitude e com os possíveis impactes, os dados nos quais a AIA se baseia deveriam resultar de estudos específicos para este projeto, especialmente devido à dinâmica dos ecossistemas marinhos envolvidos.
- A Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve, ao contrário do que foi concluído na AIA, acarreta um prejuízo significativo para os objetivos ambientais [cf. Artigo 17 do Regulamento (UE) No 2020/852, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho], que incluem: A mitigação das mudanças climáticas; A adaptação às mudanças climáticas; O uso sustentável e a proteção dos recursos hídricos e marinhos; A transição para uma economia

circular; A prevenção e o controle da poluição; A proteção e a restauração da biodiversidade e dos ecossistemas. E não considera a Diretiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a Diretiva das águas balneares.

- A dessalinização é um processo que remove sal e outros minerais da água do mar para produzir água doce, abordando a escassez de água em regiões onde os recursos de água doce são limitados. Embora forneça uma fonte alternativa de água, também está associado a vários impactes ambientais:
    - Consumo de energia: A dessalinização é um processo que consome muita energia. A maioria das estações de dessalinização usa processos térmicos ou processos baseados em membrana (como osmose reversa). Ambos os métodos requerem uma quantidade significativa de energia, muitas vezes proveniente de combustíveis fósseis, conduzindo a emissões de gases com efeito de estufa e contribuindo para as alterações climáticas.
    - Descarte de salmoura: O processo de dessalinização gera uma solução concentrada de salmoura como subproduto, contendo altos níveis de sal e outros produtos químicos. Descartar esta salmoura de volta ao oceano pode prejudicar a vida marinha e os ecossistemas, alterando os níveis de salinidade e afetando potencialmente a flora e a fauna locais.
    - Captação de Organismos Marinhos: As estações de dessalinização muitas vezes captam água do mar para o processo de dessalinização, arrastando inadvertidamente organismos marinhos (plâncton, larvas de peixes, etc.) através das estruturas de captação. Isto pode prejudicar as populações marinhas locais, perturbando o equilíbrio do ecossistema.
    - Impacte nos ambientes costeiros: A construção e operação de centrais de dessalinização pode afetar os ambientes costeiros. A construção pode perturbar habitats, alterar linhas costeiras e exigir um extenso desenvolvimento de infra-estruturas que tenha impacte nas paisagens naturais.
    - Emissões de carbono: Além do consumo de energia durante a operação, a produção de materiais necessários para estações de dessalinização (como membranas para osmose reversa) e máquinas de construção também contribui para as emissões de carbono.
    - Custo Elevado: embora não seja um impacte ambiental em si, o elevado custo de construção e operação de centrais de dessalinização pode desviar fundos do investimento em métodos de abastecimento e conservação de água mais sustentáveis e ecológicos.

Face ao exposto, a SPEA manifesta a sua oposição ao projeto em análise.

A **LPN** refere o seguinte:

- O projeto apresenta uma eficácia questionável, pois consiste num investimento de cerca de 50 milhões de euros para produzir abastecimento

de água para 100.000 habitantes/ano (o Algarve tem mais de 230.000 na chamada época baixa).

- Existem uma série de questões que não foram objeto de uma avaliação de impactes ambientais, pelo menos uma avaliação completa e detalhada, o que representa uma falha grave num documento que pretende constituir-se como um EIA.
    - A descarga do efluente de rejeição da salmoura no mar que contém para além do sal extraído, produtos químicos inorgânicos, orgânicos, metais pesados e ainda um elevado teor em microrganismos;
    - A descarga do efluente de rejeição da salmoura no mar a apenas 1,8 Km de distância da costa;
    - Possíveis impactes em áreas protegidas de elevada proximidade, como o Parque Natural da Ria Formosa ou o Parque Marinho da Pedra do Valado;
    - O impacte da sucção no fito e zooplâncton e consequente impacte no recrutamento;
    - Os efeitos da descarga na zona bentónica e possíveis eventos de depleção de oxigénio;
    - Os efeitos da temperatura do efluente que está cerca de 6ºC acima da temperatura média da zona de descarga;
    - Os impactes na ribeira de Quarteira provocados pelo protocolo de descarga de emergência ou por ruturas acidentais das condutas;
    - A emissão de gases poluentes para a atmosfera associada ao tipo de energia de origem fóssil utilizada.
- O ruído encontra-se entre os principais impactes gerados pelo funcionamento da estação, aos quais se junta a mortalidade de aves por colisão com as linhas de elétricas de abastecimento de energia. No entanto, estes dados não foram avaliados.
- Não existe uma análise abrangente de possíveis impactes para a saúde pública, associados à contaminação provocada pelo efluente de descarga, à fase de construção ou a eventos que correspondam a descargas de emergência na ribeira de Quarteira.
- Foram também negligenciadas questões como alterações sociais na região de implementação do projeto, impactes sobre possíveis perdas de terrenos rurais, tendência para a urbanização da região, alterações sociais e económicas das comunidades limítrofes ao projeto, impactes paisagísticos nas zonas de falésia, praia, ribeira de Quarteira e Parque Ambiental de Vilamoura, cuidando do impacte nas praias da Falésia e Rocha Baixinha que têm enorme relevância turística.
- O projeto apresenta também a dessalinizadora como uma forma de garantir água ao consumidor doméstico. No entanto, não avalia o previsível impacte futuro da transferência de um direito dos cidadãos portugueses, o do acesso a água potável, para o domínio público-privado. Mais, procura desvalorizar o facto de este projeto representar água de pior qualidade com um custo de produção mais elevado, face à tratada proveniente das barragens e aquíferos,

ser destinada ao consumidor doméstico em vez de se utilizada para a rede regante ou industrial.

- Os impactes cumulativos estão subavaliados.
- Embora tal não se aplique em casos de projetos de superior interesse público, o projeto encontra-se maioritariamente em áreas do Domínio Público Hídrico, Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional. Acresce o facto de abranger zonas com interesse arqueológico relevante, uma vez que existem vestígios de ocupação pré-histórica e romana. Observam-se também diversas construções antigas de cariz rural associadas à exploração agrícola da várzea da ribeira de Quarteira, com importante interesse histórico ou cultural.
- A construção da Estação de Dessalinização é ainda contraditória com várias Diretrizes da União Europeia, não promovendo a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve. Embora o estudo do projeto considere 3 diretivas de elevada importância, ou seja as Diretivas Habitat, AIA e Água (Diretiva Quadro da Água, DQA), o estudo do projeto não considera relevante a avaliação do impacte a nível a Diretiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Diretiva das águas balneares, além de falhar em absoluto na AIA, levando a menosprezar os requisitos e pressupostos das restantes diretivas.

Face ao exposto, a Liga para a Proteção da Natureza manifesta-se contra o projeto em análise.

A **Almargem** refere o seguinte:

- Apenas após a implementação de um conjunto de medidas prioritárias se pode proceder à análise da necessidade, ou não, de uma central de dessalinização, que deverá sempre cumprir normas de proteção ambiental e impactes em zonas protegidas;
- Os seguintes impactes ambientais:
    - Redução do valor paisagístico com a instalação da EDAM e infraestruturas de apoio;
    - Diminuição da biodiversidade e de espécies essenciais às atividades locais; riscos de praias interditas; impacte em zonas e espécies protegidas;
    - Diminuição da qualidade de água do mar, e consequente diminuição do investimento e de visitantes essenciais à economia da região;
    - Impacte num turismo promovido e subsidiado para uma evolução sustentável;
    - Impermeabilização e alteração do uso do solo com a instalação da EDAM em terrenos férteis e zona de proximidade da ribeira de Quarteira;
    - Impacte na Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) Pinhal do Concelho que pode ficar com problemas na depuração por ser depositada a salmoura e outros subprodutos da EDAM;
    - Incompatibilidade com as condicionantes de uso do solo, tais como Reserva Agrícola Nacional (RAN), Reserva Ecológica Nacional (REN),

domínio hídrico, figuras de proteção da flora e áreas de proteção da natureza;
    - Elevada suscetibilidade à ocorrência de terramotos, com impactes na população e economia de elevado grau de severidade;
    - "Risco de salinização dos solos e aquíferos" (PREHA Algarve - Volume I)
    - "Risco de destruição da biodiversidade com a retirada de grandes volumes de água" (PREHA Algarve - Volume I);
    - "Densidade, salinidade e temperatura dos efluentes das centrais (mais densos do que a água do mar) podem afetar as comunidades marinhas" (PREHA Algarve - Volume I), e consequentemente as comunidades piscatórias.
- O projeto não cumpre o Plano Nacional da Água (PNA), Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA), nem a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC).
- A construção da Estação de Dessalinização não cumpre Diretrizes da União Europeia, porque contrariamente ao que é referido no VOLUME 1 – VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO DNSH, não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o princípio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas.
- O projeto não considera efetivamente a Diretiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM) pois, por exemplo, a sucção de água marinha e a libertação de salmoura e os resíduos tóxicos, diminui o (bom) estado ambiental do meio marinho, nem a da Diretiva das águas balneares;
- O projeto não respeita a Avaliação Nacional de Risco do Algarve identificada nas Cartas de Suscetibilidade.
- O projeto não apresenta pareceres prévios das entidades públicas relevantes em matéria de decisões para a sua implementação e instalação.
- Existem alternativas para a disponibilidade de água a partir de várias origens apontadas pelo PIAAC. Apenas depois de esgotadas todas as alternativas é que um investimento destas proporções pode ser equacionado e sempre sujeito ao cumprimento das normas ambientais.

O **PAN Algarve** aponta um conjunto de críticas ao EIA, tal como se pode ver em detalhe no parecer em anexo ao presente relatório, e manifesta-se, ainda, contra o projeto em análise.

A **PROBAAL**, a **Al-Bio**, a **OlhãoPesca,** a **QUARPESCA** e **91 cidadãos** manifestam-se contra o projeto em avaliação pelas seguintes razões:

- Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

- A eficácia deste projeto é limitada, uma vez que o principal consumidor de água no Algarve e no país é a agricultura (60-70% no Algarve) e a água da dessalinização será utilizada para consumo doméstico e, mesmo assim, a água da dessalinizadora apenas satisfará as necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores.
- Os impactes negativos deste projeto estão subvalorizados. Existem estudos científicos e técnicos sobre os impactes ambientais das centrais de dessalinização, nomeadamente o elevado consumo de energia e os problemas de deposição/dispersão no mar de efluentes salinos e águas sujas.
- Se este projeto for implementado, a qualidade da água do mar diminuirá, com impacte na vida marinha e nas praias, na pesca e no turismo do Algarve.
- A energia necessária para o abastecimento representaria cerca de 7 hectares de painéis solares, o que representa um prejuízo consequente para o ambiente.
- A concretização do projeto não se coaduna com as orientações e planos nacionais que, a vários níveis, visam melhorar a captação e a gestão do recurso água, pelo que não resolve o problema da escassez de recursos hídricos regionais - não se coaduna com o Plano Nacional da Água (PNA) e com as Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma efetiva transição climática.
- A construção da central dessalinizadora contraria as diretivas da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras do Algarve e do mar, e não respeita o princípio básico de "não prejudicar significativamente (DNSH)" do Regulamento (UE) sobre financiamento público e privado. No que diz respeito à proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, a proposta da central de dessalinização não tem em conta a Diretiva-Quadro Estratégia Marinha (DQEM), nem a Diretiva Águas Balneares.
- Também, no que respeita à Avaliação Nacional de Riscos, o Algarve está identificado nas Cartas de Suscetibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como uma Região de Risco Máximo Elevado, pelo que a instalação de centrais dessalinizadoras representa um investimento perigoso.

A **Glocal Faro** aponta um conjunto de críticas ao EIA, tal como se pode ver em detalhe no parecer em anexo ao presente relatório.

Manifesta-se, ainda, contra o projeto em avaliação, destacando-se as seguintes razões:

- Impactes ambientais;
- Ausência de alternativas;
- Aumento do custo da água para o consumidor doméstico, sendo que essa água é de inferior qualidade.

A **Nossa Terra** e a **AZU** manifestam-se contra o projeto em avaliação, destacando-se as seguintes razões:

- O custo da água potável resultante da dessalinização é excessivo comparado com os custos das alternativas.
- A falta de água no Algarve é resultado dos consumos exagerados para agricultura e pelas plantações florestais de rápido crescimento, instaladas sem consideração dos seus impactes ambientais e sem considerar os seus impactes na disponibilidade de água para outros fins mais importantes e mais rentáveis. Uma melhor gestão dos recursos hídricos superficiais e subterrâneas poderá satisfazer as necessidades de água potável a custos muito mais acessíveis e com menos impacte socioeconómico para a população do Algarve.
- A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores.
- A quantidade de água produzida pela Estação poderá ser facilmente substituído a baixo custo, importando "água virtual" em produtos agrícolas de outras zonas do país que tem um melhor acesso à água para rega.
- A simples existência da estação de dessalinização aumentará os custos de água potável em bruta para todo o Algarve por causa dos custos de manutenção e operação da estação, mesmo durante os anos em que não será necessária a produção de água potável.
- A estação não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água.
- Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo.
- Não foi feita uma modelação dos potenciais impactes da interligação entre o mar e os aquíferos costeiros.
- Na zona costeira do Algarve já existem problemas resultantes das macroalgas invasoras.
- A concretização do projeto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água.
- A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o princípio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Diretiva

Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Diretiva das águas balneares.

- No que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Suscetibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma Região de risco máximo Elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso.

A **Cívis** considera que é prioritário abordar questões fundamentais como, por exemplo, as perdas de água na rede pública de abastecimento ou a utilização excessiva de água para agricultura intensiva de espécies tropicais, e para atividades lúdicas e desportivas.

Refere que há ainda muitas adaptações que podem ser feitas na implementação de práticas sustentáveis, na agricultura, como sistemas de irrigação mais eficientes e o cultivo de culturas adaptadas ao clima da região, que podem contribuir significativamente para a conservação do recurso.

Por outro lado, refere que a abordagem integrada para a gestão hídrica deve incluir medidas de conservação, educação da comunidade sobre o uso responsável da água e a definição de políticas que incentivem práticas sustentáveis em sectores como a agricultura, a indústria e o próprio abastecimento doméstico.

Considera que embora uma estação dessalinizadora possa desempenhar um papel importante em situações específicas, entende ser fundamental priorizar a resolução das causas da escassez de água para garantir uma abordagem mais eficaz, sustentável e economicamente viável a longo prazo.

Refere que havendo a necessidade imperiosa da instalação de uma estação dessalinizadora, será necessário que a sua água seja utilizada de forma justa e equitativa de modo a garantir as necessidades básicas da população e a produção de alimentos essenciais.

A **Sciaena** considera que existem demasiadas variáveis com um grau de incerteza elevado e potenciais impactes negativos significativos no meio marinho, pelo que expressa a sua oposição ao projeto.

Refere que a crise climática e a crise da biodiversidade representam ameaças interligadas que impactam diretamente os ecossistemas marinhos. A exploração excessiva dos recursos marinhos, entre outros, ameaçam a biodiversidade e comprometem os serviços ecossistémicos essenciais para a sobrevivência humana.

Assim, considera que é imperativo que, tão importante como parar as agressões ao meio, qualquer intervenção considere essa interconexão, promova a regeneração dos ecossistemas e, se possível, proporcione também um aumento líquido da biodiversidade envolvente, contribuindo para a aumentar a resiliência dos ecossistemas costeiros

Aponta, ainda, um conjunto de críticas ao EIA, tal como se pode ver em detalhe no parecer em anexo.

A **PAS** reafirma a oposição ao projeto, pelos impactes danosos e significativos no ambiente, na economia e na sociedade bem como a existência de outras alternativas.

A **SEACLIFF – Compra e Venda de Imóveis, S.A.**, proprietária de parte dos terrenos em que se pretende a instalação do projeto, envia participação tal como se pode ver em detalhe no parecer em anexo ao presente relatório.

A SEACLIFF requere o seguinte:

- Solicitar os esclarecimentos sobre se e em que termos foi promovida a AAE dos planos e programas que enquadram a Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve;
- Apreciar os termos em que o projeto cumpre com o disposto no RJAAE;
- Apreciar a presente participação em sede de consulta pública, analisando o seu teor e, em caso de não acolhimento da mesma, respondendo às questões colocadas em sede de cumprimento do dever de fundamentação expressa, clara, suficiente e congruente;
- Decidir que a execução do projeto depende da promoção de uma AAE relativamente aos planos e programas que o projeto pretende executar, e com esse fundamento, emitir uma declaração de impacte ambiental desfavorável.

Cento e cinquenta e dois cidadãos (45 + 107 abaixo-assinado) manifestam-se contra o projeto em análise, destacando-se as seguintes razões:

- Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico;
- A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico;
- Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados;
- A concretização do projeto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água;
- A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia;
- E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Suscetibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma Região de risco máximo Elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso;
- Afetação de propriedades;
- Impactes nos sistemas dunares e praias.

Trinta e cinco cidadãos manifestam-se a favor do projeto em avaliação, destacando-se as seguintes razões:

- Assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável, na medida em que será entregue a empresa reputada, que será justamente compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços moderados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará diminuir o preço para o consumidor doméstico;
- A eficácia do projeto é elevada;
- Os impactes positivos do projeto estão desvalorizados;
- A concretização do projeto está alinhada com as diretrizes e os planos nacionais.

Oito cidadãos apresentam, ainda, sugestões, destacando-se as seguintes:

- O problema da enorme perda de água doce (que constantemente ocorre) para o mar poderia ser suprimido através de uma obra de engenharia, transversal a praticamente toda a região algarvia, a qual permitiria reter toda essa água e distribuí-la eficazmente às populações e demais serviços. Tal solução (rede de tubagens subterrâneas) poderia constituir vantagem, na medida em que não teria efeitos colaterais perniciosos no ambiente e constituiria uma excelente alternativa a outras soluções, como as dessalinizadoras, cujo impacte ambiental é, de acordo com vários estudos, reconhecidamente relevante.
- Como forma de combate ao aumento do custo da água sugere-se que ao invés de descarregarem as salmouras no mar, aproveitem o produto concentrado resultante do processo para vender aos países do norte da Europa que carecem desse composto para descongelar as suas estradas.
- Existem hoje soluções subaquáticas que têm grandes vantagens em relação às soluções terrestres: maior eficiência energética, menor impacte ambiental e ausência de impacte urbanístico. Um exemplo de solução subaquática é comercializada pela empresa norueguesa Waterise, em anexo ao presente relatório.

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

Dados da consulta

Nome resumido	Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve
Nome completo	Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve
Descrição	
Período de consulta	2023-11-06 - 2023-12-19
Data de ínicio da avaliação	2023-12-20
Data de encerramento	
Estado	Em análise
Área Temática	Ambiente (geral)
Tipologia	Avaliação de Impacte Ambiental
Sub-tipologia	Procedimento de Avaliação
Código de processo externo	
Entidade promotora do projeto	Águas do Algarve, SA
Entidade promotora da CP	Agência Portuguesa do Ambiente
Entidade coordenadora	Agência Portuguesa do Ambiente
Técnico	Rita Cardoso

Eventos

Documentos da consulta

EIA; RNT; Aditamento; Anexos; Peças Desenhadas	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIA.aspx?ID=3667

Nº Participações	191
Nº Seguidores	231

Estatísticas sobre a tipologia

Concordância	26

Discordância	148
Geral	6
Proposta concorrente	1
Reclamação	2
Sugestão	9

Participações

ID 72762 Paulo Fernando da Graça Constantino em 2023-12-19

Comentário:

Paulo Fernando da Graça Constantino, CC 09080291, vem apresentar a sua DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que se apresentam em anexo.

Anexos: 72762_PP_PC_Dessalinizadora.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72761 PAN Algarve em 2023-12-19

Comentário:

Parecer da Comissão Política Distrital do PAN ALGARVE sobre a Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve em consulta pública. A Comissão Política Distrital de Faro vem por este meio, transmitir o seu parecer de DISCORDÂNCIA perante a Instalação de uma Estação de dessalinização que será situada no concelho de Albufeira. O motivo que nos leva a esta posição de ser contra esta iniciativa, não se prende pelo facto de sermos contra a dessalinização em si, mas sim pelos moldes em que esta estação está a ser concebida. A Comissão Política Distrital do PAN Algarve a 3 de Fevereiro expôs à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), Agência Portuguesa de Ambiente (APA) e Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), entre outras organizações relevantes para a gestão ambiental na região e no país, soluções mais sustentáveis no que toca à tecnologia a ser usada na futura central de dessalinização do Algarve. Foram propostas investigações para a possibilidade de criação de mecanismos de dessalinização “offshore” através de processos mecânicos, com aproveitamento dos subprodutos de salmoura, passando estes a ser um recurso mineral, ao invés de um elemento tóxico a ser dissolvido no mar da nossa costa. Caso houvesse disponibilidade por parte das entidades para considerar estas propostas, certamente teríamos opções muito mais ecológicas, e possivelmente menos custosas. As partes que consideramos mais preocupantes e para as

quais precisamos ter atenção e respostas por parte do promotor (Águas do Algarve) após esta consulta pública, são as seguintes: Documento 'Resumo Não Técnico' https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3667/07_eia_rnt20231027113713.pdf Pág. 6: "Nestas torres ocorrerá a injeção periódica de desinfetantes, estes têm como função evitar o desenvolvimento de moluscos no interior do circuito de tomada de água" (Hidrocloreto de Sódio) Pág 9: "Neste processo serão produzidas escorrências das descargas de fundo de cada um destes processos e da lavagem dos filtros que serão encaminhadas para o reservatório de salmoura e águas sujas, com ligação direta ao mar (circuito de descarga de salmoura)." "Tal como no pré-tratamento, também as escorrências das descargas de fundo de cada um dos processos de tratamento e da lavagem dos microfiltros, serão encaminhadas para o reservatório de salmoura e águas sujas, com ligação direta ao mar." Pág 10: "De forma a garantir o bom funcionamento da EDAM, será instalado um circuito de emergência para descarga dos reservatórios de água tratada, de água remineralizada e de água suja de lavagem dos filtros de calcite, este circuito tem como destino a ribeira de Quarteira. Estas descargas de emergência e de fundo encontram-se já no término do processo de tratamento, logo, esta descarga ocorre com água tratada, não constituindo um perigo de contaminação para esta massa de água (pretendemos esclarecimentos sobre esta última frase)." Pág 11: "Para além das lamas e da salmoura, serão produzidos vários subprodutos na EDAM, a saber: – Escorrências da linha de lamas (espessamento, desidratação, lavagens, descargas de fundo, etc.); – Descargas de fundo dos diferentes processos descritos; – Escorrências do edifício de reagentes; – Efluentes resultantes da lavagem química (CIP) das membranas de osmose inversa. Estes subprodutos terão de ser devidamente encaminhados ou para a estação elevatória de escorrências, ou para a estação elevatória de águas sujas de lavagem dos filtros. Os respetivos fluidos serão enviados para o reservatório de águas sujas / salmoura, com ligação ao circuito de descarga de salmoura no mar." Pág. 15: Prevê futuras condições climáticas negativas na região. Pág 17: "A nível faunístico foram identificadas 129 espécies (1 crustáceo, 1 anfíbio, 5 répteis, 114 aves e 8 mamíferos). Destas, 19 estão ameaçadas." Além destes pontos mais preocupantes, o documento também refere o seguinte: Pág 21: "Ao nível da reutilização de águas tratadas por ETAR, das estações existentes na envolvente da área de estudo, apenas duas requerem que o tratamento seja mais avançado do que o atualmente instalado para se considerar a sua reutilização. Em termos de usos, salienta-se o potencial de reutilização para rega e usos urbanos. A reutilização de águas tratadas é uma das componentes do Plano de Regional de Eficiência Hídrica do Algarve." No que diz respeito à listagem apresentada nas págs. 22 e 23 referente a "PRINCIPAIS MEDIDAS DE MITIGAÇÃO DOS IMPACTES NEGATIVOS E DE POTENCIAÇÃO DOS IMPACTES POSITIVOS" não é feita qualquer referência à mitigação dos impactos gerados pelos efluentes da estação. Como conclusão o documento refere que "A implementação do Estudo Prévio da Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve gerará impactes negativos significativos, principalmente na fase de construção.", o que levanta preocupação mais uma vez em relação aos vários efluentes, que não são referidos como um impacto negativo da EDAM. Perante todas estas indicações que consideram

Anexos: 72761_Parecer da Comissão Política Distrital do PAN ALGARVE sobre a Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve em consulta pública (1).pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72760 Carlos Alberto Alexandre Cabrita em 2023-12-19

Comentário:

As "Alterações Climáticas" entram definitivamente nas nossas vidas, também no Algarve de forma marcante na problemática da água. A precipitação vem decrescendo de forma acentuada. Os consumos não, nos seus vários ramos (agricultura, urbanos...) têm aumentado, quiçá de forma muito mais acentuada do que recomendaria o contexto referido acima. Já neste contexto foram definidas medidas de "Utilização Eficiente da Água", pela Administração Púbica. Enfim, pouco convincentes (haveria de chover e tudo se resolveria !?...) de reduzido impacto nos vários segmentos de consumo. À medida que se vislumbra que o problema é sério e se agudiza são necessárias a tomada de medidas. Uma destas é a DESSALINIZAÇÃO, para resolver, cerca de 25% dos consumos urbanos. Destacamos que, mais uma vez, tal como outras no passado (+ barragens) é a disponibilização de mais água o que se chama actuar pelo lado da Oferta, aumentando-o à custa dum investimento vultoso e impacto ambiental não despiciendo. Ora por exemplo a REUTILIZAÇÃO de parte do total disponível de efluentes das ETARs, retirando este consumo às águas fornecidas pelo abastecimento, haveria uma poupança significativa. Também, por exemplo a redução de "consumo per capita" na utilização urbana em cerca de 25%, perfeitamente alcançável, conseguiria uma poupança equivalente à água que a prevista Dessalinizadora irá disponibilizar. Estando claro está, nesta redução de consumos também as chamadas perdas nos dos vários sistemas em baixa e outros consumos como regas de espaços públicos e outros desperdícios similares. Realço, pela sua relevância ainda a redução de pressão de fornecimento aos consumidores finais e a sua adopção, por estes nos ditos locais de consumo (domicílios) de instrumentos adequados, para o efeito, potenciação essa "redução de consumo per capita". Dar ainda nota dos impactos ambientais significativos deste empreendimento: - químicos (salmoura e outros); - energéticos (altamente deficitária); - solos RAN. Por último ainda a localização escolhida não está convenientemente esclarecida do ponto de vista técnico (ponto de entrega de água central?). Por outro lado a proximidade à prevista Área Marinha Protegida Pedra do Valado, desaconselhado a sua localização neste local . Uma questão ainda, justificar-se-á mineralizar (e os respectivos custos) água, como está previsto, dita para "consumo humano", quando uma percentagem elevada desse consumo (90%?) é para lavagens (loiça, roupa, banhos) e autoclismos. À Vossa atenção,

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Sugestão

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72759 ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável em 2023-12-19

Comentário:

Exm@s Senhor@s, Serve a presente para remeter o Parecer da ZERO relativo à consulta pública em causa. Cumprimentos Direção da ZERO

Anexos: 72759_Parecer ZERO_EIA_EDAM_Algarve.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Geral

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72758 Laura Coelho em 2023-12-19

Comentário:

Não melhora em nada a disponibilização de água, irá aumentar o custo do consumidor, piorar a qualidade da água e iludir a população de que tem mais recursos, logo consumo a aumentar. Há outras medidas a serem tomadas, planos a implementar com custos inferiores a este projeto e que a longo prazo trazem mais sucesso

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72757 Anabela Santos em 2023-12-19

Comentário:

Eu, Anabela Maria Gonçalves dos Santos, cartão de cidadão n:11766521 venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é a agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indirectamente, as pescas e o turismo. A concretização do projeto não está alinhada com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da

exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Diretiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Diretiva das águas balneares. E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco, o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72756 Catarina Mota em 2023-12-19

Comentário:

Da documentação apresentada, não tive conhecimento dos critérios para avaliar a necessidade / pertinência desta obra, nem os custos previstos (de manutenção e custo final para o consumidor desta estratégia de "gestão" da água), entre outras lacunas. Também não percebi o âmbito do chamado "estudo de impacte ambiental", que não parece avaliar qualquer impacto relevante dum projeto desta dimensão, nomeadamente na gestão dos recursos (limitados) de água doce existentes. Assim, afirmo a minha total discordância com este projeto, e com a forma como está a ser "estudado" e executado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72755 PROBAAL Grupo para a defesa do Ambiente em 2023-12-19

Comentário:

A PROBAAL, associação de defesa do ambiente, NIPC 517664704, vem por este meio apresentar o nosso DESACORDO com o projeto da Central de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelas seguintes razões. - Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal no âmbito dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. A atribuição desta responsabilidade a uma empresa privada faria disparar o preço deste bem essencial à vida, a água, para os consumidores domésticos. - A eficácia deste projeto é limitada, uma vez que o principal consumidor de água no Algarve e no país é a agricultura (60-70% no Algarve) e a água da dessalinização será utilizada para consumo doméstico e, mesmo assim, a água da dessalinizadora apenas satisfará as necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. - Os impactos negativos deste projeto estão subvalorizados. Existem estudos científicos e técnicos sobre os impactes ambientais das centrais de dessalinização, nomeadamente o elevado consumo de energia e os problemas de deposição/dispersão no mar de efluentes salinos e águas sujas. -Se este projeto for implementado, a qualidade da água do mar diminuirá, com impacto na vida marinha e nas praias, na pesca e no turismo do Algarve. - A energia necessária para o abastecimento representaria cerca de 7 hectares de painéis solares, o que representa um prejuízo consequente para o ambiente. - A concretização do projeto não se coaduna com as orientações e planos nacionais que, a vários níveis, visam melhorar a captação e a gestão do recurso água, pelo que não resolve o problema da escassez de recursos hídricos regionais - não se coaduna com o Plano Nacional da Água (PNA) e com as Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma efectiva transição climática. - A construção da central dessalinizadora contraria as directivas da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras do Algarve e do mar, e não respeita o princípio básico de "não prejudicar significativamente (DNSH)" do Regulamento (UE) sobre financiamento público e privado. No que diz respeito à proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, a proposta da central de dessalinização não tem em conta a Diretiva-Quadro Estratégia Marinha (DQEM), nem a Diretiva Águas Balneares. - Também, no que respeita à Avaliação Nacional de Riscos, o Algarve está identificado nas Cartas de Suscetibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como uma Região de Risco Máximo Elevado, pelo que a instalação de centrais dessalinizadoras representa um investimento perigoso. O PROBAAL sugere que as dezenas de milhões de euros que a central custaria, poderiam ser mais bem empregues na melhoria da gestão da água em toda a região - a reparação de condutas antigas e com fugas que desperdiçam enormes volumes de água e o aumento da recolha de águas pluviais em grande e pequena escala. Assim, e para todos os efeitos, a PROBAAL reafirma a sua OPOSIÇÃO ao projeto da Central de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72754 Maria de Lourdes Lucena Dantas em 2023-12-19

Comentário:

Discordo do projeto, porque é prejudicial à população.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72753 Stephen Hugman em 2023-12-19

Comentário:

A Nossa Terra - Associação Ambiental Rua do Repouso 6A 8550-462 Monchique, Portugal Móvel: +351 967 397 931 - Nossa referência: Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve - A Nossa Terra associação ambiental v1.docx Sua referência: Monchique, 19-12-2023 Assunto: Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve Vimos apresentar a nossa DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresentamos de seguida. 1. O custo da água potável resultante da dessalinização é excessiva comparado com os custos das alternativas. Neste momento, o maior consumo de água no Algarve, a rega, considera o valor da água bruta de somente uns cêntimos por metro cúbico. O custo da água dessalinizada será 10 ou 20m vezes mais alto. Do ponto de visto sócio-económico, não faz sentido a dessalinização quando existe tanta água de baixo valor já disponível. 2. A falta de água no Algarve é resultado dos consumos exagerados para agricultura e pelas plantações florestais de rápido crescimento, instaladas sem consideração dos seus impactos ambientais e sem considerar os seus impactos na disponibilidade de água para outros fins mais importantes e mais rentáveis. Uma melhor gestão dos recursos hídricos superficiais e subterraneas poderá satisfazer as necessidades de água potável a custos muito mais acesssíveis e com menos impacto sócio-económico para a população do Algarve. 3. A eficácia deste projecto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. 4. A quantidade de água produzida pela Estação poderá ser facilmente substituído a baixo custo, importando "água virtual" em produtos agrícolos de outras zonas do país que tem um melhor acesso à água para rega. 5. A simples existência da estação de dessalinização aumentará os custos de água potável em bruta para todo o Algarve por causa dos custos de manutenção e operação da estação, mesmo durante os anos em que não será necessária a produção de água potável. 6. A estação não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. 7. Os impactes negativos deste projecto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a

vida marinha e as praias algarvias e assim, indirectamente, as pescas e o turismo. 8. Neste caso, a avaliação dos potenciais impactos da descarga de salmoura na biológia béntica é inadequada. Neste zona, há habitats localizados em que a água doce dos aquíferos descarrega para o fundo do mar, tal como em Olhos de Água. A salmoura poderá não dispersar talo facilmente e poderá criar uma zona hipersalina no fundo do mar, prejudicando a flora e fauna bentica distante da descarga – inclusivamente da Área Marinha Protegida do Algarve. 9. Existe potencial para a salmoura penetra no aquífero através das zonas de interconeção entre o mar e as águas subterraneas. Tal acontecimento poderá prejudicar ainda mais a salinização dos aquíferos costeiros. Não foi feito uma modelação dos potenciais impactos desta interligação entre o mar e os aquíferos costeiros. 10. Na zona costeira do Algarve já existem problemas resultantes dos macroalgas invasoras. O estudo não discute adequadamente como o sistema funcionará durante os períodos de crescimento destas algas, que normalmente são durante o verão quando é mais provável que a Estação será em operação. O entupimento das captações e das bombas serão extremamente provável, resultando em ainda maores custos de manutenção e operação. 11. A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática -foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às. Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como .....

Anexos: 72753_Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve - A Nossa Terra associação ambiental v1.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72752 Unidade Operacional de Adaptação às Alterações Climáticas - Município de Loulé em 2023-12-19

Comentário:

O presente ofício (participação no ficheiro em anexo) diz respeito à pronúncia do Município de Loulé no quadro da consulta pública referente à Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) do projeto da Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve (EDAM), a decorrer até ao final do dia 19/12/2023 no portal Participa. Refira-se, primeiro, que o município de Loulé tem acompanhado de forma interessada todo o processo de decisão que conduziu à proposta que agora ganha forma para a implementação desta estação de dessalinização, dado que reconhece que a escassez de água no Algarve é um problema fortemente condicionador do futuro da região.

Anexos: 72752_Ofício Dessalinização_Pronuncia CML.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Geral

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72751 Geoffrey Blofeld em 2023-12-19

Comentário:

Eu Geoffrey Stuart Blofeld, NIF 167892282, email geoffreyblofeld@hotmail.com, venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. • Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. • A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. • Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. • A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. • A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . • E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72750 Norberto em 2023-12-19

Comentário:

Tendo tido conhecimento do projeto, e na qualidade de interlocutor de partes interessadas, cumpre-me informar a discordância em relação à alternativa 1. Tendo presente que projetos de utilidade pública são objeto de abundante jurisprudência, somos a considerar a natureza das propriedades em causa e inerente depreciação. Cientes de que nos assiste a reserva dos direitos à propriedade.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Geral

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72749 Anabela M L F E Blofeld em 2023-12-19

Comentário:

Eu Anabela Maria Lourenço Figueira da Encarnação Blofeld, CC 07158205, email ablofeld@hotmail.com, venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. • Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. • A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. • Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. • A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente

com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. • A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . • E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72748 Paulo Oliveira em 2023-12-19

Comentário:

Na qualidade de proprietário do imóvel junto ao ponto 4 do estudo do ambiente sonoro, venho por este meio pronunciar-me quanto ao mesmo e comunicar a minha intenção de acompanhar os vossos previstos estudos nesta matéria. Embora o local em causa se encontre inserido em "zona não classificada", o mesmo enquadra-se nos parâmetros definidos para "zona sensível". Aguardo contato no sentido da adoção das imprescindíveis medidas a tomar de modo ao cumprimento dos limites em vigor, e obrigatórios à preservação da qualidade de vida, ambiental e habitacional.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Geral

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72747 Quercus em 2023-12-19

Comentário:

1. Considerações sobre o projeto. Este efeito acentua-se com a turbulência provocada pelo vertido. A Salmoura contém também vários produtos químicos, aditivos, utilizados tanto na etapa de pré como post tratamento e na limpeza das membranas. Alguns destes compostos, como biocidas, detergentes, anti-incrustantes e anti-espumantes, podem gerar danos nos ecossistemas marinhos, nomeadamente na população microbiana e plâncton. Face aos impactos previsto, consideramos que em caso algum a aplicação de métodos de diluição justifica o vertido direto da salmoura no mar, uma vez que não garante a ausência de risco ambiente para os ecossistemas marinhos e contradiz o princípio da precaução. Reforçamos ainda com o princípio fundamental da Década da ONU de Restauração dos Ecossistemas 2021-2030 e da Década da ONU da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável 2021-2030, que visa "Proteger os ecossistemas dos impactos da poluição da água, do ar e de outras fontes". Achamos, por isso, indispensável aplicar sistemas de gestão eficazes da salmoura. É imperiosa a necessidade de gerir os nossos recursos de forma eficiente e sustentável, caminhando para uma economia circular. A salmoura é, atualmente, considerada um recurso valorizável que não foi avaliada incompreensivelmente neste projeto. Existem, nos dias de hoje, várias Tecnologia e processos de Valorização de Salmouras que poderiam ser replicadas neste projeto e assim aumentar a sustentabilidade do processo de dessalinização, reduzindo os impactos negativos previstos durante a exploração da Estação de Dessalinização: a. Recuperação de produtos químicos (mineração da salmoura); b. Produção de energia a partir do gradiente salino; c. Captura e utilização de CO2. (produção de cultivo de algas para o tratamento da salmoura). O consumo energético da Estação de Dessalinização é considerável, apesar de minimizado com recurso a energias renováveis (central fotovoltaica). Este projeto implica necessariamente emissões de GEE, o que contraria os objetivos da neutralidade carbónica assim como o combate contra as alterações climáticas. 2. Conclusão: Pelo anteriormente exposto, encontramo-nos bastante apreensivos com os previsíveisimpactos negativos causados no ambiente, em especial nos ecossistemas marinhos, nas diferentes fases de execução deste projeto. Estamos cientes da escassez hídrica e dos fenómenos de desertificação que a região atravessa, mas consideramos que há ainda muitopor fazer a "montante" desta unidade de dessalinização, que está a ser de alguma forma negligenciada. É necessário o envolvimento de todos, cidadão, agentes económicos, políticos, para gerirmos o recurso água de uma forma mais eficiente, eficaz e integradora. É do nosso entendimento que a construção desta estação de dessalinização, sendo extemporânea, deverá ser considerada como uma opção de último recurso, tendo em conta todas as considerações desenvolvidas no ponto 1.

Anexos: 72747_Proposta Consulta Pública Dessalinização QUERCUS.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72746 CAMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA em 2023-12-19

Comentário:

Como Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, Devo tecer os seguintes comentários: O traçado que se encontra em discussão pública, sendo o canal de rejeição deverá ser na proximidade paralela ao canal de adoção no sentido de evitar mais impacto negativo. Deveria haver uma melhor e clara exposição sobre os efeitos do produto rejeitado. Outro aspeto: Deixar a hipótese de poder no futuro próximo, após investigação a reutilização de salmoira - possa a vir efetivar-se. Deverá haver também cuidado na construção da dessalinizadora central no sentido de evitar a transmissão de ruído para o exterior.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72745 Claudia Monteiro em 2023-12-19

Comentário:

Este projecto viola a DQA, incluindo o facto de nunca ter sido considerado nos PGRH da RH8 e, antes dele, nas QSiga. Trata-se de um investimento oportunista assente em falsos pressupostos de resiliência, uma vez que a quantidade de água a fornecer à população é incipiente em relação ao total dos consumos no circuito urbano. Mantendo-se o festim de desperdício e falta de prevenção das disponibilidades hídricas, incluindo a gestão das perdas na distribuição em alta e em baixa. Não se reutilizam as águas residuais tratadas que vão parar ao mar e este projecto vai agora captá-las depois de contaminadas com sal para lhes retirar o sal e todos os outros contaminantes, com as devidas emissões de GEE, contrariando, afinal, tudo, mas tudo, o preconizado em todos os planos de mitigação de alterações climáticas. Quem tem de pagar água dessalinizada é o sector privado, nomeadamente a agricultura, que é quem a consome em quantidades absolutamente desajustadas para a capacidade do território, esgotado pela negligência e incapacidade de gerir convenientemente os recursos hídricos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72744 Helene Kaschlun em 2023-12-19

Comentário:

Helene Dorkas Kaschlun, NIF 227419820, Email: dorkaschlun@hotmail.com venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72743 Cívis - associação para o aprofundamento da cidadania em 2023-12-19

Comentário:

A Cívis - associação para o aprofundamento da cidadania tem acompanhado de perto os trabalhos de discussão e preparação de participações, promovidos pela Plataforma Água Sustentável e por outras Associações e indivíduos interessados e bem informados. Por isso vem reiterar as participações já submetidas de discordância, designadamente com base no seguinte: Consideramos que é prioritário abordar questões fundamentais como, por exemplo, as perdas de água na rede pública de abastecimento ou a utilização excessiva de água para agricultura intensiva de espécies tropicais, e para atividades lúdicas e desportivas. Há ainda muitas adaptações que podem ser feitas na implementação de práticas sustentáveis, na agricultura, como sistemas de irrigação mais eficientes e o cultivo de culturas adaptadas ao clima da região, que podem contribuir significativamente para a conservação do recurso. A redução das perdas de água na infraestrutura de distribuição evitaria um desperdício considerável dos recursos hídricos. Por outro lado, a abordagem integrada para a gestão hídrica deve incluir medidas de conservação, educação da comunidade sobre o uso responsável da água e a definição de políticas que incentivem práticas sustentáveis em sectores como a agricultura, a indústria e o próprio abastecimento doméstico. Embora uma estação dessalinizadora possa desempenhar um papel importante em situações específicas, entendemos ser fundamental priorizar a resolução das causas da escassez de água para garantir uma abordagem mais eficaz, sustentável e economicamente viável a longo prazo. Havendo a necessidade imperiosa da instalação de uma estação dessalinizadora, será necessário que a sua água seja utilizada de forma justa e equitativa de modo a garantir as necessidades básicas da população e a produção de alimentos essenciais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72742 Ana Rita Pereira em 2023-12-19

Comentário:

Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve Pode copiar o texto na íntegra, ou apenas partes para completar os argumentos da sua participação. Nome Ana Rita das Dores Pereira, CC 15487642 9 ZX5, Email anarita12741@gmail.com, venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos

científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72741 Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves em 2023-12-19

Comentário:

Exmos. Apresento em anexo o parecer da SPEA relativo à consulta pública "Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve". Com os melhores cumprimentos, Ana Almeida Técnica Principal de Conservação Marinha

Anexos: 72741_CP_Estacao_dessalinizacao_SPEA.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72740 Al-Bio - Associação Agroecológica do Algarve em 2023-12-19

Comentário:

MINUTA – Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve Pode copiar o texto na íntegra ou copiar apenas partes para completar os argumentos da sua participação. Nome: Al-Bio - Associação Agroecológica do Algarve NIF: 516809695 Email : albioalgarve@gmail.com venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72739 Sciaena em 2023-12-19

Comentário:

A resposta da Sciaena encontra-se em anexo. Atenciosamente, P'la equipa da Sciaena, Nicolas Blanc

Anexos: 72739_Contributo para Consulta pública - Dessalinizadora Algarve - Sciaena.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72738 Inês Mesquita em 2023-12-19

Comentário:

MINUTA – Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve Pode copiar o texto na íntegra ou copiar apenas partes para completar os argumentos da sua participação. Nome: Inês Ramos Mesquita CC ou NIF: 198328435 Email ou outro contacto: nhocci@gmail.com venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. □ Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. □ A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. □ Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. □ A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. □ A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . □ E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos

Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72737 Carla Sofia Natividade Emídio do Carmo em 2023-12-19

Comentário:

Segue em anexo a minha participação relativamente ao Projeto da Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve. Carla Sofia do Carmo

Anexos: 72737_Consulta Pública do projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72736 Pas - Plataforma Água Sustentável em 2023-12-19

Comentário:

Exmos Senhores j Junto enviamos, em ficheiro anexo, os argumentos da nossa discordância

Anexos: 72736_Consulta Pública Central de dessalinização- Comum.pdf.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72735 rosaguedes em 2023-12-19

Comentário:

Em meu nome , Rosa Guilhermina Lomba Correia Guedes, e com o pensamento nas novas gerações, venho apresentar a minha discordância a este desperdício de dinheiro e a estes prejuízos ambientais, sociais e económicos. Vão ser gastos 45 milhoes de euros para produzir água apenas para uma parte ínfima do consumo doméstico? Mas mesmo que esta dessalinizadora respondesse às necessidades de consumo doméstico, porquê esta central de desssalinização se não é o consumo doméstico que provoca a escassez? As medidas estão listadas, programadas e planificadas em todos os documentos que dizem respeito aos recursod hidricos nacionais e regionais. Bem sei que os planos Hidrográficos RH7, RH8 e RH9 continuam sem ser publicados, o que já deu origem a queixa da omissão Europeia por causa desse atraso sistemático. E de facto, este atraso não acontece pro acaso. Se estes planos de gestão estivessem em vigor actualizados seriam mais uns documentos legais que este projecto de dessalinização afrontaria. Têm outras soluções, que não as costumeiras (e perniciosas) grandes obras de construção do Estado. Só as perdas de água na rede de distribuição urbana são de 30% do consumo domestico, que é de 95 hm3 por ano. E as perda na distribuição da rede de regantes são ainda maiores - segundo o vice presidente da APA, a nivel nacional, são de mais de 35%. E a reutilização das águas residuais, não apenas para os campos de golf, mas para todas as outras utilizações que já são dadas, no mundo, a este recurso. Vamos continuar a gastar e a desperdiçar "à tripa forra", porque já há mais um nico de água proveniente da dessalinizacao? E qual a justiça social em que a água necessária à vida (beber, cozinhar, higiene...) seja de pior qualidade e mais cara, que a das barragens e aquíferos, que é fornecida a negócios privados da agricultura e do golf?- uma avaliação ambiental tem obrigatoriamente que analisar estes aspectos/impactes sociais e económicos. Bem sei que a dessalinização "é um negócio em expansão."! Quem o diz é a ONU (ONU programa para o meio ambiente - https://www.unep.org/pt https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/cinco-fatos-importantes-sobre-dessalinizacao - 2021). https://www.unep.org/pt: https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/cinco-fatos-importantes-sobre-dessalinizacao - 2021) Em vez de ser a solução apenas para os territórios que não têm outra alternativa, transformam-na num novo "nicho de negócio", uma nova oportunidade.... para uns poucos. E a população em geral que custeie esse greenwashing e até mesmo que alguns sectores económicos sofram os impactos desta opção política! No entanto, o Estado não é suposto beneficiar uns, alguns empresários, ou organismos do Estado, para compor as contas públicas, em detrimento da população. Esta obra é uma prova de novo riquismo, ineficiência da administração pública e do desperdicio de dinheiros públicos, porque nem Israel, que nos é apresentado como o país exemplo do bom uso da dessalinização, tem o seu sistema hidrico assente nessa solução. Reafirmo a minha oposição ao projecto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72734 LPN em 2023-12-19

Comentário:

Os riscos para áreas protegidas próximas (Ria Formosa e Parque Marinho da Pedra do Valado) foram sub-avaliados, bem como os impactos da construção, os riscos para a ribeira de Quarteira, possíveis efeitos na saúde pública e os impactos dos efluentes (salmoura e águas sujas) no local de descarga. Não foi avaliado o impacto da captação de água do mar no plâncton nem as possíveis consequências deste no recrutamento, particularmente de espécies de interesse no setor das pescas. Ficou também por demonstrar a relevância deste projecto como solução para eventual escassez de água no Algarve, essencialmente por não existir qualquer referência a alternativas. Uma AIA tem que apresentar alternativas ao projeto e demonstrar porque esta opção é melhor ou mais adequada que as restantes. Tem também que justificar a importância do projeto, algo que, no nosso entender, ficou por demonstrar. Desta forma a LPN tem que atribuir um parecer desfavorável à Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: 72734_LPN_CP_EDAMA.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72733 Ana Isabel Correia Martins em 2023-12-19

Comentário:

Nome : Luisa Maria Correia Martins, NIF 199529930 Email ou outro contacto: anitaamicitia@hotmail.com, venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. • Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. • A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. • Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. • A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. • A construção da Estação de

Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . • E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72732 Sara Sousa em 2023-12-19

Comentário:

Turismo de Portugal, I.P.

Anexos: 72732_TdP_Parecer_EIA_Dessalinizadora_Algarve_19dez2023.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Sugestão

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72731 Rita Sousa em 2023-12-19

Comentário:

Rita Goulart Lemos Silva Sousa, BI 11506722, venho apresentar a minha mais absoluta DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos seguintes motivos. 1. Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativamente aos ODS's, na medida em que será entregue a uma empresa público-privada, a qual será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água. Este tipo de situação é inadmissível e contra as regras do mercado. Com os preços elevados da tecnologia e da sua manutenção, o preço para o consumidor doméstico irá disparar. 2. A eficácia deste projecto é reduzida. O grande consumidor de água no Algarve (60%) e no país, é indústria agrícola e a água da(s?) estação(ões?) dessalinizadora(s?) destina-se, esperamos nós, ao consumo doméstico. Neste caso, a água dessalinizada apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores domésticos. Qual é a solução do PIAC AMAL para a agricultura? 3. Os impactos negativos deste projecto estão sub-valorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais destas centrais. Destacam-se o elevado consumo energético, recorrendo a combustíveis ou instalação de enormes parques solares, com óbvio prejuízo das áreas agrícolas e/ou naturais que irão desaparecer. Acrescem os

drásticos impactos no meio marinho relativos à deposição e dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas com químicos. A qualidade da água do mar não voltará a ser a mesma, impactando toda a vida marinha numa área ainda por definir com clareza. Não há qualquer garantia de que não sejam afectados negativamente sectores como as pescas e o turismo, tanto o de massas como o turismo de baixo impacto, como o mergulho recreativo. 4. O projecto não está alinhado com as directrizes e os planos nacionais que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão da água, pelo que não resolve o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais. É incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA), bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática. Foi meramente uma hipótese estudada no âmbito do PIAAC Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. Nos estudos realizados pela Universidade de Lisboa para este plano, a primeira alternativa com potencial para resolver a longo prazo o problema hídrico do Algarve, mediante os diferentes cenários climáticos modelados, é a mudança profunda da indústria agrícola de que o Algarve é vítima há muitas décadas. A agricultura intensiva de regadio aparece como um perfeito anacronismo numa região que passou de mediterrânica a semi-desértica. Abandonar a agricultura intensiva de regadio permite uma eficiência de utilização que elimina liminarmente a necessidade de estações dessalinizadoras. No entanto, qual é a opção que as câmaras municipais, o Ministério da Agricultura e a Águas do Algarve preferem? Aquela que é, de longe, a mais gravosa, a mais cara e aquela com impactos negativos mais profundos e para sempre. 5. O projecto contradiz as Directrizes da UE pois descura a protecção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o princípio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de protecção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM) nem a da Directiva das águas balneares . 6. No que respeita à Avaliação Nacional de Risco, o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação destas centrais nesta área representa um investimento perigoso. Aliás, com o horizonte temporal para que vai ser construída, será um investimento desastroso e, por isso mesmo, completamente injustificado e injustificável. 7. Não se justifica o desperdício de fundos, nacionais ou europeus, nem os profundos impactos negativos desta aventura, sem primeiro fazer tudo o que é possível (e que está estudado e descrito detalhadamente) para POUPAR água nos diferentes sectores, principalmente naqueles que mostram maior desperdício. Outra necessidade será a prioritização das utilizações. No entanto, todos estes processos são simplesmente lógicos e necessários e irão acontecer, mais cedo ou mais tarde, com ou sem projectos megalómanos e danosos para o Algarve, os algarvios, os portugueses e todos os que nos visitam, como é este da(s) estação(ões) dessalinizadora(s). Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projecto da Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72730 Patricia Correia Guerreiro em 2023-12-19

Comentário:

Patricia Alexandra Correia Guerreiro, CC 11226494 e NIF 215306988., Email patricia.guerreiro@gmail.com. venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve. Patricia Guerreiro

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72729 paulo fernando pires guerreiro bota em 2023-12-19

Comentário:

Apresento a minha minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. • Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, . • A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. • A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . • E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72728 Helena Palhota Simões em 2023-12-19

Comentário:

Em nome e pelos eleitos do PSD/CDS na Assembleia Municipal de Albufeira.

Anexos: 72728_Consulta pública-HPSLaptop.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Sugestão

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72727 Joana Martins em 2023-12-19

Comentário:

Faro, 20-12-2023 Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve Sou Joana Guedes Cabrita Martins, CC 12321170, residente no conselho de Faro, Algarve, e venho por este meio apresentar o meu DESACORDO com o projecto em consulta pública referente à Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelas razões que passo a discriminar: a)Sendo a ÁGUA é um bem essencial à vida e o acesso universal à mesma um compromisso consagrado nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, reiterado por Portugal, os investimentos nos recursos hídricos devem espelhar esse pacto. No caso concreto deste projecto este não visa nem promove o acesso universal e equitativo à água potável, porque o modelo de gestão ficara no âmbito de uma empresa público-privada, com compensações sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico. b)A eficácia deste projecto é reduzida, este vai suprimir apenas 8% das necessidades hídricas da região. Considerando os dados actuais da distribuição do consumo de água no Algarve da seguinte forma: agricultura - 60% / consumo domestico – 40% - sendo a água proveniente da dessalinização destinada ao consumo doméstico, para um universo de cerca de 100.000 consumidores, num total de cerca de 500.000 consumidores residentes (INE 2021), o rácio investimento/eficácia é manifestamente insuficiente. c)Os impactes negativos deste projecto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indirectamente, as pescas e o turismo. d)A concretização do projecto não está alinhado com as directrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. e)A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Directrizes da União Europeia, porque não promove a protecção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de protecção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . f)E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que as instalações de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Para os devidos efeitos, reitero a minha DISCORDÂNCIA relativa ao projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve. Faro, 19 de Dezembro de 2023 Joana Cabrita Martins

Anexos: 72727_Participação - Joana Cabrita Martins.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72726 Teresa Afonso em 2023-12-19

Comentário:

Reconhecendo a necessidade de que sejam repensadas soluções - mais ou menos imediatas - para a gestão da água doce, no Algarve, registaria o facto de o Professor Manupela (geólogo e investigador universitário) ter deixado um valoroso trabalho de investigação efetuado nesta área, segundo o qual o problema da enorme perda de água doce (que constantemente ocorre) para o mar poderia ser suprimido através da opção por uma obra de engenharia, transversal a praticamente toda a região algarvia, a qual permitiria reter toda essa água e distribuí-la eficazmente às populações e demais serviços. Tal solução (rede de tubagens subterrâneas) poderia constituir vantagem, na medida em que não teria efeitos colaterais perniciosos ao ambiente e constituiria uma excelente alternativa a outras soluções, como as dessalinizadoras, cujo impacte ambiental é, de acordo com vários estudos, reconhecidamente relevante.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Sugestão

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72725 Almargem - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve em 2023-12-19

Comentário:

Na qualidade de Organização Não Governamental de Ambiente, e no exercício dos direitos e deveres nesta matéria, a ALMARGEM – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve vem por este meio apresentar o seu parecer, que se encontra no documento em anexo.

Anexos: 72725_ParecerALMARGEM_Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72724 Teresa Cristina Pilar Fonseca em 2023-12-19

Comentário:

Eu, Tereza Fonseca, CC 11352425, no âmbito da Consulta Pública sobre o "Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve " DISCORDO com o projeto e apresento as seguintes observações: − A seca e a escassez de água tornam a eficiência hídrica uma necessidade incontornável e indiscutível perante os desafios globais relacionados com as alterações climáticas. Torna-se imperativo reduzir perdas de água, promover a reutilização das águas (residuais), reduzir os consumos de água através de boas práticas, elaborar planos de seca, aumentar a retenção entre outras medias. A eficiência hídrica (ou eficiência de utilização de água) passa pela adopção destas medidas em primeiro lugar. − Reconheço que o avanço de projetos de estação de dessalinização representa um passo nesse caminho, pois foi uma das várias medidas que o Plano Regional de Eficiência Hídrica no Algarve (PREHA) identificou no ambito da adopção de novas fontes de água. − A necessidade de água não pode, no entanto, comprometer a urgência em travar a crise de perda de biodiversidade. − Reconheço também a relevância de fortalecer a autonomia e segurança hídrica de Portugal. − Contudo, é crítico reconhecer que estações de dessalinização de água do mar deste tipo e dimensão, possuem inerentemente características ineficientes e impactantes, com o agravante de libertação de resíduos concentrados, o que os torna incoerentes com uma utilização sustentável dos espaço maritimo e recursos marinhos, assim como incompatíveis com zonas protegidas (ie áreas marinhas protegidas), cujo propósito é a conservação da natureza. − A transição hídrica deve ser cuidadosamente planeada e executada, considerando não apenas as alterações climáticas, mas também a preservação e valorização do capital natural assim como a salvaguarda das comunidades costeiras. − É fundamental assegurar que as ações em prol do consumo hídrico não comprometem a integridade dos ecossistemas marinhos, cruciais para travar a perda de biodiversidade e mudanças do clima. − Apelo no sentido de que os projetos de desenvolvimento de fontes alternativas de agua considerem nos seus objetivos as metas estabelecidas no que concerne a proteção da biodiversidade, especificamente o compromisso assumido por Portugal de proteger, até 2026, 30% do seu mar. − Ressalvo a necessidade de garantir que a tomada de decisão seja baseada em informação científica sólida, para não comprometer a conservação da natureza. É assim essencial assegurar que as incertezas e "lacunas de conhecimento" em relação aos impactes ambientais para os ecossistemas marinhos, habitats e espécies protegidas não são ignoradas nem minimizadas. Por essa razão, devem ser aplicados os princípios da precaução e da prevenção gradualidade na implementação deste tipo de projeto em áreas próximas de zonas sensíveis e/ou de importância local, por forma a garantir a complementação das lacunas evidentes acerca da importância destas zonas para a conservação e preservação. − Mais ainda, a construção desta estação de dessalinização de agua do mar irá ter impactes significativos tais como a "deslocação do esforço de pesca", que irão contribuir para um aumento de pressão (esforço de pesca) sobre as áreas adjacentes e maior conflitos com a redução do espaço efetivo de pesca. − Assim, apesar de se verificar a estratégia de procurar outros locais alternativos, a enumeração de boas práticas e potenciais medidas de mitigação patentes no projeto da Estação de Dessalinização de Agua do MAR, considera-se preocupante a falta de sessões informativas (inclusive com debate para o público geral), a apresentação dos impactes reais e significativos, a falta de informação de quem vai receber efectivamente esta água e a que valores. − É, desta forma, premente não se avance neste momento com este investimento relativamente ao projecto de Estação de dessalinização de água do mar do Algarve com estas características nem no local identificado. − Em caso extremo e caso este projeto devastador seja aprovado (do qual oponho-me), apelo à definição rigorosa de ferramentas que permitam avaliar e mitigar os impactes de estações

de dessalinização de agua do mar no ciclo da agua e na biodiversidade marinha, assim como fiscalizar os cumprimentos dos critérios e leis ambientais. − Em conclusão, reforçamos a necessidade de incorporar critérios ambientais e sociais nos projetos de dessalinização de água do mar, incluindo a não descarga da salmoura ou qualquer resíduos para o mar, aproveitando 100% dos resíduos, a definição de medidas de aproveitamento total dos resíduos e um maior envolvimento de todos os interessados. Face ao exposto, ressalta-se a urgência na resposta à crise hídrica e climática, reconhecendo, no entanto, essa ação não deve agravar a crise de biodiversidade. Desta forma, discordo com este projecto de elevado impacto social e ambiental negativo, prejudicial para o património natural e as comunidades locais.

Anexos: 72724_ConsultaPública_EstaçãodeDessalinizaçãoÁguaDoMar_Algarve.docx

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72723 Ana Moniz em 2023-12-19

Comentário:

Ponto prévio para expressar repúdio perante postura do Ministro do Ambiente ainda em funções: as suas declarações à comunicação social dão a construção da estação dessalinizadora como facto consumado, levando-nos a crer que a participação pública não é mais que um "faz-de-conta" de democracia participativa. Tenham vergonha, srs.governantes. 1. Pareceres cientificamente fundados da ONU (2019, Progr. Acção Global para Protecção Meio Ambiente Marinho de Actividades Terrestres) e da própria APA apontam o perigo para a qualidade dos oceanos apresentada pela disposição dos sobrantes da água sujeita a dessalinização, particularmente a salmoura. Não é possível garantir suficiente dispersão na descarga do sal obtido, condenando-se à morte ecosistemas marinhos locais, com repercussões previsíveis em àreas circundantes, efeito semelhante a uma pedrada num charco. 2.Idem,quanto aos demais sobrantes, nomedadamente a própria água de lavagem, reintroduzida a uma temperatura superior à do oceano e saturada de microorganismos e metais cuja dispersão, de novo, é impossível garantir. Outro fim tem que ser considerado para os sobrantes, havendo, contudo, o risco de concorrência com actividades tradicionais (salinas, minas de sal) e encarecendo ainda mais o processo. 3.Damos por reproduzidas as preocupações expressas pela PLATAFORMA ÁGUA SUSTENTÁVEL, relativamente aos custos desta fonte de água potável e sua repercussão socialmente injusta sobre o consumidor doméstico; idem,quanto à qualidade da água assim disponibilizada; idem, quanto ao exíguo número de consumidores alcançado, com uma contrapartida financeira e ambiental pesadíssima. 4. A central fotovotaica cuja implantação está prevista importará todos os problemas que decorrem para o ambiente quando se destrói espaço natural em áreas contínuas de média e grande dimensão, mesmo que para auto-consumo. 5.... De resto, não provendo a dita cfv a energia total necessária, pelo que previsivelmente a estação dessalinizadora aumentará o consumo nacional de energia obtida a partir de combustíveis fósseis. 6. MUITO PREOCUPANTE é a ilusão de abundância que criaria esta fonte de água potável, adiando medidas urgentes a tomar. 7. Esta ilusão adiará as medidas que deveriam já ter sido tomadas há muito. Coincidentemente, a RTP1 emitiu o programa "Hora de Agir" (12 de Dezembro) sob o tema "Água para reutilização e desalinização". Não acolhendo a totalidade das conclusões, invocam-se aspectos abordados que temos como pertinentes e essenciais: a) Mudança de

comportamentos - a água tem que vista ser como um bem precioso, finito e cada vez mais raro; b) Maior eficiência no uso da água, em 3 vertentes: componente municipal (uso doméstico), agricultura e indústria. c) Decisão (centralizada) sobre novas fontes de água. Todos estes aspectos configuram uma indispensável Gestão Integrada e Global da Água, a qual passa também por conhecer em cada momento a quantidade e qualidade de água nos aquíferos. 8. É absurdo falar-se em implantação de centrais dessalinizadoras quando há a estimativa de perdas de 25 a 30% de âgua TRATADA por obsolescência das redes públicas de distribuição. Concluindo: muito antes de se partir para a dessalinização, há que: a) educar todos os consumidores e organismos - públicos e privados - sobre o valor da água e seu melhor uso; b) garantir a eficiência das redes de distribuição; c) esgotar a recuperação e uso de águas residuais (a meta de 10% proposta pelo Governo é risível, de tão pouco ambiciosa); d) regular centralizadamente (e com fundamentação científica...) novas actividades implicando consumo elevado de água, particularmente visando a agricultura intensiva e o turismo de massas

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72722 Laura Goforth em 2023-12-19

Comentário:

• Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. • A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. • A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . • E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72721 Inês Mendes Batalha Cabral Cardoso em 2023-12-19

Comentário:

Sou natural de Lisboa mas residente no Algarve, mais propriamente em Lagos, há 12 anos. Vivo nos arredores da cidade e dedico-me à agricultura. Tenho vindo a assistir à degradação e diminuição drástica dos recursos hídricos. A situação já é calamitosa há algum tempo. Mas infelizmente, só agora, quando estamos em risco de ter a água racionada nas torneiras, é que as decisões políticas tendem a assumir o carácter de urgência. Só que isso já só acontece depois de muitos projectos de agricultura intensiva de abacates terem sido aprovados e estarem a ocupar uma área substancial da nossa região, absorvendo grandes quantidades de água proveniente dos lençois freáticos - água essa que é essencial à sobrevivência dessas árvores de fruto - uma vez que na Barragem já nenhuma água existe. Preocupa-me que a Central de Dessalinização esteja a ser encarada equanto a solução milagrosa para os nossos problemas. Temo que outras soluções importantes - e que implicam muito menos recursos humanos e financeiros - sejam desprezadas ou ignoradas, tendo por base a confiança (ilusória a meu ver) de que a Central irá resolver todos os problemas relacionados com o consumo de água. Preocupam-me também os danos colaterais e as consequências advindas da sua construção, nomeadamente: - o preço económico excessivo de se investir numa solução única muito dispendiosa - os problemas ambientais relativos à deposição no mar dos efluentes salinos e água sujas - o preço excessivo da água potável para consumo humano - o abandono da actividade agrícola na região, devido à escassez de recursos hídricos, os quais serão apenas canalizados para a expansão urbana e turística Espero que as autoridades competentes se debrucem, para além da Estação de Dessalinização da água do mar, no estudo de outras soluções complementares - como o aproveitamento das águas pluviais e residuais - no entido de uma gestão eficiente da água na região algarvia.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72720 Sara Valente em 2023-12-19

Comentário:

Eu, Sara Margarida Martinez Valente, com NIF 210810416 e email sara.martinez.valente@gmail.com, venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. • Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. • A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. • Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. • A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. • A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . • E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72719 Soraya Chamberlain em 2023-12-19

Comentário:

venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. • Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. • A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. • Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. • A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. • A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . • E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72718 Eileen Gruschka em 2023-12-19

Comentário:

Eileen Gruschka, NIF 297 312 375 info@eileengruschka.de venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. • Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. • A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. • Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. • A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. • A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . • E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72717 manuelabomba @gmail.com em 2023-12-19

Comentário:

Estou contra o processo de dessanilizaçao de água do Mar do Algarve

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72716 Luís Miguel Pereira Rodrigues em 2023-12-18

Comentário:

Luís Miguel Pereira Rodrigues, CC nº 10113956 e email lmprodrigues@gmail.com, venho apresentar a minha mais absoluta DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos seguintes motivos. 1. Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativamente aos ODS's, na medida em que será entregue a uma empresa público-privada, a qual será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água. Este tipo de situação é inadmissível e contra as regras do mercado. Com os preços elevados da tecnologia e da sua manutenção, o preço para o consumidor doméstico irá disparar. 2. A eficácia deste projecto é reduzida. O grande consumidor de água no Algarve (60%) e no país, é indústria agrícola e a água da(s?) estação(ões?) dessalinizadora(s?) destina-se, esperamos nós, ao consumo doméstico. Neste caso, a água dessalinizada apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores domésticos. Qual é a solução do PIAC AMAL para a agricultura? 3. Os impactos negativos deste projecto estão sub-valorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais destas centrais. Destacam-se o elevado consumo energético, recorrendo a combustíveis ou instalação de enormes parques solares, com óbvio prejuízo das áreas agrícolas e/ou naturais que irão desaparecer. Acrescem os drásticos impactos no meio marinho relativos à deposição e dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas com químicos. A qualidade da água do mar não voltará a ser a mesma, impactando toda a vida marinha numa área ainda por definir com clareza. Não há qualquer garantia de que não sejam afectados negativamente sectores como as pescas e o turismo, tanto o de massas como o turismo de baixo impacto, como o mergulho recreativo. 4. O projecto não está alinhado com as directrizes e os planos nacionais que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão da água, pelo que não resolve o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais. É incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA), bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática. Foi meramente uma hipótese estudada no âmbito do PIAAC Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. Nos estudos realizados pela Universidade de Lisboa para este plano, a primeira alternativa com potencial para resolver a longo prazo o problema hídrico do Algarve, mediante os diferentes cenários climáticos modelados, é a mudança profunda da indústria agrícola de que o Algarve é vítima há muitas décadas. A agricultura intensiva de regadio aparece como um perfeito anacronismo numa região que passou de mediterrânica a semi-desértica. Abandonar a agricultura intensiva de regadio permite uma eficiência de utilização que elimina liminarmente a necessidade de estações dessalinizadoras. No entanto, qual é a opção que as câmaras municipais, o Ministério da

Agricultura e a Águas do Algarve preferem? Aquela que é, de longe, a mais gravosa, a mais cara e aquela com impactos negativos mais profundos e para sempre. 5. O projecto contradiz as Directrizes da UE pois descura a protecção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o princípio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de protecção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM) nem a da Directiva das águas balneares . 6. No que respeita à Avaliação Nacional de Risco, o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação destas centrais nesta área representa um investimento perigoso. Aliás, com o horizonte temporal para que vai ser construída, será um investimento desastroso e, por isso mesmo, completamente injustificado e injustificável. 7. Não se justifica o desperdício de fundos, nacionais ou europeus, nem os profundos impactos negativos desta aventura, sem primeiro fazer tudo o que é possível (e que está estudado e descrito detalhadamente) para POUPAR água nos diferentes sectores, principalmente naqueles que mostram maior desperdício. Outra necessidade será a prioritização das utilizações. No entanto, todos estes processos são simplesmente lógicos e necessários e irão acontecer, mais cedo ou mais tarde, com ou sem projectos megalómanos e danosos para o Algarve, os algarvios, os portugueses e todos os que nos visitam, como é este da(s) estação(ões) dessalinizadora(s). Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projecto da Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72715 Ana Catarina Miranda em 2023-12-18

Comentário:

Eu Ana Catarina Sequeira Nunes Coutinho de Miranda, cartão de cidadão 11798730, NIF 217492851, venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. (1) Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. (2) A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. (3) Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. (4) A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os

planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. (5) A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . (6) E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72714 Mónica Viana em 2023-12-18

Comentário:

Eu, Mónica Filipa Rodrigues Viana, com o Cartão de cidadão nr. 12075257, com o endereço de email viana.r.monica@gmail.com., venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. ▯ Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. ▯ A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. ▯ Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. ▯ A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de

Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72713 Candida Nunes em 2023-12-18

Comentário:

Eu, Cândida Filipa Dias Nunes; NIF - 232982783, venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. • Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. • A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. • Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. • A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. • A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes

da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares .
• E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72712 Paula Sousa em 2023-12-18

Comentário:

Os impactes ambientais das centrais de dessalinização são enormes. Destruição de sistemas dunares e de praias.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72711 Vânia Baptista em 2023-12-18

Comentário:

Apresentar a minha DISCORD NCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. - Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. - A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. - Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha

e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. - A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. - A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . - E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72710 Lénia Xavier em 2023-12-18

Comentário:

Nome Lénia Maria Sousa Xavier CC ou NIF 103413995, Email ou outro contacto leniaxavier@gmail.com Venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. • Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. • A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. • Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. • A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo

que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. • A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . • E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve. Com os melhores cumprimentos

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72709 Maria João Moreno em 2023-12-18

Comentário:

venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. - Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. - A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. - Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. - A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. - A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar

do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . - E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72708 Robert Jenner em 2023-12-18

Comentário:

Compreendemos que o Algarve tem um problema cada vez mais sério de escassez de água (e qualidade). Embora a dessalinização ofereça uma solução potencial para minimizar o efeito da escassez de água, há questões significativas e gostaríamos de destacá-las para discussão e a consideração devida, e pedir às autoridades competentes que garantam que o projeto atual as tenha em consideração e as aborde da melhor forma tecnicamente possível na implementação: 1) Impacto Ambiental e na Biodiversidade: (i) Impacto Ambiental da Descarga de Salmoura: Os processos de dessalinização produzem uma quantidade significativa de salmoura, um subproduto contendo altos níveis de sal e frequentemente contaminado com químicos como cloro e cobre. Esta salmoura, quando descarregada no oceano, pode impactar severamente os ecossistemas. Ela reduz os níveis de oxigênio e altera a salinidade das águas receptoras, o que pode ser prejudicial para organismos que vivem no fundo do mar e ter efeitos em cascata ao longo da cadeia alimentar. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) e o Instituto das Nações Unidas para a Água, Meio Ambiente e Saúde (UNU-INWEH) enfatizam o risco da salmoura tóxica contaminar as cadeias alimentares se não tratada. (ii) O processo de captação pode capturar e matar a vida marinha, e os poluentes químicos representam riscos para humanos e vida marinha. Notamos que há uma necessidade premente de abordagens mais sustentáveis e inovadoras para gerir a produção de salmoura e reduzir seu impacto ambiental. Houve pouca informação pública sobre este plano e divulgação do seu impacto, por exemplo nas áreas de pesca e nos pescadores de Quarteira. Perguntamos-lhes diretamente, e não estavam cientes em Nov-2023. 2) Alto Consumo de Energia: A dessalinização é um processo altamente intensivo em energia, o que contribui não só para seu alto custo, mas também tem implicações por si só para as alterações climáticas. O Presidente da Câmara de Loulé afirmou publicamente querer proteger Loulé incluindo Quarteira do impacto das alterações climáticas, então gostaríamos de saber como este projeto garantiu que não vai adicionar em emissões em carbono ao ambiente? Além disso, que estudo foi ou será realizado para confirmar que esta infraestrutura não está em risco de subida do nível do mar e inundações? 3) Custo: Construir, manter e operar estruturas de dessalinização é caro. O alto custo da dessalinização é frequentemente passado aos consumidores na forma de contas de água mais altas. Embora entendamos que o capex

inicial do projeto pretende ser financiado com fundos da Comunidade Europeia, não houve discussão de custos futuros com a população afetada (algumas das quais sendo das comunidades mais empobrecidas / desiguais de Portugal) sobre o aumento nas suas contas de água. Entretanto e por exemplo, notando que a região de Vilamoura já tem tarifas de água muito altas para seus consumidores. Não houve discussão ou informação pública sobre o impacto, por exemplo, nas futuras contas de água dos consumidores. 4) Dependência de Energia e Infraestrutura: Depender fortemente da dessalinização pode tornar as regiões dependentes de fornecimentos contínuos de energia e de infraestrutura em funcionamento. Esta consideração tem relevância sobretudo em regiões com fontes de energia instáveis e/ou em risco de desastres naturais, como aumento do nível do mar e terramotos (o Algarve Central é uma das áreas de Portugal mais em risco de terramotos). 5) Desperdício, Superexploração de Recursos: Preocupa-nos de que a disponibilidade de água dessalinizada continue a levar ao uso excessivo ou má gestão dos recursos hídricos naturais, exacerbando os problemas já existentes de gestão de água no Sul de Portugal. Até ao presente momento, houve pouco esforço para resolver a escassez de água, por exemplo reduzindo a agricultura intensiva em água como e.g. a de abacate (ajudando a re-orientar os agricultores para cultivos mais adequados á região), reutilizando água tratada por ETAR para campos de golfe ou espaços verdes e lavando barcos, todos com água potável ainda nos presentes dias! 6) Questões Económicas, Sociais e Políticas: Projetos de dessalinização em larga escala podem ter implicações sociais e políticas, como disputas sobre direitos de água, e impactos em comunidades locais. Adicionalmente e muito importante para a economia local, parece não haver uma análise do impacto no turismo das obras de construção do oleoduto e infraestrutura na praia da Falésia – uma das mais movimentadas de Portugal e considerada uma das melhores praias do mundo? Estamos disponíveis para discutirmos diretamente com Vossas Excelências e contribuir com nosso conhecimento e experiência. Rob foi ex-CEO da companhia “VilamouraWorld” e a Dra. Patricia Rodrigues é Engenheira Química (de especialidade Ambiental) e mundialmente reconhecida em investimento em infraestrutura mundial.

Anexos: 72708_Rodrigues Jenner comments on desalination consultation 181223-1.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72707 Raymond Shinn em 2023-12-18

Comentário:

A construcao da Estacao de Desalinizacao nao conforma com Diretrizes da Uniao Europeu.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72706 Mariana Madeira em 2023-12-18

Comentário:

Eu, Mariana Brito Correia Madeira, CC nº 12999351, contacto electrónico mbcmadeira@outlook.pt venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. ● Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. ● A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. ● Os impactos negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. ● A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. ● A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . ● E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: 72706_consultapublica_MM.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72705 Maria Cristina Mendes Pinto Farrajota em 2023-12-18

Comentário:

Não estão terminadas obras de recuperação da rede de distribuição, para que não existam perdas. Não está iniciado todo o processo de reutilização de água, tanto para a agricultura como para outros fins. Não está avaliado quanto os dois passos anteriores, podem indicar ou não a necessidade de uma dessalinizadora. A tomada de água prevista para o Pomarão não está em andamento. Será que, no caso de ser necessária uma dessalinizadora, ela não teria menor impacte ambiental se a tomada de água fosse no rio Guadiana onde a água é salobra?

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72704 Teresa Gommersall em 2023-12-18

Comentário:

O projecto tera impactes negativos significantes.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72703 Manuel Afonso de Lousada Moreira em 2023-12-18

Comentário:

A Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve é um projeto absolutamente crucial ao combate à seca que ano após ano tem se vindo a verificar na região. Não obstante, é uma solução cara, devido à energia necessária no processo de dessalinização. Como forma de combate a este aumento do custo da água sugere-se que ao invés de descarregarem as salmouras no mar, aproveitem o produto concentrado resultante do processo para vender aos países do norte da Europa que carecem desse composto para descongelar as suas estradas. Acautelando assim o risco de contaminação do meio ambiente e da vida marinha local e em simultâneo arranjar uma forma de subsidiar o aumento previsto do preço da água.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Sugestão

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72702 Humberto Gloria em 2023-12-18

Comentário:

Venho por este meio apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida: - Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. - A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. - Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. - A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. - A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . - E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72701 Nuno Manjua em 2023-12-18

Comentário:

Nuno Miguel Dias Manjua, CC 11226623, residente em Faro, venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72700 Nelson Gonçalves em 2023-12-18

Comentário:

Venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve, pela falta de sessões de esclarecimentos públicos das entidades governamentais envolvidas, pela localização escolhida (praia da falésia nomeada por diversas vezes como das melhores praias do mundo) e pelos motivos que apresento de seguida: > Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. > A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. > Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. > A concretização do projeto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. > A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Diretiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Diretiva das águas balneares . > E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Suscetibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha DISCORDÂNCIA ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve. Nelson Miguel Martinho Gonçalves CC: 10038552 4 ZX0 nel.son@mail.com

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72699 Manuel da Silva Costa em 2023-12-18

Comentário:

Considerando que a opção da Dessalinizadora (16 Hm3)foi considerada a solução mais desvantajosa em todos os aspectos... porque foi a que prevaleceu? As outras opções consideradas foram: Alqueva - 3000 Hm3; Pomarão 40 Hm3; Foupana 40 Hm3; Reutilização 50 Hm3; redução de Perdas... De notar que 16 Hm3 de produção anual de Dessalinização não correspondem a mais de 30% do consumo urbano do Algarve como noticiado pela APA. Como é possível considerar-se haver falta de água no Algarve quando a reutilização é inferior a 1% do efluente tratado disponível e que a curva da produção sazonal das ETARs é idêntica á das necessidades de rega ? A opção pela Reutilização na rega, que além da disponibilidade de água e de nutrientes, evita a poluição de cursos de água, albufeiras e praias não foi considerada, apesar do contínuo encerramento das praias devido á poluição provocada pelas ETARs. Acresce que se a rega com águas esiduais for destinada a fruteiras, vinha ou floresta não necessita de um grau de depuração tão elevado, enbaratecendo os sistemas de depuração dos efluentes urbanos. Também não foi considerada a hipótese de dessalinizar os efluentes, opção menos dispendiosa do que a da água do mar... Já repararam que no caso de Espanha, onde existem várias dessalinizadoras, elas se situam todas na costa mediterrânica, onde a precipitação e reduzida e que a reutilização é uma prática usual ?

Anexos: 72699_Público Reutilização.docx

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72698 Marta Helena Figueiredo Lopes em 2023-12-18

Comentário:

Apresento a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. • Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. • A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. • Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. • A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia

Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. • A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . • E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72697 Mário Fernandes Formigal Morgado Palhavã em 2023-12-18

Comentário:

Prioridade 1 – Alqueva – Beneficiação do Alentejo e do Algarve. Escoamento de água do Alqueva para bacias de receção da região de Odemira e do Algarve (Barlavento – já previsto). No Sotavento, seria necessário mais uma fonte de água natural (além de Beliche e Odeleite já existentes), como o caso de nova barragem em Foupana e a ligação do Guadiana à barragem de Odeleite, a partir do Pomarão que tem sido muito comentado. Prioridade 2 – Tejo – Beneficiação do Ribatejo e da região do Alentejo (principalmente no norte), não beneficiada pelo Alqueva. Prioridade 3 – Beneficiação de outras regiões mais carenciadas, nomeadamente para norte do Tejo, e posteriormente continuar para norte e nordeste. Faseamento das construções das estruturas, para a possibilidade da sua utilização também faseada; e ficarem bem definidas as fronteiras das regiões a beneficiar, de forma a não haver sobreposições das áreas atingidas, no futuro.» Gerindo bem, como os israelitas, percebendo este conceito, o povo pode ficar tranquilo que temos água suficiente. As necessidades hídricas do Algarve rondam 320.000.000 m3/ano, que podem ser reduzidas em menos 14.000.000m3, que são as atuais perdas na rede. Assim em milhões de m3: consumo humano 100, campos de golfe e jardins 20 e agricultura 200. Só em águas residuais para rega podemos aproveitar 50.000.000 m3/ano, com segurança, higiene alimentar e redução de custos nas ETARs, pois as plantas podem usar essa água com um nível de limpeza menor do que se a mesma fosse para consumo humano, redução de poluição dos aquíferos, visto a mesma ser absorvida pelas plantas. Evitamos rega com água para consumo humano. Aqui está a primeira razão de termos chegado a esta emergência de falta de água, as autoridades não fizeram nada para aproveitar as águas residuais, quando era o primeiro ponto da estratégia desde há mais de 6 anos. Só agora vão investir com o PRR. A dessanilização dos solos também já está atrasada, veja-se a ETAR de Vila Real Santo António com salinidade elevada.

Anexos: 72697_LUGAR AO SUL ÁGUA É VIDA.docx

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72695 Paulo Jorge Freitas Gomes da Silva em 2023-12-18

Comentário:

Em função dos impactes ambientais negativos desta obra na orla costeira do Algarve, como cidadão , ambientalista e educador sou claramente contra.

Anexos: 72695_Central dessalinadora no Algarve parecer 2024.docx

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72694 Joao Maria Castelo Branco de Azevedo Mendes em 2023-12-18

Comentário:

Discordo totalmente!

Anexos: 72694_dessalinizadora.docx

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72693 Manuel Alfredo Cavaco Bento Coelho em 2023-12-18

Comentário:

Discordo da solução apresentada pois entendo que seria muito melhor limpar as ribeiras e fazer pequenas barragens coletoras das aguas da chuva e um sistema para tratamento das mesmas por forma a que não continuem a sêr quase totalmente desperdiçadas!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Sugestão

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72692 João Perestrello em 2023-12-18

Comentário:

CONSULTA PÚBLICA DA DESSALINIZADORA NO ALGARVE João Perestrello titular do CC 1273946, com Email jperestrello@hotmail.com , vem apresentar a sua DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve. M cumprimentos João Perestrello

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72691 Alicja Aurelia Gladysz em 2023-12-18

Comentário:

ALICJA GLADYSZ, NIF 288680022, , venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72690 Glocal Faro em 2023-12-18

Comentário:

Em nome do colectivo GlocalFaro apresentamos a nossa discordância com este projecto, por hipotecar o futuro e agravar a situação ambiental. Junatmos um ficheiro com a posição fundamentada. Francisca Emília Viegas CC 02086638 Rua do Alportel , Nº 85- 1º, 8000-292 Faro

Anexos: 72690_CP Dessalinizadora 2023.docx

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72689 Maria Teresa Rosa Aça de Matos em 2023-12-18

Comentário:

Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável Tem impacte negativo no ambiente, designadamente na qualidade da água marinha O projeto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais que visam melhorar a obtenção e gestão do recurso imprescindível A sua construção é contraditória com Diretrizes da UE

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72688 Beatriz CC em 2023-12-18

Comentário:

Eu, Beatriz Mendes Batalha Cabral Cardoso, CC 12311737, com o email cardosobea@yahoo.com.br venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. 1- Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. 2- A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. 3 - Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. 4 - A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. 5 - A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . 6 - E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72687 Gianmaria em 2023-12-18

Comentário:

Eu, Gianmaria Califano (com CC 33273223, Email gianmaria.califano@gmail.com), venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. 1. Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. 2. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. 3. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. 4. A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. 5. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . 6. E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72686 Hans Eickhoff em 2023-12-18

Comentário:

Eu, Hans Christian Agusta Eickhoff, com o NIF 208590641, venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. (1) Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. (2) A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. (3) Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. (4) A concretização do projeto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. (5) A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Diretiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Diretiva das águas balneares . (6) E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Suscetibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72685 Paula Alves Alírio em 2023-12-18

Comentário:

A construção da Estação de Dessalinização é prematura pois sempre foi considerada como solução última e ainda há muito para fazer nomeadamente no reaproveitamento de águas residuais para utilização na agricultura.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72684 Veralisa Brandão em 2023-12-18

Comentário:

Discordo da Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve. Envio ficheiro com fundamentação em anexo.

Anexos: 72684_Dessalinizadora.docx

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72683 Tamera em 2023-12-18

Comentário:

Isabel Rego Chaves Rosa, CC 8023276, rozabou@gmail.com, venho apresentar a minha DISCORDANCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água

(PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72682 Delfina Arraes em 2023-12-18

Comentário:

Venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com

Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72681 Humberto Rodrigues em 2023-12-18

Comentário:

O prejuízo para os ecossistemas marinhos ,a qualidade da água nas nossas praias a qualidade do ar, pois serão queimados muitos litros de combustível diariamente

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72680 Miguel Cardoso em 2023-12-18

Comentário:

Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos

nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72679 Ana Maria Teixeira Moreno-Bormann em 2023-12-18

Comentário:

Eu, Ana Maria Teixeira Moreno-Bormann., NIF 164710221., Email: anamoreno@posteo.de., venho comunicar a minha total DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve, nomeadamente porque: 1. Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável; ora Portugal assumiu esse compromisso no âmbito dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável; A empresa público-privada à qual o projecto será entregue será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, provocará um grande aumento do preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. Além disso, será uma água de qualidade inferior, que terá de ser mineralizada, enquanto água de melhor qualidade e baixo preço continuará a ser usada em explorações agrícolas privadas. 2. A eficácia deste projecto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. 3. Por outro lado, os impactes negativos deste projecto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. 4. A concretização do projecto não está alinhada com as directrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos

recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. 5. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Directrizes da União Europeia, pois não promove a protecção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (UE) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de protecção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas marinhos, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha total OPOSIÇÃO ao projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve e espero que os argumentos invocados sejam devidamente considerados. Mais considero que os anúncios sobre a construção da dessalinizadora não deveriam estar a ser feitos quando ainda está a decorrer a consulta pública, como se esta fosse um mero pró-forma. Assim se descredibiliza a participação dos cidadãos e a própria Democracia.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72678 Michael Hagedorn em 2023-12-17

Comentário:

Venho comunicar o meu total DESACORDO com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve, nomeadamente porque: 1. Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável; ora Portugal assumiu esse compromisso no âmbito dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável; A empresa público-privada à qual o projecto será entregue será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. Além disso, será uma água de qualidade inferior, que tem que ser mineralizada, enquanto água de melhor qualidade e baixo preço continuará a ser usada em explorações agrícolas privadas. 2. A eficácia deste projecto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. 3. Por outro lado, os impactes negativos deste projecto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. 4. A concretização do projecto não está

alinhada com as directrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. 5. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Directrizes da União Europeia, porque não promove a protecção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (UE) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de protecção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas marinhos, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72677 Catarina Sá em 2023-12-17

Comentário:

Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve Nome: Catarina S C S H Só CC 6880338 Email universidia11@gmail.com Venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água

(PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72676 Nídia Rebelo Braz em 2023-12-17

Comentário:

Consulta Pública do projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve Nome Nídia Maria Dias Azinheira Rebelo Braz, NIF 118819607, Email nbraz@ualg.pt, venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve, pelos motivos que apresento de seguida: • Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em os preços do seu funcionamento farão disparar o preço da água para o consumidor doméstico • A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. • Os impactos negativos deste projeto estão desvalorizados. O elevado consumo de energia e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas terão impacto negativo sobre a vida marinha e sobre as praias algarvias e, indiretamente, sobre as pescas e o turismo. • A concretização do projecto não está alinhada com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA), bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC). • A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a “Directiva Quadro da Estratégia

Marinha" (DQEM), nem a "Directiva das Águas Balneares". • A "Avaliação Nacional de Risco" nas suas "Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros", identifica o Algarve como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de aqui de centrais de dessalinização representa um investimento com consequências perigosas. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: 72676_NB_CP Dessalinizadora.docx

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72675 Sandra Cláudia salgado em 2023-12-17

Comentário:

Venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que se seguem: Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso.

Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72674 Christian Gotsch em 2023-12-17

Comentário:

Eu, Christian Gotsch, NIF 283 929 588, email: christian@mari-roberts.com, venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. • O projector não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. • A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água é a agricultura (no Algarve são 60%), enquanto a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico. • Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados por parte do proponente. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. Para cada litro de agua tratado para consume restariam um litro e meio de salmoura que deveria dispersado ao mar. Assim a qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. • A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. • A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . • E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve. Christian Gotsch Santa Catarina da Fonte do Bispo, Tavira

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72673 AZU, Associação Ambientalista em 2023-12-17

Comentário:

A associação ambientalista AZU (Ambiente em Zonas Uraníferas) vem apresentar a sua discordância ao projeto de estação de dessalinização de água do mar do Algarve pelos motivos que se apresentam de seguida: - A eficácia do projeto é reduzida pois o grande consumidor de água no Algarve e no país, é agricultura e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico; - Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim as pescas e o turismo; - A concretização do projeto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da escassez dos recursos hídricos regionais; - A construção da estação de dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve. Não considera a Diretiva Quadro da Estratégia Marinha nem a Diretiva das águas balneares; - E ainda no que respeita à avaliação nacional de risco o Algarve está identificado nas cartas de suscetibilidade: destruição de praias e sistemas dunares, inundações e galgamentos costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais deste género representam um investimento perigoso; Face aos motivos apresentados anteriormente manifestamos a nossa oposição ao referido projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72672 Maria Emilia Lima Costa em 2023-12-17

Comentário:

Maria EMÍLIA Lima Costa, com o NIF 121083411, cujo Email é mgoharu@gmail.com, venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. - Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à

---

vida que é a água. - A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. - Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. - A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo .-A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . - E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72671 Genoveva Faísca em 2023-12-17

Comentário:

Venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos seguintes motivos: Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos

ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72670 Rosa Maria Pires Teixeira em 2023-12-17

Comentário:

Eu, Rosa Maria Pires Teixeira, NIF 122512197, com o email: zitapt@yahoo.com, venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. Os impactos negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. A concretização do

projecto não está alinhada com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72669 Cândida Helena Shinn em 2023-12-17

Comentário:

Eu Cândida Helena Shinn, NIF 229353240, doutorada em Ecotoxicología Aquática, venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. 1. Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. 2. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. 3. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. 4. A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA);

bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. 5. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . 6. E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72668 Alice Pisco em 2023-12-17

Comentário:

Eu, Alice Maria Ramos Pisco, NIF 119916053, alice.pisco@gmail.com, venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA relativa ao projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos seguintes motivos: - A ONU reconhece que sem o concurso das dessalinizadoras não será possivel garantir o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de garantir o acesso a água potável a toda a população do planeta. Alerta, no entanto, para os impactes negativos desra solução e aconselha a sua utilização só em último recurso. - Em Portugal, há um entendimento semelhante - no Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas, a dessalinização não é sequer referida; e no PIAAC- Algarve é referida como uma solução não imediata, a carecer de estudo (nunca antes de 2030, ou 2060); no PREHA Algarve é uma Medida a médio e longo prazo. - Em contraponto, quer o PIAAC quer o PREHA apontam para a urgência de renovar as redes de abatecimento de água e reutilizar àguas residuais. - O resultados das ações em curso no sentido de renovar as redes de abastecimento de água (com perdas médias de 30%) e para garantir a reutilização de águas residuais, não são conhecidos - nem o ponto de situação das ações, nem os resultados já alcançados nem a previsão de resultados finais. Neste contexto, não é possivel avaliar a necessidade de instalação de uma dessalinizadora. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, com impactos negativos muito fortes na biodiversidade marinha. Concretamente, o Parque Natural Marinho do Recife do Algarve - Pedra do Valado, recentemente aprovado https://www.wilder.pt/historias/portugal-tem-nova-area-protegida-a-primeira-criada-neste-seculo-no-continente/ constantemente propangandeado pelo Ministro do Ambiente na Cop 28, e a implementar em 2024 nas áreas marinha dos concelhos de Albufeira, Lagoa e Silves, previsivelmente será gravemente lesado com a instalação da Estação de

DSessalinização. Em conclusão, a concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática e, a prazo gravará o problema que se pretende resolver. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72667 Isabel Nunes em 2023-12-17

Comentário:

Não concordo por achar que para além de configurar mais um crime ambiental não resolve o grave problema da seca, principalmente em termos de acesso igualitário.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72666 Francisco Pinheiro em 2023-12-16

Comentário:

Eu, Francisco João Telmo de Sousa Pinheiro, CC: 11982949, pinheiro.fj@gmail.com, venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis,

visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72665 Paula Pedro em 2023-12-16

Comentário:

Eu, Paula Alexandra Inocêncio NIF 211193496, Email pedro154@sapo.pt venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma

eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72664 Joana van Hellemond em 2023-12-16

Comentário:

A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares .

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72663 Madalena Guerreiro em 2023-12-16

Comentário:

Madalena gregório Jorge Guerreiro, CC 02045994, E-mail - mgjguerreiro@gmail.com, venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. • Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. • A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000

consumidores. • Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. • A concretização do projeto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que admite, eventualmente, analisá-la a longo prazo. • A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Diretiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Diretiva das águas balneares . • No que concerne à Avaliação Nacional de Risco, o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72662 Celso Candeias em 2023-12-16

Comentário:

Celso Candeias, NIF: 220838140, Email: zangro@live.com.pt, venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as

praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72661 Ângela Rosa em 2023-12-16

Comentário:

Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve Pode copiar o texto na íntegra, ou apenas partes para completar os argumentos da sua participação. Ângela Maria Lourenço Rosa CC 12706141 , email: gaiamelodica@gmail.com, venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis,

visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72659 Fernando Sequeira em 2023-12-15

Comentário:

Não concordo com o projeto de dessalinização porque: 1. Destrói as praias 2. Não respeita a proteção dos recursos marinhos

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72658 José Lúcio Amaral de Almeida em 2023-12-15

Comentário:

Sim à Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve. Sim a esta, e sim a mais 20 estações de dessalinização nos sítios onde a seca se faz sentir !!! Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve José Lúcio Amaral de Almeida, CC 01112678 7 ZX6, Email joselucioalmeida@gmail.com, tlm 917284308, venho manifestar a minha TOTAL CONCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. ● Assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa

reputada, que será justamente compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços moderados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará diminuir o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. ● A eficácia deste projeto é elevada, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora responderá cabalmente às necessidades anuais de cerca de 1.000.000 consumidores. ● Os impactes positivos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos reduzidos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o reduzido consumo de combustíveis e à não existência de problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai aumentar, impactando positivamente a vida marinha e as praias algarvias e assim, diretamente, as pescas e o turismo. ● A concretização do projecto está alinhada com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é coerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. ● A construção da Estação de Dessalinização está alinhada com Diretrizes da União Europeia, porque promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e respeita cabalmente o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, considerando assim a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), e a Directiva das águas balneares . ● E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco mínimo pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento altamente louvável. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha TOTAL CONCORDÂNCIA E APOIO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve. Assinado: José Lúcio Amaral de Almeida

Anexos: 72658_MEU_APOIO_À_DESSALINIZADORA.docx

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72657 M. Almeida em 2023-12-15

Comentário:

Venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida: »» Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. »» A eficácia deste projecto é reduzida, pois o grande consumidor de

água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. »» Os impactes negativos deste projecto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indirectamente, as pescas e o turismo. »» A concretização do projecto não está alinhado com as directrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. »» A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Directrizes da União Europeia, porque não promove a protecção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o princípio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de protecção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . »» E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72654 maria joao machado alves do rio em 2023-12-15

Comentário:

Só peca por tardia.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72653 Maria em 2023-12-15

Comentário:

De acordo com o PIAAC (Plano de Adaptação às Alterações Climáticas do Algarve CI-AMAL), "esta medida apresenta externalidades negativas elevadas nomeadamente para o setor Energia (consumos elevados), Biodiversidade (destruição de habitats marinhos no processo de captação de água e na descarga de salmoura), o preço real da água dessalinizada para Agricultura ou os impactos visuais da construção da central junto à costa", não se vendo medidas de minimização destes impactos. Não se verificam medidas de proteção/minimização do impacte negativo sobre as populações de Narcissus bulbocodium.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72652 João Carlos Rios em 2023-12-15

Comentário:

Já vem tarde

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72650 fernanda maria carvalho castanheira em 2023-12-14

Comentário:

Fernanda Maria carvalho Castanheira, NIF 185720188, com o email: fernanda_castanheira@hotmail.com, venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. • Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. • A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. • Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A

qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. • A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. • A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . • E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72636 Antonio Rocha em 2023-12-14

Comentário:

Parece-me muito importante o investimento em novas origens de água para consumo humano, em particular numa zona do país tão habitualmente afetada por fenómenos de seca, que tenderão a agravar-se. Por outro lado, é necessário reforçar a disponibilidade de água potável nos períodos de verão mais críticos, tendo em conta a sazonalidade do turismo e a necessidade para a região e para o país de se manter competitivo no turismo em relação aos outros países concorrentes.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72633 João Pedro Nascimento dos Santos em 2023-12-14

Comentário:

Boa tarde, Venho apresentar a minha discordância e preocupação com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que enumero em baixo: 1. Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. 2. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. 3. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. 4. A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. 5. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva 6. Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . 6. No que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha oposição ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72632 Solange Maria Romao Camacho em 2023-12-14

Comentário:

Solange Maria Romão Camacho, NIF 143298399, Email solange.camacho@gmail.com, venho apresentar a minha DISCORDância com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida: Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o princípio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72548 Joana Costa Lopes do Rego em 2023-12-13

Comentário:

Apresento a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. ● Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. ● A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização

destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. ● Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. ● A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. ● A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . ● E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72514 Tânia Horta em 2023-12-12

Comentário:

Não concordo com a aprovação da dessalinizadora sem que sejam discutidos todos os pontos a favor e contra o projecto. Acho importante o desenvolvimento de outras medidas com menos impacto ambiental.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72499 Maria Helena Nobre Simões em 2023-12-12

Comentário:

A dessanilizacão é extremamente prejudicial, muito dispendiosa e não resulta efectivamente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72497 Patricio Luis em 2023-12-12

Comentário:

Não é a solução

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72483 Eunice Henriques em 2023-12-11

Comentário:

Pelo exemplo que temos do que se passa em Espanha, no processo de dessalinização, este não é o método mais ecológico, nem o mais eficiente e nem mais económico. E já está visto que trará outros problemas associados. Discordo absolutamente e insisto que seja repensado este processo por outra alternativa mais viável.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72469 Jorge Pontes em 2023-12-09

Comentário:

Totalmente de acordo, tendo em conta as necessidades urgentes da região em relação à água. Para além disso, o uso das águas residuais para a agricultura seria imprescindível

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72468 Hilary Cooke em 2023-12-09

Comentário:

MINUTA – Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve Pode copiar o texto na íntegra ou copiar apenas partes para completar os argumentos da sua participação. Nome: Hilary Cooke CC ou NIF: 304405680 Email ou outro contacto hilary.cooke@gmail.com venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos

Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72464 Jorge d'Almeida em 2023-12-08

Comentário:

São bem conhecidos os aspetos negativos do modelo de dessalinização em análise, dos pontos de vista energético e de impacto ambiental. Isto para além de necessitarem de uma larga área de terreno numa zona costeira de grande valor urbanístico. Chamo a atenção que existem hoje soluções subaquáticas que têm grandes vantagens em relação às soluções terrestres nos três aspetos referidos: maior eficiência energética, menor impacto ambiental e ausência de impacto urbanístico. Um exemplo de solução subaquática é comercializada pela empresa norueguesa Waterise - ver ficheiro em anexo. Sugiro que os termos de referência da unidade de dessalinização de água do mar do Algarve admita uma solução subaquática.

Anexos: 72464_221122_Waterise General presentation.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Sugestão

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72460 Solange G. em 2023-12-07

Comentário:

Venho apresentar a minha Oposição do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: 72460_Assunto Discordância à Estação de.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72459 Luís Palma em 2023-12-07

Comentário:

Venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. • Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. • A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60%), e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. • Os impactos negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. • A concretização do projeto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. • A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Diretiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Diretiva das águas balneares . • E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Suscetibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado, pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72456 Maria Marcela Vasconcelos em 2023-12-07

Comentário:

Não sendo especialista da matéria e seguindo apenas a informação veiculada pelos órgãos de comunicação, concordo com o projecto, uma vez que a falta de água no Algarve está a exigir medidas concretas e eficazes.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72455 Vítor José Soares dos Santos em 2023-12-06

Comentário:

Nome: Vítor José Soares dos Santos CC ou NIF: 211628131 Email: v.j.soaressantos@gmail.com Venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. • Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo a o s Objetivos d e Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. • Aeficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. • Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. Aqualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. • Aconcretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. • Aconstrução da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . • E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam

um investimento perigoso. ENUMERANDO ALTERNATIVAS Porque considero que enumerar eventuais alternativas àquilo que se discorda, também é importante, aqui vão algumas: .1 Adotar os métodos agrícolas que se coadunam com o clima do Algarve, nomeadamente culturas de sequeiro e culturas que permitam a regeneração dos ecossistemas e a retenção de água no solo (permacultura e agricultura sintrópica, por exemplo) e deixem de se promover culturas que são ecologicamente insuportáveis. 2. Que o fornecimento da água para irrigação de campos de golf seja em exclusivo proveniente de águas tratadas pelas ETARs. 3. Dotar as cidades e as edificações em geral de sistemas de recolha e armazenamento de água da chuva para consumo doméstico ou outros. 4. Limitar o uso privado de água proveniente de aquíferos que não sirvam diretamente a comunidade em geral. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve. Com os melhores cumprimentos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72454 Oliver Duarte em 2023-12-06

Comentário:

Nome: Sara Inês Benevides Santos CC ou NIF: 246151226 Email: duduwood76@gmail.com Venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. • Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo a o s Objetivos d e Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. • Aeficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. • Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. Aqualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. • Aconcretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. • Aconstrução da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos

de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . • E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. ENUMERANDO ALTERNATIVAS Porque considero que enumerar eventuais alternativas àquilo que se discorda, também é importante, aqui vão algumas: .1 Adotar os métodos agrícolas que se coadunam com o clima do Algarve, nomeadamente culturas de sequeiro e culturas que permitam a regeneração dos ecossistemas e a retenção de água no solo (permacultura e agricultura sintrópica, por exemplo) e deixem de se promover culturas que são ecologicamente insuportáveis. 2. Que o fornecimento da água para irrigação de campos de golf seja em exclusivo proveniente de águas tratadas pelas ETARs. 3. Dotar as cidades e as edificações em geral de sistemas de recolha e armazenamento de água da chuva para consumo doméstico ou outros. 4. Limitar o uso privado de água proveniente de aquíferos que não sirvam diretamente a comunidade em geral. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve. Com os melhores cumprimentos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72453 Artur Jorge Pereira Duarte em 2023-12-06

Comentário:

Nome: Artur Jorge Pereira Duarte CC/NIF 999003/159485592 E-mail: pereira.duarte@sapo.pt Venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. • Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. • A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. • Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. • A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo

que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. • A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . • E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. • Para resolver o problema da falta de água de forma sustentável e sem prejuízo para o meio-ambiente é preciso reduzir o consumo de água planificando devidamente as actividades agrícolas, a indústria do turismo e quaisquer outras actividades que venham a surgir no futuro. Não podem ser permitidos projectos para os quais não existem recursos para os alimentar. As actividades em exploração devem ser fiscalizadas e após análise deverão ser encerradas caso não existam recursos hídricos. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve. Tavira, 06/12/2023 Artur Jorge Pereira Duarte

Anexos: 72453_Participação consulta pública - Estação de Dessalinização - Artur Duarte.docx

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72452 EUGENIA MARIA CASTRO LOPES DUARTE em 2023-12-06

Comentário:

é muito importante criarmos mecanismos para obter a água potável a partir do mar, à semelhança de outros países. Há escassez de água em alguns períodos do ano, o nos deve elevar a prevenir uma situação mais dramática

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72451 MARIA DA GRAÇA MARTINS MADEIRA em 2023-12-06

Comentário:

Venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. • Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. • A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. • Os impactos negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. • A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. • A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . • E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72450 Sandra em 2023-12-06

Comentário:

Discordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72448 Tiago Carneiro Jacinto em 2023-12-06

Comentário:

Eu, Tiago Carneiro Jacinto, portador do Cartão de Cidadão n.º 11667732, venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é a agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indirectamente, as pescas e o turismo. A concretização do projeto não está alinhada com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Diretiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Diretiva das águas balneares. E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco, o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve. O que é necessário é investimento público para

a manutenção e requalificação da rede pública de distribuição para combater o desperdício de água potável devido às enormes perdas na rede. Além disso é necessário alterar o perfil produtivo agrícola adaptando o mesmo às condições climáticas da região, nomeadamente apostando na agricultura de sequeiro. Por outro lado, é necessário limitar ao máximo a utilização de água potável para a rega de espaços verdes que requeiram grandes quantidades de água. Também é necessário reequacionar o licenciamento de mais piscinas individuais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72445 Jessica Dunn em 2023-12-06

Comentário:

MINUTA – Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve Nome ……Jessica Dunn CC ou NIF .....189492970 Email ou outro contacto….. jessicadunnartist@gmail.com venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de

Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72439 Lydia Dunn Ribeiro em 2023-12-05

Comentário:

Lydia Dunn Ribeiro, NIF 261084046, email lydiadunnribeiro@gmail.com, venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72438 rute guerreiro em 2023-12-05

Comentário:

Nome Rute Xavier Guerreiro, CC ou NIF 8474112 Email: rute.xguerreiro@gmail.com
Venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. • Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. • A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. • Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. • A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais – é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. • A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . • E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. ENUMERANDO ALTERNATIVAS Porque considero que enumerar eventuais alternativas àquilo que se discorda, também é importante, aqui vão algumas: 1. Adotar os métodos agrícolas que se coadunam com o clima do Algarve, nomeadamente culturas de sequeiro e

culturas que permitam a regeneração dos ecossistemas e a retenção de água no solo (permacultura e agricultura sintrópica, por exemplo) e deixem de se promover culturas que são ecologicamente insuportáveis. 2. Que o fornecimento da água para irrigação de campos de golf seja em exclusivo proveniente de águas tratadas pelas ETARs. 3. Dotar as cidades e as edificações em geral de sistemas de recolha e armazenamento de água da chuva para consumo doméstico ou outros. 4. Limitar o uso privado de água proveniente de aquíferos que não sirvam diretamente a comunidade em geral. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve. Com os melhores cumprimentos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72437 Patrícia Cardoso em 2023-12-05

Comentário:

Traga mais beneficios para a região nunca esquecendo a sustentabilidade ambiental e as infraestruturas

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72435 Anabela Cardoso de Resende em 2023-12-04

Comentário:

Anabela Cardoso de Resende, BI 7896707, NIF 100088660 anabelaresende.58@gmail.com, Venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. 1. Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. 2. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. 3. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas

e o turismo. 4. A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. 5. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . 6. E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72434 Melanie Köbel Batista em 2023-12-04

Comentário:

Eu, Melanie Köbel Batista, CC nº 13621585, e-mail mkobel@ciencias.ulisboa.pt, venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. • Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. • A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. • Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. • A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia

Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. • A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . • E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72433 Carla Cristo em 2023-12-04

Comentário:

Venho apresentar a minha discordância com o projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida: • Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. • A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. • Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. • A concretização do projeto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. • A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a

proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . • E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72432 Olhãopesca-Organização de Produtores de Pesca do Algarve, C.R.L. em 2023-12-04

Comentário:

A Olhãopesca - Organização de Produtores de Pesca do Algarve, CRL, em representação dos armadores aderentes (183 embarcações de pesca), vêm apresentar a DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos a seguir indicados. Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da

biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72430 Carla Ramos em 2023-12-04

Comentário:

Eu, Carla Isabel Serrano Ramos, com CC 10478106, residente no Algarve, venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. • Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. • A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. • Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. • A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. • A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . • E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso.

Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72429 Nuno Alexandre Rosa Araujo em 2023-12-04

Comentário:

Venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. * Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. * A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. * Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. * A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. * A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . * E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: 72429_Minuta CP Dessalinizadora_Nuno.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72427 Hugo Manuel Santos Martins em 2023-12-04

Comentário:

Infelizmente não aprendemos nada! venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72426 QUARPESCA em 2023-12-04

Comentário:

venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. Que estudos de impacto ambiental existem? Acreditamos à sorte que não haverá impacto? A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Porque motivo o projeto não prevê o tratamento dos dejetos em terra? Vamos hipotecar a qualidade da à gua das nossas praias e do nosso pescado? Não existe alternativa de localização?

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72425 Sarah Hutchings em 2023-12-04

Comentário:

Nome SARAH HUTCHINGS CC ou NIF 276204344 Email ou outro contacto casanovalgarve@gmail.com Venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72419 Frederico gomes em 2023-12-03

Comentário:

Porque está água destina-se ao consumo doméstico. A melhor água devia ser dada ao ser humano e usariam esta para a agricultura e afins. É a água passaria a ser mais cara. Nome Frederico Miguel Fernandes Gomes CC 13210350 email frederic0g0mes@hotmail.com venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é a agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indirectamente, as pescas e o turismo. A concretização do projeto não está alinhada com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Diretiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Diretiva das águas balneares. E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco, o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso.

Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72416 paulo César Pombo Maio em 2023-12-02

Comentário:

Concordo com a solução que se torna cada vez mais urgentes com precipitações de 300mm e deixo no ar a análise/estudo duma segunda estação, para mais dada a elevada dependência da região, demasiada até, do turismo. Entre as duas alternativas escolho a segunda. Desejo igualmente que sejam utilizadas energias renováveis para os gastos energéticos, que ainda são elevados nestas soluções, bem como para diminuir o preço da água. No entanto gostaria que ao mesmo tempo, porque não há soluções únicas que se implementassem as seguintes medidas: - substituição das condutas que têm elevadas perdas por fugas; - apoio para a construção de cisternas/algerozes nas casas e zonas industriais (Ex:Mar Shoping); - apoio para a construção de dessalinzadoras solares como se pretende em Loulé; - apoio à rega gota-gota e monitorização da área de regadio no algarve, cuja capacidade dificilmente poderá aumentar à existente; - simplex para a criação de charcas/pontos de água na serra algarvia para a agricultura/gado/caça/incêndios; - objectivo de 100% de rega dos campos de golf com as águas residuais; -maior fiscalização e coimas elevadas para quem prevarica com os furos, rega; -

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72413 Pedro Joel Barbosa Barros em 2023-12-02

Comentário:

Pedro Joel Barbosa Barros, Cartão de cidadão: 12616869, Email: joel.barros@tamera.org , Venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. - Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. - A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas

responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. - Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. - A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. - A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . - E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72412 Nídia Barata em 2023-12-02

Comentário:

Nídia Martins Barata CC 11994375, Email nidia.barata@gmail.com , venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos

e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72407 Guilherme CastelBranc de Guimarães Serôdio em 2023-12-01

Comentário:

Estou em absoluta discordância com a instalação de uma central dessalinizadora em Portugal, por várias razões. - Porque a energia utilizada para desalinizar a água do mar é incompativel com as metas de descarbonização de Portugal e da UE. (mesmo se alimetada a energias ditas "renováveis", absolutamente dependentes em toda a sua cadeia de produção, instalação, manutenção e substituição) de combustiveis fosseis, para alem da imensa dependência de todo o tipo de minerais que constituem a estrutura desses mecanismo) - Porque o sal retirado à agua impacta negativamente os ecossistemas locais - E porque a existência de uma instalação deste género leva implicita e explicitamente à ceitação e perpetuação de uma modelo de agricultura industrial que é em nada compativel com os ecossistemas Portugueses, especialmente face ao galopante avanço dos impactos das alterações climáticas, que melhro seriam combatidos plantando floresta biodiversa e capaz de reter água e encher freáticos. É este o ciclo da água, a aque temos de voltar - não andar a colar adesivos tecnologicos em cima de cada problema, por que causa outros, e não resolve nada no seu âmago. Noto tambem que a minha participação em consultas publicas, muitas vezes alinhada com a grande maioria das outras participações cidadãs, é pura e simplesmente ignorada, remetida num mero "copiar-colar" para final do relatorio das consultas publicas. Isto é INACEITÁVEL, mascara e denegride a figura da participação cidadã, pelo que exijo/exigimos que TOMEM EM CONTA as nossas participações, e as incluam nas reflexões e recomendações a fazer a cada caso!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72405 rosalia em 2023-11-30

Comentário:

Apresento a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos seguintes motivos: · Não cumpre o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. · Não cumpre a eficácia, sendo a agricultura o maior consumidor, a água da dessalinizadora apenas chega e com deficiências na qualidade, a cerca de 100.000 consumidores. · Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados: estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, incluem o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. · Não cumpre diretrizes e planos nacionais para a obtenção e gestão da água, não é a solução indicada para a exiguidade dos recursos hídricos regionais, incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), ou transição climática - aparece como hipótese no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como última opção e a analisar, apontando outras medidas prioritárias. · Não cumpre Diretrizes da União Europeia de proteção a zonas costeiras e do mar do Algarve, e atropela o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . · Não cumpre a Avaliação Nacional de Risco o Algarve identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento inutil e perigoso.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72380 Bruno Silva em 2023-11-30

Comentário:

Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72371 Claudia Ferraz em 2023-11-29

Comentário:

Venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. • Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. • A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. • Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. • A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. • A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . • E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72370 Luís Gonçalves em 2023-11-29

Comentário:

Goof afternoon, to cope with the scarcity situation and the increasing demand, two situations can be chosen, or demand is restricted, thus limiting development or increasing supply. The first option is a detrimental measure for a country because it restricts the development of activities. In contrary, we should always seek to diversify and increase supply. By choosing the usage of traditional technologies, proper selection of the source must be ensured so that it is not only of good quality but also economically efficient for its operation and use in a water supply system. However, the number of water resources with potential for producing water for human consumption is steadily decreasing. Water abstractions are being set up ever further away from the populations they are intended to serve. This entails considerable costs in terms of transportation. This makes it clear that there is an urgent need to search for new sources, including seawater. Beside the correct identification of the urgent need to supply water to the district of Algarve, with the usage of the traditional desalination methodology like reverse osmosis, attention should be paid as well to other Portuguese locations that are as well suitable for other forms of desalination technics. For instance attention should be paid to some startups as FATA MORGANA (https://www.fata-morgana-water.com), that seek to find partners, Co-founders and investors to develop desalination of sea water by means of thermal solar energy in Sines.. The reason why to choose this region is because: - it has already a municipal water supply reservoir that can supply its customer, - it is placed nearby to an existing seawater intake, used to cool down the coal thermoelectric plant and which is closed since January 2021, therefore the environmental impact studies are much easier to do and to accept. - significant potential on the maritime front of the boundaries of its territory - it has excellent sun exposure for the use of solar panels as a source of energy for desalination of sea water, with an average annual number of Sun hours between 2,200 and 3,100 hours. - It will be in near future the Industrial hub for Hydrogen valleys. This Portuguese startup, which is still struggling to overcome the TRL2 phase: a) expects to use 100% of solar energy, that will be also used to support the storage of hot water in insulated tanks and which will serve as current to continue the evaporator, due to the limitations of solar energy at night or at times of the day when the intensity of sunlight is reduced. b) evaluates that the efficiency of this idea is considerably greater, considering the use of the same area planned for the “Algarve Seawater Desalination Station”, which will be 4.5 ha. c) will in its technology no discharge brine into the marine environment. It will be used as a Circular Economy, using it for the production of Salt. There are many opportunities in the management of this brine, such as, for example, the commercial recovery of salts and metals, use of brine in fishing systems (Aquaculture), recovery of phosphorus for agriculture, Tourism, Anti-icing (northern European road countries), Lack of profitable substitutes for salt. d) idealizes in his method, neither the usage of membranes nor

chemicals in his system. That is, there is no waste. As well as maintenance costs are much lower than in the project proposed for the Algarve. e) in this alternative, the system works independently of the salinity of the seawater. Recently this technic was also target of dissertation of one student to obtain the Master's Degree in Chemical Engineering from Instituto Superior Técnico.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Proposta concorrente

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72368 Maria da Conceição de Sousa Cipriano dos Santos Santos em 2023-11-29

Comentário:

É preciso começar por estratégias autênticas e reais como investir nas novas construções de forma a que a água potável não vá pelo cano abaixo como é o caso das sanitas. É uma aberração deitar nas sanitas água potável. Apoiar quem queira fazer esse investimento de usar água da louça, do banho para as sanitas. Imaginem os litros de água que poupariamos. Depois fiscalizar as ruturas e regas. Continuamos a assistir a regas para cima do cimento e em horas de calor (em instituições públicas e no Algarve e Alentejo). Temos que ser mais verdadeiros e preservar os espaços marinhos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72367 jose bastos em 2023-11-29

Comentário:

• Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72362 Marcos Antônio Filho em 2023-11-29

Comentário:

Não são levados em conta vários impactos ambientais desses projetos.

Anexos: 72362_Tradução english - informação-minuta.docx

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72325 Maria Cristina Iria Valente em 2023-11-28

Comentário:

Nome Maria Cristina Iria Valente, NIF 203578023, Email valentecristina24@gmail.com, venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. • Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. • A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. • Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. • A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. • A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . • E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72318 Alfredo Cravador em 2023-11-28

Comentário:

Nome: Alfredo Jaime Morais Cravador, NIF:.168959534, Email: acravad@ualg.pt, Venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. • Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. • A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. • Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. • A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. • A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . • E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72316 Michaela Preiss em 2023-11-28

Comentário:

Michaela Brigitte Preiss Cartão Resid. 4395P5K41 michaela.preiss@gmail.com venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares. E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72308 Carla Martins de Menezes Arguello em 2023-11-28

Comentário:

Participei de várias tertúlias no Algarve, com especialistas a discutir o problema da escassez da água e seus desafios. Já nestas participações entendi que a dessanilização seria o último recurso a ser usado, e portanto venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72282 Rute Luís em 2023-11-28

Comentário:

Não concordo de todo, O benefício humano em deterioração do ambiente natural existente. As espécies existentes não terão qualquer benefício, pelo contrário, saíram mais uma vez prejudicadas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72233 Ilda Maria Lita Pereira Silva em 2023-11-28

Comentário:

Concordando com a instalação de um equipamento desta natureza, contudo, este requer uma atenção especial. Assim, apesar da concordância destaco alguns pontos que julgo serem pertinentes, mormente que os custos associados a este projeto devem ser essencialmente públicos. Nesta medida a água é um bem imprescindível à vida, não podendo e não devendo ser objeto de apropriação por privados, logo deverá ser afastada a constituição de parcerias público-privadas quer na sua construção quer na sua exploração Assim, o custo a disponibilizar para consumo público deverá ter em consideração, somente os encargos decorrentes do investimento feito e da manutenção/exploração do equipamento.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72206 Catarina Freitas em 2023-11-28

Comentário:

Com o investimento que está previsto para esta obra seria muito mais sensato procurar soluções alternativas, menos onerosas e mais eficientes como um plano bem estruturado para o combate às perdas de água na rede, um plano de rega com recurso à reutilização de águas residuais tratadas, armazenamento de águas pluviais em terrenos privados e terrenos públicos e um Plano Nacional de Gestão da Água atualizado e funcional. Não sou a favor da Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72118 José Mendes Bota em 2023-11-28

Comentário:

Embora consciente de alguns inconvenientes ambientais e paisagísticos de uma Estação de Dessalinização, considero urgente, estratégico e fundamental para o Algarve a sua construção, dada a extrema escassez de água na Região, actual e previsível para o futuro. Aliás, até deveria ser construída uma outra Estação mais próxima de Portimão ou Lagos. A localização da Estação de Albufeira deverá ser o mais longe possível do mar. Esta opção, que tem um carácter de médio prazo, não deve impedir que se avance para a construção de um transvase Norte/Sul em Portugal que venha abastecer de forma mais consistente e quantitativa a água de que o Algarve irá necessitar cada vez mais. Realisticamente, esta solução aponta para o longo prazo, se acaso se vier a concretizar um dia. Aproveitar a oportunidade imediata de financiamento oferecida pelo PRR é a decisão mais sensata. Por outro lado, a política de ordenamento não pode continuar a menosprezar o interior do território nem o percurso suicidário do crescimento rumo ao infinito dos factores que constituem os maiores consumidores do recurso "água", ou seja, os sectores Imobiliário e Turístico do litoral. Por outro lado, a Agricultura deverá adoptar culturas e modernas tecnologias de produção mais sustentáveis e menos consumidoras de água.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 72005 Marta Leandro em 2023-11-27

Comentário:

Marta Leandro., CC 08168604, marta.leandro@sapo.pt. , venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. • Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. • A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo

doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. • Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. • A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. • A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . • E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 71902 Ilidio Anastácio em 2023-11-27

Comentário:

Nome: Ilidio José Vieira Anastácio, NIF: 200055720, Email ou outro contacto: ilidioa@gmail.com, venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida. • Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água. • A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores. • Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com

destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo. • A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo. • A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares . • E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 71655 Ana Cristina do Carmo Cardoso Vieira em 2023-11-24

Comentário:

Junto envio o meu parecer. Atenciosamente, Ana Cristina Vieira

Anexos: 71655_Consulta pública dessalinizadora.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 71644 Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques em 2023-11-24

Comentário:

Em boa hora é lançado este empreendimento. Sendo o Algarve, uma região no sul de Portugal que enfrenta desafios crescentes relacionados com a escassez de água, especialmente durante períodos de seca que têm tendência em agravar-se. A implementação de uma dessalinizadora de água do mar no Algarve vem oferecer várias vantagens, reduzindo a exploração excessiva de recursos hídricos locais. A primeira, e mais importante vantagem, constitui a diversificação das origens de água, reduzindo a dependência de reservatórios e aquíferos locais que são grandemente afetados pela escassez da pluviosidade. De facto, a dessalinização fornece uma fonte de água mais segura em regiões propensas a períodos prolongados de seca, o que se revela crucial para garantir um abastecimento de água estável para a população, a agricultura e outras atividades económicas. A dessalinização irá constituir uma alternativa mais sustentável, especialmente se, como parece ser o caso, forem utilizadas fontes de energia renovável para alimentar o processo de osmose inversa. Paralelamente revela-se fundamental que a futura unidade de dessalinização seja integrada numa gestão integrada de todos os recursos hídricos da região do Algarve. Uma abordagem que garanta a utilização de todos os recursos hídricos, tendo em conta as necessidades de todos os utilizadores/consumidores (doméstico, agrícola, turistico) que deverão contribuir de forma equitativa para os custos desta infraestrutura. Em Israel, país que geralmente é apontado como referência na utilização de água dessalinizada por consumidores domésticos, agrícolas, industriais, etc, há uma única entidade – Mekorot National Water Company - a gerir o recurso “água”. Há uma única entidade responsável pela produção, tratamento e distribuição de água, que opera estações de dessalinização, instalações de tratamento de águas residuais e sistemas de distribuição de água em todo o país. Uma entidade que efetua a gestão de toda a água disponível (oríunda de barragens, estações de dessalinização, de água reciclada de ETARs, de furos), e que faz a sua distribuição consoante as diferentes solicitações e de acordo com tarifários próprios para essas diferentes utilizações. Numa altura em que pretendemos replicar bons exemplos na utilização de água dessalinizada, seria de bom tom copiar também os bons modelos de gestão do recurso "água" e, numa região como o Algarve, deixar de ter várias entidades gestoras do recurso “água”, consoante o uso pretendido (agricultura, consumo humano, etc).

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 71599 Alvaro Bota Guia em 2023-11-24

Comentário:

É Sua Excelência o Secretário Geral da ONU que alerta para os perigos da dessalinização, as características da costa onde vão ser depositadas as lamas tóxicas resultantes da dessalinização também não ajuda á sua dispersão, a 2Kms da costa temos naquela área uma coluna de água com cerca de 15 metros de altura. É das zonas da costa Portuguesa onde a plataforma continental é maior promovendo a reprodução da fauna e flora marítima, temo que este facto seja irreversivelmente afetado num região que o turismo procura pelas suas características ambientais. Por outro lado negociamos a água do Alqueva com os nossos vizinhos Espanhóis e temos as barragens do norte do país a fazerem descargas de água que poderiam ser transferidas para onde faz falta. Isto não faz sentido.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 71467 PEDRO MIGUEL DURÃO ALVES em 2023-11-21

Comentário:

Esta obra só peca por tardia. Penso que se reveste de uma importância muito grande para a região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 71436 Maria Ramos em 2023-11-19

Comentário:

Trata-se de projecto megalónamano, quando a solução é a adequada gestão dos recursos. O impacto da rejeição de salmoura a 2 km da costa, com o potencial de transformar uma zona adjacente à Ria Formosa em Mar Morto, não está analisado nem quantificada (quase nem é mencionad, aliás) pelo que o estudo apresentado deve ser completamente considerado nulo. Espera-se que as entidades públicas giram o espaço público no interesse das populações.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 71429 Arlindo Caniço em 2023-11-16

Comentário:

O problema da credibilidade da APA e da Administração Regional Hidrográfica do Algarve(ARHA) Não irei recorrer às suspeitas relativamente à construção do datacenter e da instalação industrial para produção de hidrogénio em Sines, nem tão pouco à permissão da extração de lítio, numa mina a céu aberto, a qual será a maior da europa, que recaem sobre a idoneidade da APA e que determinaram um processo judicial, o qual terá o seu curso na justiça. Irei referir a minha experiência de simples cidadão com ambas as entidades: APA e ARHA. Denunciei através de carta registada com aviso de recepção ao Presidente da APA as violações ao POOOC Burgau-Vilamoura no "corredor de pesca" da Praia dos Pescadores em Armação de Pêra (Município de Silves) que determinam que desde 2020 (em plena pandemia!), cujas condições de utilização estão devidamente regulamentadas pelo POOC. O resultado obtido desde 2020 é termos numa das praias com maior ocupação do Algarve uma significativa redução do espaço disponível no areal para usufruto dos cidadãos (nomeadamente, dos que não têm capacidade económica para utilizar as 11 áreas concessionadas), ou seja, esse espaço foi reduzido para incluir uma marina terceiro-mundista para embarcações marítimo-turísticas (MT). Desde 2020 foi licenciada pela AMN-CPP a actividade de 11 embarcações MT e depois de 2021 pela CMSilves de 10 embarcações marítimo-turísticas (MT) com dimensão até 7,10 m (i.e., embarcações que levam magotes de turistas para dentro de grutas, locais com elevadíssima sensibilidade ambiental e geológica, determinando a ocorrências de frequentes conflitos entre as tripulações das embarcações e acidentes com feridos). Esta usurpação do areal, não permitida pelo POOC, tem desde 2021 merecido sucessivamente pareceres positivos da ARHA e da Autoridade Marítima Nacional-Capitania do Porto de Portimão (AMN-CPP) emitidos anualmente e referidos nos sucessivos Editais de Licenciamento da CMSilves. Além desta violação a CMSilves construiu um telheiro que serve exclusivamente para abrigo das tripulações e clientes deste serviço profusamente anunciado na praia e nas barracas dos pescadores (que o POOC determina tenham dimensão máxima de 2,5 m2/embarcação de pesca – existe só 8 em actividade, mas que agora são ocupadas pelas empresas MT, várias por empresa). Não satisfeita com esta construção (permanente) no areal a CMSilves construiu uma estação de serviço para o trator necessário para assistir as manobras de encalhe e desencalhe das embarcações MT nas dezenas de partidas e chegadas. Apesar do Ofício N.º 115 de 03-11-2020 da AMN-CPP descrever todos os inconvenientes desta usurpação, incluindo as violações do POOC (em anexo), ter sido enviado e apreciado numa reunião que ocorreu no dia 15-12-2020 com início às 15:30 no Convento de São José (Concelho de Lagoa) (ata em anexo) esta situação tem-se mantido, de nada valendo as minhas recorrentes reclamações dirigidas à CMSilves, AMN-CPP e à ARHA. Porém, para a ARHA não basta ser prepotente e interpretar à lei de acordo com interesses particulares, resolveu ainda mentir ao cidadão, i.e., o que o cidadão consegue demonstrar através de documentos. Apesar de já ter referido esta situação em todas as consultas que participo neste portal, ninguém parece incomodado, ou seja, o director da ARHA mantém-se estoicamente com a cumplicidade do Presidente da APA. Mas, a situação fica ainda mais escandalosa! No Edital N.º 12/2023 da CMSilves (acessível para download no site do município) é afirmado que a dimensão das embarcações MT licenciada desde 2020 até 7,10 m viola o limite de 6,00 m imposto pelo n.º 4 do artigo 51.º do regulamento POOC Burgau-Vilamoura. Ou seja, é reconhecida uma violação do POOC, não as que eu tenho insistentemente reclamado, mas uma identificada pela CMSilves. Como é evidente este Edital mereceu parecer positivo da ARHA e da AMN-CPP. Porém, todas estas entidades afirmam e concordam em manter esta violação por mais 5 anos, ou seja, até 2028! Assim, como pode este consórcio ter intervenção na salvaguarda dos

recursos naturais do país se nem conseguem respeita um regulamento, que é lei desde 1999? Eu, simples cidadão, acho que não. Pior, duvido que esta actuação seja uma excepção.

Anexos: 71429_Anexos consulta desal.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 71409 Anne-Claire Mendonça de Sousa em 2023-11-14

Comentário:

Creio que fará sentido esta estação, face à previsão de crise hídrica no Algarve. Contudo, medidas como o tratamento dos resíduos para a sua posterior rejeição no mar são essenciais, se queremos preservar a fauna e flora marítimas, assim como minimização do impacto das infraestruturas na zona da ribeira de Quarteira que, como saberão, são zonas importantes de fauna, especialmente avifauna. E espero que este projecto sirva para minimizar as consequências da seca, porém que em simultâneo se continuem a fazer esforços por um melhor aproveitamento e menor desperdício de água potável, seja no consumo individual, seja no das grandes empresas, como campos agrícolas, hotéis e campos de golfe.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Sugestão

Classificação:

Observações do técnico:

ID 71408 Domingos A Sousa em 2023-11-14

Comentário:

Sim

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 71404 Duarte Pereira em 2023-11-12

Comentário:

Ja vem tarde,.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 71403 Rui António em 2023-11-12

Comentário:

Gostaria de apresentar minha objeção à opção de dessalinização em favor da implementação de um projeto mais abrangente: o transvase de águas do rio Douro, combinado com um plano nacional de barragens. Esta abordagem visa não apenas fornecer uma solução eficaz para a escassez de água, mas também maximizar o aproveitamento de nossa valiosa fonte de água doce. Ao aproveitar todas as águas do rio Douro, não apenas atenderíamos às demandas de todo o país, mas também evitaríamos o desperdício de recursos hídricos que atualmente alcançam o oceano. A implementação de um plano nacional de barragens complementaria esse esforço, armazenando água de forma estratégica para garantir um suprimento contínuo, especialmente durante períodos de seca. Essa abordagem não apenas reduziria a dependência de métodos energicamente intensivos, como a dessalinização, mas também ofereceria benefícios adicionais. A construção de barragens geraria oportunidades para o desenvolvimento regional, criação de empregos e poderia contribuir para a geração sustentável de energia. Ao aproveitar integralmente nossa fonte de água doce e investir em infraestrutura de barragens, teríamos um plano nacional robusto que enfrentaria a escassez de água de maneira sustentável e eficiente. Essa estratégia não só beneficiaria o presente, mas também garantiria a segurança hídrica para as gerações futuras.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 71400 Carlos Lopes em 2023-11-11

Comentário:

Após uma leitura geral sobre o projecto de Dessalinização, deixo aqui 4 situações que poderão ser ponderadas ou aceites pelos responsáveis, sendo o meu intuito de apenas acrescentar mais valias ao processo que decorre. - no projecto refere-se a tencologia a utilizar , a RO (reverse osmosis). Questiono se a tecnologia FO(forward osmosis) foi tida em conta apesar dos custos iniciais , mas menos custos de manutenção/energia/ambientais , posteriormente.. Tenho verificado que algumas centrais RO , instaladas por diversos países, já estão a operar em situação mista. Este projecto poderá , mais tarde, aceitar a situação mista RO +FO? -relativamente á retirada da água do mar, através de 2 torres submersas (projecto) , se devido (ou não) as caracteríticas do terreno junto ao mar /praia, em vez das 2 torres e respectivos colectores, fosse possível a retirada da água salgada através de tubos (600 mm) instalados em terra poupando energia no transporte da água , custos de manutenção subaquática e filtragem uma vez que atrav´és dos tubos referidos, existe um pré-filtragem natural. -relativamente á area de Segurança, refiro Security, não vi referência excepto em caso de atentado.. no entanto, alerta-se para um perímetro de segurança, procedimentos de security, alguma entidade privada que faça a segurança e instalação de sistemas de alarme (cctv, IV, detecção movimento, SACA..) - relativamente a informação de um seguro da instalação , contra todas as situações, não consegui verificar..Existe sim, uma Análise de Risco muito bem efectuada. Obrigado pela oportunidade de dar o meu parecer . Os meus cumprimentos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Geral

Classificação:

Observações do técnico:

ID 71399 Braulio Nascimento em 2023-11-11

Comentário:

Algo tem que ser feito e rápido,adiar só irá agravar a situação existente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 71381 Ana Cristina Gonçalves Dias em 2023-11-10

Comentário:

Será que é expressamente necessário implementar uma dessalinizadora num local, que sendo tão longe do mar, está rodeada / encostada por todos os lados de terrenos agricolas, nomeadamente pomares ,que estão em plena produção há muitos anos e que são o sustento de muitas familias ....querem utilizar o unico terreno aberto que existe neste local para a sua implementação, quando mais perto do mar ,local de onde vão buscar a unica " matéria prima "de que necessitam para que a dessalinizadora precisa para funcionar existem outros terrenos abertos ..... Mas os agricultores são o elo mais fraco, as familias são o elo mais fraco.... Desta forma vão destabilizar o ecosistema ali criado, que sendo uma área agricola se vai tornar uma área industrial.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 71375 maria letícia bairrada em 2023-11-10

Comentário:

Considero que face ao stress hídrico a que a região está sujeita a criação de Estações de Dessalinização de Água do Mar será a melhor solução, aliás adotada por muitos países com ainda maior escassez de água que Portugal.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 71318 Himpe Michael em 2023-11-09

Comentário:

Bom dia! O que vão fazer com o sal? Qual será a quantidade electricidade utilizado para o process ? E qual tipo de produção electrica vai ser utilizada? Não me fala da reator nuclear faz favor! Já ouviram falar da invenção do senhor francês Jean christophe Dumas do reator de ressonância divulgada em 2014 ? Energia livre e custa de produção eléctrica muito baixa!! Rendimento 116%!! Essa invenção faz dessalinização instantânea! Faz favor esse solução e A solução para ter água potável sem custos!! Seguem os links https://youtu.be/1dmUO9nWpJE?si=_uB0q60AYFJamQ92 https://www.effet-dumas.org/en/videos-uk

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Geral

Classificação:

Observações do técnico:

ID 71285 Vera Piteira em 2023-11-08

Comentário:

O processo de salinização é mais uma vez uma solução que causa mais problemas...o impacto ambiental é enorme e não resolverá nada, é apenas mais um negócio. Plantar milhares de árvores é mais regenerativo, tem menos custos e terá um impacto enorme no clima. Não temos faltas de soluções, temos falta de vontade política de fazer o que é necessário.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 71268 Alexandre José da Costa Ferreira em 2023-11-08

Comentário:

O Algarve tem sido objeto de períodos de seca cada vez mais prolongada, com um abaixamento gradual dos níveis das águas das barragens, que raro ou nunca são integralmente repostos nesta região, mesmo com a chuva. O aumento sazonal da população em determinadas épocas do ano em que a população é multiplicada diversas vezes incrementa a escassez de água, sobretudo porque essa procura é mais generalizada nos meses de maior seca que são os meses de verão. Neste contexto , é totalmente pertinente a criação uma alternativa capaz de garantir a resiliência do abastecimento público à população da região, mesmo em períodos de seca prolongada, o que parece ser conseguido (dentro dos volumes atualmente consumidos). Assim, este projeto parece-me totalmente adequado ao propósito visado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 71259 Pedro Glória em 2023-11-08

Comentário:

Caros/as Srs/as, A implementação de uma eventual ‘central de dessalinização’ no algarve deverá cumprir com alguns pressupostos ambientais e sociais imperativos, que de forma alguma deverão ser negligenciados. A sua implementação não invalida a adoção de medidas complementares abordadas nesta participação, antes pelo contrário. As medidas apresentadas como 'abordagens complementares' devem ser tomadas como prioritárias transversalmente por todos os municípios da região a fim de alcançarmos uma maior resiliência hídrica. Considerações: Preço: - A água produzida pela ‘central de dessalinização’ deverá ser distribuída de forma equitativa pela população algarvia, sem colocar os interesses privados à frente ou acima das necessidades da população local - A água produzida pela ‘central de dessalinização’ não deverá ser vendida a um preço superior àquele que vigora para as restantes fontes de água potável Impacto: - A implementação da ‘central de dessalinização’ deverá ser feita de forma célere e sem prejuízo ambiental e social - A tecnologia a implementar deverá contemplar novas abordagens existentes no mercado, no sentido da redução de uso de energia elétrica bem como na redução do seu impacto ambiental e social - Na consulta de mercado deverão ser equacionados métodos de dessalinização offshore - Qualquer subproduto derivado da produção de água a partir da ‘central de dessalinização’ deverá ser reutilizado na maior proporção possível de modo a reduzir os seus impactos ambientais Contrapartidas: - A implementação da ‘central de dessalinização’ deverá ser acompanhada de contrapartidas ambientais e sociais equivalentes ao seu impacto real Abordagens complementares à implementação da ‘central de dessalinização’: - Melhoria e reestruturação das infraestruturas de distribuição de água municipais - Melhoria e reestruturação dos sistemas de rega municipais e agrícolas - Alargamento urgente do programa de reutilização de ApR - Programas de reflorestação em zonas degradadas - Programas de implementação de bosques urbanos - Programas de redução de asfalto e/ou introdução de árvores em parques de estacionamento - Programas de recolha de águas pluviais municipais para fins não potáveis - Erradicação do uso de água potável para fins não potáveis

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Sugestão

Classificação:

Observações do técnico:

ID 71241 gail serra em 2023-12-18

Comentário:

gostaria saber mais sobre o impacte para o Algarve (flora e fauna) e o custo. ouvie que desalinisation plants custo muito para operar e nao compensa

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 71234 Orlando Jorge dos Santos S.M. Carvalho em 2023-11-07

Comentário:

Tendo em consideração as vantagens e desvantagens da implementação de um equipamento desta natureza e impacto - destacando-se: os gastos de energia e os resíduos provenientes da dessalinização e consequente impacto sobre os ecossistemas marinhos provocados pela salmoura resultante do processo de dessalinização, "a qual pode contribuir para o aumento da salinidade e da temperatura da água do mar; assim como "os elevados consumos energéticos que elevam o custo da água dessalinizada (Sara Correia, 2023), não acho que esta seja a melhor solução para a região. Isto mesmo tendo em conta a verba orçamentada a partir do PRR (aproximadamente 58 milhões euros - segundo dados do ministério do ambiente).

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 71223 Vítor Oliveira em 2023-11-06

Comentário:

Nada a opor; considero indispensável a construção da estação de dessalinização.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 71218 Nelson Pacheco em 2023-11-06

Comentário:

A favor da Estação de Dessalinização de Albufeira! Aguardo que a segunda Estação de Dessalinização seja também decidida o mais rapidamente possível, visto o Algarve depender gravemente uma unica actividade economica: Turismo Sem agua os turistas não virão, sem turistas milhares de postos de trabalho são eliminados!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 71215 Joana Almeida em 2023-11-06

Comentário:

Sempre se disse que esta solução seria a última a ser usada. O problema da seca no Algarve não é a falta de água, mas o o seu consumo em excesso muito acima do que seria necessário. Não precisamos de uma dessalinizaçao, onde uma vez mais quem vai sofrer será a biodiversidade. O que se vai fazer ao sal? A quantidade de energia necessária ao processo, compensa?! O valor da energia gasta vai ser superior ao benefício fa água produzida. Logo, vai encarecer produtos finais para o consumidor final. O loby e monopólio continuam os mesmos. Seria mais eficaz reduzir o consumo: acabar com piscinas privadas, não emitir mais licenças de construção turística, acabar com relvadoa. Fazer consuktadoria para jardins com plantas nativas e pomarea se sequeiro. Implementar circuitos de recuperação de águas cinzentas para autoclismos e regas. Acabar com monoagricultura intensiva. O mote é reduzir ao mínimo, e não produzir mais! No fundo, não é o cidadão comum que vai usufruir desta instalação, mas sim o turismo e agricultura não sustentável. Há vários exemplos em todo o mundo que comprovam que dessalinização não é a solução, pois os impactos ambientais são grandes e a produção insuficiente para uma economia em crescimento desmesurado. Solução: parar, pensar, decrescer. Obrigada

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 71210 José Miguel Sousa em 2023-11-06

Comentário:

Um sitio que está há anos em seca extrema, que é pressionado pelo turismo e hotelaria no consumo de água... Como é que se demora tantos anos a decidir começar a ter este tipo de soluções.. Que triste.. demorem mais uns anos a estudar a solução pff... (ironia)

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 71209 António Silva em 2023-11-06

Comentário:

Um projecto, que já devia estar pronto à muito tempo. URGENTE.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 71208 Isabel Rodrigues em 2023-11-06

Comentário:

A gestão das águas é uma questão de importância fulcral, para o actualidade e para o futuro. Aumentar os recursos hídricos para actividades de elevado consumo de água, pode permitir equilibrar os ecossistemas de rios e barragens, indispensáveis à harmonia, possível no momento, do meio ambiente no sul do país.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 71207 José Alberto Silva Santos em 2023-11-06

Comentário:

Infra-estrutural essencial

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 71203 Pedro Vieira da Silva em 2023-11-06

Comentário:

Obra de extrema importância para a região do Algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

S. R.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL
CAPITANIA DO PORTO DE PORTIMÃO

Exmo(a). Senhor(a)
Diretor Regional da Administração da Região Hidrográfica do Algarve
Presidente da Câmara Municipal de Lagoa
Presidente da Câmara Municipal de Silves

Para conhecimento

Exmo(a). Senhor(a)
Presidente da Câmara Municipal de Portimão
Presidente da Câmara Municipal de Albufeira
Região de Turismo do Algarve

Sua referência: ----------	**Nossa referência:**	**Data - 03/11/2020**
Processo: ----------	**N.º :** 115	
Número: ----------	**Processo:** 050.10	

Assunto: UTILIZAÇÃO PRIVATIVA DO DOMÍNIO PÚBLICO HÍDRICO. ATIVIDADE MARÍTIMO-TURISTICA (OCUPAÇÃO DE AREAL)

No âmbito do assunto em epígrafe, o Capitão do Porto de Portimão, tendo presente as solicitações de origem diversa, bem como, as reuniões ocorridas entre os destinatários deste ofício, tem a honra de comunicar a V. Exa., num contexto de colaboração administrativa, relativamente à ocupação do areal afeto às praias, na sua maioria, com vocação para uma utilização balnear, o entendimento deste Órgão Local da Autoridade Marítima:

1. A matéria ora objeto de apreciação tem a sua génese em situações que envolvem os operadores Marítimo-Turísticos (MT) que realizam a sua atividade na praia do Carvoeiro, sendo, também, um problema transversal às restantes praias do Concelho de Lagoa e do Concelho de Silves, onde se realizam estas atividades, designadamente, a compatibilização deste uso com outros que ocorrem nesse espaço, em especial, o uso balnear da praia de banhos;
2. Neste contexto, cumpre ter presente que, com especial incidência para os últimos 2 anos, esta Autoridade Marítima Local tem – para além da resposta a ocorrências resultantes de incidentes com o envolvimento de embarcações afetas à referida atividade – sido destinatária de múltiplas solicitações de utilizadores daquele espaço, de forma sintetizada, a expor situações de alegada falta de entendimento entre os banhistas e o desenvolvimento da atividade MT (neste sentido, *vide*, a título de ilustração, o ofício da Capitania do Porto de Portimão n.º 42, de 13 de março 2020 e reclamação em anexo D);

Largo do Dique – 8500-503 Portimão, Portugal
Tel. 351-28242477/ 282417714 Fax 351-282417258
Email: capitania.portimao@amn.pt

3. Nesta sequência, importa proceder à necessária caraterização da situação atual, destacando-se o seguinte:

   a) Na área de jurisdição da Capitania do Porto de Portimão – onde as competências ainda não foram transferidas para as Autarquias – existem 28 embarcações utilizadas na atividade Marítimo-Turística e 19 embarcações de pesca que desenvolvem a sua atividade a partir das praias, nomeadamente:

Praias	Embarcações utilizadas na Atividade MT	Embarcações de Pesca
Carvoeiro	6	2
Vale de Centeanes	1*	Não Aplicável
Benagil	6	3
Senhora da Rocha	4	6
Armação de Pêra	11	8

* De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 169.º do Código do Procedimento Administrativo, está em curso a processo de anulação da licença para operar a partir da praia, no âmbito da atividade marítimo-turística, durante o período de 02/01/2020 a 31/12/2020.

   b) Os operadores MT que desenvolvem a sua atividade tendo como ponto-base de operações as praias do Carvoeiro, Benagil, Senhora da Rocha e Armação de Pêra, embarcam os seus clientes no corredor de pesca, previsto no Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Burgau-Vilamoura [aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 33/1999, de 27 de abril] que, como escopo e fundamento principal, constituir ponto de promoção e de auxilio à comunidade de pesca. O operador MT que opera na praia de Vale de Centeanes, por sua vez, embarca os seus clientes no corredor do apoio recreativo, apoio recreativo este que (de acordo com o parecer da ARH do Algarve, n.º S025780-202004-ARHALG.DRHL, de 25 de abril 2020) foi eliminado por se localizar na faixa de risco e por afetar a garantia de utilização coletiva da praia, dadas as suas reduzidas dimensões.

4. Neste enquadramento, tendo em consideração a escassez dos recursos hídricos da maioria das praias do Concelho de Lagoa e do Concelho de Silves, a ocupação com infraestruturas/atividades não previstas no POOC afeta a garantia de utilização coletiva da praia, comprometendo a compatibilização de usos, interferindo com o conforto dos utentes e com a garantia da fruição pública, em segurança, do domínio público marítimo – não desconsiderando que, tendo presente o Regulamento do POOC aplicável, em termos de ordenamento do areal e, de forma mais concreta das unidades balneares "(…) *A área de toldos e barracas de praia não pode exceder 30% do areal incluído na unidade balnear* (…), cfr. n.º 1 do artigo 58.º do aludido instrumento de gestão territorial;

5. De notar, ainda, os operadores MT que disponibilizam ao público o *aluguer de modos náuticos não motorizados* – isto é, embarcações dispensadas de registo (canoas, caiaques, botes, charutos, barcos pneumáticos, gôndolas, pranchas com ou sem vela e embarcações exclusivamente destinadas à prática de remo, etc.) –, não podem fazer ocupação privativa do areal, atendendo, pois, que esta ocupação, no entendimento deste órgão, apenas está prevista para os Apoios Recreativos (vide, entre outros, subalínea *o4)* da alínea *o)* do

artigo 4.º, e subalínea c5) da alínea c) do artigo 6.º, e artigo 51.º do Regulamento do POOC Burgau Vilamoura).

6. Na mesma lógica, a ocupação do areal por parte de empresas MT que disponibilizam ao público passeios em modos náuticos motorizados (sujeitas a registo), não deveriam fazer ocupação do areal, por princípio de igualdade (de tratamento);

7. Tendo presente que a utilização privativa dos recursos hídricos tem que ser objeto de uma disciplina, justificável (e orientada) pela escassez dos recursos hídricos e pela consequente necessidade da respetiva ordenação e regulação dos usos permitidos, sem esquecer que a utilização privativa ou o acesso exclusivo a esses bens jurídicos ou direitos escassos ficam submetidos a um princípio de proibição, com reserva de autorização ou de concessão – cfr. determinado pela Lei da Água, e determinação densificada pela Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro (estabelece a titularidade dos recursos hídricos), assim como pelo Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio –, é, ainda, entendimento deste Órgão Local da Autoridade Marítima que:

a) A ocupação do areal deverá ser reservada apenas para as atividades previstas no POOC, sendo interdita a ocupação do areal com qualquer tipo de modos náuticos ou venda de serviços relativos às atividades Marítimo-Turísticas;

b) As instalações de recolha de aprestos, constituídas por construções ligeiras com o máximo de 2,50 m² por embarcação, de acordo com a alínea b) do n.º 2 do artigo 35.º do POOC Burgau-Vilamoura, salvo melhor opinião, apenas deverão ser utilizadas pelas comunidades de pesca para as atividades de pesca, assim como, as arrecadações de material desportivo com 15m², previsto na al. a) do n.º 2 do artigo 51.º do POOC Burgau-Vila Moura, apenas devem ser utilizadas pelos Apoios Recreativos;

c) Por princípio, as atividades Marítimo-Turísticas, passeios em embarcações a motor (sujeitas a registo), devem ser exercidas a partir de infraestruturas portuárias devido à segurança que proporcionam aos clientes e outros utentes de praia, quando comparado com o risco dos embarques e desembarques realizados nos areais – não projetados especificamente para tal atividade –, especialmente em situações de mar mais agitado;

d) Os corredores de pesca devem ser reservados para ocupação e uso das embarcações de pesca em atividades relacionadas com a pesca e sem prejuízo desta atividade profissional;

e) Os corredores dos apoios recreativos devem ser reservados para uso dos modos náuticos motorizados e não motorizados do próprio apoio recreativo, acesso ao mar por parte das empresas MT com modos náuticos não motorizados, pelo mínimo tempo necessário, sem ocupação de areal e, de modo circunstancial, para navegação das embarcações de recreio junto às praias (nos termos previstos no artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 93/2018, de 13 de novembro - Regime Jurídico da Náutica de Recreio);

f) O acesso ao mar por parte das empresas MT com modos náuticos não motorizados, fora das unidades balneares das praias identificadas como águas balneares é de acesso livre e deve ser efetuado

perpendicularmente à linha de água e de forma expedita (não permanente/operação apenas deve decorrer o tempo necessário para acesso ao areal/mar); e,

g) As atividades Marítimo-Turísticas, passeios em embarcações a motor (sujeitas a registo), devem ter o seu início e fim em infraestruturas portuárias que garantam a segurança e conforto aos seus clientes, sem prejuízo do desembarque e embarque, a meio do percurso, com recurso a embarcações de apoio, a operar partir da embarcação principal, nas praias não identificadas como águas balneares, visita a ilhas ou a grutas, consideradas seguras e sem risco de despreendimento de rochas, ou outros pontos de interesse turístico (de acordo com o determinado pelas autoridades competentes em termos de segurança marítima e do Ambiente/Água).

8. Não obstante o entendimento supra expendido relativo à atividade Marítimo-Turística, esta Autoridade Marítima Local é sensível às pretensões de manter uma oferta turística desta natureza nos Concelhos com poucas ou nenhumas infraestruturas portuárias vocacionadas para o efeito, neste sentido, como linha de ação, apresenta-se o seguinte:

a) Coloca-se à consideração de V. Exas. a realização de uma reunião entre a APA/ARH do Algarve, o Município de Lagoa, Município de Silves e a Capitania do Porto de Portimão, por forma a que sejam definidas regras que permitam manter a oferta turística, a utilização coletiva da praia, a compatibilização de usos e o conforto dos utentes;

b) Tendo em consideração a experiência da época balnear 2020, em período da doença COVID-19, onde foi necessário fazer um aproveitamento ao máximo dos areais para acomodar todas as atividades que se desenvolvem nesse espaço, propõe-se a debate regras que a atividade MT deve cumprir, sem prejuízo de outras que possam, entretanto, ser identificadas, nomeadamente as infra:

a) As atividades Marítimo-Turísticas, passeios em embarcações a motor (sujeitas a registo), devem ser exercidas a partir de infraestruturas portuárias, início e fim, sem prejuízo do desembarque e embarque, a meio do percurso, com recurso a embarcações de apoio, a operar a partir da embarcação principal, nas praias não identificadas como águas balneares, visita a ilhas ou a grutas, consideradas seguras e sem risco de despreendimento de rochas, ou outros pontos de interesse turístico;

b) Apenas nas praias onde existam corredores de acesso ao mar para servir as comunidades de pesca, podem, a título excecional, operar embarcações utilizadas na atividade Marítimo-Turística, passeios em embarcações a motor (sujeitas a registo), até ao limite máximo de embarcações definido na tabela seguinte:

Praias	Número máximo de embarcações autorizadas a exercer a atividade Marítimo-Turística
Carvoeiro	6
Benagil	6
Senhora da Rocha	4
Armação de Pêra	11

a) A atribuição dos títulos de utilização privativa de recurso hídrico às empresas Marítimo-Turísticas, para operar nos corredores de pesca com embarcações a motor (sujeitas a registo), deverá cumprir com o regime da utilização dos recursos hídricos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio;

b) A cada proponente a concurso, quer a nome individual, coletivo, diretamente ou por interposta pessoa, apenas poderá ser atribuído, no máximo, dois títulos de utilização privativa de recurso hídrico, correspondente a duas embarcações;

c) As embarcações utilizadas na atividade Marítimo-Turística, autorizadas a operar nos corredores de pesca, não podem ter mais de 6 metros de comprimento, mantendo, assim, o principio de igualdade com os condicionalismos impostos aos apoios recreativos pelo n.º 4 do artigo 51.º do POOC Burgau-Vilamoura;

d) Durante a época balnear, as embarcações utilizadas na atividade Marítimo-Turística, autorizadas a operar nos corredores de pesca, não podem fazer ocupação do areal durante o período compreendido entre as 08:00 e as 20:30, devendo permanecer, durante esse horário, fundeadas nos fundeadouros previstos ou amarradas às boias do canal de pesca;

e) Em cada corredor de pesca deverá ser definida uma área de areal, devidamente delimitada e sinalizada, onde as embarcações utilizadas na atividade Marítimo-Turística autorizadas podem fazer o embarque e desembarque de clientes e pelo tempo necessário para este fim, de acordo com as seguintes dimensões;

Praia	Frente de mar	Profundidade de areal
Carvoeiro	10 metros	15 metros
Benagil	10 metros	15 metros
Senhora da Rocha	10 metros	15 metros
Armação de Pêra	25 metros	20 metros

f) Não deverá ser permitido o reabastecimento de combustível na praia de forma a evitar derrames e cheiros;

g) A navegação nos corredores de acesso de embarcações deverá estar limitada à velocidade mínima de governo, durante os 300 metros de comprimento do mesmo, de forma a minimizar os acidentes, emissão de ruído dos motores e cheiros de combustível;

h) A obrigatoriedade de sinalizar os corredores de acesso de embarcações, de acordo com o diagrama em (anexo A), ou outro que seja, entretanto, definido, sempre que as atividades Marítimo-Turísticas estejam a ser realizadas, independentemente da época do ano; e

i) Nos locais onde existam embarcações de pesca a operar a partir do areal, caso sejam abatidas à frota ou deslocalizadas na totalidade, o corredor de pesca associado deverá ser suspenso para dar lugar à atividade balnear assim como devem ser suspensas todas as atividades Marítimo-Turísticas;

c) Relativamente à navegação junto à costa/visitas às grutas, apesar dos Avisos afixados, nos locais definidos pela APA/ARH do Algarve, pelas Câmaras Municipais e do Edital da Capitania n.º 27/2019, 16 de julho, que recomendam o devido afastamento às arribas, constata-se, sistematicamente, que as atividades Marítimo-Turísticas realizam e oferecem, maioritariamente, visitas às grutas, colocando em perigo os seus clientes – A título de exemplo, importa atentar na ocorrência de dia 23 de setembro 2020 (anexo B), na gruta de Benagil, onde uma senhora de 34 anos sofreu um golpe com sangramento no membro inferior, causado pelo despreendimento de uma rocha com cerda de 40 cm de diâmetro (Numa nota de cariz mais pessoal, facilmente se pode imaginar o desfecho se a referida rocha atingisse uma zona vital ou uma criança!).

Com efeito, sobre esta matéria, coloca-se também à consideração o seguinte:

a) Realização de um processo de reflexão, a decorrer na mesma reunião, de forma a encontrar soluções que garantam a segurança das pessoas e das embarcações, bem como, soluções para regular o acesso às grutas mais concorridas, no caso de se verificarem que estão reunidas as condições de segurança para serem praticadas;

b) Em complemento, para o efeito, sem prejuízo das recomendações emitidas sobre os riscos da navegação junto à costa (anexo C), sugere-se, sem prejuízo de outras soluções que possam ser identificadas, a realização, pela entidade competente, de inspeções específicas para avaliar o risco de desmoronamento ou despreendimento de rochas nas grutas onde atualmente os operadores MT realizam as suas atividades..

Como nota conclusiva, aguardando a previsível e reconhecida Elevada Consideração prestada por V. Exas. às matérias e entendimento supra apresentados, e na expetativa que as informações aqui prestadas tenham contribuído para uma melhor compreensão e sensibilização sobre este assunto, encontramo-nos ao seu dispor para os demais esclarecimentos que considere necessários.

58
7

Com os melhores cumprimentos,

Portimão, 3 de novembro de 2020

O Capitão do Porto de Portimão

Assinado por : **RODRIGO GONZALEZ DOS PAÇOS**
Num. de Identificação: BI100005756
Data: 2020.11.03 15:39:44+00'00'

Rodrigo Gonzalez dos Paços

Capitão-de-fragata

Anexo A - Balizamento de Canais de Pesca e Apoios Recreativos;

Anexo B - Informação do Comando Local da Polícia Marítima, de 23 de setembro 2020;

Anexo C - Edital n.º 27/2019, 16 de julho, da Capitania do Porto de Portimão;

Anexo D – Reclamação de um banhista com registo de imagens.

S. R.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL
CAPITANIA DO PORTO DE PORTIMÃO

Reunião entre a APA, I. P./ARH do Algarve, o Município de Lagoa, o Município de Silves e a Capitania do Porto de Portimão, relativa à utilização privativa do Domínio Público Hídrico, atividades Marítimo-Turísticas (MT) que operam a partir do areal e segurança das visitas às grutas.

ACTA DE REUNIÃO

1. Ao **decimo quinto dia do mês de dezembro de dois mil e vinte**, pelas **15h30 horas**, na sala de conferências do Convento de São José, concelho de Lagoa, reuniram, nos termos propostos no ofício da Capitania do Porto de Portimão n.º 185, de 9 de dezembro (em anexo), as entidades, APA, I. P./ARH do Algarve, o Município de Lagoa, o Município de Silves e Capitania do Porto de Portimão, com o objetivo de debater os assuntos relacionados com a utilização privativa do Domínio Público Hídrico, atividades Marítimo-Turísticas que operam a partir do areal, bem como, a segurança das visitas às grutas, a compatibilização de usos e o conforto dos utentes, com a seguinte representação:

Da parte da APA, I. P./ARH do Algarve:

- **Eng.º Pedro Coelho, Dir. Regional;**
- **Arq. Paisagista Paula Noronha;**
- **Dr.ª Élia Cabrita.**

Da parte da Câmara Municipal de Lagoa:

- **Dr. Jorge Pardal, Vereador;**
- **Arq. Paisagista José Vieira.**

Da parte da Câmara Municipal de Silves:

- **Dr.ª Leonor Santos.**

Da parte da Capitania do Porto de Portimão:

- **Comandante Gonzalez dos Paços, Capitão do Porto;**
- **Dr. Tiago Benavente.**

2. Após as notas de boas vindas feitas pelo anfitrião, o Exm.º Sr. Vereador Jorge Pardal, representante da Câmara Municipal de Lagoa, foi feita uma ronda pelos presentes com o objetivo de se fazer o enquadramento dos trabalhos, as medidas apresentadas no ofício da Capitania do Porto de Portimão n.º 115, de 3 de novembro de 2020, e a metodologia de trabalho.

3. Passo seguinte, foi acordado discutir, ponto por ponto, as medidas/regras propostas no parágrafo 8 do ofício referido no número anterior, apresentação a cargo do Capitão do Porto de Portimão.

4. Tendo em consideração a experiência da época balnear 2020, em especial, atendendo ao período e, mais concretamente, às especificidades advenientes da situação pandémica resultante da doença COVID-19, onde foi necessário fazer um aproveitamento ao máximo dos areais para acomodar todas as atividades que se desenvolvem nesse espaço, propôs-se a debate as seguintes regras que a atividade MT, que operam a partir do areal, deve cumprir:

    a. Regra n.º 1 – "*As atividades Marítimo-Turísticas, passeios em embarcações a motor (sujeitas a registo), devem ser exercidas a partir de infraestruturas portuárias, início e fim, sem prejuízo do desembarque e embarque, a meio do percurso, com recurso a embarcações de apoio, a operar a partir da embarcação principal, nas praias não identificadas como águas balneares, visita a ilhas ou a grutas, consideradas seguras e sem risco de desprendimento de rochas, ou outros pontos de interesse turístico*" – esta regra foi aprovada por unanimidade;
    b. Regra n.º 2 – "*Apenas nas praias onde existam corredores de acesso ao mar para servir as comunidades de pesca, podem, a título excecional, operar embarcações utilizadas na atividade Marítimo-Turística, passeios em embarcações a motor (sujeitas a registo), até ao limite máximo de: Carvoeiro: 6 embarcações; Benagil: 6 embarcações; Senhora da Rocha: 4 embarcações; Armação de Pêra: 10 embarcações*" – esta regra foi aprovada, por unanimidade, o que corresponde ao atual número de embarcações autorizadas a exercer a atividade Marítimo-Turística;
    c. Regra n.º 3 – "*A atribuição dos títulos de utilização privativa de recurso hídrico às empresas Marítimo-Turísticas, para operar nos corredores de pesca com embarcações a motor (sujeitas a registo), deverá cumprir com o regime da utilização dos recursos hídricos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio*" - esta regra foi aprovada por unanimidade;
    d. Regra n.º 4 – "*A cada proponente a concurso, quer a nome individual, coletivo, diretamente ou por interposta pessoa, apenas poderá ser atribuído, no máximo, dois títulos de utilização*

privativa de recurso hídrico, correspondente a duas embarcações" – relativamente a esta regra, foi acordado, por unanimidade, deixar que este critério, referente a quantitativos de títulos, seja definido pela respetiva Câmara Municipal no âmbito do programa concursal ou outro mecanismo tido por mais adequado, tendo como limite a supra citada Regra n.º 2;

e. Regra n.º 5 – "*As embarcações utilizadas na atividade Marítimo-Turística, autorizadas a operar nos corredores de pesca, não podem ter mais de 6 metros de comprimento, mantendo, assim, o princípio de igualdade com os condicionalismos impostos aos apoios recreativos pelo n.º 4 do artigo 51.º do POOC Burgau-Vilamoura*" - esta regra foi aprovada por unanimidade;

f. Regra n.º 6 – "*Durante a época balnear, as embarcações utilizadas na atividade Marítimo-Turística, autorizadas a operar nos corredores de pesca, não podem fazer ocupação do areal durante o período compreendido entre as 08:00 e as 20:30, devendo permanecer, durante esse horário, fundeadas nos fundeadouros previstos ou amarradas às boias do canal de pesca*" - esta regra foi aprovada por unanimidade;

g. Regra n.º 7 – "*Em cada corredor de pesca deverá ser definida uma área de areal, devidamente delimitada e sinalizada, onde as embarcações utilizadas na atividade Marítimo-Turística autorizadas podem fazer o embarque e desembarque de clientes e pelo tempo necessário para este fim, de acordo com as seguintes dimensões (Praia – frente de mar por profundidade de areal): Carvoeiro - 10 metros por 15 metros; Benagil - 10 metros por 15 metros; Senhora da Rocha - 10 metros por 15 metros; Armação de Pêra - 25 metros por 20 metros;*" - esta regra foi aprovada por unanimidade; foi também acordado que a Câmara Municipal de Lagoa iria apresentar um diagrama para definir a forma como as empresas MT devem fazer a sinalização e delimitação da zona do areal onde as embarcações utilizadas na atividade MT autorizadas podem fazer o embarque e desembarque de clientes;

h. Regra n.º 8 – "*Não deverá ser permitido o reabastecimento de combustível na praia de forma a evitar derrames e cheiros*" - esta regra foi aprovada por unanimidade;

i. Regra n.º 9 – "*A navegação nos corredores de acesso de embarcações deverá estar limitada à velocidade mínima de governo, durante os 300 metros de comprimento do mesmo, de forma a minimizar os acidentes, emissão de ruído dos motores e cheiros de combustível*" - esta regra foi aprovada por unanimidade;

j. Regra n.º 10 – "*A obrigatoriedade de sinalizar os corredores de acesso de embarcações, de acordo com o diagrama em anexo (*ao ofício da Capitania do Porto de Portimão n.º 185, de 9 de dezembro*), ou outro que seja, entretanto, definido, sempre que as atividades Marítimo-Turísticas estejam a ser realizadas, independentemente da época do ano*" - esta regra

foi aprovada por unanimidade; foi acordado também em que a Capitania remeteria a proposta de balizamento das praias de banhos (ora apresentada em anexo);

k. Regra n.º 11 – "*Nos locais onde existam embarcações de pesca a operar a partir do areal, caso sejam abatidas à frota ou deslocalizadas na totalidade, o corredor de pesca associado deverá ser suspenso para dar lugar à atividade balnear assim como devem ser suspensas todas as atividades Marítimo-Turísticas*" - esta regra foi aprovada por unanimidade.

5. Relativamente à navegação junto à costa/visitas às grutas, foi referido que apesar dos Avisos afixados pelas Câmaras Municipais, nos locais definidos pela APA, I. P./ARH do Algarve, e do Edital da Capitania n.º 27/2019, 16 de julho, que recomendam o devido afastamento às arribas, constata-se, sistematicamente, que as atividades Marítimo-Turísticas continuam a oferecer, maioritariamente, visitas às grutas, colocando em perigo os seus clientes.

6. Sobre este ponto da agenda, foi acordado que fosse efetuada, pela APA, I. P./ARH do Algarve em articulação com a Capitania do Porto de Portimão e com a Proteção Civil Municipal, a avaliação e monitorização das situações de risco no litoral e definir e implementar as respetivas medidas de mitigação e controle, nos termos previstos no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 159/2012, de 24 de julho.

7. Como ponto adicional à agenda de trabalhos, no que respeita à preocupação manifestada pelos presentes, no que concerne à elevada pressão turística, especialmente na gruta de Benagil, foi acordado propor, através do *Grupo de Trabalho para Acompanhamento da Animação Turística – Grupo Setorial – Gestão de Embarcações em Áreas Sensíveis e Articulação entre o Transporte de Passageiros de âmbito Turístico e de âmbito Público*, a proposta de ser criado a nível nacional um registo de zonas sensíveis, lista essa que deve respeitar os contributos da APA, I. P., através dos seus serviços regionais e em articulação com os órgãos locais da Direção-Geral da Autoridade Marítima e com a proteção civil municipal (artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 159/2012, de 24 de julho), onde os operadores Marítimos-Turísticos, para além do Registo Nacional de Turismo, nas zonas não consideradas como zonas de risco, deveriam ter uma autorização específica, a emitir pelas Câmaras Municipais, com o objetivo de limitar o número de operadores e consequentemente a pressão turística.

8. Foi também proposto efetuar uma reunião anual, em data a acordar, para definir e implementar as respetivas medidas de mitigação e controle das zonas de risco, bem como, avaliar e fixar as regras, que deverão ser tornadas públicas, relativas às medidas a aplicar às atividades Marítimo-Turísticas que operam a partir do areal.

9. Terminado o debate sobre os pontos de agenda anteriormente referidos foi acordado, remeter a presente acta para conhecimento das entidades participantes, em especial para a APA I. P./ARH do Algarve, como entidade administrante, para proceder à promulgação das regras e medidas acordadas, verificando o seu enquadramento no regulamento administrativo da proposta de Programa da Orla Costeira Odeceixe Vilamoura, em desenvolvimento.

10. Nada mais havendo a acrescentar, deu-se por encerrada a reunião, lavrando-se a presente acta, a qual vai assinada por todos os presentes.

OS PARTICIPANTES

Da parte da APA, I. P./ARH do Algarve:

- **Dir. Regional Pedro Coelho** _____
- **Arquiteta Paisagista Paula Noronha** Paula Noronha
- **Geografa Élia Cabrita** Elia Cabrita

Da parte da Câmara Municipal de Lagoa:

- **Vereador Jorge Pardal** _____
- **Arquiteto Paisagista José Vieira** _____

Da parte da Câmara Municipal de Silves:

- **Jurista Leonor Santos** _____

Da parte da Capitania do Porto de Portimão:

- **Comandante Gonzalez dos Paços** _____
- **Jurista Tiago Benavente** _____

* * *

Foto nº.1 – com pelo menos 20 anos, onde estão as embarcações MT?

Foto nº.2 – O telheiro em uma zona exclusiva da praia para os tripulantes e clientes das MT (dinheiro público). Foto de junho 2023

Foto nº.3 – Um pequena construção … uma estação de serviço em pleno areal para manutenção e guarda do trator … apesar de tudo com uma duração limitada, os “mergulhos” em água salgada não ajudam … não fica barato manter as MT

Foto nº. 4 – Uma praia amputada a meio para servir o lobby das MT.
Foto em junho 2023

Foto nº. 4 – Uma praia amputada a meio para servir o lobby das MT. Foto em agosto 2022. Isto não envergonha ninguém?

Foto nº.5 – Um buldózer circula na praia durante um feriado nacional … A CMSilves apoia as marítimo-turística com total paixão!

Foto nº.6 – Até usurpação das barracas … só possível com a conivência das autoridades … o POOC é o que a CMSilves quiser

Ana Cristina do Carmo Cardoso Vieira, portadora do NIF 179575074, e email acccvieira@gmail.com, venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida.

- Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará **disparar o preço para o consumidor doméstico** desse bem essencial à vida que é a água.
- **A eficácia deste projecto é reduzida**, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores.
- Os **impactes negativos deste projecto estão desvalorizados**. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo.
- **A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso agu**a, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (**QSiGA**); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (**ENAA**C), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática -foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas **(PIAAC)** Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo.
- **A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia,** porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, **e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)»** do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados**, nomeadamente** em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Diretiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares .
- E no que respeita à **Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Suscetibilidade:** Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma **Região de risco máximo Elevado** pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso.

Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

DRAFT – Public Consultation on the Algarve Seawater Desalination Plant project

Nome.....,

Citizen Card number, Passport or Taxpayer Identification Number .....,

Email or other contact..... ,

venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida.

- Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará **disparar o preço para o consumidor doméstico** desse bem essencial à vida que é a água.
- **A eficácia deste projeto é reduzida**, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores.
- Os **impactes negativos deste projeto estão desvalorizados**. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo.
- **A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água**, pelo que **não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais** - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo.
- **A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia,** porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, **e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)»** do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados**, nomeadamente** em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, **não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares** .
- E no que respeita à **Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade:** Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma **região de risco máximo elevado** pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso.

Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

(English version of the text above

I hereby submit my DISAGREEMENT with the Algarve Seawater Desalination Plant project for the following reasons.

- It **doesn't ensure universal and equitable access to drinking water**, which is a commitment made by Portugal in relation to the Sustainable Development Goals, because it will be handed over to a public-private company, which will be compensated whenever it doesn't need to treat and sell water; this combined with the high prices of the technology itself and the need for maintenance, will **cause the price of this essential commodity for life - water - to skyrocket** for domestic consumers.
- The **effectiveness of this project is limited**, as the main consumer of water in the Algarve and in the country is agriculture (60% in the Algarve) and the water from desalination will be used for domestic consumption. Even then, the water from the desalination plant will only meet the annual needs of around 100,000 consumers.
- The **negative impacts of this project are undervalued**. There are scientific and technical studies on the negative environmental impacts of desalination plants, especially the high fuel consumption and the problems of saline effluents and dirty water being deposited and dispersed at sea. The quality of the sea water would decrease, impacting marine life and the Algarve's beaches and thus, indirectly, fishing and tourism.
- **The realisation of the project is not in line with national guidelines and plans, which, at various levels, aim to improve the collection and management of the water resource**, and therefore **does not solve the problem of scarce regional water resources**. The desalination project is inconsistent with the National Water Plan (PNA) and Significant Water Management Issues (QSiGA); as well as with the National Strategy for Adaptation to Climate Change (ENAAC) and is therefore not useful for an effective climate transition – which was a hypothesis studied within the framework of the Intermunicipal Climate Change Adaptation Plan for the Algarve (PIAAC), which acknowledges that it could be analysed in the long term.
- **The construction of the desalination plant contradicts European Union Directives**, because it does not promote the protection of the Algarve's coastal and marine areas. Furthermore, the proposal **does not respect the basic principle of "do no significant harm (DNSH)" of the (EU) Regulation on public and private funding** in terms of the protection of marine resources, biodiversity and ecosystems, and has **not taken into account the Marine Strategy Framework Directive (MSFD), nor the Bathing Water Directive.**
- Finally, **with regard to the National Risk Assessment, the Algarve is identified in the Susceptibility Charts**: Destruction of Beaches and Dune Systems, Flooding and Coastal Overtopping as a Region of Maximum High Risk; which means that the installation of desalination plants represents a **dangerous investment.**

Therefore, and for the stated reasons, I reaffirm my OPPOSITION to the Algarve Seawater Desalination Plant project.)

Nome: Nuno Alexandre Rosa Araujo
CC ou NIF: 10088945
Email ou outro contacto: nuno.araujo@gmx.com
venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida.

- Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará **disparar o preço para o consumidor doméstico** desse bem essencial à vida que é a água.
- **A eficácia deste projeto é reduzida**, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores.
- Os **impactes negativos deste projeto estão desvalorizados**. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo.
- **A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água**, pelo que **não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais** - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo.
- **A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia,** porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, **e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)»** do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados**, nomeadamente** em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, **não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares** .
- E no que respeita à **Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade:** Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma **região de risco máximo elevado** pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso.

Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Nome: Artur Jorge Pereira Duarte
CC/NIF 999003/159485592
E-mail: pereira.duarte@sapo.pt
Venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida.

- Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará **disparar o preço para o consumidor doméstico** desse bem essencial à vida que é a água.
- **A eficácia deste projeto é reduzida**, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores.
- Os **impactes negativos deste projeto estão desvalorizados**. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo.
- **A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água**, pelo que **não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais** - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo.
- **A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia,** porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, **e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)»** do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados**, nomeadamente** em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, **não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares** .
- E no que respeita à **Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade:** Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma **região de risco máximo elevado** pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso.
- Para resolver o problema da falta de água de forma sustentável e sem prejuízo para o meio-ambiente **é preciso reduzir o consumo de água planificando devidamente as actividades agrícolas, a indústria do turismo e quaisquer outras actividades que venham a surgir no futuro**. Não podem ser permitidos projectos para os quais não existem recursos para os alimentar. As actividades em exploração devem ser fiscalizadas e após análise deverão ser encerradas caso não existam recursos hídricos.

Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.
Tavira, 06/12/2023
Artur Jorge Pereira Duarte

Assunto: Discordância à Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve
Nome Solange Guerreiro,
CC 11710097,
email: solmar.n@sapo.pt

Venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida.

- Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água.

- A eficácia deste projecto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores.

- Os impactes negativos deste projecto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indirectamente, as pescas e o turismo.

- A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática -foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às. Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo.

- A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares.

- E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma Região de risco máximo Elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso.
Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Solange Martins Guerreiro

Copyright © 2022 Waterise® all rights reserved

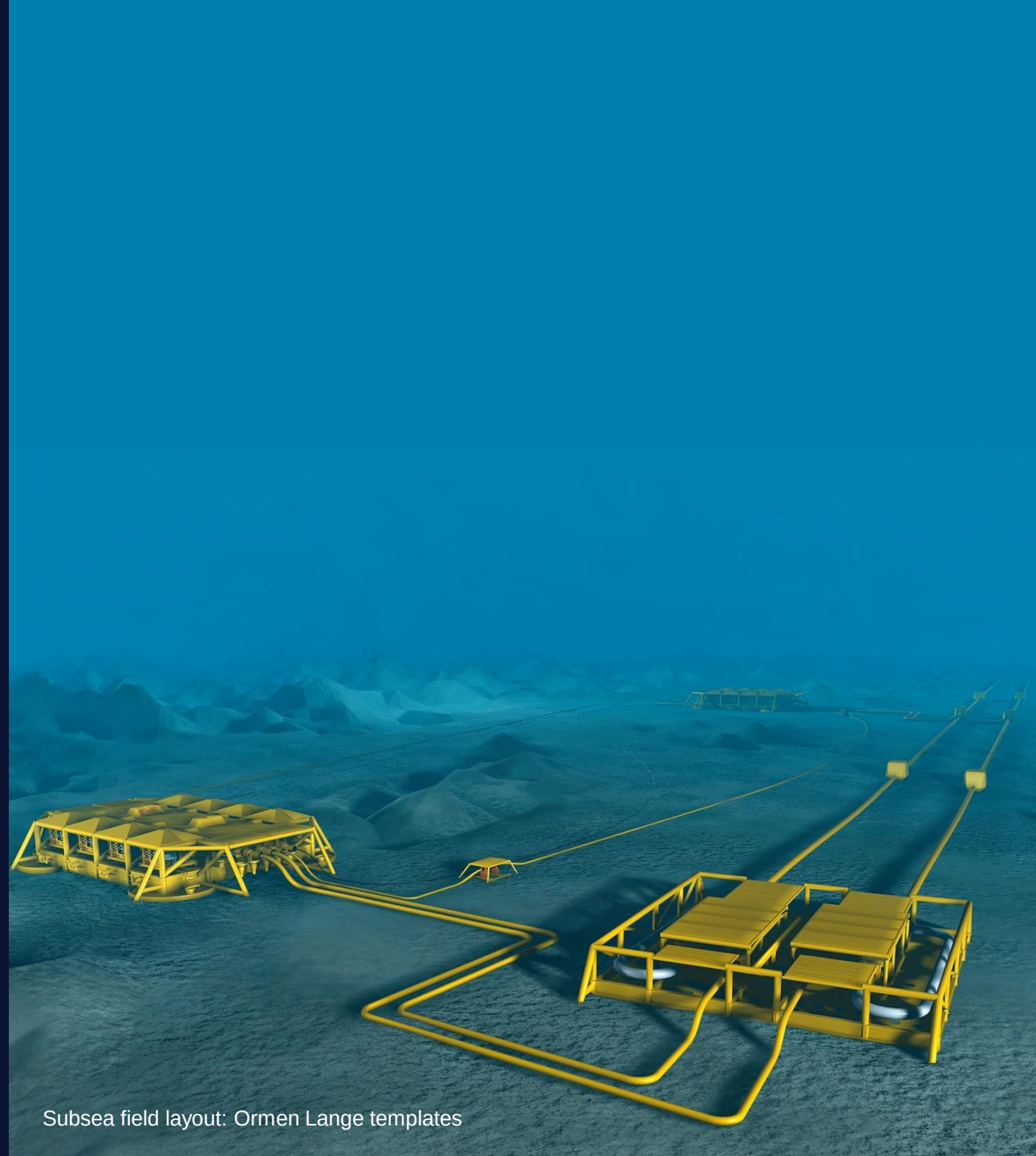
11.01.2023

Waterise®

Utilising a well known technology for a new purpose

Waterise utilises proven subsea technology combined with membrane desalination to provide safe and clean access to fresh water in water-stressed regions around the world

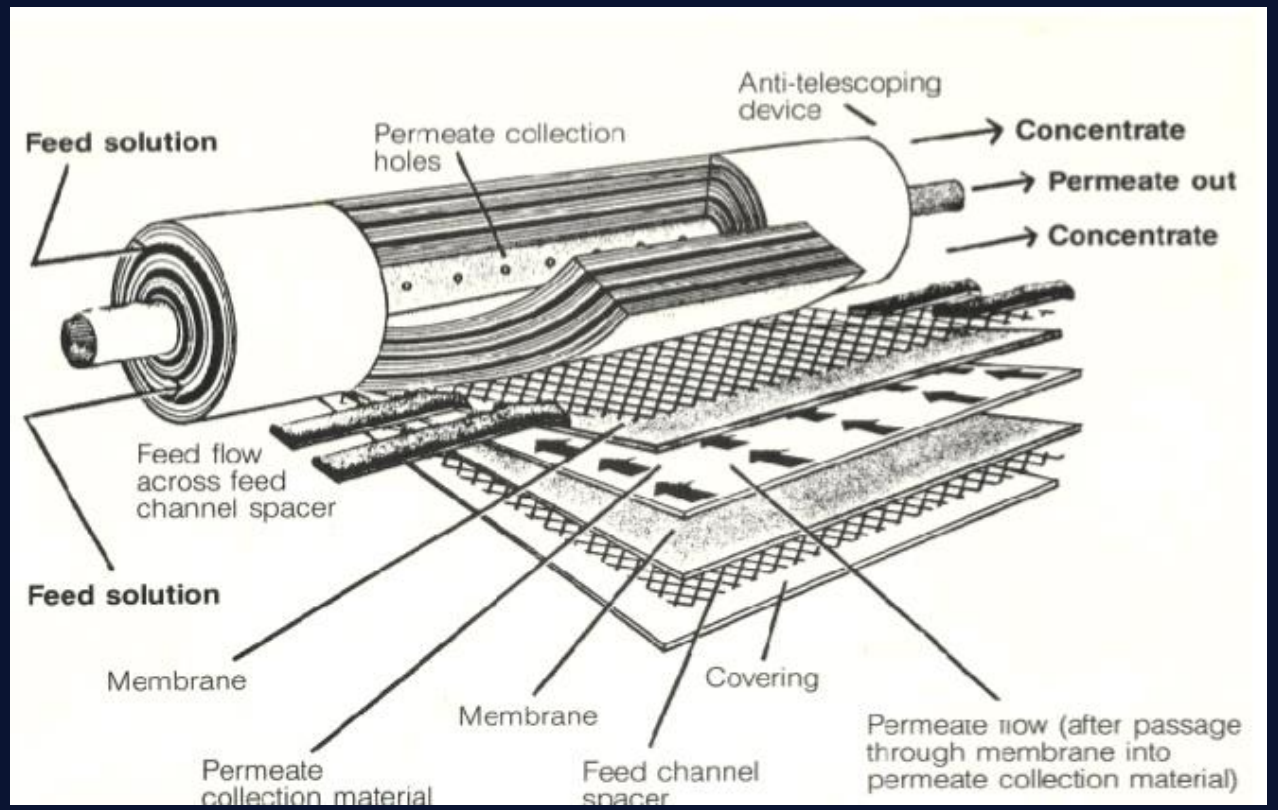
Our desalination system is based on world-leading Norwegian subsea production systems, developed for Oil & Gas



Subsea field layout: Ormen Lange templates

Copyright © 2022 Waterise® all rights reserved

Utilising a well known technology for a new situation



Copyright © 2022 Waterise® all rights reserved

Renowned technology partners

Desalination
Dupont
RO Membranes

Oil & Gas
Worley
Detailed Engineering & Construction Management

Oil & Gas
Schlumberger
Subsea Connectors

Water Treatment
Hydac
Pretreatment Filtration

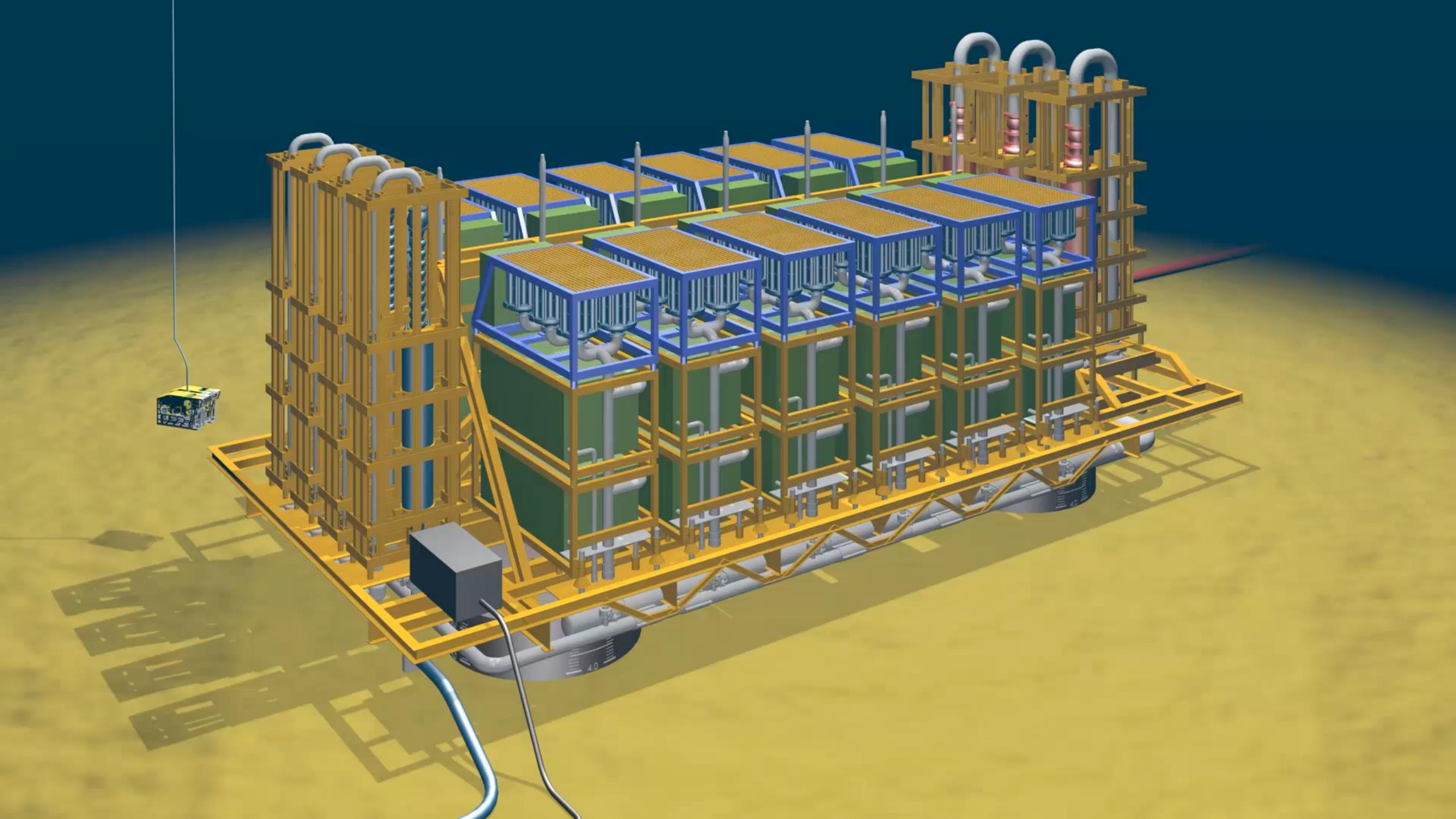
Oil & Gas
Advanced Mechatronics
Electromechanical actuators and controls

Copyright © 2022 Waterise® all rights reserved

How it works

Copyright © 2022 Waterise® all rights reserved

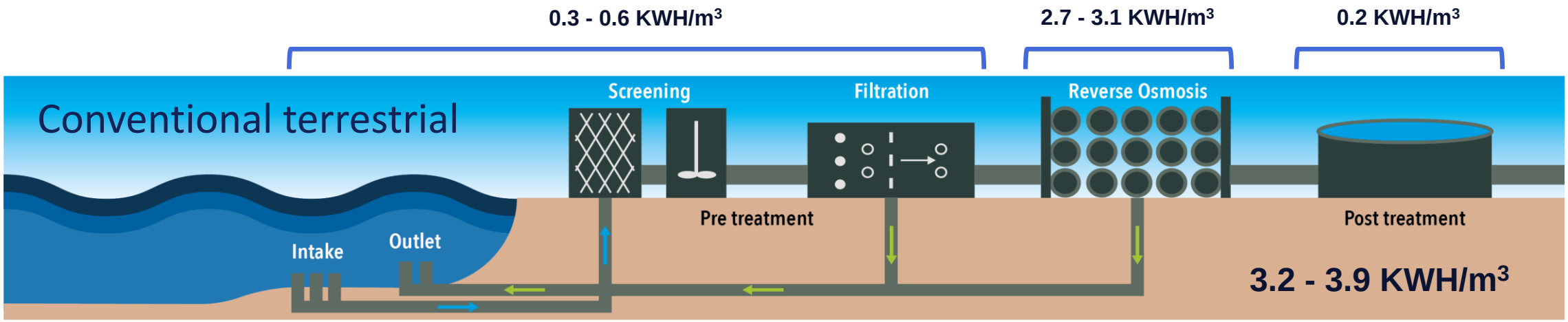
Copyright © 2022 Waterise® all rights reserved

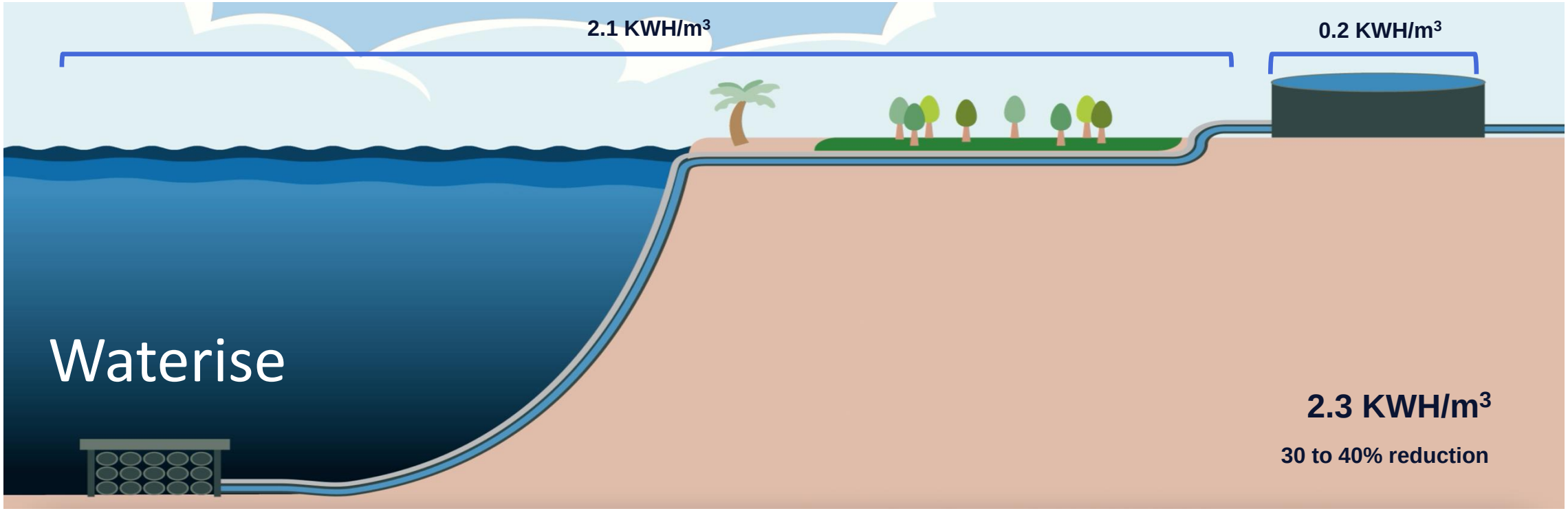


Waterise vs conventional desalination plants

Copyright © 2022 Waterise® all rights reserved

Lower energy consumption





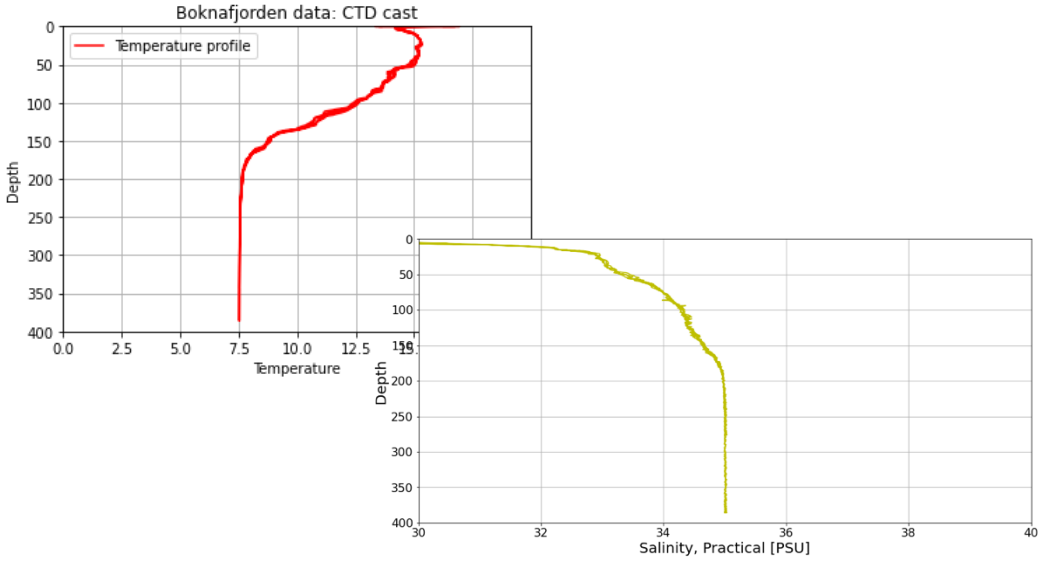
Copyright © 2022 Waterise® all rights reserved

High quality feed water, consistently

Water quality measured in Norway @ 400 m depth

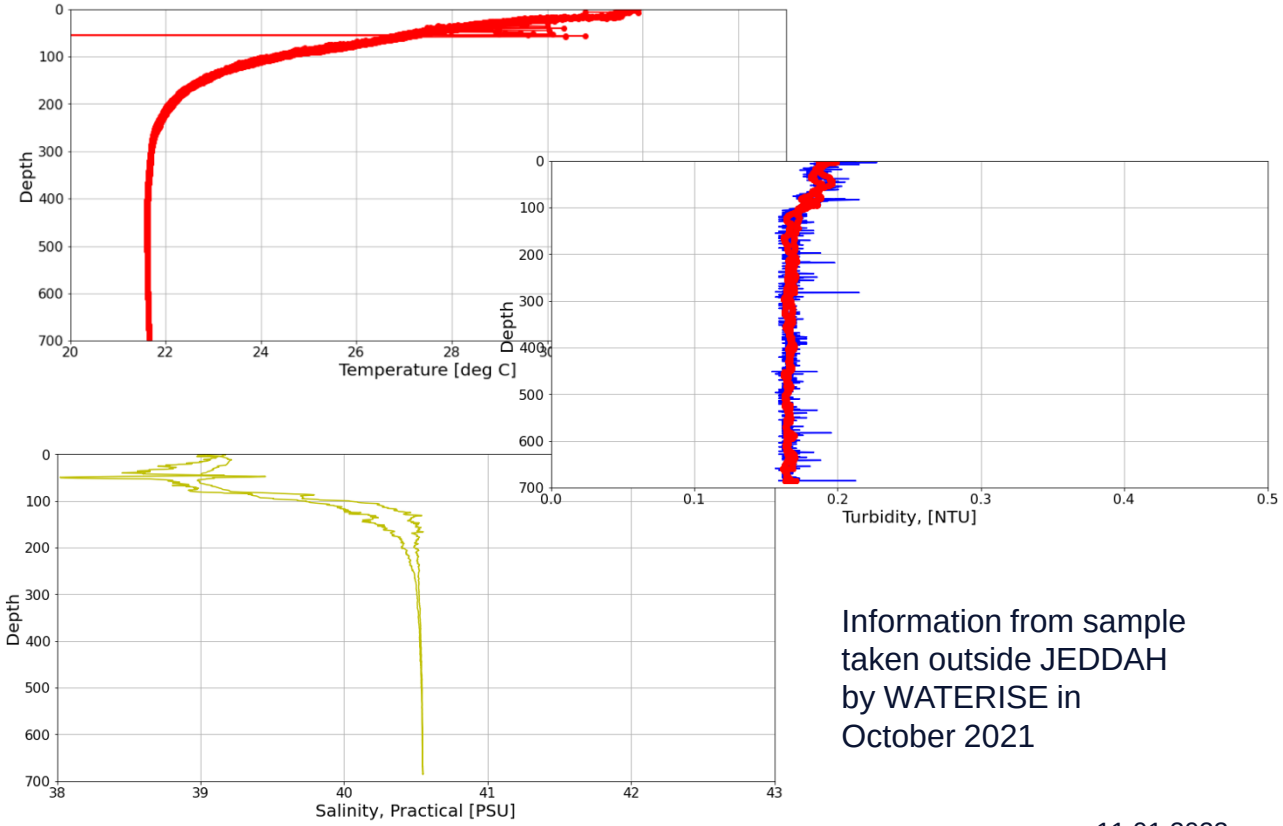
SDI …….. < 3 @ 100% time *(measured)*
Turbidity …….. < 0.5 mg/l *(measured)*
TOC …….. < 1.5 mg/l *(measured)*
Total Dissolved Solids ……. 35 100 mg/l *(measured)*
Temperature ……. 7.6 º C *(measured)*

Information from sample taken outside BJOKNAFJORN by WATERISE in October 2020



Water quality measured in Jeddah @ 500 m depth Sea

SDI …….. < 3 @ 100% time
Turbidity …….. < 0.5 mg/l *(measured)*
TOC …….. < 1.5 mg/l
Total Dissolved Solids …… 41 000 mg/l *(measured)*
Temperature …… 21.6 º C *(measured)*



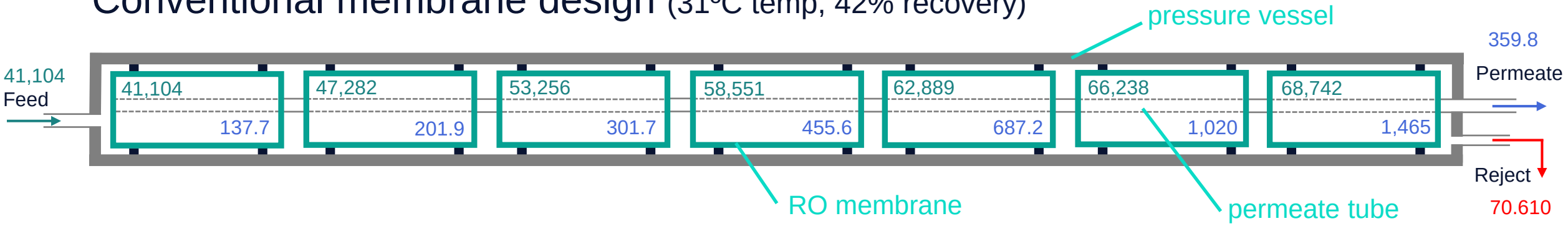
Information from sample taken outside JEDDAH by WATERISE in October 2021

Copyright © 2022 Waterise® all rights reserved

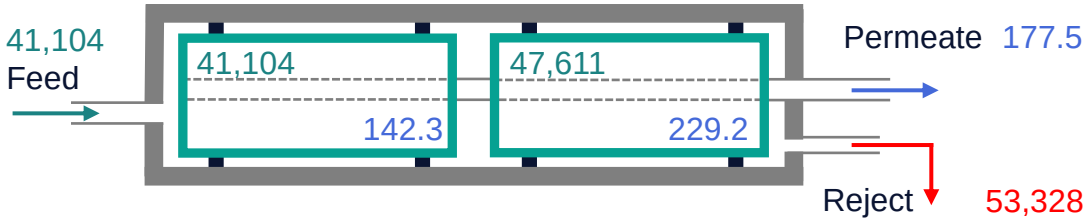
Better product water (permeate) quality with Waterise

SW30XLE-440 membrane by DUPONT

Conventional membrane design (31ºC temp, 42% recovery)



Waterise membrane design (21ºC temp, 23% recovery)



Feed TDS (mg/L)

Permeate TDS (mg/L)

Reject (Brine) TDS (mg/L)

Copyright © 2022 Waterise® all rights reserved

Clear advantages for Waterise in key ESG areas, compared to traditional desalination

Environmental impact advantages

Marine sediments

Environmental impacts are significantly reduced due to compressed footprint and the lower total dissolved solids in the brine discharge

Heritage / Cultural resources

Less impact considering the smaller footprint and the flexibility in the location of the plant

Flora & Fauna

Minor or even neglectable effects mainly thanks to very minimal presence of life at deep sea level

Waste management

Significantly reduced, operations simplified with no use of chemicals. Installation at seabed has no impact

Greenhouse gas (GHG) emissions

Free available hydrostatic pressure helps significantly lower energy required for the total RO-process. Construction work is limited, thus lower GHG emissions

Sustainability advantages

Materials sourcing, supply chain

More sustainable approach than land-based desalination as less building space is required

Carbon footprint

With less energy required, it is also easier is to produce energy with low emission to supply the facility, less compensation needed

Energy needs

The technology uses ambient seawater pressure to feed the RO system, resulting in a much lower power draw

Land use / Workforce

Significantly decreased land use (1/10), smaller footprint and lower workforce demand, the overall sustainability is better

Final delivery of water

Excellent and stable water quality, less downtime, more adaptable and less invasive

Copyright © 2022 Waterise® all rights reserved

The Waterise®
water quality advantage

- “Push” and “Pull” have the same effect
- Higher quality feed water, consistently
- Benefit from lower temperature, consistently
- Significant quality improvement by using 2 membrane elements per pressure vessel vs 7 or 8 in terrestrial designs
- Can meet stringent water quality requirements by selecting the right membrane elements

Copyright © 2022 Waterise® all rights reserved

Reduced land usage and lower CAPEX

Eliminated

Simplified

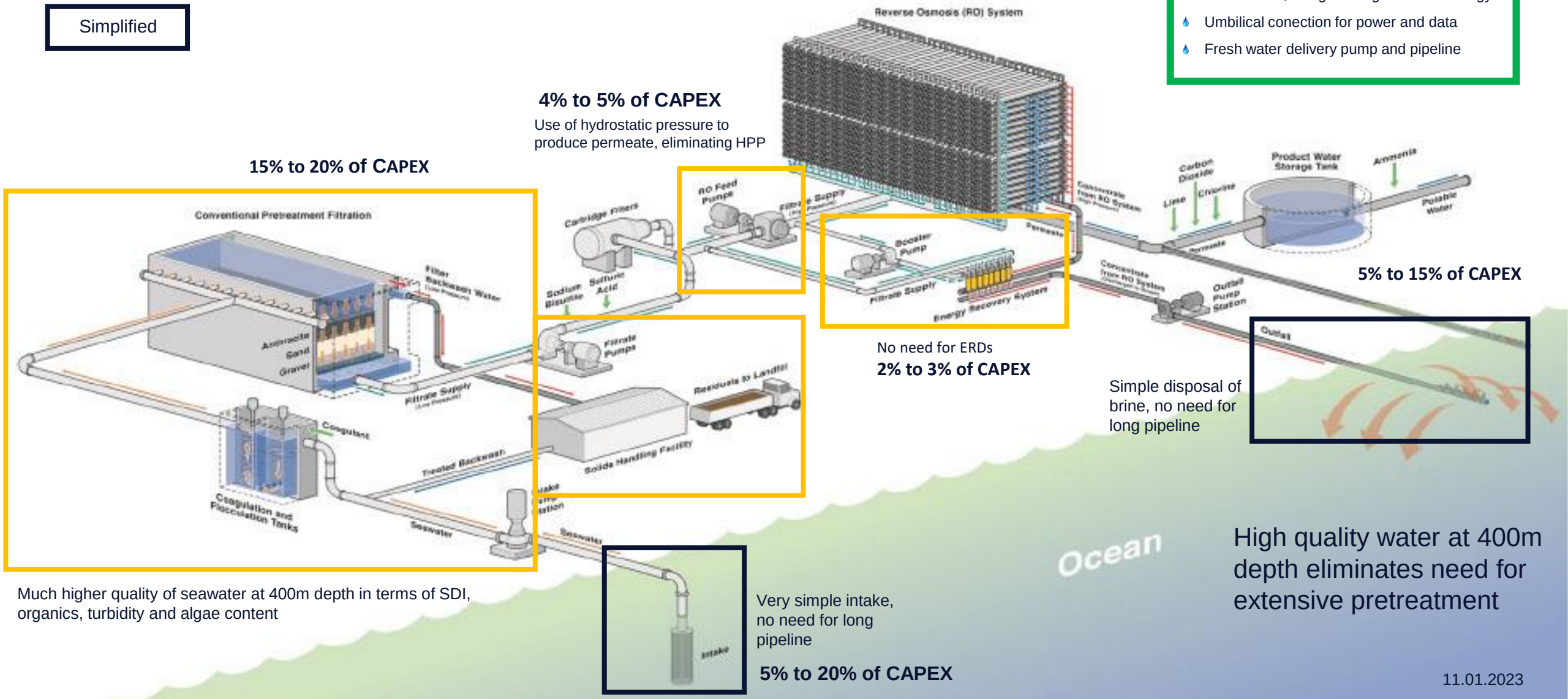
Add….

- Adapt and design the solution for subsea desalination, using existing O&G technology
- Umbilical conection for power and data
- Fresh water delivery pump and pipeline

4% to 5% of CAPEX

Use of hydrostatic pressure to produce permeate, eliminating HPP

15% to 20% of CAPEX



No need for ERDs

2% to 3% of CAPEX

5% to 15% of CAPEX

Simple disposal of brine, no need for long pipeline

Much higher quality of seawater at 400m depth in terms of SDI, organics, turbidity and algae content

Very simple intake, no need for long pipeline

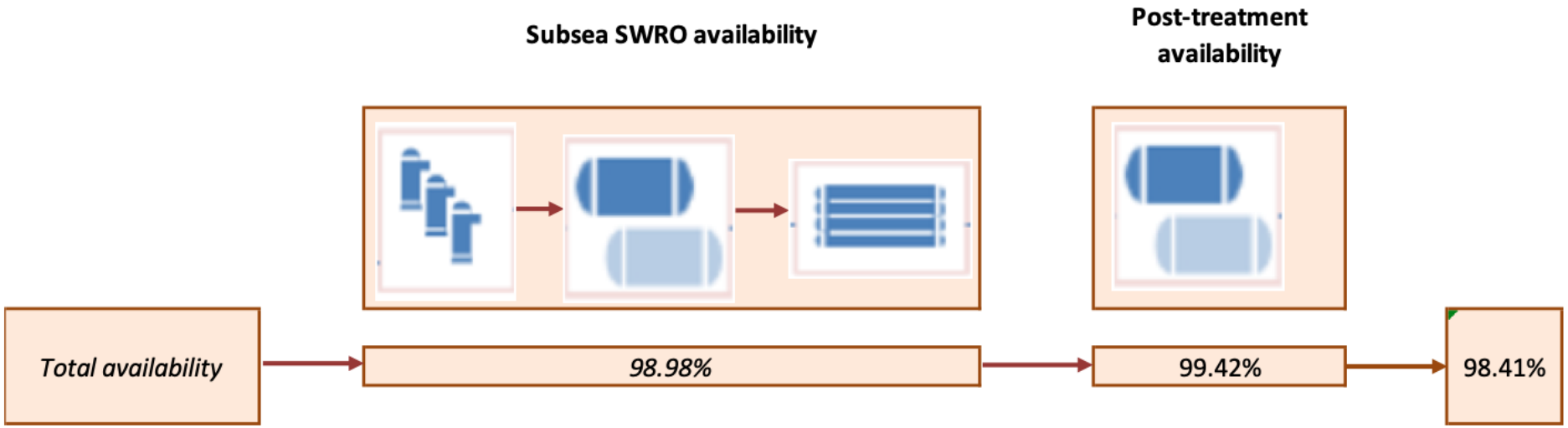
5% to 20% of CAPEX

High quality water at 400m depth eliminates need for extensive pretreatment

High Reliability → Availability > 98%

Improvement over expected availability from typical land-based desalination plants

- Calculation considers annual downtime due to mechanical failure and maintenance of every system, including intake, pretreatment, SWRO, brine discharge and permeate conveyance
- High availability obtained by **built in redundancy**:
  - Installed stand-by pumps
  - Installed stand-by SWRO module – minimize availability reduction due to membrane replacement or cleaning
- No annual downtime due to sea water quality issues – **very favorable raw water quality** at 400m depth, avoiding algae blooms, jelly fish or hydrocarbon spillage which often reduce terrestrial plants availability
- No annual downtime due to permeate water quality non-compliance – no variation in the feed water quality resulting in no variation in the permeate water quality



High availability = feed water quality + built in redundancy + subsea production system philosophy

Copyright © 2022 Waterise® all rights reserved

Waterise®

Waterise®

The Waterise® value proposition

- A big positive change for the environment
- Significantly less energy consumption
- Significantly reduced land usage
- Lower CAPEX
- Very high reliability
- Increased safety and security

Copyright © 2022 Waterise® all rights reserved

Market activities

Copyright © 2022 Waterise® all rights reserved

Water demand – a one way traffic!

Market overview

- Water scarcity is a significant and growing problem in many parts of the world. The market will continue to grow on the back of water scarcity and population growth
- Desalination has predominantly been used to produce potable water (70%) while also agriculture and industrial water applications make up the rest
- With the effects of increased global warming, scarcity of potable water, and growing populations on a worldwide basis, there is a significant need to diversify and innovate sources of drinking water
- Global Water Intelligence report suggests that deep sea locations will be available for 50% of planned and expected desalination projects
- Forecasts indicate that Waterise has strong potential to reach a 20% market share by 2030 in deep sea areas (equating to a 9% share of the total desalination market)

Fresh water demand key statistics

Globally…

$7tn	Global spending on water infrastructure required by 2030
23bn	Litres of water lost each day from aging global infrastructure

…and still in advanced countries

62%	Of wastewater in upper-middle income countries is untreated
25%	Of wastewater in European “big cities” without tertiary treatment
$473bn	Needed for U.S. water infrastructure over the next 20 years

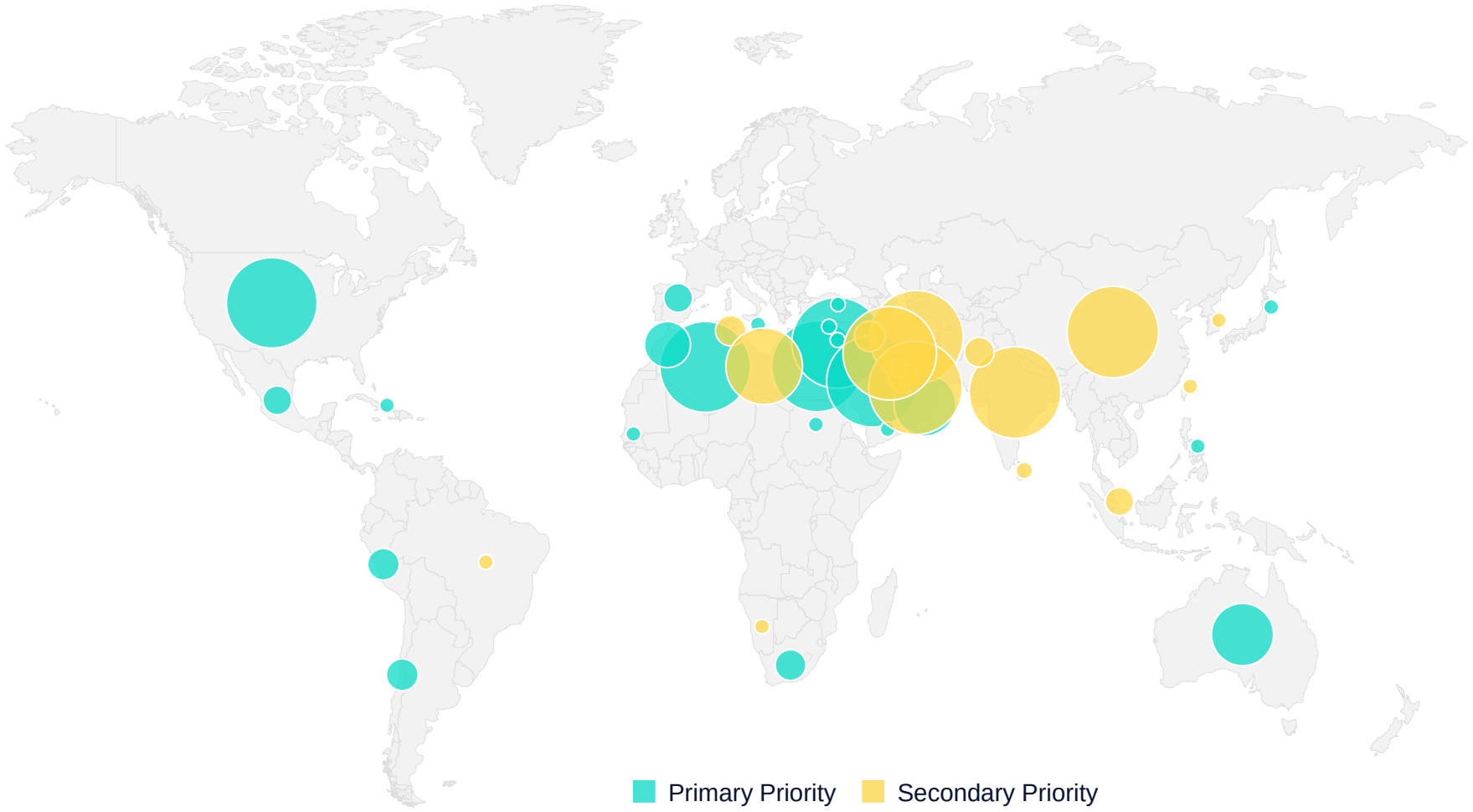
Key drivers of demand for desalination

Drivers	**Global Warming**	**Urbanisation**	**Population Growth**	**Industrial Growth**
Circumstances	**Unusually Severe Drought**	**Rising Urban Demand**	**Rising Agricultural Demand**	**Extraction Industries In Water Scarce Areas**
Solutions	▪ Emergency onshore desalination ▪ Emergency offshore desalination	▪ Desalination	▪ Desalination	▪ Desalination

Copyright © 2022 Waterise® all rights reserved

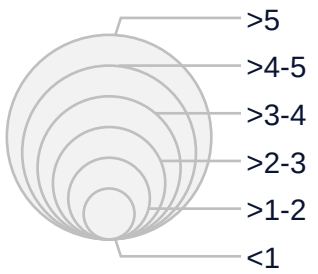
Source: GWI report

GWI has suggested a market share @ 20% in primary – we believe we will go higher!



- **Primary markets**
  - Where the energy-saving potential is greatest because there is 400m of depth near the shore
- **Secondary markets**
  - Where issues such as the availability of coastal real estate are the main selling point of the technology

2021-2040
Total Capacity (million m^3/d)



Copyright © 2022 Waterise® all rights reserved

Source: GWI report, Company information

Jeddah, February 2022

Waterise®

مجموعة عجلان واخوانه القابضة
ajlan & bros. holding group
Abilitii

Jeddah demonstration participants

JCD – representatives from Jeddah Central Development Company

PIF – representative from the Public Investment Fund, sovereign wealth fund of Saudi Arabia

SWCC – representative from the Saline Water Conversion Corporation

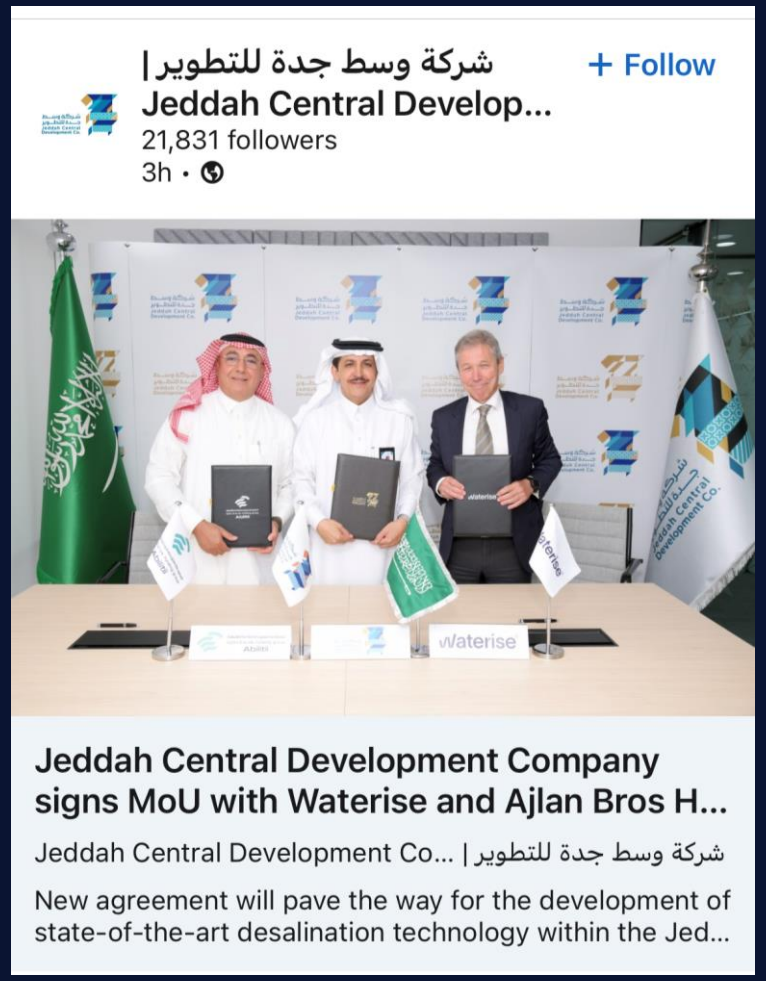
WSP – representatives from WSP, independent advisor to JCD

Worley – representatives from Worley

Copyright © 2022 Waterise® all rights reserved

JCDC 50,000 m3/day

- Announcement attracted broad interest
- Progress for Award Letter impacted by JCDC qualifying Waterise' solution also for larger scale
  - 3rd party consultants (Fichtner and ILF) engaged to verify Waterise analysis, justification of price and expectations for larger scale projects (economies of scale)
  - have communicated to Waterise that they have everything they require to conclude Award Letter process



Copyright © 2022 Waterise® all rights reserved

Waterise in IDA World Congress

The IDA World Congress, largest desalination conference, took place from October 9-13 in Sydney, Australia

Copyright © 2022 Waterise® all rights reserved

We are expanding perspectives on business development

- **Portugal -** meetings with municipal authorities of a major coastal town, with very strong interest for subsea desalination
- We are developing a wider pipeline of project opportunities: **Spain, Turkey, Oman, Jordan, Chile, Italy, Egypt, Malta, South Africa, Maldives**
- Signed MOU with **Worley** to develop markets together, addressing mining and hydrogen opportunities
- **Morocco -** several meetings with Moroccan water authorities, signing an MOU to develop a specific opportunity in the North of the country
- **California -** exploring market, visit in December to potential clients for validation of opportunities. Waterise appears to be the perfect solution for this promising market

Copyright © 2022 Waterise® all rights reserved

Copyright © 2022 Waterise® all rights reserved

11.01.2023

waterise

Niels Petter Wright - Chief Executive Officer

Niels Petter (b. 1961) has spent most of his career in leadership positions; first as CFO and later as CEO of large international companies in various industrial sectors, including packaging, plastics and explosives. His valuable experience with international market expansion, innovation strategies, market strategy development and execution, value chain optimisation and operational excellence, is an asset to Waterise. He holds a master's degree from the Norwegian School of Economics and Business Administration (NHH)

Tore Byberg – Chief Financial Officer

Tore (b. 1978) joined Waterise in August 2022 as Chief Financial Officer. From 2019 to 2022 he served as EVP & CFO of listed Eidesvik Offshore ASA, after having served as CFO for Altibox from 2015 to 2018. Prior to this, Tore held various senior finance positions in the Seadrill group from 2008. He has broad capital markets and finance experience, both from European and US markets. Tore holds an MSc degree in Industrial Economics and a BSc degree in Computer Technology, both from the University of Stavanger

Erik Christiani - Chief Project Execution Mgr.

Erik (b. 1967) is responsible for Managing and Executing Projects in Waterise. Erik Christiani has over 25 years of experience of Project Execution Management for large Subsea and Onshore related works from Design Engineering, Procurement, Construction, and Installation. Worldwide international experience working within companies, such as Subsea 7, TechnipFMC, EMAS, Kosmos Energy, BW Energy, and BW Offshore. Erik holds a MSc in Civil Engineering from Denmark's Technical University, and a PhD in Offshore Engineering from Aalborg University Denmark.

Borja Blanco - Chief Commercial Officer

Borja (b. 1969) is responsible for business development and sales at Waterise. He has over 25 years of experience in the water desalination industry in companies such as United States Filter Corporation, Veolia Water and Energy Recovery Inc, where he has held positions in management, sales, marketing and finance. He founded and is CEO of Aqua Advise. He is currently a Director on the Board of Directors of the International Desalination Association and Chairman of its Technical Programme Committee. He holds a degree in Business Administration

Beatriz Garcia Fernández - CTO

Beatriz (b. 1976) is responsible for the overall technical solutions at Waterise. She has 20 years´experience from the water/desalination industry, and has held leading positions in companies such as Pentair Water Process Technology, Veolia Water Solutions and Acciona Water. García has an impressive track record from leading positions in several desalination projects globally. She is a member of Asociación Latinoamericana de Desalación and the IDA. García holds a degree in Chemical Engineering from ETSIIT in Bilbao, Spain

Arshia Loloee - Chief Sourcing Officer

Arshia (b. 1979) is responsible for sourcing strategies and supply chain execution in Waterise. Arshia has 19 years of international experience across a broad range of supply chain functions and diverse industry segments, from BP, Aker Solutions, Kværner, BW Offshore and BW Energy. Arshia holds a B.A. in Supply Chain Management from Michigan State University.

Copyright © 2022 Waterise® all rights reserved

Source: Company Information

Jon Hindar – Chairman of the Board

Jon has CEO leadership experience from a number of companies, such as Dynal, Fondsfinans, Norsun and Cermaq. Currently, he serves as chairman of the BoD in Arendal Fossekompani, Milarex, Klaveness Marine and Argentum. Jon also has associated positions within the private equity firm Summa Equity

Bertrand Camus - Member of the Board

Bertrand has CEO leadership experience from the French Group SUEZ (global leader in environmental services). He is a partner with the private equity firm Summa Equity

Trond Brandsrud - Member of the Board

Trond is currently a board member of Aker BP ASA, PGS ASA and the Lowell Group and chairs the audit committees of Aker BP and Lowell. From 2016 to 2019, he held several CEO and CFO roles in in financial services companies. From 2007 to 2015, he held positions as Group CFO at Aker and Seadrill Group. Prior to these roles, he had 23 years of experience from leading finance positions in Royal Dutch Shell plc., both in Norway and internationally

Inge Hansen - Member of the Board

Inge has leadership experience from a number of companies, such as Aker Kværner (CEO), Statoil, now Equinor (CFO and CEO) and Den norske Bank (General Manager). Currently, he serves as chairman of the BoD in Arctic Securities and Troms Kraft. He was previously chairman of BoD in companies like Gjensidige (Forsikring), Norsun, Bertel O. Steen (including acting CEO), Avinor, Jiffy International, Core Energy, and BoD

Henry Charrabé - Member of the Board

Henry has CEO leadership experience from the US companies RWL Water and Fluence Corporation (desalination solutions), and he currently serves as the CEO for Seven Seas Water Corp.

Copyright © 2022 Waterise® all rights reserved

Source: Company Information

Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

José Lúcio Amaral de Almeida, CC 01112678 7 ZX6, Email joselucioalmeida@gmail.com, tlm 917284308, venho manifestar a minha **TOTAL CONCORDÂNCIA** com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida.

- Assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa reputada, que será justamente compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços moderados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará **diminuir o preço para o consumidor doméstico** desse bem essencial à vida que é a água.
- **A eficácia deste projeto é elevada**, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora responderá cabalmente às necessidades anuais de cerca de 1.000.000 consumidores.
- Os **impactes positivos deste projeto estão desvalorizados**. Há estudos científicos e técnicos relativos aos reduzidos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o reduzido consumo de combustíveis e à não existência de problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai aumentar, impactando positivamente a vida marinha e as praias algarvias e assim, diretamente, as pescas e o turismo.
- **A concretização do projecto está alinhada com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água**, pelo que **resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais** - é coerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo.
- **A construção da Estação de Dessalinização está alinhada com Diretrizes da União Europeia,** porque promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, **e respeita cabalmente o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)»** do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados**, nomeadamente** em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, **considerando assim a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), e a Directiva das águas balneares** .
- E no que respeita à **Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade:** Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma **região de risco mínimo** pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento altamente louvável.

Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha **TOTAL CONCORDÂNCIA E APOIO** ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Assinado: José Lúcio Amaral de Almeida

Consulta Pública do projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

Nome Nídia Maria Dias Azinheira Rebelo Braz, NIF 118819607, Email nbraz@ualg.pt, venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve, pelos motivos que apresento de seguida.

- Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em os preços do seu funcionamento farão **disparar o preço da água para o consumidor doméstico**
- **A eficácia deste projeto é reduzida**, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores.
- Os **impactos negativos deste projeto estão desvalorizados**. O elevado consumo de energia e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas terão impacto negativo sobre a vida marinha e sobre as praias algarvias e, indiretamente, sobre as pescas e o turismo.
- **A concretização do projecto não está alinhada com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água**, pelo que **não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais** - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA), bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC).
- **A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia,** porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, **e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)»** do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados**, nomeadamente** em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, **não considerando a "Directiva Quadro da Estratégia Marinha" (DQEM), nem a "Directiva das Águas Balneares"**.
- A "**Avaliação Nacional de Risco"** nas suas "Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros", identifica o Algarve como sendo uma **região de risco máximo elevado** pelo que a instalação de aqui de centrais de dessalinização representa um investimento com consequências perigosas.

Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

Pode copiar o texto na íntegra, ou apenas partes para completar os argumentos da sua participação.

Nome Veralisa Galveia Jacinto Brandão, CC 11143907, Email ou outro contacto veralisabrandao@hotmail.com, venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida.

- Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará **disparar o preço para o consumidor doméstico** desse bem essencial à vida que é a água.
- **A eficácia deste projeto é reduzida**, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores.
- Os **impactes negativos deste projeto estão desvalorizados**. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo.
- **A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água**, pelo que **não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais** - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo.
- **A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia,** porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, **e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)»** do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados**, nomeadamente** em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, **não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares** .
- E no que respeita à **Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade:** Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma **região de risco máximo elevado** pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso.

Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Assunto : Consulta Pública sobre Central de Dessalinização no Mar do Algarve
Posição: Discordância

Relativamente a este EIA, o que ressalta da sua leitura é que:

1. **esquece, ou menoriza aspectos essenciais de uma avaliação do impacto ambiental, que não apenas os da "natureza" em sentido restrito**.
2. Além disso está elaborado de tal maneira que **não facilita a sua leitura e o tratamento dos dados que apresenta e que são essenciais para a avaliação das especificidades deste projecto**. Há um emaranhado de dados fornecidos em medidas de quantificação não uniformizadas - se os documentos eram para ser consultados pelos portugueses, pelo cidadão comum, como se compreende que não se forneça informação clara que permita uma leitura dos dados rigorosa e clara da quantidade de água a produzir e o que é que essa quantidade representa no universo total dos consumos?
3. Por outro lado, como se compreende que **não sejam apresentadas soluções alternativas ao projecto em si, mas apenas alternativas à localização da central a construir, ou apenas alternativas no interior do próprio projecto de construção**? Ainda mais quando essas soluções alternativas ao projecto em si estão identificadas, sistematizadas e calendarizadas em documentos orientadores das políticas de gestão dos recursos hídricos da região- por exemplo o Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve?
4. **E como pode esta avaliação da proposta de projecto não cumprir o enquadramento legal, não tendo as entidades responsáveis por ela promovido sessões públicas abertas, dirigidas aos interessados, isto é à população em geral, sessões divulgadas nos meios de comunicação?**
5. **Onde o EIA falha ainda de forma mais gritante, é na avaliação dos impactos**, porque por mais ilógico que possa ser, por artes mágicas fazem uma viragem de 180 graus, de modo a que a classificação do nível dos mesmos seja "baixo", ou "limitado", ou "inexistente".

No entanto **as questões de fundo que se colocam**, não dizem tanto respeito aos pormenores deste projecto em si, mas ao seu enquadramento enquanto hipotética solução para a gestão e resolução da situação hídrica do Algarve.
Colocam-se com acuidade questões que necessariamente uma AIA tem que avaliar e ter na conta por serem essenciais:

- Como é que esta central de dessalinização resolve o problema de escassez de agua no Algarve, se não se destina ao maior consumidor, a agricultura? Porquê esta central de desssalinização se não é o consumo doméstico que provoca a escassez? - o consumo total do Algarve é de 237 hm3 ano e o urbano apenas de 95 hm3 ano.
- Sabendo que o Algarve tem uma população flutuante que atinge 1milhão de pessoas que consomem acima da media nacional, que é de 127 litros per capita/dia, segundo relatório da ERSAR 2022, quanto água vai de facto produzir esta dessalinizadora?- apresentam mínimos, máximos e médias de captura de água do mar e de produção de água, mas não apresentam os números mais prováveis de acontecer- tal tem importância para a medição do impacto da salmoura tóxica no meio marinho.
- Com essa verba aplicada em outras medidas de curto e médio prazo, já identificadas e programadas no Plano Regional de para a Eficiência Hídrica para o Algarve (PREHA), que resultados finais seriam expectáveis? Essas e outras alternativas terão ou não uma eficácia maior?
- As alternativas tem menores (ou maiores) impactos ambientais/sociais/económicos/paisagísticos?
- Pode-se resolver o problema sem criar os problemas que a central de dessalinização criará?

Estas e outras questões é que são a base duma avaliação ambiental - não esquecer que uma AIA (avaliação do impacto ambiental) é a avaliação os efeitos no AMBIENTE em SENTIDO LATO, incluindo as alternativas ao projecto http://ec.europa.eu/environment/eia/eia-support.htm

O conhecimento da realidade hídrica , social e económica do algarve e dos factores que a condicionam tornam risível a afirmação no RNT do EIA, pese embora a gravidade das consequências desta incorrecção: "*O projeto prevê a sua implementação numa região com uma população envelhecida e onde a irregular disponibilidade de água tem contribuído para limitar o desenvolvimento socioeconómico. O aumento das alternativas de acesso a água potável permitirá lidar com as diferenças sazonais de necessidade de água que são superiores no período em que este recurso é mais escasso*", porque:

- **nem é a população residente que consome a maior fatia de água - é a agricultura,**
- **nem a esmagadora maioria de pessoas que consomem água no algarve é idosa - são turistas,**
- **nem é a área económica preponderante, o turismo, que consome mais água -mesmo que juntemos o consumo do golfe ao doméstico, não atingimos os valores da agricultura.**

Apresentamos de seguida alguma biografia e links que deveriam ter sido tidos em conta no elaboração deste EIA:

ONU programa para o meio ambiente - https://www.unep.org/pt
https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/cinco-fatos-importantes-sobre-dessalinizacao - 2021 - Cinco factos importantes sobre dessalinização
Na maioria dos processos de dessalinização, para cada litro de água potável produzido, são criados cerca de 1,5 litros de líquido poluído com cloro e cobre. Esta água residual (conhecida como "concentrado") é duas vezes mais salina do que a água do oceano.

https://www.sciencedirect.com/journal/science-of-the-total-environment
https://www.sciencedirect.com/search?pub=Science%20of%20The%20Total%20Environment&cid=271800&qs=desalination

https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0048969723038676 - Environmental performance of a photovoltaic brackish water reverse osmosis for a cleaner desalination process: A case study

https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0048969721016533 - Desalination and environment: A critical analysis of impacts, mitigation strategies, and greener desalination technologies

Além dos impactes ambientais é a própria ONU que, já em 2021, escreveu que a dessalinização *"é um negócio em expansão."* (ONU programa para o meio ambiente - https://www.unep.org/pt https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/cinco-fatos-importantes-sobre-dessalinizacao - 2021)
Neste contexto já sabemos que **vai aumentar o custo da água** apenas **para o consumidor doméstico,** sendo que essa **água é de inferior qualidade,** face à tratada proveniente das barragens e aquíferos; qual a razão, ou a ética, para que a água necessária à vida (beber, cozinhar, higiene...) seja de pior qualidade e mais cara que a que é fornecida a negócios particulares, privados?- uma avaliação ambiental tem obrigatoriamente que analisar estes aspectos/impactes.
Qual **a justiça social em que a água necessária à vida (beber, cozinhar, higiene...) seja de pior qualidade e mais cara,** que a das barragens e aquíferos, que é fornecida a negócios privados da agricultura e do golf?- uma avaliação ambiental tem obrigatoriamente que analisar estes aspectos/impactes sociais e económicos.

Assim a nossa posição, enquanto colectivo de cidadãos é de discordância face a esta proposta de construção de uma Central de Dessalinização no Mar do Algarve.

Se te revês na seguinte exposição usa esta minuta:
Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve
Pode copiar o texto na íntegra, ou apenas partes para completar os argumentos da sua participação.
Nome João Maria Castelo Branco de Azevedo Mendes....., CC ou NIF ...156975734....., Email ou outro contacto joaoazevedomendes@hotmail.com....., venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida.
Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água.
A eficácia deste projeto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores.
Os impactes negativos deste projeto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo.
A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo.
A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares .
E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e

Galgamentos Costeiros como sendo uma região de risco máximo elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso. Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

CONTACTO: pas.plataforma.agua@gmail.com
https://plataformaaguasustentavel.wordpress.com/
https://www.facebook.com/PlataformaAguaSustentavel/

Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

Pode copiar o texto na íntegra, ou apenas partes para completar os argumentos da sua participação.

Nome Paulo Jorge Freitas Gomes da Silva, com o cartão do cidadão, 10056756, com o email madeirapaulosilva@gmail.com, venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida.

- Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará **disparar o preço para o consumidor doméstico** desse bem essencial à vida que é a água.
- **A eficácia deste projeto é reduzida**, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores.
- Os **impactes negativos deste projeto estão desvalorizados**. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo.
- **A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água**, pelo que **não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais** - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo.
- **A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia,** porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, **e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)»** do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados**, nomeadamente** em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, **não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares** .
- E no que respeita à **Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade:** Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma **região de risco máximo elevado** pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso.

Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

CONTACTO: pas.plataforma.agua@gmail.com

Procedimentos para aceder ao Portal Participa

https://participa.pt/pt/consulta/estacao-de-dessalinizacao-de-agua-do-mar-do-algarve

A Participação deverá ser feita até ao dia 19 de Dezembro.

1. Aceda a **www.participa.pt**
2. Clique em "**Registo**" no canto superior direito.

3. Clique em "**Individual**".

4. Preencha o seu nome, endereço de email e escolha uma password.
IMPORTANTE: a password deve ter um mínimo de 12 caracteres, caso contrário não consegue continuar com o processo.
Confirme a sua password e seleccione o concelho da sua residência na caixa de "**Concelho**".
5. Vá para o canto esquerdo inferior e marque a caixa de "**Concordo**".

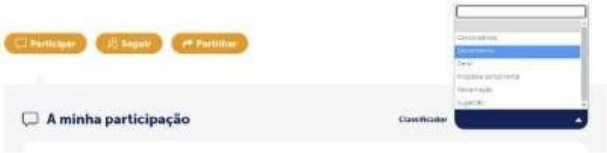
6. Clique em "**Submeter**" no canto inferior direito.

Feche a página.
7. Receberá imediatamente um email do Portal Participa. Abra-o e clique no link "**Ativação de Registo**".

9. Volte a digitar www.participa.pt no seu navegador e clique em "**Login**" no canto superior direito.

10. Introduza o seu email e password.
11. Na caixa de pesquisa escreva "Dessalinização" e clique na lupa.

12. Clique no título "Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve".
13. Depois clique em "**Participar**" no lado esquerdo, por baixo do texto.

14. No "**Classificador**" selecione a opção "**Discordância**".


15. Deve escrever a sua participação no campo **"A minha participação"**. Se preferir pode optar por anexar um ficheiro com a sua participação. De qualquer modo, deve escrever sempre algo no campo "A minha participação".

(Imagens da autoria da Associação Almargem https://almargem.org/site/)

A Participação na C. Pública pode ser enviada, em alterbnativa ao Porttal Participa, à Agência Portuguesa do Ambiente, geral@apambiente.pt, **assunto: consulta pública- estacao de dessalinizacao de agua do mar do algarve**

CONTACTO: pas.plataforma.agua@gmail.com

[ENGLISH TRANSLATION – INFORMATIVE TEXT]

This is the translation of the text for participation, and you can copy in full or copy only parts to complete the arguments, but you must use the portuguese version .

The DISAGREEMENT with the Algarve Seawater Desalination Plant project has the following reasons.

- It **doesn't ensure universal and equitable access to drinking water**, which is a commitment made by Portugal in relation to the Sustainable Development Goals, because it will be handed over to a public-private company, which will be compensated whenever it doesn't need to treat and sell water; this combined with the high prices of the technology itself and the need for maintenance, will **cause the price of this essential commodity for life - water - to skyrocket** for domestic consumers.
- The **effectiveness of this project is limited**, as the main consumer of water in the Algarve and in the country is agriculture (60% in the Algarve) and the water from desalination will be used for domestic consumption. Even then, the water from the desalination plant will only meet the annual needs of around 100,000 consumers.
- The **negative impacts of this project are undervalued**. There are scientific and technical studies on the negative environmental impacts of desalination plants, especially the high fuel consumption and the problems of saline effluents and dirty water being deposited and dispersed at sea. The quality of the sea water would decrease, impacting marine life and the Algarve's beaches and thus, indirectly, fishing and tourism.
- **The realisation of the project is not in line with national guidelines and plans, which, at various levels, aim to improve the collection and management of the water resource**, and therefore **does not solve the problem of scarce regional water resources**. The desalination project is inconsistent with the National Water Plan (PNA) and Significant Water Management Issues (QSiGA); as well as with the National Strategy for Adaptation to Climate Change (ENAAC) and is therefore not useful for an effective climate transition – which was a hypothesis studied within the framework of the Intermunicipal Climate Change Adaptation Plan for the Algarve (PIAAC), which acknowledges that it could be analysed in the long term.
- **The construction of the desalination plant contradicts European Union Directives**, because it does not promote the protection of the Algarve's coastal and marine areas. Furthermore, the proposal **does not respect the basic principle of "do no significant harm (DNSH)" of the (EU) Regulation on public and private funding** in terms of the protection of marine resources, biodiversity and ecosystems, and has **not taken into account the Marine Strategy Framework Directive (MSFD), nor the Bathing Water Directive.**
- Finally, **with regard to the National Risk Assessment, the Algarve is identified in the Susceptibility Charts**: Destruction of Beaches and Dune Systems, Flooding and Coastal Overtopping as a Region of Maximum High Risk; which means that the installation of desalination plants represents a **dangerous investment.**

LUGAR AO SUL ÁGUA É VIDA - Dessanilizar é má opção

Agradeço aos colegas José Gil Teixeira Beltrão, um dos melhores especialistas em hidráulica e rega portugueses, doutorado na Universidade israelita Ben-Gurion, actualmente Professor Catedrático Jubilado da Universidade do Algarve e Manuel Silva Costa, doutorado pela Universidade do Algarve com a tese «A utilização de águas residuais na rega e de lamas urbanas na fertilização dos solos do Algarve», apresentada em 2004, bem como a Norberto Timóteo, advogado e agricultor de Abrantes, pelas ideias, informações e sugestões.

Somos o país de clima Mediterrâneo, perto da bacia Mediterrânica, com maior disponibilidade de água per-capita. Tendo esta originalidade positiva só temos mesmo de a aproveitar.

Temos sempre de poupar água, reduzir perdas na rede, aplicar rega de precisão com sondas e aumentar a utilização de águas residuais. Aumentar a percentagem actual, 1,02%, das águas residuais para rega, para mais de 80%, devia mesmo ser obrigatório, e reduzir o desperdício e perdas na rede de distribuição que rondam 14.000.000m3. A construção civil devia prever cisternas e depósitos para armazenamento de águas pluviais escorridas pelos algerozes. Estas medidas são o equivalente a outra albufeira de Alqueva.

É perfeitamente seguro consumir fruta e hortícolas regadas com águas residuais. Está cientificamente provado que as membranas celulares das plantas são um perfeito filtro purificador para eventuais bactérias, fungos e vírus presentes nessas águas, sendo esses vegetais e frutas tão saudáveis como os regados com água potável, que pode servir para consumo humano, o que no caso do Algarve é um desperdício.

Quanto a metais pesados, eles aparecem em níveis residuais nas ETARs e nas plantas, os mesmos, tornam-se fertilizantes, poupando adubos. Outra vantagem, é que desviando essas águas residuais para rega agrícola diminui-se a poluição hídrica dos aquíferos, uma vez que ela será absorvida pelas plantas e por elas purificada. Isto é tão evidente e lógico, que surpreende não estar mais divulgado entre os defensores do ambiente

Especialistas em hidráulica, rega e aproveitamento de águas residuais, portugueses e israelitas, são unânimes em considerar que no caso de Portugal Continental dessanilizar água do mar para consumo humano e agricultura só irá agravar os nossos impostos, sendo o preço/m3 dessa água proibitivo para uso agrícola. A dessanilizadora prevista para Albufeira, só produz 16.000.000m3 de água destilada, que terá de ser mineralizada com $CaCO_3$, pois antes dessa mineralização é imprópria para rega e para consumo humano. Em Chipre antes de mineralizar essa água, estragaram campos de golfe que se tornaram lamaçais com essa água destilada do mar.

Em Portugal «Quem manda não produz nada e quem produz não manda nada». Estou do lado dos que produzem

Segundo José Gil Teixeira Beltrão «O Sul de Portugal, onde se tem verificado um aumento gradual da aridez, possui recursos hídricos suficientes para controlar as suas condições de aridez, sem recorrer à dessalinização da água do mar processo altamente dispendioso. Como segue:
1) Reutilização de quase toda a água residual tratada, esta é a prioridade para o sul do país;
2) Aplicação das águas convencionais não aproveitadas (de acordo com os gradientes hidrológicos opostos N → S, com a sua disponibilidade, qualidade e evitando perdas de água);
3) Selecção das culturas;
4) Escolha de sistemas de rega de baixo consumo e de alta eficiência;
5) Aplicação da dotação de rega mínima necessária;
6) Dessalinização do solo;
7) Novas estruturas hidráulicas (barragens, açudes, máquinas e condutas).

Dessalinização da água do mar - só em último caso, como em Porto Santo, Arábia Saudita ou Israel; é uma operação demasiado cara. É preferível utilizar as águas subterrâneas de forma controlada para não haver uma influência nefasta de salinização dos solos e aquíferos. A dessalinização da água só deveria ser efectuada, quando fossem esgotadas todas as possibilidades referidas.

Prioridade 1 – Alqueva – Beneficiação do Alentejo e do Algarve. Escoamento de água do Alqueva para bacias de recepção da região de Odemira e do Algarve (Barlavento – já previsto). No Sotavento, seria necessário mais uma fonte de água natural (além de Beliche e Odeleite já existentes), como o caso de nova barragem em Foupana e a ligação do Guadiana à barragem de Odeleite, a partir do Pomarão que tem sido muito comentado.
Prioridade 2 – Tejo – Beneficiação do Ribatejo e da região do Alentejo (principalmente no norte), não beneficiada pelo Alqueva.
Prioridade 3 – Beneficiação de outras regiões mais carenciadas, nomeadamente para norte do Tejo, e posteriormente continuar para norte e nordeste.
Faseamento das construções das estruturas, para a possibilidade da sua utilização também faseada; e ficarem bem definidas as fronteiras das regiões a beneficiar, de forma a não haver sobreposições das áreas atingidas, no futuro.»

Gerindo bem, como os israelitas, percebendo este conceito, o povo pode ficar tranquilo que temos água suficiente.

As necessidades hídricas do Algarve rondam 320.000.000 m3/ano, que podem ser reduzidas em menos 14.000.000m3, que são as atuais perdas na rede. Assim em milhões de m3: consumo humano 100, campos de golfe e jardins 20 e agricultura 200. Só em águas residuais para rega podemos aproveitar 50.000.000 m3/ano, com segurança, higiene alimentar e redução de custos nas ETARs, pois as plantas podem usar essa água com um nível de limpeza menor do que se a mesma fosse para consumo humano, redução de poluição dos aquíferos, visto a mesma ser absorvida pelas plantas. Evitamos rega com água para consumo humano. Aqui está a primeira razão de termos chegado a esta emergência de falta de água, as autoridades não fizeram nada para aproveitar as águas residuais, quando era o primeiro ponto da estratégia desde há mais de 6 anos. Só agora vão investir com o PRR. A dessanilização dos solos também já está atrasada, veja-se a ETAR de Vila Real Santo António com salinidade elevada.

No Pomarão e no rio Vascão conseguimos mais 30 a 40.000.000 m3/ano. Finalmente:

Esta estratégia fica completa com o seguinte plano:

Sendo consensual que herdámos do Estado Novo um dos melhores planos nacionais de barragens do Mundo, devemos otimizar a nossa capacidade de armazenamento deste recurso vital, a água.

Numa viagem de Faro até Miranda do Douro, entre 2 e 4 de Setembro de 2023, antes destas últimas chuvas, numa altura em que grande parte de Portugal se encontrava em seca e quase todo o sul do Tejo em seca severa, para minha surpresa, verifiquei que as albufeiras das barragens do Tejo e Douro se encontravam entre os ¾ e 4/5 da sua capacidade máxima. Confirmei isto nas albufeiras das barragens de Fratel, no Tejo, Pracana no Ocreza, Pocinho, Picote, Valeira, Régua e Miranda do Douro, estas do rio Douro.

Ver fotos de algumas albufeiras que tirei na altura entre os dias 2 e 4 Setembro de 2023, nas últimas páginas.

A Sul, Alqueva já com menos de ¾ nessa altura, mais exatamente, a 70%, barragens havia com suas albufeiras a níveis inferiores a 20%, algumas perto dos 10%, p.e., Monte da Rocha em Ourique, Monte Novo do Beirão, em Santana da Serra, Beliche e Odeleite no Sotavento algarvio.

Devido às alterações climáticas, caminhamos para períodos de seca mais prolongados, quedas pluviométricas, que por vezes provocam cheias, muitas vezes tempestuosas, i.e., menos chuva e quando chove as precipitações são enormes e até diluvianas, pelo que temos de aumentar a nossa capacidade de armazenamento de água.

Percebi com um agricultor de Estremoz, ser fundamental otimizarmos a nossa capacidade de armazenamento, retirando água de onde ela é excedentária, até para controle de cheias, e desloca-la para albufeiras que a possam receber. No essencial aproveitar a água excedentária que se perde para o Atlântico, a Norte e desloca-la para o Sul

mais árido. Os israelitas deslocam por tubagem desde os montes Golã a Norte, onde têm a sua maior reserva de água doce, ao longo do deserto do Negueve para o Sul onde irrigam toda uma variedade de fruteiras e hortícolas, que exportam para todo o Mundo, fortalecendo muito o seu PIB per-capita.

O lago Kineret, Mar da Galileia, entre os montes da Galileia e as Colinas de Golã, a 212 metros acima do nível do mar, tem 8 km de largura e 21 km de comprimento, é o maior lago de Israel, e seu primeiro reservatório de água doce.

Curiosamente o que proponho tem aproximadamente o mesmo comprimento em tubagem do comprimento israelita, cerca de 470km, para cada "pipe-line".

No fundo é um Plano Nacional de trasfegas de água excedentária a Norte, para albufeiras a Sul que a podem receber. Assim haveria 2 pontos iniciais no rio Douro, um em Peso da Régua e outro na barragem do Pocinho, colocando a tubagem destes "pipe-lines" no separador central das auto estradas, ou lateralmente no caso das estradas nacionais. Tal solução evitaria avultadas expropriações e facilitaria a sua manutenção técnica por ser de fácil acesso. As estradas e auto-estradas são do Estado e facilmente percorridas.

O Sul e o Norte beneficiariam com a transladação do excedente de água do Norte, porque isso reduziria estragos e, avultados prejuízos materiais, até mortes, provocadas pelas cheias a Norte.

Este plano é mais ecológico do que dessalinizar água, consome menos energia/m3 de água, seria de construção totalmente nacional, desde a tubagem até a bombagem. Dessanilizar mata peixes em redor, consome mais energia/m3 de água, a pressão osmótica que é preciso vencer assim o exige, é uma tecnologia importada, realmente útil em zonas onde não é possível ir buscar água a outros sítios, p.e., Ilha de Porto Santo, Israel, Arábia Saudita. Não é o caso de Portugal Continental. Trata-se de uma fábrica algo poluidora e barulhenta junto à costa, altamente consumidora de energia, que não pode ser toda fotovoltaica, pois a potência necessária para conseguir vencer a pressão osmótica capaz de retirar o NaCl da água do mar, em quantidade, é tão grande, que obrigaria a construção de central fotovoltaica quase desde Faro até Olhão, portanto inviável.

Suspeito que quem defende esta ideia, caso a mesma se concretize, irá para CEO, ou para o Conselho de Administração dessa central dessanilizadora, muito à semelhança de quem defende a regionalização, se a mesma avançar, irá para os novos órgãos de governação regionais. Enfim o preço/m3 de água obtida por esse método sai tão caro, isto se quiserem viabilizar economicamente esse projeto, que mais uma vez os consumidores finais seriam chamados a abrir os cordões às bolsas, e seria proibitivo para a agricultura.

Primeiro "pipe-line": a partir de Peso da Régua, pela E801, (A24-IP3), até Viseu, onde poderia reforçar a barragem de Fagilde, daí até Santa Combadão pela E801 (IP3), poderia reforçar as barragens da Aguieira, da Raiva e Fronhas, da albufeira de Fronhas mudaria para a EN17, até à auto-estrada A13 entre Vila Nova de Poiares e Coimbra, onde seguiria pelo seu separador central até ao Sul, pela A1 (IP1), pelo IC10 entrava na A13 (IC3), depois A13 (IC11), A2 (IP1), E01, até Ourique Barragem do Monte da Rocha, depois Gomes Aires, barragens do Pomarinho e Monte Novo do Beirão em Santana da Serra terminando em S. Bartolomeu de Messines nas barragens do Funcho e Oudelouca.

Segundo "pipe-line": seria internacional, poderia fornecer água a Huelva, desde que não nos falte em Portugal, a partir da barragem do Pocinho, pela E802 (EN102-IP2), até à A25-IP5, na Guarda pela E802 (A23-IP2), até à albufeira do Fratel, daí pela E802 (IP2) até Estremoz, e pela EN4 até Borba, e depois pela EN255 até à barragem de Lucefécit onde ligava com a albufeira do Alqueva. Do Alqueva poderia seguir para Odeleite e Beliche e até para a Andaluzia, como está a ser ponderado pelo nosso Governo. Havendo água, porque não exportá-la e receber bom dinheiro, desde que ela não nos faça falta? Este seria co financiado por Espanha na proporção da água a disponibilizar, fomentando boas relações e lembrando que os rios Douro, Tejo e Guadiana afinal são internacionais.

Se nada for feito, episódios de fecho de praias algarvias no Verão irão multiplicar-se, isto se não «massajarem as análises da água», como já foi feito mais a Norte. Até isto estar implementado, demos impedir novos projectos urbanísticos no Algarve, como os previstos para a praia Grande de Armação de Pera, pois o sistema das águas do Algarve não irá suportar mais procura de água potável.

Faro, 15/12/2023 Mário Palhavã

Faro, 04/12/2023 Mário Palhavã

Barragem do Fratel no Tejo 4/9/2023

Albufeira do Fratel 4/9/2023

Albufeira do Pocinho 4/9/2023

Alto Douro vinhateiro 4/9/2023

Alto Douro 4/9/2023

22 • Público • Sábado 30 Julho 2011

Local

Especial Algarve Culturas tradicionais de sequeiro vão ser regadas com águas tratada

Agrónomo aposta na rega com água de ETAR para substituir adubos químicos

Programa Nacional de Uso Eficiente da Água, lançado em 2001, vai ser aplicado num pomar de alfarrobeiras no barrocal algarvio. Desta vez os promotores não são estrangeiros

Reportagem

Idálio Revez

A alfarrobeira deixou de ser vista como a "árvore das patacas" para o agricultor, mas ainda domina a paisagem algarvia. A cultura tradicional faz-se de sequeiro, mas existe agora a possibilidade de vir a ser regada com águas residuais tratadas. Além do aumento e da maior rapidez da produção, evita-se o despejo dos esgotos nos rios e ribeiras. No barrocal de Salir, concelho de Loulé, vai ser desenvolvido um projecto experimental.

Manuel Costa, agrónomo, viu um colega dinamarquês a usar lamas provenientes de uma Estação de

Manuel Costa quer aproveitar as águas tratadas nas alfarrobeiras

Água – Reutilização

Caro Jorge Talixa

Muito interessante o seu artigo de terça feira (11/4/2023).

A razão por que não se reutilizam as **águas residuais** é um mistério… talvez por ser tecnologia barata donde resultam benefícios mais económicos e ambientais… do que eleitorais.

Os esgotos tratados representam um recurso de água e de nutrientes para a agricultura… A aplicação de **águas residuais** na rega evita a poluição do meio ambiente (cursos de água, barragens, aquíferos e praias) …

Além disso, o grau de depuração dos **efluentes**, legalmente requerido para a rega de floresta e de pomares é menos exigente do que quando o destino é o meio ambiente, pelo que o grau de depuração pode ser aligeirado…

A 1ª fotografia (1990) mostra a assinatura de um protocolo para a reutilização das **águas residuais** na rega entre a Universidade do Algarve e a Câmara Municipal de Loulé. Da esquerda para a direita o Reitor Montalvão Marques, o Prof. Carrasco de Brito e o Presidente Joaquim Vairinhos.

Trinta anos depois (2011) teve início um projeto de rega com **águas residuais** da ETAR de Salir, (2ª foto) o qual foi abortado pelo proprietário depois de concluído. O objetivo principal era evitar a contaminação da ribeira, do aquífero e da fonte da Benémola.

Em 2015, no âmbito do "Orçamento Participativo", foi candidatado um projeto de **reutilização das águas** da ETAR de Vilamoura. Depois de aprovado pela população foi rejeitado e deste modo a Ribeira de Quarteira, a Marina e as Praias de Quarteira e da Falésia continuam a receber 5 milhões de m3 de efluentes, por ano, melhor ou pior tratados… comprometendo saúde pública e turismo.

Mais recentemente (2019) foi feita proposta para desviar os **efluentes** resultantes do aterro da Cortelha para regar uma cintura vegetal de corta fogos. Também desta vez se optou pela continuação da poluição das ribeiras de Vasconcilhos e do Vascão…

É um indicador do nível de uma sociedade e dos seus representantes a forma como são geridos o ambiente, a **água** e o território…

Cumprimentos do Manuel Costa

Eng. Agrónomo e Dr. em reutilização de águas residuais na rega…

Tel. <962690457>

CONTACTO: pas.plataforma.agua@gmail.com
https://plataformaaguasustentavel.wordpress.com/
https://www.facebook.com/PlataformaAguaSustentavel/

Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

Eu, Mariana Brito Correia Madeira, CC nº 12999351, contacto electrónico mbcmadeira@outlook.pt venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida.

- Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará **disparar o preço para o consumidor doméstico** desse bem essencial à vida que é a água.
- **A eficácia deste projeto é reduzida**, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores.
- Os **impactos negativos deste projeto estão desvalorizados**. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo.
- **A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água**, pelo que **não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais** - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo.
- **A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia,** porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, **e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)»** do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados**, nomeadamente** em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, **não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares** .
- E no que respeita à **Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade:** Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma **região de risco máximo elevado** pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso.

Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Vilamoura, 18 de dezembro de 2023

Resposta à consulta pública para o Projeto de Dessalinização de Água em Albufeira/Quarteira/Praia da Rocha Baixinha, Praia da Falesia ("Estudo Prévio"):

De: Rob Jenner e Dra. Patricia Rodrigues, Vilamoura, Quarteira, Portugal

Compreendemos que o Algarve tem um problema cada vez mais sério de escassez de água (e qualidade).

Embora a dessalinização ofereça uma solução potencial para minimizar o efeito da escassez de água, há questões significativas e gostaríamos de destacá-las para discussão e a consideração devida, e pedir às autoridades competentes que garantam que o projeto atual as tenha em consideração e as aborde da melhor forma tecnicamente possível na implementação:

1) Impacto Ambiental e na Biodiversidade:

(i) Impacto Ambiental da Descarga de Salmoura: Os processos de dessalinização produzem uma quantidade significativa de salmoura, um subproduto contendo **altos níveis de sal e frequentemente contaminado com químicos** como **cloro e cobre**. Esta salmoura, quando descarregada no oceano, pode impactar **severamente os ecossistemas**. Ela reduz os níveis de oxigênio e altera a salinidade das águas receptoras, o que pode ser prejudicial para organismos que vivem no fundo do mar e ter efeitos em cascata ao longo da cadeia alimentar. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) e o Instituto das Nações Unidas para a Água, Meio Ambiente e Saúde (UNU-INWEH) enfatizam **o risco da salmoura tóxica contaminar as cadeias alimentares se não tratada**.

(ii) O processo de captação **pode capturar e matar a vida marinha**, e os **poluentes químicos representam riscos para humanos e vida marinha**. Notamos que há uma necessidade premente de abordagens mais sustentáveis e inovadoras para gerir a produção de salmoura e reduzir seu impacto ambiental.

Houve pouca informação pública sobre este plano e divulgação do seu impacto, por exemplo nas áreas de **pesca e nos pescadores de Quarteira.** Perguntamos-lhes diretamente, e não estavam cientes em Nov-2023.

2) Alto Consumo de Energia: A dessalinização é um processo altamente **intensivo em energia,** o que contribui não só para seu alto custo, mas também tem **implicações por si só para as alterações climáticas**.

O Presidente da Câmara de Loulé afirmou publicamente querer proteger Loulé incluindo Quarteira do impacto das alterações climáticas, então gostaríamos de saber como este projeto garantiu que não vai **adicionar em emissões em carbono ao ambiente?**

Além disso, que estudo foi ou será realizado para confirmar que esta infraestrutura não está em **risco de subida do nível do mar e inundações**?

3) Custo: Construir, manter e operar estruturas de dessalinização é caro. O alto custo da dessalinização é frequentemente passado aos consumidores na forma de contas de água mais altas. Embora entendamos que o capex inicial do projeto pretende ser financiado com fundos da Comunidade Europeia, não houve discussão de custos futuros com a população afetada (algumas das quais sendo

das comunidades mais empobrecidas / desiguais de Portugal) sobre o **aumento nas suas contas de água.** Entretanto e por exemplo, notando que a região de Vilamoura já tem tarifas de água muito altas para seus consumidores.

Não houve discussão ou informação pública sobre o impacto, por exemplo, **nas futuras contas de água dos consumidores.**

4) Dependência de Energia e Infraestrutura: Depender fortemente da dessalinização pode tornar as regiões dependentes de fornecimentos contínuos de energia e de infraestrutura em funcionamento. Esta consideração tem relevância sobretudo em regiões com **fontes de energia instáveis** e/ou **em risco de desastres naturais,** como **aumento do nível do mar e terramotos** (o Algarve Central é uma das áreas de Portugal mais em risco de terramotos).

5) Desperdício, Superexploração de Recursos: Preocupa-nos de que a disponibilidade de água dessalinizada continue a levar ao uso excessivo ou má gestão dos recursos hídricos naturais, exacerbando os problemas já existentes de gestão de água no Sul de Portugal. Até ao presente momento, houve pouco esforço para resolver a escassez de água, por exemplo reduzindo a **agricultura intensiva em água** como e.g. a de abacate (ajudando a re-orientar os agricultores para cultivos mais adequados á região), **reutilizando água tratada por ETAR** para campos de golfe ou espaços verdes e lavando barcos, **todos com água potável** ainda nos presentes dias!

6) Questões Económicas, Sociais e Políticas: Projetos de dessalinização em larga escala podem ter implicações sociais e políticas, como disputas sobre direitos de água, e impactos em comunidades locais.

Adicionalmente e muito importante para a **economia local**, parece não haver uma **análise do impacto no turismo** das obras de construção do oleoduto e infraestrutura na praia da Falésia – uma das mais movimentadas de Portugal e considerada uma das melhores praias do mundo?

Estamos disponíveis para nos reunirmos / discutirmos diretamente com Vossas Excelências e contribuir com nosso conhecimento e experiência. Rob foi ex-CEO da companhia "*VilamouraWorld*", CEO e gerente de projetos estabelecido na Europa, e a Dra. Patricia Rodrigues é Engenheira Química (de especialidade Ambiental) da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (1998), e uma especialista mundialmente reconhecida em investimento em infraestrutura mundial nas últimas duas décadas, experiente na área de ESG, atualmente membro do Conselho de Administração de dois grupos internacionais e Membro Independente do Comité de Investimento de investidores institucionais internacionais que investem em infraestrutura no Reino Unido, Europa e África.

Atenciosamente,

Rob Jenner e Patricia Rodrigues

Contributo

Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

Eu, Tereza Fonseca, CC 11352425, no âmbito da Consulta Pública sobre o "Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve " DISCORDO com o projeto e apresento as seguintes observações:

- **A seca e a escassez de água tornam a eficiência hídrica uma necessidade incontornável e indiscutível perante os desafios globais relacionados com as alterações climáticas**. Torna-se imperativo reduzir perdas de água, promover a reutilização das águas (residuais), reduzir os consumos de água através de boas práticas, elaborar planos de seca, aumentar a retenção entre outras medias. **A eficiência hídrica (ou eficiência de utilização de água) passa pela adopção destas medidas em primeiro lugar.**
- Reconheço que o avanço de projetos de estação de dessalinização representa um passo nesse caminho, pois foi uma das várias medidas que o Plano Regional de Eficiência Hídrica no Algarve (PREHA) identificou no ambito da adopção de novas fontes de água.
- **A necessidade de água não pode, no entanto, comprometer a urgência em travar a crise de perda de biodiversidade**.
- Reconheço também a relevância de fortalecer a autonomia e segurança hídrica de Portugal.
- Contudo, é crítico reconhecer que **estações de dessalinização de água do mar deste tipo e dimensão, possuem inerentemente características ineficientes e impactantes, com o agravante de libertação de resíduos concentrados, o que os torna incoerentes com uma utilização sustentável dos espaço maritimo e recursos marinhos, assim como incompatíveis com zonas protegidas (ie áreas marinhas protegidas), cujo propósito é a conservação da natureza**.
- A transição hídrica deve ser cuidadosamente planeada e executada, considerando não apenas as alterações climáticas, mas também a preservação e valorização do capital natural assim como a salvaguarda das comunidades costeiras.
- É fundamental assegurar que as ações em prol do consumo hídrico não comprometem a integridade dos ecossistemas marinhos, cruciais para travar a perda de biodiversidade e mudanças do clima.
- Apelo no sentido de **que os projetos de desenvolvimento de fontes alternativas de agua considerem nos seus objetivos as metas estabelecidas no que concerne a proteção da biodiversidade**, especificamente o compromisso assumido por Portugal de proteger, até 2026, 30% do seu mar.
- Ressalvo a necessidade de garantir que a tomada de decisão seja **baseada em informação científica sólida**, para não comprometer a conservação da natureza. É assim essencial assegurar que as incertezas e "lacunas de conhecimento" em relação aos impactes ambientais para os ecossistemas marinhos, habitats e espécies protegidas não são ignoradas nem minimizadas. Por essa razão, devem ser aplicados **os princípios da precaução e da prevenção gradualidade na**

implementação deste tipo de projeto em áreas próximas de zonas sensíveis e/ou de importância local, por forma a garantir a complementação das lacunas evidentes acerca da importância destas zonas para a conservação e preservação.

- Mais ainda, a construção desta estação de dessalinização de agua do mar irá ter impactes significativos tais como a "deslocação do esforço de pesca", que irão contribuir para um aumento de pressão (esforço de pesca) sobre as áreas adjacentes e maior conflitos com a redução do espaço efetivo de pesca.
- Assim, apesar de se verificar a estratégia de procurar outros locais alternativos, a enumeração de boas práticas e potenciais medidas de mitigação patentes no projeto da Estação de Dessalinização de Agua do MAR, considera-se preocupante a falta de sessões informativas (inclusive com debate para o público geral), a apresentação dos impactes reais e significativos, a falta de informação de quem vai receber efectivamente esta água e a que valores.
- **É, desta forma, premente não se avance neste momento com este investimento relativamente ao projecto de Estação de dessalinização de água do mar do Algarve com estas características nem no local identificado**.
- Em caso extremo e caso este projeto devastador seja aprovado (do qual oponho-me), apelo à definição rigorosa de ferramentas que permitam avaliar e mitigar os impactes de estações de dessalinização de agua do mar no ciclo da agua e na biodiversidade marinha, assim como fiscalizar os cumprimentos dos critérios e leis ambientais.
- Em conclusão, reforçamos a necessidade de incorporar **critérios ambientais e sociais** nos projetos de dessalinização de água do mar, incluindo a não descarga da salmoura ou qualquer resíduos para o mar, aproveitando 100% dos resíduos, a definição de medidas de aproveitamento total dos resíduos e um maior envolvimento de todos os interessados.

Face ao exposto, ressalta-se a urgência na resposta à crise hídrica e climática, reconhecendo, no entanto, essa ação não deve agravar a crise de biodiversidade. Desta forma, discordo com este projecto de elevado impacto social e ambiental negativo, prejudicial para o património natural e as comunidades locais.

Almargem

associação de defesa do património cultural e ambiental do algarve

Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

Parecer da Almargem – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve

19 de dezembro de 2023

Na qualidade de Organização Não Governamental de Ambiente, e no exercício dos direitos e deveres nesta matéria, a **ALMARGEM – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve** vem por este meio apresentar o seu parecer.

Introdução

Tendo em conta as linhas orientadoras emanadas da Comissão Europeia (http://ec.europa.eu/environment/archives/eia/eia-guidelines/g-screening-full-text.pdf) esta Avaliação do Impacto Ambiental teria que dar resposta a questões como estas:

- Porquê uma central de dessalinização para consumo doméstico se não é o consumo doméstico que provoca a escassez?
- Esta central de dessalinização resolve qual dos problemas identificados na escassez de água no Algarve?
- Existem alternativas com maior eficácia?
- Existem alternativas com menores impactos ambientais, sociais, económicos e paisagísticos?
- Esta dessalinizadora cria novos problemas?
- A água, que esta dessalinizadora vai produzir, cumpre a qualidade de água para consumo e para um número suficiente de habitantes que justifique os impactos e os atropelos de normas?
- Qual o custo final da água produzida, acrescido do custo dos impactos?
- Com este investimento, que medidas prioritárias poderiam ser concretizadas?

Contudo, tal não se observa.

1- Considerações sobre a gestão da água

Sob o pretexto de que as Alterações Climáticas estão a pressionar os recursos hídricos e a ameaçar atividades económicas, confunde-se **seca com escassez hídrica**. O sucesso das medidas urgentes a implementar depende de uma gestão atenta a estas diferenças, e do cumprimento dos diferentes planos e estudos elaborados.

O problema hídrico do Algarve tem origem, sobretudo, no **uso incorrecto da água**, agravado pelas alterações climáticas e consequente diminuição da pluviosidade, tal como é referido no Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) – Algarve, mas também no aumento dos consumos por parte de algumas atividades **económicas, as quais se encontram claramente inadaptadas** à água

de que dispomos, das **perdas** provocadas pelas rupturas nas redes de abastecimento urbano e agrícola, e da **não reutilização** de águas residuais.

Nos planos regionais, PIAAC-Algarve e Plano Regional de Eficiência Hídrica Região do Algarve (PREH Algarve), a dessalinização aparece como uma das possibilidades a considerar **como última instância (fim de linha),** sujeita a análise e avaliação, e **depois de implementadas as medidas prioritárias** e esgotadas todas as alternativas.

Considerando que as medidas prioritárias aprovadas para o PREH Algarve **ainda não estão implementadas e a produzir efeitos**, esta opção contraria aquele plano.

Apenas após a implementação de um conjunto de medidas prioritárias se pode proceder à análise da necessidade, ou não, de uma central de dessalinização, que deverá sempre cumprir normas de proteção ambiental e impactos em zonas protegidas pelo que não vemos como pode ser considerada no Algarve.

2 – Considerações sobre o Projeto Estação de Dessalinização de Água do Mar (EDAM) do Algarve

Como justificam a **localização**, prevista no centro da região de maior **dependência da qualidade da água do mar** para a atividade da pesca e turismo, sabendo que cada litro de água produzida implica um litro e meio de salmoura que inclui químicos, cobre e cloro, com impactos reconhecidos em estudos internacionais, e que a sucção de água do mar necessariamente inclui larvas e plancton, o que consequentemente representará uma diminuição da biodiversidade? Este risco estende-se a **zonas sensíveis protegidas** da Ria Formosa, representando um **atropelo a normas de proteção ambiental**. Todos estes impactos para uma produção de água destinada ao uso doméstico de 100.000 habitantes; água, cujas **deficiências minerais tem sido associada a doenças cardíacas** nos países onde se pratica esta opção, sendo faturada **a um custo superior**, acrescido do impacto que terá a energia fóssil necessária - supostamente suportada em um terço por painéis solares (numa zona de terrenos férteis para além do impacto visual), **cuja eficiência se questiona** pela incompatibilidade entre a época de maior produção solar e a época balnear de maior dependência da qualidade da água do mar. **O investimento nesta opção não pode ter um saldo positivo, considerando os impactos e perdas, e o custo de qualidade da água produzida.**

O volume de água produzida por ano pela EDAM é de 11.600 m³/dia (pag. 58, TOMO 1), o que corresponde a 6% do volume diário fornecido pelas Águas do Algarve (185 .089 m^3/dia), pelo que um investimento tão elevado não consegue colmatar as necessidades levantadas para a região. No entanto, na área de localização desta EDAM, encontram-se resorts turísticos que têm consumos diários muito acima da média. Por exemplo, na Quinta do Lago o volume de água fornecida pelas Águas do

Algarve é de 1.804.927m^3/ano, pelo que dada a proximidade com a EDAM e a capacidade económica elevada dos seus residentes, este resort será beneficiário direto deste investimento público, que **aparece na linha da frente em detrimento de outras soluções que pretendem melhorar as infraestruturas já existentes e potenciar os seus usos.** Consideramos que se trata pois de uma solução localizada que em nada contribui para reduzir a escassez da água, mas aparenta privilegiar um setor que regista dos maiores desperdícios de água.

Acresce a ausência de análise de soluções tecnológicas alternativas, por oposição a osmose inversa, bem como de medidas de mitigação para o impacte negativo da descarga fluxo de rejeição de dessalinização, vulgo salmoura, no meio marinho, e alternativas para esta (ao invés da rejeição/difusão em meio marinho) - p.e. uso em aquacultura, para gerar eletricidade ou para recuperar os metais nela contidos, como o magnésio, o gesso, o cálcio, o potássio, o cloro ou o lítio.

3 – Impactes Significativos

- Redução do valor paisagístico com a instalação da EDAM e infraestruturas de apoio;
- Diminuição da biodiversidade e de espécies essenciais às atividades locais; riscos de praias interditas; impacto em zonas e espécies protegidas;
- Diminuição da qualidade de água do mar, e consequente diminuição do investimento e de visitantes essenciais à economia da região; impacto num turismo promovido e subsidiado para uma evolução sustentável;
- Impermeabilização e alteração do uso do solo com a instalação da EDAM em terrenos férteis e zona de proximidade da ribeira de Quarteira;
- Impacto na Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) Pinhal do Concelho que pode ficar com problemas na depuração por ser depositada a salmoura e outros subprodutos da EDAM;
- Incompatibilidade com as condicionantes de uso do solo, tais como Reserva Agrícola Nacional (RAN), Reserva Ecológica Nacional (REN), domínio hídrico, figuras de proteção da flora e áreas de proteção da natureza;
- Elevada susceptibilidade à ocorrência de terramotos, com impactes na população e economia de elevado grau de severidade;
- “Risco de salinização dos solos e aquíferos” (PREHA Algarve - Volume I);

- “Risco de destruição da biodiversidade com a retirada de grandes volumes de água” (PREHA Algarve - Volume I); e
- “Densidade, salinidade e temperatura dos efluentes das centrais (mais densos do que a água do mar) podem afetar as comunidades marinhas” (PREHA Algarve - Volume I), e consequentemente as comunidades piscatórias.

O saldo entre os impactos, riscos, atropelos de normas e o produto final não pode ser considerado positivo. Ou seja, a Almargem considera que os impactes sociais e ambientais do projecto da EDAM foram claramente subestimados/desvalorizados.

4 - Considerações finais

O Plano Estratégico PARA O ABASTECIMENTO DE ÁGUA E GESTÃO DE ÁGUAS RESIDUAIS E PLUVIAIS 2030 para o setor da água em Portugal (PENSAARP 2030), que foi aprovado no passado dia 14 de dezembro de 2023, traça as grandes linhas gerais orientadoras do setor para a próxima década e, como novidade (em relação ao PENSAAR 2020), introduz a componente da gestão de águas pluviais.

Este instrumento e os já referidos, como o PIAAC, enumeram medidas importantes na redução da escassez da água, nomeadamente:

A gestão de perdas. Segundo o último relatório de dados do setor (RASARP 2021), estima-se que 24% do volume de águas que entra nos sistemas de abastecimento se perca no processo de produção e distribuição. Existem municípios com perdas acima dos 50%. Pelo que se considera **prioritário uma renovação do Sistema de Abastecimento para a correção de perdas.**

O volume de água não facturado, segundo o RASARP (2021), corresponde a cerca de 30%. Esta água que entra no sistema e não é facturada contribui para o uso excessivo de água de forma arbitrária, sem integrar um plano de gestão dos recursos e das atividades económicas. Pelo que se considera **prioritária uma renovação do Sistema de Abastecimento para evitar água não faturada.**
A gestão das águas pluviais, pela primeira vez incluída nas estratégias para o setor das águas, deve ser considerada. Ainda que não chova com frequência, chove mais num curto espaço de tempo e causa prejuízos em ETAR’s, para onde estas águas são encaminhadas. **O investimento em redes separativas no Sistema de Esgotos e Saneamento Básico é necessário e prioritário.**

A reutilização de água residual tem que ser uma medida prioritária real na resposta à escassez de água. Em Portugal reutiliza-se apenas 1,02% da água residual tratada.

Uma grande parte dos campos de golfe construídos nas últimas duas décadas tinham como compromisso a reutilização de águas residuais tratadas, tal não aconteceu - esse compromisso deve ser cumprido. **O aproveitamento de águas residuais é prioritário.**

A agricultura tem de ser repensada. Sendo o setor que apresenta maiores consumos, deve ser o principal setor a implementar culturas agrícolas mais resilientes e adaptadas à realidade climática, com boas práticas, nomeadamente entre outras, a cobertura de solo, o investimento na matéria orgânica, a rega deficitária, uso de tecnologia na gestão do uso da água, soluções de armazenamento de água pontual e reutilização de águas.

Ao nível do consumo pela população, os dados referem que em média um residente consome 120 litros/dia e o consumo em hotéis e alojamentos triplica para 300 litros de água por utente. E nas zonas turísticas, como na Quinta do Lago o consumo é 10 vezes superior à média nacional, sendo que aqui não está contabilizado o consumo dos campos de golfe. **É prioritária a promoção de consciencialização e contenção no uso da água.**

Entre outras medidas, consideramos também prioridade a promoção da alteração da exigência hídrica dos espaços verdes públicos e privados, alterando as coberturas vegetais e sistemas de rega inteligentes, bem como a alteração de infraestruturas ornamentais, de lazer, públicas e privadas. Complementarmente, se forem desagregados do escalão do consumo doméstico, os consumos da rega e das piscinas, haveria ajuste da tarifa de forma a salvaguardar o consumo doméstico e a penalizar os grandes consumidores de água.

A par destas medidas **é necessário repensar o modelo de ordenamento do território, o qual considere as várias atividades económicas que dependem de recursos hídricos e implementar uma gestão responsável e coerente com as disponibilidades hídricas. É indispensável respeitar a capacidade de carga.**
Evitar a dispersão de fundos públicos e aplicar o investimento público no que é reconhecido pelos estudos e planos como prioritário.

Sendo as atividades do Turismo e da Agricultura que mais consomem água, deviam ser as primeiras a cumprir **condicionantes à implementação de planos de consumo responsável coerente com as disponibilidades hídricas da região e implementação de sistemas de reutilização.**

Outras medidas a implementar como prioridade para a redução da pressão sobre os recursos hídricos subterrâneos devem considerar a proteção de zonas de recarga dos mesmos e a redução do risco de intrusão salina.

É necessário repensar o modelo de utilização do espaço marítimo. Num contexto de economia circular, é preciso minimizar ou eliminar a atividade de despejar produto indesejado e impactante (resíduos) para o mar. Um projeto deste tipo tem consequências no ecossistema marinho, nos recursos marinhos, nos habitats e no bom estado ambiental. É indispensável respeitar o mar, e ter consciência que o mar não é infinito (e atuar como tal).

5 - Parecer Final

A construção desta estação de dessalinização **não resolve o problema da escassez de água da região**.
Como já foi referido, no PIAAC- Algarve e PREH Algarve são referidas outras medidas prioritárias, a montante desta. A Almargem reclama a informação sobre essas medidas: se foram implementadas, que dados revelam os efeitos práticos dessas medidas e que análise foi feita, e que resultados foram obtidos.

Este projeto não cumpre o Plano Nacional da Água (PNA), Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA), nem a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC).
A construção da Estação de Dessalinização não cumpre Diretrizes da União Europeia, porque **contrariamente ao que é referido no VOLUME 1 – VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO DNSH,** não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, **e não respeita o princípio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)»** do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados**, nomeadamente** em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas.
O projeto **não considera efetivamente a Diretiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM) pois, por exemplo, a sucção de água marinha e a libertação de salmoura e os resíduos tóxicos, diminui o (bom) estado ambiental do meio marinho, nem a da Directiva das águas balneares**;
O projeto também não respeita a **Avaliação Nacional de Risco do Algarve identificada nas Cartas de Susceptibilidade.**
Este projeto **não apresenta pareceres prévios das entidades públicas** relevantes em matéria de decisões para a sua implementação e instalação.

As devidas entidades públicas responsáveis **não promoveram um debate e esclarecimento** junto da população. A Plataforma Água Sustentável, da qual a Almargem faz parte, promoveu a única sessão de esclarecimento durante a fase da consulta pública, A sessão com um debate aberto ocorreu a 15 de dezembro na Junta de Freguesia de Quarteira.

A Almargem considera que **há alternativas para a disponibilidade de água a partir de várias origens apontadas pelo PIAAC.**

Apenas depois de esgotadas todas as alternativas é que um investimento destas proporções pode ser equacionado e sempre sujeito ao cumprimento das normas ambientais.

Existem várias prioridades devidamente identificadas que passam por uma estratégia regional urgente de gestão deste recurso de forma a resolver de facto a escassez de água.
Desde 2021, que as Águas do Algarve criaram um grupo de trabalho para elaborar um estudo técnico da viabilidade da construção de uma Estação de Dessalinização. Desconhece-se, no entanto, se igual dedicação foi empregue nas medidas prioritárias que foram consideradas nos diferentes planos como suficientes a curto e médio prazo. E se deixaram de ser suficientes, solicitamos a devida análise do que mudou desde essa avaliação, que justifique o presente atropelo das prioridades e normas de proteção ambiental. A Almargem considera por isso que o projecto da EDAM foi claramente sobrevalorizado, até pela celeridade com que foi elaborado, apresentando-se igualmente desajustado face às prioridades pré-estabelecidas no PIAAC e no PREH.

Por último considera-se que a prioridade das autoridades públicas para o problema da escassez da água, deve ter também como base o plano estratégico PENSAARP 2030, que entrou em vigor no dia 14 de dezembro de 2023, que deverá dar prioridade à melhoria do desempenho das entidades gestoras e a eficiência hídrica das infraestruturas.

Faro, 20-12-2023
Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

Sou Joana Guedes Cabrita Martins, CC 12321170, residente no conselho de Faro, Algarve, e venho por este meio apresentar o meu DESACORDO com o projecto em consulta pública referente à Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelas razões que passo a discriminar:

a) Sendo a ÁGUA é um bem essencial à vida e o **acesso universal** à mesma um compromisso consagrado nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, reiterado por Portugal, os investimentos nos recursos hídricos devem espelhar esse pacto.
No caso concreto deste projecto este não visa nem promove o acesso universal e equitativo à água potável, porque o modelo de gestão ficara no âmbito de uma empresa público-privada, com compensações sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará **disparar o preço para o consumidor doméstico**.

b) **A eficácia deste projecto é reduzida**, este vai suprimir apenas **8% das necessidades hídricas** da região. Considerando os dados actuais da distribuição do consumo de água no Algarve da seguinte forma: agricultura - 60% / consumo domestico – 40% - sendo a água proveniente da dessalinização destinada ao consumo doméstico, para um universo de cerca de 100.000 consumidores, num total de cerca de 500.000 consumidores residentes (INE 2021), o rácio investimento/eficácia é manifestamente insuficiente.

c) Os **impactes negativos deste projecto estão desvalorizados**. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indirectamente, as pescas e o turismo.

d) **A concretização do projecto não está alinhado com as directrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água**, pelo que **não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais** - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo.

e) **A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Directrizes da União Europeia,** porque não promove a protecção das zonas costeiras e do mar do Algarve, **e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)»** do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados**, nomeadamente** em termos de protecção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, **não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares** .

f) E no que respeita à **Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade:** Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma **região de risco máximo elevado** pelo que as instalações de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso.

Para os devidos efeitos, reitero a minha DISCORDÂNCIA relativa ao projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Faro, 19 de Dezembro de 2023

Joana Cabrita Martins

Assunto: Participação na Consulta Pública "Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve" – AIA 3667

Os eleitos do PSD/CDS na Assembleia Municipal de Albufeira, face ao projeto em apreço, e por o mesmo ser estruturante para o Algarve, mas também impactante para a realidade do concelho e do seu ecossistema, vêm por esta via, e nos termos legalmente estabelecidos, tecer considerações, bem como efetuar sugestões.

Apesar de os ditos eleitos reconhecerem a premência deste projeto estruturante, face à escassez de recursos hídricos na região, importa, no entanto, compatibilizar tal execução com a realidade socioeconómica, ecossistema e outros do concelho, não comprometendo o mesmo em detrimento de tal projeto.

Importa salientar os impactes negativos do projeto, aquando da sua fase de exploração, pois os mesmos perdurarão no tempo, do qual se destaca a **gestão de resíduos face à descarga da salmoura**, com eventuais consequências para o ecossistema marinho e impacto turístico, pois recordemo-nos que o concelho é predominantemente turístico, bem como detentor do maior número de praias com bandeiras azuis a nível nacional.

Após analisadas as peças, e face à memória descritiva das mesmas, conclui-se, por nelas nada ser mencionado, que **o local de descargas da salmoura não teve em consideração as correntes marítimas** que se fazem sentir, pelo que tais descargas

poderão convergir para zonas que poderão afetar o ecossistema marinho, bem como o uso turístico das praias.

Pelo que, por forma a acautelar eventual retorno em consequência da descarga de salmoura, se propõe **aumentar o tubo de encaminhamento da salmoura**, para que as ditas descargas ocorram mais longe da costa.

Ainda em sede do tubo de descarga da salmoura, a proposta afiançada, é prejudicial para a Praia da Falésia com consequências qualitativas, pois implicará esventrar a mesma e efetuar as descargas muito próximo da praia, pelo que **se propõe a sua deslocação, para a extremidade, aonde se encontra o coletor da água**.

Garantir que a atividade da dessalinizadora, **não incumprirá a produção de ruído estabelecida no Regulamento Municipal de Ruído**.

Considerar a recolha e reaproveitamento da salmoura ao invés da sua descarga no mar, e só não sendo possível por motivos que devem ser plenamente justificados, **aumentar o comprimento do tubo da salmoura para o dobro do cumprimento proposto e alterar a sua localização para junto da Ribeira de Quarteira**.

Mais se acrescenta que em virtude, da implantação estar prevista numa das entradas do concelho de Albufeira, o impacto visual da mesma deverá ser minimizado e mitigado, por forma a não prejudicar o *landscape* e a imagem e marca de Albufeira.

Ainda assim, e por último se dirá, que face ao estudo ambiental não ser claro sobre se os impactos ambientais negativos para com ecossistema, e por os mesmos não estarem salvaguardados, deveria ser equacionada outra localização que não culminasse em risco para com o ecossistema.

Albufeira, 19 de Dezembro de 2023

Pelos eleitos do PSD/CDS na Assembleia Municipal de Albufeira

Helena Palhota Simoes

Assinado de forma digital por Helena Palhota Simoes
Dados: 2023.12.19 14:39:17 Z

TURISMO DE PORTUGAL

Exmo.(a) Sr.(a)
Agência Portuguesa do Ambiente
Rua da Murgueira, nº 9
Zambujal – Alfragide
2610-124 Amadora

V/Comunicação: 31/10/2023

N/Refª.: SAI/2023/22433/DVO/DEOT/SS
Procº.: 14.01.14/955
Data: 19.12.2023

ASSUNTO: Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve - AIA 3667 - Consulta Pública, Albufeira

Proponente: Águas do Algarve (AdA) – Grupo Águas de Portugal

Reportando-nos ao assunto mencionado em epígrafe, junto se envia cópia da Informação de Serviço deste Instituto, com o n.º INT/2023/14857[DVO/DEOT/ML], bem como dos despachos que sobre a mesma recaíram.

Com os melhores cumprimentos,

Fernanda Praça
Diretora do Departamento de
Ordenamento Turístico

Em anexo: O mencionado

O Turismo de Portugal dá preferência a produtos e serviços com menor impacte ambiental. Agradecemos contacto através dos canais digitais.
Turismo de Portugal prefers products and services with low environmental footprint. Please use digital channels.

Turismo de Portugal, IP
Rua Ivone Silva, Lote 6 1050-124 Lisboa - Portugal **T**. +351 211 140 200 **F**. +351 211 140 830 **NIF**: 508 666 236 info@turismodeportugal.pt www.**turismodeportugal**.pt
www.**visitportugal**.com

REPÚBLICA PORTUGUESA
ECONOMIA E MAR

Informação de Serviço Nº 2023.I.14857 [DVO/DEOT/ML]

Assunto: Projeto "Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve" - AIA 3667 - Consulta Pública, Albufeira (14.01.14/955)
Proponente: Águas do Algarve (AdA) – Grupo Águas de Portugal

Emite-se parecer favorável, no sentido da opção pela alternativa 1 de traçado, chamando-se a atenção para a implementação das medidas mitigadoras e os planos de monitorização previstos e tendo em consideração as questões indicadas no ponto 3.2 do parecer técnico que antecede.
Comunique-se à APA via Portal PARTICIPA.

18.12.2023

Leonor Picão
Diretora Coordenadora
(por subdelegação de competências)

Turismo de Portugal, IP
Rua Ivone Silva, Lote 6 1050-124 Lisboa - Portugal **T**. +351 211 140 200 **F**. +351 211 140 830 **NIF**: 508 666 236 info@turismodeportugal.pt www.**turismodeportugal**.pt
www.**visitportugal**.com

REPÚBLICA PORTUGUESA
ECONOMIA

Informação de Serviço Nº INT/2023/14857 [DVO/DEOT/ML]
Assunto: Projeto "Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve" - AIA 3667 - Consulta Pública, Albufeira (14.01.14/955)
Proponente: Águas do Algarve (AdA) – Grupo Águas de Portugal

Concordando com a análise e apreciação efetuadas na Informação de serviço que antecede, e sublinhando a importância para a sustentabilidade da atividade turística no Algarve da instalação de uma Estação de Dessalinização de Água do Mar, proponho a emissão de parecer favorável ao EIA, devendo, contudo, implementar-se as medidas mitigadoras e os planos de monitorização previstos, considerando as questões indicadas no ponto 3.2 da Informação.

No que concerne às alternativas de traçado, considera-se de acompanhar as conclusões do EIA no sentido da opção pela alternativa 1, por ter menores impactes na fase de construção sobre os Empreendimentos Turísticos existentes e perspetivados.

À consideração superior, com proposta de comunicação à APA (Portal PARTICIPA).

A Diretora do Departamento de
Ordenamento Turístico

Fernanda Praça
(18.12.2023)

O Turismo de Portugal dá preferência a produtos e serviços com menor impacte ambiental. Agradecemos contacto através dos canais digitais.
Turismo de Portugal prefers products and services with low environmental footprint. Please use digital channels.

Turismo de Portugal, IP
Rua Ivone Silva, Lote 6 1050-124 Lisboa - Portugal **T**. +351 211 140 200 **F**. +351 211 140 830 **NIF**: 508 666 236 info@turismodeportugal.pt www.**turismodeportugal**.pt
www.**visitportugal**.com

Informação de Serviço Nº INT/2023/14857 [DVO/DEOT/ML]
18/12/2023

Assunto: Projeto "Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve" - AIA 3667 - Consulta Pública, Albufeira (14.01.14/955)
Proponente: Águas do Algarve (AdA) – Grupo Águas de Portugal

I – ENQUADRAMENTO

A Agência Portuguesa do Ambiente (APA), no âmbito do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) do processo de Licenciamento Único de Ambiente do projeto da Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve (AIA 3667), em fase de estudo prévio, em epígrafe, divulga, que decorre até ao próximo dia 19 de dezembro o período de Consulta Pública, nos termos do n.º 5 do art.º 16.º do DL nº 151-B/2013, de 31 de outubro (RJAIA), com a redação dada pelo DL n.º 152- B/2017, de 11 de dezembro, e pelo DL n.º 11/2023, de 10 de fevereiro (registo n.º ENT/2023/24375 de 2023.11.03).

A presente análise teve por base os elementos do processo de AIA disponíveis na plataforma eletrónica Participa.pt.

O projeto da Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve, apesar de não se encontrar abrangido pelos limiares fixados na legislação supracitada nem abranger área sensível, foi considerado suscetível de provocar um impacte significativo no ambiente em função da sua localização, dimensão ou natureza, de acordo com os critérios estabelecidos no Anexo III do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, na sua redação atual.

II – DESCRIÇÃO DO PROJETO

O projeto objeto de AIA visa a instalação de uma Estação de dessalinização e respetivas infraestruturas de captação de água do mar, elevação, transporte, descarga de salmoura no meio marítimo e central de produção de energia renovável, numa área com cerca de 13 ha, localizada na proximidade da marina de Vilamoura, na União de freguesias de Albufeira e Olhos de Água do concelho de Albufeira[1].

A água proveniente do processo de dessalinização alimentará o sistema regional de abastecimento público de água, gerido pela Águas do Algarve (AdA), constituindo uma alternativa capaz de garantir a resiliência dos sistemas de abastecimento de água à população em períodos de seca prolongada e tendo em conta o comportamento sazonal dos consumos verificados na região, decorrentes da atividade turística.

Este projeto é uma das componentes que integra o Plano de Regional de Eficiência Hídrica do Algarve (PREH).

As infraestruturas que integram o projeto incluem uma Estação Elevatória (EE), uma Estação de Dessalinização de Água do Mar (EDAM) e uma Unidade de Produção para Autoconsumo (UPAC) de energia elétrica, além de condutas de adução de água tratada (260m) e de captação e elevação de água do mar e de descarga de salmoura, considerando, para cada um destes dois últimos circuitos, duas alternativas de traçado na sua parte terrestre:

[1] A área de estudo considerada no EIA abrange também as freguesias de Quarteira e Boliqueime do concelho de Loulé e corresponde a um buffer de 200m em relação às infraestruturas *onshore* e de 3.000 m para as infraestruturas *offshore* centrada no ponto terminal do circuito de descarga da salmoura

O Turismo de Portugal dá preferência a produtos e serviços com menor impacte ambiental. Agradecemos contacto através dos canais digitais.
Turismo de Portugal prefers products and services with low environmental footprint. Please use digital channels.

Turismo de Portugal, IP
Rua Ivone Silva, Lote 6 1050-124 Lisboa - Portugal **T**. +351 211 140 200 **F**. +351 211 140 830 **NIF**: 508 666 236 info@turismodeportugal.pt www.**turismodeportugal**.pt
www.**visitportugal**.com

Alternativa 1 (desenvolvendo-se junto da ribeira de Quarteira) Circuito de captação e elevação de água do mar com uma extensão de 4.300m em terra, e Circuito de descarga de salmoura com uma extensão de 2.800m em terra, (865m em túnel);

Alternativa 2 (desenvolvendo-se pelo caminho de acesso à Rocha Baixinha) Circuito de captação e elevação de água do mar com uma extensão de 4.900m em terra e Circuito de descarga de salmoura com uma extensão de 2.635m em terra (865m em túnel).

No processo de pré-tratamento e de tratamento *per se* serão produzidas escorrências das descargas de fundo e da lavagem dos filtros que serão encaminhadas para o reservatório de salmoura e águas sujas, com ligação direta ao mar (circuito de descarga de salmoura). A salmoura será rejeitada no mar a cerca de 1,8 km da costa.

A UPAC terá cerca de 4,5ha, a instalar no interior da parcela de terreno de 13 ha, adjacente à EM 526, onde será implantada a estação de dessalinização, e será composta por cerca de 10 000 painéis fotovoltaicos (potência estimada de cerca de 5,65 MWp), com o objetivo de reduzir o consumo de energia de fonte não renovável da Estação de Dessalinização.

É estimada a capacidade de produção de um caudal de água dessalinizada que varia, no mínimo, entre 5.400m3/dia e 21.600m3/dia, no ano 0, e que atingirá 64.800m3/dia no ano de horizonte de projeto.

Na Fase de construção do projeto os impactes relacionam-se com as obras de construção numa zona com grande presença da atividade turística, em zonas balneares (Praia da Falésia e Praia da Rocha Baixinha) e no mar, na proximidade à marina de Vilamoura. O impacte desta fase na atividade turística será significativo atendendo a que as obras terão de ser efetuadas durante o verão (época alta turística e onde se verifica uma maior intensidade de movimentações de embarcações na marina de Vilamoura, associada à época balnear) pelo facto de as condições marítimas serem mais favoráveis. Prevê-se que a execução das dragagens leve a um acréscimo no número de embarcações presentes na zona.

De entre as medidas de minimização da turbidez decorrente das operações de dragagem, na fase de construção, consta a utilização de barreiras de contenção ou cortinas de turbidez e a utilização de

metodologias e equipamentos de dragagem que permitam minimizar a suspensão dos sedimentos e os derrames acidentais de óleos e outras substâncias poluentes.

Os principais impactes do funcionamento (Fase de exploração) da Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve (EDAM) relacionam-se com o muito significativo consumo de energia elétrica e pela libertação, no mar, de um efluente hipersalino que aumentará o grau de salinidade da água do mar, sobretudo próximo do ponto de rejeição.

De forma a minimizar o grande consumo energético da Estação de Dessalinização é proposta a produção energética (UPAC) e a inclusão de dispositivos de recuperação de energia.

Ao nível da paisagem estimam-se impactes relacionados apenas com a construção de edifícios pontuais (EE e EDAM) e parque fotovoltaico, atendendo a que, à exceção da fase temporária da construção, não se perspetiva a afetação da paisagem com as condutas *onshore,* que serão construídas em vala enterrada e em túnel (zona de arriba, de praia e da rebentação, na transição entre o mar e a terra), nem com as condutas *offshore*, que se localizarão no fundo do mar.

Para efeitos de minimização do impacte na paisagem é estabelecido o início de ações de recuperação paisagística, sempre que possível, logo após a conclusão das operações nos terrenos intervencionados. Apesar de se referir que o Plano de Integração Paisagística apenas será elaborado em fase de Projeto de Execução da Estação de Dessalinização EDAM; Estação Elevatória EE; Unidade de Produção para Autoconsumo – UPAC, são estabelecidas algumas orientações para os mesmos entre as quais se destaca o recurso integral a espécies autóctones e com maior representatividade das que tenham maior capacidade de fixação de carbono

O projeto está obrigado a cumprir os limites estabelecidos para zonas sensíveis de acordo com a Carta de Zonamento Acústico de Albufeira, incluindo-se, entre as Medidas de Mitigação, o desenvolvimento do projeto acústico da EDAM.

A monitorização prevista inclui um Plano de Monitorização da qualidade da água costeira e um Plano de Monitorização do ambiente sonoro.

O EIA propõe a opção pela Alternativa 1 e que seja assegurado o cumprimento da totalidade das medidas de mitigação, compensação e dos programas de monitorização previstos

III – APRECIAÇÃO

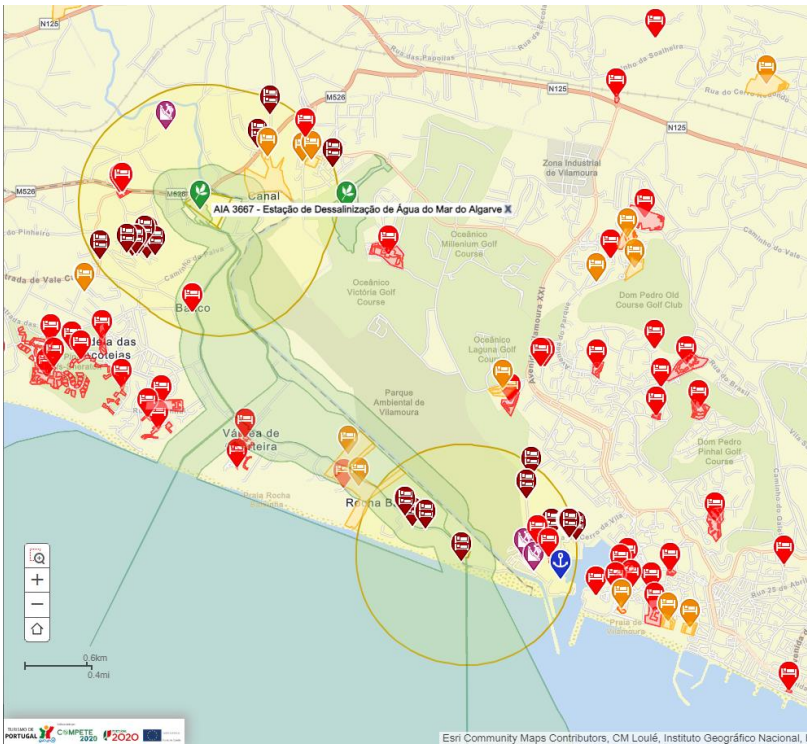
1. Ordenamento do Território

São abrangidos espaços de recursos naturais e de equilíbrio ambiental, Espaços urbanizáveis e zona proposta para Equipamentos coletivos e infraestruturas de apoio do PDM de Albufeira (RCM n.º 43/95, de 4 de maio, alterado pelas Deliberações n.ºs 2545/2007 e 2544/2007, de 28 de dezembro e n.º 871/2008, de 25 de março, retificado pela Deliberação n.º 2818/2008, de 27 de outubro e alterado pelo Aviso n.º 12779/2015, de 2 de novembro, pela declaração n.º 77/2021, de 23 de julho, e pelo Aviso n.º 12143/2022, de 17 de junho). O EIA conclui que a instalação do projeto é compatível com os espaços interferidos, seja qual for a alternativa adotada, e que é possível compatibilizar o projeto com as condicionantes existentes (RAN e REN), para ambas as alternativas.

O projeto está inserido dentro da Faixa de Proteção aos Usos Comuns" e numa "Área potencial para recreio, desporto e turismo" do Plano de Situação de Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional (PSOEM), publicado

pela RCM n.º 203-A/2019, de 30 de dezembro. O EIA conclui que o uso proposto não compromete o recreio, desporto e turismo, nem o património natural e paisagístico, e é conciliável com a maior parte das atividades de recreio, desporto e turismo, uma vez que a sua ocupação do meio será feita maioritariamente ao nível do fundo marinho, (ainda que com possíveis restrições nas proximidades imediatas dos troços offshore dos circuitos de captação e rejeição, a serem detalhadas nos Plano de Assinalamento Marítimo para as fases de construção e operação).

2. Oferta turística na envolvente do projeto



Legenda:

- Empreendimentos Turísticos (ET) Existentes
- Projetos de ET com parecer favorável do TdP
- Estabelecimentos de Alojamento Local (AL)
- Estabelecimentos de Agentes de animação turística
- Marina existente
- EIA

Fonte: SIGTUR – Sistema de Informação Geográfica do Turismo – 14.12.2023

Tendo por base a informação do SIGTUR [2]- Sistema de Informação Geográfica do Turismo foi considerado um buffer de cerca de 1.000m dos limites da área intervencionada da parcela da Estação de dessalinização (incluindo a UPAC), verificando-se existirem 5 ET existentes (total de 180 camas/utentes), 21 estabelecimentos de AL (total de 111 utentes) e 1 estabelecimento de agente de animação turística. Perspetivam-se 3 ET com parecer favorável (626 camas/utentes). Os ET mais próximos estão a cerca de 500m da Estação de dessalinização.

Na envolvente da Estação Elevatória existem 2 ET (total de 664 camas/utentes), estando o mais próximo a cerca de 575m, 85 AL (total de 363 utentes), 9 estabelecimentos de agente de animação turística e 1 marina existente.

[2] Alerta-se que que o TdP não intervém nos procedimentos de licenciamento de algumas tipologias turísticas (Parques de Campismo e de Caravanismo, Turismo de Habitação e modalidades casas de campo e agroturismo do TER), que são da competência das Câmaras Municipais, e, desde julho de 2017, deixou de ter de se pronunciar no âmbito dos procedimentos de licenciamento do projeto de arquitetura dos empreendimentos turísticos, nos termos do DL n.º 80/2017, de 30 de junho (à exceção de pedidos de dispensa de requisitos). A georreferenciação dos estabelecimentos de AL e dos estabelecimentos de agentes de animação turística foi obtida de forma automática a partir do endereço, sendo a respetiva localização meramente indicativa.

Na envolvente de 200m das condutas *onshore* (área de estudo) são abrangidos 2 ET existentes (1 dos quais integrando a área de um projeto reconhecido como PIN), com total de 926 camas, e 2 projetos de ET apreciados favoravelmente pelo TdP, com total de 78 camas/utentes, sendo estes últimos atravessados pelo traçado da alternativa 2, que é também o traçado contíguo a 3 dos ET existentes.

3. Síntese da apreciação técnica:

3.1 A Estação de Dessalinização de Água do Mar (EDAM) é um projeto que contribuirá para o reforço do sistema de abastecimento público de água do Algarve que enfrenta recorrentemente problemas de escassez de água, potencialmente agravados com o aumento do consumo associado à época alta do turismo, no Verão. Deste modo, perspetiva-se uma produção de água dessalinizada de 64.800m3/dia (no ano de horizonte de projeto), correspondente ao consumo diário de cerca de 352.174 pessoas[3] (cerca de 75% da população residente no Algarve, em 2021), salientando-se a importância da implementação deste projeto do ponto de vista do turismo.

3.2 Relativamente aos impactes ambientais do projeto (na fase de construção e exploração) salienta-se, do ponto vista do turismo, os que se relacionam com a paisagem, socioeconomia (ET, praias e atividade náutica associada à marina de Vilamoura) e com a qualidade da água nas praias balneares mais próximas do ponto de descarga efluente hipersalino a libertar no mar. Assim, considera-se de salientar a importância de serem adotadas as medidas de mitigação e monitorização propostas no EIA, cumprindo referir:

- O EIA prevê a elaboração do Plano de Integração Paisagística em fase de Projeto de Execução e estabelece a minimização do impacte dos novos edifícios na paisagem privilegiando a instalação de vegetação e a utilização de materiais de construção característicos na região, contudo considera-se que acrescidamente deverá constar, entre as medidas mitigadoras, a necessidade de o projeto de arquitetura da EDAM e da EE serem arquitetonicamente valorizadores da paisagem promovendo uma correta integração na envolvente (no caso da EE[4], que poderá ter de se implantar num plataforma elevada por se localizar numa zona ameaçada por cheias segundo o PDM de Albufeira, incluindo a minimização do declive e impacte do eventual aterro e a visibilidade a partir da praia e do mar);
- É estabelecida na medida MM (FPE) 11, relativamente ao Projeto de Execução da Integração Paisagística da UPAC, apenas o requisito de assegurar 'a instalação de vegetação no limite norte do terreno (junto à estrada municipal M526)'. Considera-se que, acrescidamente, deverá estabelecer-se a necessidade de ser criada uma cortina arbórea em toda a extensão da envolvente da UPAC tendo em vista a minimizando do impacte refletor dos painéis fotovoltaicos;
- Na fase de Pré-Construção será elaborado um Plano de Mitigação de Afetações concertado com os concessionários das zonas balneares potencialmente afetadas[5]. Considera-se que este Plano de Mitigação de Afetações deverá, se possível, ser alargado à entidade exploradora da marina de Vilamoura;
- No Tomo 4 do Volume I, na MMG(FC) 27 acrescentar entre os recetores sensíveis os empreendimentos turísticos;
- No Tomo 4 do Volume I, nos pontos 2.2.1.1.2 e 2.3.1.1 (pg. 18 e 24) considera-se que se deverá prever pelo menos uma estação de monitorização do ruído a sul da EDAM.

[3] De acordo com os consumos médios diários de 184 l de água por pessoa da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Residuos)
[4] A EE localizar-se-á próximo da frente de mar, num espaço ocupado por estacionamento informal de apoio à praia da Rocha Baixinha envolvido por pinhal de pinheiro-manso, sem vista abrangente sobre o oceano
[5] Minimização de afetação de áreas de estacionamento (designadamente na zona da Rocha Baixinha na época balnear) e das áreas concessionadas (nas praias da Rocha Baixinha e Falésia).

O Turismo de Portugal dá preferência a produtos e serviços com menor impacte ambiental. Agradecemos contacto através dos canais digitais.
Turismo de Portugal prefers products and services with low environmental footprint. Please use digital channels.

3.3 As atividades turísticas são predominantes na área de estudo, nomeadamente destacando-se a presença de elevado número de estabelecimentos de alojamento turístico, de apoios de praia e das respetivas áreas de estacionamento e da pista das Açoteias, assim como a ETAR de Pinhal do Concelho, bem como parte das praias da Falésia e da Rocha Baixinha, onde se prevê que os circuitos entrem no mar.
Foram identificados 2 recetores sensíveis perto do traçado dos circuitos da Alternativa 2 e que se considera que poderão sentir incomodidade durante a fase de construção. Foram ainda identificados os recetores sensíveis que estão nas imediações da EDAM e da UPAC e que poderão sentir alguma incomodidade associada ao ruído que possa surgir durante a fase de exploração.
O EIA recomenda a opção pela alternativa 1 com fundamento de possuir um traçado dos circuitos *onshore* que gerará afetações menos significativas a nível socioeconómico durante a obra, implicando menor interferência com habitações e atividades económicas e que seja assegurado o cumprimento da totalidade das medidas e programas preconizados no presente Estudo.
No que se refere às alternativas apresentadas cumpre salientar que, do ponto de vista do turismo, se concorda com as conclusões do EIA, considerando-se melhor a alternativa 1 do circuito de captação e elevação de água do mar, cujo traçado acompanha globalmente a ribeira de Quarteira e é mais distante de ET existentes ou com parecer favorável do TdP, de acordo com a informação disponível no SIGTUR. Alerta-se, contudo, que o EIA deveria ter recorrido ao SIGTUR para efeitos do levantamento dos estabelecimentos de alojamentos turístico existentes na envolvente do projeto, complementado com a informação da oferta turística perspetivada obtida junto das Câmaras Municipais.

3.4 Concorda-se com a elaboração de um Plano de Integração Paisagística das Obras, de um Plano de Gestão Ambiental (salientando-se a medida de mitigação relativa à implantação dos estaleiros, cuja localização não foi identificada, que indica não deverem implantar-se, nomeadamente, na proximidade de áreas urbanas e/ou turísticas, zonas sensíveis em termos paisagísticos ou de proteção do património), bem como de Planos de Assinalamento Marítimo para as fases de construção (assinalamento temporário) e operação (assinalamento definitivo).

IV – CONCLUSÃO

Em face do exposto e considerando a informação disponível neste Instituto, verifica-se que o projeto da Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve é de grande importância do ponto de vista do turismo, devendo implementar-se as medidas mitigadoras previstas e planos de monitorização considerando as questões indicadas no ponto 3.2 desta informação.
Concorda-se com as conclusões do EIA, defendendo-se, do ponto de vista do turismo, a opção pela alternativa 1 do circuito de captação e elevação de água do mar, por ter menores impactes na fase de construção sobre os Empreendimentos Turísticos existentes e perspetivados.

À consideração superior,

Marta Lazana (Arq.ª)

18/12/2023

X

Marta Lazana

Assinado por: MARTA RODRIGUES LAZANA

O Turismo de Portugal dá preferência a produtos e serviços com menor impacte ambiental. Agradecemos contacto através dos canais digitais.
Turismo de Portugal prefers products and services with low environmental footprint. Please use digital channels.

Parecer da Liga para a Protecção da Natureza no âmbito da Consulta Pública relativa à Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

A dessalinização é uma das possibilidades previstas pela ONU para os ODS. Mas é uma possibilidade a que se deve recorrer em última instância - quando se esgotaram todas as outras alternativas. E esta localização no *ranking das soluções* não surge por mero acaso - tem consumos energéticos muito elevados e grandes impactos ambientais.
Neste caso concreto há uma AMPIC- Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário, o Parque Natural Marinho do Recife do Algarve - Pedra do Valado, recentemente aprovado em Concelho de Ministros[1], e apresentada pelo Ministro do Ambiente na Cop 28[2], a implementar em 2024 nas áreas marinhas dos concelhos de Albufeira, Lagoa e Silves, que, previsivelmente, será lesado com a instalação da Dessalinizadora. Esta AMPIC só é referida uma vez no documento 06- EIA_DNSH, a propósito de uma outra localização para a central de dessalinização, em Armação de Pêra. Mas não é referida nos impactos.
Numa AIA, segundo documento orientador da CE[3], é imperativo avaliar se existem alternativas ao projeto e se as mesmas não terão melhores resultados que o projecto em análise. Essa análise não é apresentada nos documentos que acompanham o projeto, sendo apenas apresentas alternativas no seio do próprio projeto. No Volume 1, Tomo 1, página 13, do EIA é apresentado o projeto como "a solução única e exclusiva", ignorando todas as outras alternativas já identificadas e existentes nos planos oficiais, bem como a calendarização respectiva que foi lhes atribuída nos planos regionais de gestão hídrica da região.

Passamos a expor:

Em Portugal, no Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas, a dessalinização não é sequer referida; e no Plano de Adaptação às Alterações Climáticas/PIAAC- Algarve é referida como uma solução não imediata, a carecer de estudo (nunca antes de 2030 ou 2060); no Plano Regional de Eficiência Hidrica do Algarve/PREHA Algarve é uma medida a médio e longo prazo.
Oficialmente a central de dessalinização só se torna necessária no imediato quando surgem os dinheiros do Plano de Recuperação e Resiliência/PRR. E qual é a avaliação da Comissão Técnica Europeia que acompanha o PRR apresentado por Portugal? No DOCUMENTO DE TRABALHO DOS SERVIÇOS DA COMISSÃO, Análise do plano de recuperação e resiliência de Portugal, está explícito que: "No que diz respeito às medidas estabelecidas na componente relativa à gestão hídrica (Componente 9), que são sensíveis numa perspetiva ambiental e de atenuação das alterações climáticas, Portugal assegura o respeito pelo princípio de «não prejudicar significativamente» aplicando todas as conclusões e condições das avaliações de impacto ambiental pertinentes.
Nesse relatório é ainda acrescentado que "Portugal não utiliza práticas de orçamentação ecológica, que poderiam ajudar a cumprir os compromissos nacionais e internacionais em matéria de alterações climáticas e proteção ambiental. A avaliação do impacto ambiental das políticas orçamentais, bem

[1] https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/governo/comunicado-de-conselho-de-ministros?i=587
[2] https://www.rtp.pt/noticias/mundo/cop28-portugal-apresentou-a-mais-recente-area-marinha-protegida_v1535775
[3] http://ec.europa.eu/environment/archives/eia/eia-guidelines/g-screening-full-text.pdf

como a sua coerência com os objetivos fundamentais, poderia ajudar a tornar o Governo mais responsável e, assim, melhorar o cumprimento dos objetivos ambientais e climáticos.".
Assim é pertinente questionar em que ponto de concretização estão todas as medidas de curto prazo preconizadas no PREHA Algarve e no PIAAC Algarve. Não são divulgadas de forma acessível e periódica informações oficiais que permitam saber se todas, ou exatamente que medidas de curto prazo, propostas no PIAAC e PREHA, foram iniciadas e qual é o seu grau de concretização no momento actual. Só com estas informações se poderá avaliar a sua eficácia na resolução do problema hídrico e consequentemente a necessidade, ou não, de uma central de dessalinização, solução essa que deverá ser recurso de última instância.

Existem alternativas à dessalinização? Considerando apenas medidas de curto e médio prazo verificamos que:

- As perdas na rede de distribuição urbanas são, no Algarve, de 30%, e na dos regantes agrícolas são mais de 35% (dados da Agência Portuguesa do Ambiente e Administração dos Recursos Hídricos do Algarve), perdas que no conjunto somam um desperdício de, mais ou menos, 30% do consumo total da água contabilizada como gasta no Algarve. Actuar neste domínio foi planeado, no PREHA, como medida prioritária.
- A reutilização das águas é apenas de 1,02%. Atuar neste domínio foi planeado, como medida prioritária, no PREHA .
- O maior consumidor, segundo dados da Administração dos Recursos Hídricos do Algarve - Agência Portuguesa do Ambiente/ARH Algarve-APA, é a agricultura, o que coincide com os resultados do estudo da Fundação Gulbenkian "O uso da Água em Portugal- processo de mudança", 2020[4]. Mas esta dessalinizadora destina-se ao consumo doméstico e não é este o maior consumidor. As medidas destinadas ao consumo agrícola e que dependem apenas da decisão do Estado, estão por implementar, tais como, por exemplo, a quantificação da água proveniente dos aquíferos. Ou determinar incentivos a quem menos consome este recurso, seja ele proveniente da rede de distribuição aos regantes, seja ele proveniente dos aquíferos.
- Reavaliar o licenciamento de novos projectos, sejam agrícolas, sejam urbanísticos, sejam de campos de golfe, em função das disponibilidades hídricas e impactos na permeabilização dos solos, ou na biodiversidade, também só depende de uma decisão do poder político.
- Impedir a despedrega e alisamento de terrenos em zonas de recarga de aquíferos, está igualmente apenas dependente da fiscalização das entidades oficiais e pequenos ajustes na legislação.
- Outras medidas, como criação de charcas, protecção do solo, em conjunto com as antes enunciadas e igualmente previstas no PIAAC e PREHA são alternativas que com potencial para resolver o problema sem impactos ambientais acrescidos.

O projeto apresenta uma eficácia questionável, pois consiste num investimento de cerca de 50 milhões de euros para produzir abastecimento de água para 100.000 habitantes/ano (o Algarve tem mais de 230.000 na chamada época baixa). Quantas mais centrais vão ter que construir, já que o grande consumidor, o que esgota os recursos hídricos, é a agricultura intensiva de regadio? Espanha tem mais de 800 centrais de dessalinização e tem mais problemas de escassez de água do que Portugal. É a prova provada que o caminho não é aumentar a oferta de água enquanto existirem outras soluções económica e ambientalmente menos problemáticas. O caminho é planificar as atividades económicas de acordo com a água de que dispomos, reduzir os desperdícios e as utilizações não essenciais, garantindo o abastecimento urbano e os caudais ecológicos, para manter em pleno funcionamento os diversos ecossistemas dependentes desse recurso, assegurando os serviços ecossistémicos, dos quais dependemos.

[4] https://content.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2020/06/26151627/O-uso-da-água-em-Portugal_Ideias-Chave_Processo-de-mudança.pdf

Além de ineficaz, porque não resolve a situação-problema, a dessalinização vai criar novos problemas:

- injustiça social que resulta do facto de o acesso à água, direito dos cidadãos, passar a ser garantido com uma oferta de pior qualidade e custo mais elevado que a das barragens e dos aquíferos. Esta última mantém-se como principal fonte de abastecimento ao sector privado, como agricultura e golf, por exemplo. Uma avaliação ambiental tem obrigatoriamente que analisar estes aspectos/impactes sociais e económicos.
- transfere um bem e direito comum para um negócio público-privado. A própria ONU, em 2021, escreveu que a dessalinização "é um negócio em expansão." (ONU programa para o meio ambiente)
- tem impactos negativos na actividade económica (pesca e turismo)
- tem impactos ecológicos significativos, como veremos adiante

Impactos ambientais

Começando pela fase de construção é relevante notar o fraco levantamento e caracterização da flora e fauna na área de implementação do projeto, a que corresponde uma caracterização superficial dos ecossistemas e arrasta consigo a ausência de ponderação de certos riscos. Por exemplo, o próprio projeto prevê descargas diretas nas ribeiras de Quarteira, mas falha em analisar os possíveis impactos destas descargas.

Como previsto no projeto em análise, em caso de falha na estação elevatória que liga a estação de dessalinização ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve (SMAAA), está referido que estão previstas descargas de emergência na ribeira de Quarteira para assegurar que a água tratada possa ser encaminhada de forma gravítica até um destino final, sem consequências negativas na estação de dessalinização.

Estas descargas serão acompanhadas, contudo, por adição massiva de reagentes químicos, como hidróxido sódio (5mg/l). De acordo com o caudal previsto da adição do reagente, esta pode corresponder a uma adição de cerca de 3 Kg de Hidróxido de sódio cada 15 min, o que irá alcalinizar e destruir habitats na ribeira. Estão também previstas descargas na ribeira de Quarteira caso ocorra um mau funcionamento da ETAR, com um caudal médio diário de águas residuais de cerca 8 m^3/dia, o que será impactante em termos de contaminação biológica e química. Mas não existe uma análise detalhada dos possíveis impactos ambientais destes eventos.

A análise das regiões atravessadas por condutas não tem qualquer análise ao risco de rotura de condutas nem do impacto que tal poderia ter nas ribeiras e várzea de Quarteira ou no Parque Ambiental de Vilamoura.

A avaliação dos impactos da descarga naquele local deixa muito a desejar, começando por ignorar os recifes artificiais criados precisamente diante do local (Fig. 1), recifes esses que têm como função fornecer serviços ecossistémicos, nomeadamente habitat e refúgio, preservação da biodiversidade e incremento de espécies comerciais[5]. A dispersão da salmoura e os impactos no fundo marinho foram analisados de forma absolutamente negligente, ignorando todo o conhecimento atual sobre a matéria e descurando a existência de áreas protegidas por lei nas regiões adjacentes. Redução de oxigénio na zona de descarga é um impacto esperado e comum associado à dessalinização, estando fortemente dependente das condições do local de descarga, podendo ser maior ou menor consoante o hidrodinamismo, sendo que tem sempre um impacto ecológico negativo[6][7][8][9][10]. Este impacto não foi

[5] Ramos, J. *et al*. (2019) https://doi.org/10.7717/peerj.6206

[6] Roberts, D.A. *et al*. (2010) doi: 10.1016/j.watres.2010.04.036

[7] Dawoud M.A., Mulla, M.M. (2012) Environmental Impacts of Seawater Desalination: Arabian Gulf Case Study. International Journal of Environment and Sustainability, vol. 1(3), 22-37.

[8] Elsaid, K. *et al*. (2020) https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2020.141528

[9] Panagopoulos, A., Haralambous, K-J. (2020) https://doi.org/10.1016/j.marpolbul.2020.111773

[10] Moosa, B. *et al*. (2022) https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2022.131717

aprofundado. Outros impactos negligenciados são os que têm origem na contaminação do efluente de descarga. A salmoura da dessalinização apresenta níveis significativos de metais pesados e outros químicos que dependem do processo utilizado. As consequências deste aumento de poluição foram ignoradas, bem como possíveis efeitos de bioacumulação.
Outro problema de enorme relevância prende-se com o transporte da salmoura. O movimento das águas superficiais na costa algarvia é tendencialmente de Oeste para Este, e a descarga está prevista para uma zona de baixa profundidade e grande proximidade à costa. É imperativo compreender o volume e dispersão da salmoura devido à enorme sensibilidade das pradarias marinhas (zonas fundamentais do ponto de vista ecológico) a elevadas concentrações de sais (ver por exemplo von Medeazza, 2005[11]). Visto que a Este da descarga se encontra a Ria Formosa, zona de elevada sensibilidade e protegida pela legislação, o transporte da salmoura tem que ser absolutamente estudado e descrito. Embora esta seja a direção geral das águas costeiras nesta região, as águas marinhas não se movimentam de forma estanque. A zona da descarga tem também movimentos de água para Oeste, elevando o risco para o Parque Marinho da Pedra do Valado.

Figura 1 - Figura obtida do ficheiro ANEXOS da consulta pública

Não existe também qualquer análise ao impacto da sucção de água do mar, que pode ter efeitos muito significativos em espécies planctónicas, especialmente zooplâncton. O risco de uma captação de água a 0,6m/s (310-1860 l/s) e da utilização de solução clorada na zona de captação! (pág. 39-42 tomo 1) tem que ser avaliado, não só pelo seu potencial de causar dano significativo ecológico, mas também no seu possível impacto no sector das pescas, pois efeitos negativos ao nível das comunidades planctónicas tem repercussões no recrutamento e, como tal, nas populações das espécies comerciais.
O consumo energético é um ponto de extrema importância na avaliação do projeto. O consumo energético é significativo e pode apenas ser minimizado caso se recorra a suporte por energias renováveis (como solar ou eólica). No entanto, o funcionamento da estação implica necessariamente emissão de GEE, como se verifica no Relatório Síntese – Tomo 1, página 74, onde se lê que o parque solar tem "o objetivo de, através da energia fotovoltaica, se reduzir o consumo de energia da estação de dessalinização"[12], o que contraria não só os objetivos da neutralidade carbónica como também o argumento desta estação em função da luta contra as alterações climáticas. Após consulta do projeto,

[11] von Medeazza, G.L.M. (2005) doi:10.1016/j.desal.2005.03.071
[12] Refira-se que os parques solares, ou outros de energias renováveis, não reduzem o consumo energético, reduzem sim o consumo de energia produzida por centrais de produção com combustíveis fósseis

prevê-se um consumo para a produção de água na ordem dos 4-6 kWh m^{-3} [13] (este valor exclui a energia necessária para a captação e descarga, visto este ser dependente da distância e do sistema de bombas utilizado).
Em resumo, existem uma série de questões que não foram objeto de uma avaliação de impactes ambientais, pelo menos uma avaliação completa e detalhada, o que representa uma falha grave num documento que pretende constituir-se como um EIA. Passamos a enumerar as diferentes questões negligenciadas:

1. a descarga do efluente de rejeição da salmoura no mar que contém para além do sal extraído, produtos químicos inorgânicos, orgânicos, metais pesados e ainda um elevado teor em microrganismos;
2. a descarga do efluente de rejeição da salmoura no mar a apenas 1,8 Km de distância da costa;
3. possíveis impactos em áreas protegidas de elevada proximidade, como o Parque Natural da Ria Formosa ou o Parque Marinho da Pedra do Valado;
4. o impacto da sucção no fito e zooplâncton e consequente impacto no recrutamento;
5. os efeitos da descarga na zona bentónica e possíveis eventos de depleção de oxigénio;
6. os efeitos da temperatura do efluente que está cerca de 6ºC acima da temperatura média da zona de descarga;
7. os impactos na ribeira de Quarteira provocados pelo protocolo de descarga de emergência ou por ruturas acidentais das condutas;
8. a emissão de gases poluentes para a atmosfera associada ao tipo de energia de origem fóssil utilizada.

A estas questões juntam-se outras de fundamental análise que passaram despercebidas no EIA. O ruído encontra-se entre os principais impactos gerados pelo funcionamento da estação, aos quais se junta a mortalidade de aves por colisão com as linhas de elétricas de abastecimento de energia[14]. Estes dados não foram avaliados. Não existe uma análise abrangente de possíveis impactos para a saúde pública, associados à contaminação provocada pelo efluente de descarga, à fase de construção ou a eventos que correspondam a descargas de emergência na ribeira de Quarteira.
Foram também negligenciadas questões como alterações sociais na região de implementação do projeto, impactos sobre possíveis perdas de terrenos rurais, tendência para a urbanização da região, alterações sociais e económicas das comunidades limítrofes ao projeto, impactos paisagísticos nas zonas de falésia, praia, ribeira de Quarteira e Parque Ambiental de Vilamoura, cuidando do impacto nas praias da Falésia e Rocha Baixinha que têm enorme relevância turística.
O projeto apresenta também a dessalinizadora como uma forma de garantir água ao consumidor doméstico. No entanto não avalia o previsível impacto futuro da transferência de um direito dos cidadãos portugueses, o do acesso a água potável, para o domínio público-privado. Mais, procura desvalorizar o facto de este projeto representar água de pior qualidade com um custo de produção mais elevado, face à tratada proveniente das barragens e aquíferos, ser destinada ao consumidor doméstico em vez de se utilizada para a rede regante ou industrial.
Face a tantas falhas na análise do impacto ambiental da dessalinizadora não é de surpreender que os efeitos cumulativos estejam, no mínimo, subavaliados.
Convém lembrar que, embora tal não se aplique em casos de projetos de superior interesse público, o projeto encontra-se maioritariamente em em áreas do Domínio Público Hídrico, Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional. Acresce o facto de abranger zonas com interesse arqueológico relevante, uma vez que existem vestígios de ocupação pré-histórica e romana. Observam-se também diversas construções antigas de cariz rural associadas à exploração agrícola da várzea da ribeira de Quarteira, com importante interesse histórico ou cultural.

[13] Fayyaz, S. et al. (2023) https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2022.135299
[14] Fuentes-Bargues, J.L. (2014) https://doi.org/10.1016/j.desal.2014.05.032

A construção da Estação de Dessalinização é ainda contraditória com várias Diretrizes da União Europeia, não promovendo a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve. Embora o estudo do projecto considere 3 diretivas de elevada importância, ou seja as Directivas Habitat, AIA e Água (Directiva Quadro da Água, DQA), o estudo do projecto não considera relevante a avaliação do impacte a nível a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares, além de falhar em absoluto na AIA, levando a menosprezar os requisitos e pressupostos das restantes diretivas.

A dessalinização, em geral, não é de facto solução para as necessidades de água. Espanha é bom exemplo disso. Mas sendo um projeto novo deveria pelo menos ter em consideração novas tecnologias onde não ocorre descarga de salmoura, tendo maior aproveitamento de água e utilizando a salmoura como um subproduto comercializável[15.]

Torna-se assim relevante levantar a seguinte questão: porquê esta urgência na dessalinização? Não irá resolver o problema da escassez de água no Algarve. Não atua sobre as causas do aumento de consumo e redução de disponibilidade. Aumenta os problemas de natureza ambiental, económica e social. Mas é tão urgente que nem uma AIA minuciosa e abrangente, cumpridora dos seus requisitos, houve tempo para realizar.

Por tudo o exposto acima, a Liga para a Protecção da Natureza manifesta-se contra a realização deste projeto, atribuindo um parecer não favorável à Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Liga para a Protecção da Natureza

Lisboa, 19 de Dezembro de 2023

[15] Giwa, A. *et al*. (2017) http://dx.doi.org/10.1016/j.desal.2016.12.008

Consulta Pública

Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

Parecer da Plataforma Água Sustentável

A Plataforma Água Sustentável (PAS) foi criada a fim de maximizar o encontro de soluções sustentáveis para a região. Atualmente a PAS é constituída por: A Rocha Portugal, Água é Vida, Al-Bio – Associação Agroecológica do Algarve, Almargem-Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve, CIVIS–Associação para o Aprofundamento da Cidadania, a Associação Dunas Livres, a Ecotopia Ativa – Associação Ambiental e de Desenvolvimento Sustentável, o FALA-Fórum do Ambiente do Litoral Alentejano, Faro 1540–Associação de Defesa e Promoção do Património Ambiental e Cultural de Faro, Glocal Faro, LPN-Liga para a Protecção da Natureza, a Probaal-Associação para o Barrocal Algarvio, Quercus–Associação Nacional de Conservação da Natureza, REGAR e Regenerarte–Associação de Proteção e Regeneração dos Ecossistemas.

https://plataformaaguasustentavel.wordpress.com/

pas.plataforma.agua@gmail.com

19 de dezembro de 2023

Este documento foi organizado tendo em conta as linhas orientadoras da Comissão Europeia (http://ec.europa.eu/environment/archives/eia/eia-guidelines/g-screening-full-text.pdf)

A) Alternativas à "solução" dessalinização

A dessalinização é uma das possibilidades previstas pela ONU para os ODS. Mas é uma possibilidade a que se deve recorrer em última instância - quando se esgotaram todas as outras alternativas. E esta localização no *ranking das soluções* não surge por mero acaso - a dessalinização tem consumos energéticos muito elevados e grandes impactos ambientais.

Neste caso concreto há uma Área Marinha Protegida de interesse comunitário, o Parque Natural Marinho do Recife do Algarve - Pedra do Valado, recentemente aprovado https://www.wilder.pt/historias/portugal-tem-nova-area-protegida-a-primeira-criada-neste-seculo-no-continente/ e propalado pelo Ministro do Ambiente na COP 28, a implementar em 2024 nas áreas marinha dos concelhos de Albufeira, Lagoa e Silves, que, previsivelmente, será gravemente lesado com a instalação da Dessalinizadora. Esta AMP só é referida uma vez no documento 06- EIA_DNSH, a propósito de uma outra possibilidade de localização para a central de dessalinização, em Armação de Pêra. Mas não é analisada nos impactos.

Para além disso, e talvez mais importante, numa AIA, segundo documento orientador da C.E (http://ec.europa.eu/environment/archives/eia/eia-guidelines/g-screening-full-text.pdf) tem que se avaliar se há alternativas ao projecto e se essas alternativas não terão melhores resultados que o projecto em análise. Este projecto não o faz; apenas apresenta alternativas no interior do próprio projecto, isto é, nunca é avaliado se a solução ao problema da escassez hídrica é outra que não uma central de dessalinização. No documento de apresentação do projecto (EIA, volume 1- Tomo 1, na pág 13) é apresentado o projecto e não são apresentadas outras soluções alternativas. É apresentado como "a solução única e exclusiva", ignorando todas as outras alternativas já identificadas existentes nos planos regionais oficiais para a gestão hídrica da região do Algarve, bem como a respectiva calendarização que foi atribuída nesses planos de gestão hídrica.

Passamos a expor…

Em Portugal, no Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas[1], programa nacional, a dessalinização não é sequer referida; e no Plano de Adaptação às Alterações Climáticas/ PIAAC- Algarve[2] é referida como uma solução não imediata, a carecer de estudo (nunca antes de 2030, ou 2060); no Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve/PREHA [3]Algarve é considerada uma medida a médio e longo prazo. Oficialmente a central de dessalinização só se torna *necessária no imediato* quando surgem os dinheiros do Plano de Recuperação e Resiliência/ PRR.

E qual é a avaliação da Comissão Técnica Europeia que acompanha o PRR apresentado por Portugal? No DOCUMENTO DE TRABALHO DOS SERVIÇOS DA COMISSÃO[4], Análise do plano de recuperação e resiliência de Portugal, está explícito que: "No que diz respeito às medidas estabelecidas na componente relativa à gestão hídrica (Componente 9), que são sensíveis numa perspetiva ambiental e de atenuação das alterações climáticas, Portugal assegura o respeito pelo princípio de «não prejudicar significativamente» aplicando todas as conclusões e condições das avaliações de impacto ambiental pertinentes". Nesse relatório é ainda acrescentado que "Portugal não utiliza práticas de orçamentação ecológica, que poderiam ajudar a cumprir os compromissos nacionais e internacionais em matéria de alterações climáticas e

[1] https://apambiente.pt/clima/programa-de-acao-para-adaptacao-alteracoes-climaticas-p-3ac; https://files.diariodarepublica.pt/1s/2019/08/14700/0001000045.pdf
[2] https://drive.google.com/file/d/1Nyzf-4wNyuBJ4bTsUH3wQ3AaVeqFfsGC/view
[3] https://apambiente.pt/agua/planos-regionais-de-eficiencia-hidrica
[4] https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52021SC0146&from=EN

proteção ambiental. A avaliação do impacto ambiental das políticas orçamentais, bem como a sua coerência com os objetivos fundamentais, poderia ajudar a tornar o Governo mais responsável e, assim, melhorar o cumprimento dos objetivos ambientais e climáticos.".

Assim é pertinente questionar em que ponto de concretização estão todas as medidas de curto prazo preconizadas no PREHA Algarve e no PIAAC Algarve. Não são divulgadas de forma acessível e periódica informações oficiais que permitam saber se todas, ou exatamente que medidas de curto prazo, propostas no PIAAC e PREHA, foram iniciadas e qual é o seu grau de concretização no momento actual. Só com estas informações se poderá avaliar a sua eficácia na resolução do problema hídrico e consequentemente a necessidade, ou não, de uma central de dessalinização. **Se parte dessas medidas se estão agora a iniciar, se outras nem sequer o foram, como podem afirmar a necessidade de construir uma central de dessalinização?**

Há alternativas várias a esta decisão político-económica. APENAS pensando em medidas de curto e médio prazo, verificamos que:

- as perdas na rede de distribuição urbanas são, no Algarve, de 30%, e na dos regantes agrícolas são mais de 35%- dados da Agência Portuguesa do Ambiente e Administração dos Recursos Hídricos do Algarve, perdas que no conjunto somam um desperdício de, mais ou menos, 30% do consumo total da água contabilizada como gasta no Algarve. Actuar neste domínio foi planeado, no PREHA, como medida prioritária.
- A reutilização das águas é apenas de 1,02%. Actuar neste domínio foi planeado, como medida prioritária, no PREHA .
- O maior consumidor, segundo dados da Administração dos Recursos Hídricos do Algarve-Agência Portuguesa do Ambiente/ARH Algarve-APA, é a agricultura[5], o que coincide com os resultados do estudo da Fundação Gulbenkian "O uso da Água em Portugal- processo de mudança", 2020. Mas esta dessalinizadora destina-se ao consumo doméstico e não é este o maior consumidor. As medidas destinadas ao consumo agrícola e que dependem apenas da decisão do Estado, estão por implementar, tais como, por exemplo, a quantificação da água proveniente dos aquíferos. Ou determinar incentivos a quem menos consome este recurso, seja ele proveniente da rede de distribuição aos regantes, seja ele proveniente dos aquíferos.
- Reavaliar o licenciamento de novos projectos, sejam agrícolas, sejam urbanísticos, sejam de campos de golfe, em função das disponibilidades hídricas e impactos na permeabilização dos solos, ou na biodiversidade, também só depende de uma decisão do poder político.
- Impedir a despedrega e alisamento de terrenos em zonas de recarga de aquíferos, igualmente apenas está dependente da fiscalização das entidades oficiais e pequenos ajustes na legislação.

Outras medidas, como criação de charcas, protecção do solo, em conjunto com as antes enunciadas e igualmente previstas no PIAAC e PREHA são alternativas que resolvem o problema sem impactos ambientais acrescidos.

Por outro lado este projecto não tem eficácia: no documento de apresentação do projecto, EIA, volume 1- Tomo 3, na pág 18 é apresentado que o valor de produção de água tratada variará entre 188 l/s até 750 l/s. Considerando uma produção média de 300 l/s, ou seja cerca de 9,5 hm3/ ano, o que representa, apenas, uma ínfima parte dos 237 hm3/ ano, necessidade de água para consumo referida no PREHA. Contudo, estão alocados cerca de 50 milhões de euros para produzir abastecimento de água para menos de 100.000(?) habitantes/ano (o Algarve tem mais de 450.000 habitantes na época baixa, com tendência para aumentar).

[5] Apresentação Pública do PREHA, 20 de Setembro de 2020

Quantas mais dessalinizadoras terão que ser construídas, para dar resposta sustentada à escassez hídrica, sabendo ainda que o grande consumidor, o que esgota os recursos hídricos, é a agricultura intensiva de regadio?[5]

Para além de tudo isto, e, de acordo com os valores de caudal de água do mar captada, referidos no EIA, volume 1, Tomo 3, na pág 18, que podem atingir um valor máximo de 59 hm3/ano , a eficiência do processo de obtenção da água potável será apenas de 40 %, o que significa, para além de todos as questões referidas, perdas substanciais ao longo do processo tecnológico, eventualmente, por se ter optado por um processo químico menos inovadora, o que tem custos a médio e longo prazo..

Espanha tem mais de 800 centrais de dessalinização e tem mais problemas de escassez de água do que Portugal. É a prova provada que o caminho não é aumentar a oferta de água. O caminho é planificar as atividades económicas de acordo com a água de que dispomos, tendo em conta os efeitos das alterações climáticas, para depois de garantir o abastecimento urbano e os caudais ecológicos usando as melhores medidas ao nosso dispor para garantir o abastecimento público e manter em pleno funcionamento dos diversos ecossistemas não só dependentes mas também cruciais para a manutenção deste recurso.

Além de ineficaz, porque não resolve a situação-problema, e vai criar novos problemas:

- injustiça social que resulta do facto de que a água necessária à vida (beber, cozinhar, higiene...) seja de pior qualidade e mais cara que a das barragens e dos aquíferos, que é fornecida a negócios privados da agricultura e do golf- uma avaliação ambiental tem obrigatoriamente que analisar estes aspectos/impactes sociais e económicos.
- transfere um bem comum para uma empresa público-privado- é a própria ONU que, já em 2021, escreveu que a dessalinização *"é um negócio em expansão."* (ONU programa para o meio ambiente)[6]
- tem impactos negativos na actividade económica (pesca e turismo)
- tem impactos graves no mar

É novamente oportuno perguntar o porquê desta urgência na dessalinização. Ela não resolve o problema da escassez de água no Algarve, porque não actua sobre as suas causas: diminuição da pluviosidade e aumento do consumo. E cria problemas acrescidos, problemas de natureza ambiental, económica e social.

B) Ambiental - impactos em geral, custos energéticos e quantidade de água do mar a utilizar

- **Os trabalhos de construção, operação (funcionamento?), desmantelamento ou demolição do Projeto envolvem acções que causem mudanças físicas na localidade (topografia, uso do solo, mudanças nas massas/lençóis de água, etc.)?**
- **A construção ou a operação/funcionamento do Projeto utilizam recursos naturais como terra, água, materiais ou energia, especialmente quaisquer recursos que sejam não renováveis ou de disponibilidade limitada?**

O CAUDAL DE REJEIÇÃO DA SALMOURA poderá variar entre 277 l/s e 1108 l/s (EIA, volume 1, Tomo 3,) o que significa que por dia, considerando uma média de 700 l/s de caudal, serão lançados cerca de 60 500 m3 de sal e águas sujas com elevado teor em metais pesados (Alumínio e Ferro), químicos a 1,8 Km da linha da praia.

---

[6] https://www.unep.org/pt:
https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/cinco-fatos-importantes-sobre-dessalinizacao - 2021)

Quanto à salmoura resultará de cerca de 2m3 por cada 1m3 de água produzida; apresenta níveis mais elevados de metais pesados e pode conter outros químicos nocivos dependendo do processo utilizado; provoca redução de oxigénio dissolvido na zona de descarga além do impacto causado pela elevada concentração de sais - este impacto está sujeito às condições do local de descarga, podendo ser maior ou menor consoante o hidrodinamismo, sendo que tem sempre um impacto ecológico negativo (ver Dawoud & Mulla, 2012; Elsaid et al., 2020; Panagopoulos & Haralambous, 2020; Moosa et al., 2022). Outro problema de enorme relevância prende-se com o transporte da salmoura. O movimento das águas superficiais na costa algarvia é preferencialmente de oeste para este, e a descarga está prevista para uma zona de baixa profundidade e proximidade à costa (a 1,8 Km da praia). É imperativo compreender o volume e dispersão da salmoura devido à enorme sensibilidade das pradarias marinhas (zonas fundamentais do ponto de vista ecológico) a elevadas concentrações de sais (ver por exemplo von Medeazza 2005). Visto que a Este da descarga se encontra a Ria Formosa, zona de elevada sensibilidade e protegida pela legislação, o transporte da salmoura tem que ser absolutamente estudado e descrito. É também necessário avaliar o real risco sobre a fauna de uma captação de água a 0,6m/s (310-1860 l/s) e da utilização de solução clorada na zona de captação! (pág. 39-42 tomo 1)

Quanto ao consumo energético, um ponto de extrema importância na avaliação do projeto, este é significativo e pode apenas ser minimizado caso se recorra a suporte por energias renováveis (como solar ou eólica). No entanto, o funcionamento da estação implica necessariamente emissão de GEE o que contraria não só os objetivos da neutralidade carbónica como também o argumento desta estação em função da luta contra as alterações climáticas. Após consulta do projeto, prevê-se um consumo para a produção de água na ordem dos 4-6 kWh m-3 (Fayyaz et al., 2023) (este valor exclui a energia necessária para a captação e descarga, visto este ser dependente da distância e do sistema de bombas utilizado).

Dada a realidade do Algarve e o elevado custo de produção de água por via da dessalinização parece de facto estranho que aquela se destine a consumo doméstico e não a actividades como agricultura, golf, indústria ou parques aquáticos. Até pela rentabilidade do processo, pois a produção é de 1:3 na água potável e de 1:2,4 na água industrial (água produzida/água do mar capturada) Fayyaz et al. 2023

A dessalinização não é de facto solução para as necessidades de água. Mas sendo um projeto novo deveria ter em consideração o uso de novas tecnologias, tecnologias onde não ocorre descarga de salmoura, tendo maior aproveitamento de água e utilizando o sal como um subproduto comercializável (ver Giwa et al. 2017).

C) Ambiental - poluição

- **O Projeto produzirá resíduos sólidos durante a construção, operação/funcionamento ou desmantelamento?**
- **O Projeto irá libertar poluentes ou substâncias perigosas, tóxicas ou nocivas para o ar/a atmosfera ou levará a exceder os padrões de Qualidade do Ar das Directivas 2008/50 / CE e 2004/107 / CE)?**

Os principais impactes a nível ambiental, deste tipo de estações de obtenção de água dessalinizada, durante o seu período de funcionamento são:

I- a descarga de resíduos sólidos, o efluente de rejeição da salmoura no mar que contém para além do sal extraído, produtos químicos inorgânicos, orgânicos, metais pesados e ainda um elevado teor em microrganismos

II - a emissão de gases poluentes para a atmosfera associada ao tipo de energia de origem fóssil utilizada, contribuindo para um maior efeito de estufa

O processo de dessalinização utilizado no projeto em análise, baseia-se numa tecnologia de membrana, por osmose inversa, com 2 estádios. É um processo de filtração, através de bombas de alta pressão através de uma membrana semipermeável. A água irá fluir através da membrana, da solução mais concentrada (água salgada / água salobra) para a solução menos concentrada. Na membrana ficarão retidos os sais e impurezas (lamas) e cerca de 99 % dos iões dissolvidos, partículas em suspensão, bactérias e matéria orgânica. Este processo tecnológico representa cerca de 85% do total das centrais de dessalinização existentes a nível mundial (Elsaid et al.,2020). Contudo e, como referido no documento em análise, a eficiência do processo é apenas de 40 %, o que aponta para um processo de reduzida inovação tecnológica

Existe uma fase de pré-tratamento da água do mar, essencial para tornar este processo de dessalinização eficiente, mas que apresenta elevados riscos e custos em termos de impacte ambiental químico, que tentaremos resumir

São adicionados produtos químicos com diferentes funções e que constituem a chamada " agua suja" adicionada ao efluente de rejeição da salmoura:

- agentes de precipitação/ coagulantes (sais de ferro e de alumínio,),
- agentes de desinfecção microbiana (gás clorado e hipoclorito de sódio)
- agentes de desincrustação da membrana para minimizar os biofilmes (como ácido sulfúrico, polímeros)

Descarga de salmoura e água suja:

A descarga do efluente de rejeição da salmoura no mar *d*escarregados a apenas 1,8 Km de distância da praia irá impactar no ambiente marinho e na vida aquática através de alterações (2):

- salinidade (o efluente com a salmoura pode ter uma salinidade duas vezes maior do que a água do mar), embora haja uma redução nos difusores, continua a ser mais elevada do que a da água do mar
- temperatura de saída do efluente 26º C (aproximadamente mais 6º C do que a temperatura média da água no local)
- pH da água do mar (dependente da quantidade de ácido/ base adicionado, mas com variações que pode atingir +/-2)
-teor em metais pesados (Alumínio, Ferro,). Existem referências da toxicidade em metais pesados na costa da Flórida, onde se recebe efluente de uma estação de dessalinização, que este teor em metais pesados aumentou cerca de 3x com perda massiva de coral, plâncton e peixes ()Roberts,. *et al.,* 2010)
-teor em produtos químicos, (são referidos cerca de 3000 Kg de Cloro/ dia em descargas levada a cabo na estação da costa da Flórida (Roberts,*et al.,* 2010)

O risco da adição de químicos resultantes do pré-tratamento à salmoura e que serão descarregados no mar (1,8 Km da costa) será cumulativa ao longo do tempo (2).

<u>Descarga de emergência na ribeira de Quarteira</u>

Como previsto no projeto em análise, em caso de falha na estação elevatória que liga a estação de dessalinização ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve (SMAAA), está referido no projeto em análise que estão previstas descargas de emergência na ribeira de Quarteira, para assegurar que a água tratada possa ser encaminhada de forma gravítica até um destino final sem consequências negativas na estação de dessalinização.

Estas descargas serão acompanhadas, contudo, por adição massiva de reagentes químicos hidróxido sódio (5mg/l). De acordo com o caudal previsto da adição do reagente, esta pode corresponder a <u>uma adição de cerca de 3 Kg de Hidróxido de sódio cada 15 min, o que irá alcalinizar e destruir habitats na ribeira</u>.

E, ainda estão previstas descargas na ribeira de Quarteira, se ocorrer um mau funcionamento da ETAR, com um caudal médio diário de águas residuais de cerca 8 m³/dia, o que será impactante em termos de contaminação biológica e/ou química.

D) Ambiental - poluição água do mar e subterrâneas

- **O Projeto levará a riscos de contaminação de terras ou águas das libertações de poluentes no solo ou nas águas superficiais, nas águas subterrâneas, nas águas costeiras ou no mar?**
- **Existem águas no interior, costeiras, marinhas ou subterrâneas (ou características do ambiente marinho) no local, ou em torno do mesmo, que poderiam ser afectada pelo Projecto?**

Ver também resposta à alínea M.

O projeto prevê libertar a salmoura produzida durante o processo de dessalinização da água do mar a 1,8 km da costa, através de uma conduta.

A opção de construir uma conduta de rejeição de salmoura no fundo do mar é considerado uma das piores alternativas possíveis uma vez que a própria conduta multiplica a probabilidade de risco ambiental: produz um novo impacto sobre o fundo e a ruptura acidental do emissário por temporais ou qualquer outro evento, podendo causar um impacto difícil de prever e controlar sobre os ecossistemas marinhos[i].

Este projeto prevê ainda diluir parte da salmoura mediante 10 difusores instalados na seção terminal da conduta, espaçados cerca de 5 metros entre si. Se a salmoura não se misturar adequadamente com a água do mar, pode levar a uma concentração localizada de salinidade elevada, agravando os impactes esperados.[ii]

A deficiente diluição da salmoura pode causar hipersalinidade no meio marinho, reduzindo a quantidade de oxigénio dissolvido na água, podendo mesmo criar hipoxia, com impactos nos organismos aquáticos, que podem traduzir-se em efeitos ecológicos observáveis ao longo de toda a cadeia trófica.[iii]

A presença de um fluido hipersalino pode ainda modificar o coeficiente de reflexão da luz filtrada, provocando a formação de uma neblina que dificulta a passagem de luz, afetando a fotossíntese das espécies marinhas vegetais[iv]. Este efeito acentua-se com a turbulência provocada pelo vertido.

Consideramos que em caso algum a utilização de métodos de diluição justifica o seu vertido direto sobre o meio marinho uma vez que não garante a ausência de risco ambiental e contradiz o princípio da precaução.

Atualmente a salmoura é considerada um recurso valorizável que não foi avaliada incompreensivelmente neste projeto. Os recursos devem ser geridos de forma eficiente e sustentável, caminhando para uma economia circular.

Existem várias tecnologia e processos de valorização de salmouras que poderiam ser replicadas neste projeto e assim aumentar a sustentabilidade do processo de dessalinização, reduzindo os impactos negativos previstos durante a fase de exploração da Estação de Dessalinização[v]:

a. Recuperação de produtos químicos (mineração da salmoura);
b. Produção de energia a partir do gradiente salino;
c. Captura e utilização de CO_2.

(produção de cultivo de algas para o tratamento da salmoura).

---

[i] Juan Manuel Ruiz Fernández (2005) Impacto ambiental de las desaladoras sobre las comunidades bentónicas marinas.

[ii] Descargas de água salgada da futura dessalinizadora do Algarve podem causar impactos "danosos" – ECO (sapo.pt))

[iii] Filipe Pimentel Rações (2023) - Dessalinização, solução ou adiamento do problema? Pp 38-43 Green Savers.

[iv] Einav, R; Lokiec, F. (2003). “Environmental aspects of a desalination plant in Ashkelon”. DESALINATION. 156, pp 79-85. ELSEVIER.

[v] Adrián Gil Trujillo; Ángel Rivero Falcón; Baltasar Peñate Suárez; Jesús García Díaz; Antonio Lopez Gulias; Francisco Javier Roo Filgueira (2020) - Pasado, presente y futuro de la valorización de salmueras de plantas desalinizadoras.

A salmoura, pode conter, além dos sais concentrados extraídos do sistema, pequenas concentrações de outros produtos químicos utilizados durante o processo industrial (biocidas, anti incrustantes, coagulantes, etc.), assim como nos efluentes procedentes da lavagem dos sistemas de pré e post tratamento (filtrações ou sistemas de membranas) e das limpezas químicas das membranas[i].

Tradicionalmente considerou-se que o impacto químico do processo de osmose inversa era depreciável por verter a concentrações muito baixas[ii]. No entanto muito dos componentes dos vertidos (consultar tabela[iii]) têm um impacto demonstrado sobre o meio marinho e, em alguns casos (ex. metais), não tanto devido à sua concentração, mas pela carga que representam.

Compostos	Origem/Função	Impacto
Metais pesados: Cu, Fe, Ni, Cr, Zn	corrosão	acumulação no sistema, stress a nível molecular e celular
Fosfatos	anti incrustantes	macronutriente, eutrofização
BELGARD'2000 (Ac. Málico)	anti incrustantes	desconhecido
Cl-	antifouling	formação compostos halogenados, carcinógenos e mutagénicos
Ácidos gordos	tensoactivos	membranas celulares
Sulfuro de sódio	anticorrosivo, captura O2	desconhecido
Ácido sulfúrico	anti incrustante	em grandes quantidades baixa significativamente o pH do sistema
Resíduos sólidos	limpeza de membranas	turbidez
Salmoura	concentrado de água de mar	variável
Temperatura	tratamento	variável

Consideramos fundamental, e em linha com a maior parte das grandes centrais de dessalinização modernas, complementar a dessalinizadora com uma ETAR para tratar as águas residuais antes da sua mistura com a salmoura ou prévio a qualquer descarga na Ribeira de Quarteira.

---

[i] Rafael Yus Ramos. Agua infinita y a bajo precio (El mito de las desaladoras). Valorización de la salmuera . Gabinete de Estudios de la Naturaleza de la Axarquía

[ii] Morton A. J., Callister, I. K., Wade, N. M. 1997. Environmental impacts of seawater distillation and revears osmosis process. Desalination 108, 1-3, pp 1-10.

[iii] Esperança Gacia y Enric Ballesteros. "El impacto de las plantas desalinizadoras sobre el medio marino: la salmuera en las comunidades bentónicas mediterráneas".

Acontecerá Bioacumulação dos contaminantes no fundo, dependendo das concentrações pode ser letal para os bivalves e para nós que os vamos ingerir.

De acordo com a documentação da consulta pública (página 97 - Estudo Prévio da Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve. Estudo de Impacte Ambiental Consolidado. Relatório. Volume 1 – Peças Escritas. Tomo 3 – Avaliação de Impactes), "os principais impactes da captação de água bruta consiste no arrastamento, impacto e efeito armadilha (Kress, 2019)". Nesta fase de captação de água bruta, o impacte pode ser significativo no ecossistema marinho. Consideramos que o impacte da captação de água é maior do que o apresentado no estudo. O plâncton (fitoplâncton e zooplâncton) são alimento para as fases iniciais do ciclo de vida (larvas, juvenis) de muitas espécies comerciais (peixes, bivalves, caranguejos, etc.), bem como de alguns adultos. Não é claro que tenha havido a avaliação efetiva do impacto no plâncton que é retirado do mar durante a fase de captação.

Mais, a corrente de captação pode levar também os ovos e larvas da biodiversidade marinha, porque estes organismos são incapazes de lutar contra as correntes nos primeiros dias de vida (esta capacidade vai desenvolvendo-se ao longo do desenvolvimento), e consequentemente vão ser sugados pelo dispositivo.

Tudo isto vai afetar posteriormente a pesca, em termos de quantidade e qualidade do pescado. Claro que a intensidade de todos estes problemas, depende das concentrações.

Embora estudos sobre a comunidade zooplanctônica para a área de estudo são escassos, o local encontra-se próximo da Ria Formosa que é um berçário e local de agregação da fauna marinha.

O desenvolvimento da capacidade natatória e acuidade sensorial dos peixes de larva e a sua resposta a estímulos ambientais são essenciais para o sucesso do seu recrutamento. De acordo com Baptista et al. (2020), para modelar a dispersão de larvas de peixe e estimar o recrutamento, deverá combinar o comportamento das larvas e os processos oceanográficos. Este tipo de estudo é importante de fazer quando existe um projeto proposto desta dimensão, pois vai impactar quer os processos oceanográficos no local, quer o comportamento das larvas (quanto mais novo/pequeno, menor capacidade natatória, mais probabilidade em ser captado se entrar na zona crítica e menos probabilidade de sobreviver).

Por exemplo, a velocidade crítica de natação para uma larva de sargo (white seabream, espécie presente nas águas marinhas do local) é de 1.1 cm s^{-1} aos 15 dias pós-eclosão ("Days post-hatching", DPH) e aumenta para 23 cm s^{-1} aos 50 e 55 DPH, e a distância nadada pelas larvas nas experiências de "endurance" foi de 0.01 km aos 15 15 DPH (Baptista et al., 2019).

Mais, questionamos qual poderá ser o impacto deste tipo de projecto (captação de água bruta e libertação de salmoura) no desenvolvimento da acuidade sensorial dos peixes de larva desta costa?

E) Ambiental - ruído

- **O Projecto causará ruído e vibração ou libertação de luz, energia térmica ou radiação electromagnética?**

Alguns estudos reportam que o ruído se encontra entre os principais impactos à superfície. Nomeadamente a revisão realizada por Fuentes-Bargues (2014) conclui que "On the surface, noise, energy consumption, visual impact provoked by the facilities, and the collusion and electrocution of birds with the power lines are the major impacts identified and assessed" (Fuentes-Bargues, J. L. (2014). Analysis of the process of environmental impact assessment for seawater desalination plants in Spain. *Desalination*, *347*, 166-174).

Sobre o ruído subaquático não foi encontrada informação suficiente sobre o assunto, sendo algo que merece ser analisado. Notar que é expectável que produza vibrações e som que possa afectar a comunidade local. Actualmente sabe-se que o ruído e as vibrações produzidas por veículos, actividades extractivas e até os turbinas eólicas podem ter efeitos significativos nas comunidades subaquáticas. Dentro

dos efeitos reportados de ruído em espécies marinhas podemos listar a diminuição de número de indivíduos no local afectado, alterações comportamentais, aumento do stress, efeito na capacidade de atrair parceiros e alterações no desenvolvimento embrionário/larvar.

F) Saúde- acidentes

Duas questões ficaram sem resposta:

- **O Projeto levará a riscos de contaminação de terras ou águas das libertações de poluentes no solo ou nas águas superficiais, nas águas subterrâneas, nas águas costeiras ou no mar?**
- **Haverá riscos de acidentes durante a construção ou operação/funcionamento do Projecto que possam afectar a saúde humana ou o meio ambiente?**

Notar que a ocorrência do "levante", um evento "extremo", em particular durante o verão, poderá também agravar o impacte deste projeto, colocando em causa a saúde pública.

G) Mudanças sociais

- **O Projecto resultará em mudanças sociais relacionadas com o meio ambiente como, por exemplo, na demografia, nos estilos de vida tradicionais, e no emprego?**
- **O Projecto está localizado numa área não desenvolvida previamente onde haverá perda de terrenos rurais (não urbanizáveis)/zonas verdes?**
- **Existem áreas dentro, ou em torno, do local que contenham recursos importantes, de elevada qualidade ou limitados como, por exemplo, águas subterrâneas, águas superficiais, silvicultura, agricultura, pescas, turismo, minerais, que poderiam ser afectadas pelo Projecto?**

Tem como aspetos positivos diminuir a pressão sobre os recursos naturais de água doce, reduz a contaminação de águas subterrâneas, cria novas oportunidades de emprego e contribui para a estabilidade e a paz na região. Contudo, existem aspectos negativos referentes ao padrão de consumo que muda, visto dar a sensação que a água tem uma disponibilidade imediata e é acessível facilmente, o que pode levar, muito provavelmente, a uma utilização ainda mais incorreta deste recurso. (Susana Sofia Marques (2016). Produção de água potável por dessalinização: tecnologias, mercado e análise de viabilidade económica Gaio Mestrado Integrado em Engenharia da Energia e do Ambiente)

A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo.

A zona à volta da descarga vai-se degradar (pelos motivos já apresentados) e a área potencial de pesca vai diminuir, aumentando o esforço de pesca e os conflitos de usos em outros espaços marítimos.

Portugal e o Algarve orgulham-se em ter "o melhor peixe do Mundo". Com a instalação desta dessalinizadora, o peixe de qualidade NÃO vai ter origem nesta zona!

De acordo com vários estudos (*Fernández-Torquemada et al., 2005, Roberts et al., 2010, Ruso et al., 2007 in Ihsanullah et al., 2021)*, um projeto desta ordem poderá ter impactes ecológicos nas espécies marinhas, como por exemplo o peixe, fitoplâncton e habitats relevantes. Poderá haver uma perda da abundância e biodiversidade no ecossistema marinho, e que a médio longo prazo vai ter impacto no sector da pesca.

H) Localização - Áreas Protegidas e outras

- **O Projecto está localizado dentro ou perto de áreas protegidas pela legislação internacional, da UE, nacional ou local pelo seu valor ecológico, paisagístico, cultural ou de outra natureza, que poderiam ser afectadas pelo mesmo?**
- **Existem outras áreas no local (do projecto), ou em torno do mesmo, que sejam importantes ou sensíveis pela sua ecologia (por exemplo: zonas húmidas, cursos de água ou outras massas de água, a zona costeira, montanhas, florestas ou matas/ zonas arborizadas) que poderiam ser afectadas pelo Projecto?**
- **Existem áreas no local, ou em torno do mesmo, que sejam usadas por espécies de fauna ou flora protegidas, importantes ou sensíveis para, por exemplo, a reprodução, nidificação, procura de alimento, descanso, *overwintering*, migração, que poderiam ser afectadas pelo Projecto?**

(ver também resposta à alínea L)

Logo no inicio desta participação referimos o caso concreto do Parque Natural Marinho do Recife do Algarve - Pedra do Valado, recentemente aprovado[7], a implementar em 2024 nas áreas marinhas dos concelhos de Albufeira, Lagoa e Silves. A sua área alargada de protecção a Este é contígua à área em estudo para este projecto de central de dessalinização.

No mar não há barreiras que contenham a circulação da água e as matérias poluentes que nela circulam ou se misturam.

Por outro lado há as correntes que, segundo os mapas do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, rodam em diversas direcções[8], transportando águas de uns locais para outros, nomeadamente de leste para oeste no local para onde está projectada a descarga da salmoura , o que será gravemente impactante com a AMP da Pedra Do Valado.

As infraestruturas do projecto atravessam e/ou situam-se na proximidade de áreas importantes e sensíveis, nomeadamente, a várzea da ribeira de Quarteira, as falésias junto às praias da Rocha Baixinha e Falésia e o Parque Ambiental de Vilamoura, que podem vir a ser afectadas pelo Projeto.

O local da descarga é de maior importância em biodiversidade. Foi feito um investimento em recifes artificiais na zona em questão -ver figura abaixo. Pelo que há claramente políticas incoerentes e apoios financeiros que se contradizem.

[7] https://www.wilder.pt/historias/portugal-tem-nova-area-protegida-a-primeira-criada-neste-seculo-no-continente/
[8] https://www.ipma.pt/pt/maritima/currents/

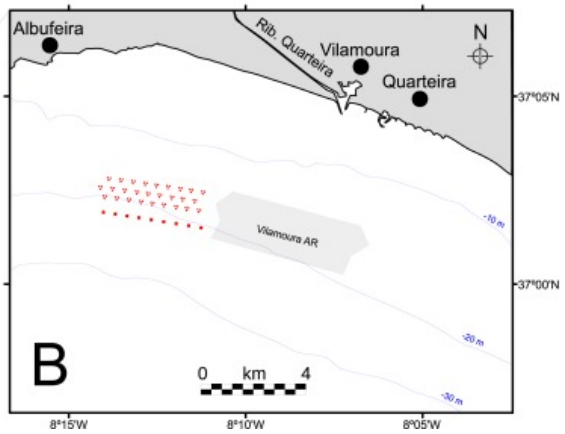


Figura. Mapa da região do Algarve entre Albufeira e Faro, com a localização do recife artificial (símbolos vermelhos) na Oura. (Fonte: Ramos et al, 2019)

Figura obtida do ficheiro ANEXOS da consulta pública[9]

Os recifes artificiais tem como propósito fornecer serviços ecossistêmicos, nomeadamente "habitat e refugio", "preservação da biodiversidade" e "produção alimentar" (Ramos et al 2019). Estes 2 projectos (o recife artificial da Oura e a Estação de dessalinizadora de água do mar) no seu estado atual são incompatíveis.

Ver também mais informações sobre recifes artificiais em Leitão (2009) e no site da OceanRevival[10].

[9] https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3667/01_eia_r_vol1_tomo1_anexos20231027113115.pdf (pagina 94 de 199 - email entre DGRM e a Aqualogus, empresa de consultores que preparou o estudo

[10] RECIFES ARTIFICIAIS NO ALGARVE http://www.oceanrevival.org/pt/projecto/recifes-artificias.html

I) Paisagística, urbanismo, património cultural

- **Existem áreas ou elementos/características de elevado valor paisagístico ou cénico no local, ou em torno do mesmo, que poderiam ser afectadas pelo Projecto?**
- **Existem caminhos/rotas/vias/percursos ou instalações/equipamentos no local, ou em torno do mesmo, que sejam utilizadas pelo público para acesso a lazer/recreio ou a outras instalações, que poderiam ser afectadas pelo Projecto?**
- **Existem rotas/vias de transporte no local, ou em torno do mesmo, que sejam susceptíveis a congestionamento ou que causem problemas ambientais, que poderiam ser afectadas pelo Projecto?**
- **O Projecto está numa localização em que é provável que seja bastante visível para muitas pessoas?**
- **Existem áreas ou elementos/características de importância histórica ou cultural no local, ou em torno do mesmo, que poderiam ser afectadas pelo Projecto?**
- **Existem prévios usos/utilizações de terra dentro ou em torno do local como, por exemplo, casas, jardins, outras propriedades privadas, indústria, comércio, recreio/espaços de lazer, espaços abertos ao público, instalações/equipamentos comunitárias/os, agricultura, silvicultura, turismo, extracção de minérios (minas ou pedreiras), que poderiam ser afectados pelo Projecto?**
- **Existem planos para futuros usos/utilizações de terra, dentro ou em torno do local, que poderiam ser afectados pelo Projecto?**
- **Existem áreas, dentro ou em torno do local, que sejam densamente povoadas ou urbanizadas, que poderiam ser afectadas pelo Projecto?**
- **Existem áreas dentro, ou em torno, do local que sejam ocupadas por usos/utilizações de terras sensíveis como, por exemplo, hospitais, escolas, locais de culto, instalações/equipamentos comunitárias, que poderiam ser afectadas pelo Projecto?**

As infraestruturas do projecto atravessam e consequentemente afectam áreas sensíveis com elevado valor paisagístico, nomeadamente, as praias, as falésias e a várzea da ribeira de Quarteira e situam-se junto ao Parque Ambiental de Vilamoura.

Na área de implantação do projecto existem trilhos pedestres e de btt habitualmente utilizados pelo público para lazer / recreio, para a prática de caminhadas e ciclismo, bem como, para acesso a locais de observação de aves e a lugares com interesse histórico ou cultural, que provavelmente vão desaparecer com a execução do Projecto.

O Projeto localiza-se numa zona em que é bastante provável que seja visível para muitas pessoas, atendendo a que interfere com as zonas de acesso, apoio e utilização das praias da Rocha Baixinha e Falésia, que são zonas turísticas por excelência, sobretudo na época estival.

A área de implantação do projecto abrange zonas com interesse arqueológico relevante, uma vez que existem vestígios de ocupação pré-histórica e romana. Observam-se também diversas construções antigas de cariz rural associadas à exploração agrícola da várzea da ribeira de Quarteira, com importante interesse histórico ou cultural.

No local existem áreas de recreio/espaços de lazer, espaços abertos ao público, agricultura e turismo que serão afectados pelo Projecto.

A análise às plantas de ordenamento dos Planos Diretores Municipais (PDM) dos dois concelhos abrangidos pela área de estudo, indica que o Projecto se encontra maioritariamente no município de Albufeira, em áreas do Domínio Público Hídrico, Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional. Contudo, existe um regime de exceção para a construção de infraestruturas ou equipamentos coletivos de iniciativa pública e de inequívoco interesse público, não integráveis em áreas urbanizadas ou urbanizáveis, ou que justifiquem mesmo o seu afastamento daquelas áreas, nomeadamente: Estações de tratamento de águas e esgotos; Subestações elétricas; Reservatórios de água; Estações elevatórias de águas de abastecimento e ou de águas residuais; Parques eólicos, fotovoltaicos ou outras infraestruturas de produção de energias renováveis.

Na área de implantação do Projeto, não existem áreas densamente povoadas ou urbanizadas, contudo, esta área abrange as praias da Rocha Baixinha e Falésia, que são zonas turísticas e largamente utilizadas no verão. Nas proximidades situa-se também a Marina de Vilamoura, zona turística de excelência.

J) Riscos sísmicos, aluimentos , erosão, deslizamentos, inundações, eventos climáticos extremos

- **A localização do Projecto é susceptível a terramotos, aluimentos, deslizamentos de terra, erosão, inundações ou condições climáticas extremas ou adversas como, por exemplo, inversões de temperatura/térmicas, neblinas, ventos fortes, o que poderia fazer com que o Projecto apresentasse problemas ambientais?**

Toda a costa algarvia é uma área susceptível de elevada possibilidade de ocorrência de riscos sísmicos, devido à proximidade das duas placas tectónicas, a europeia e africana, e à presença de várias falhas. Esta possibilidade é facilmente perceptível através da consulta do mapa de sismicidade do sítio da internet do IPMA, em que se observa atividade sísmica quase diária na região do Algarve e na sua proximidade.

Devido às alterações climáticas, é também possível a ocorrência de inundações ou condições climáticas extremas ou adversas, nomeadamente, ventos fortes (mini-tornados), agitação marítima e erosão costeira, que assolam cada vez mais a costa algarvia e que podem danificar as infraestruturas marítimas / costeiras. Assim, na sequência da possibilidade de ocorrência destes fenómenos, o Projecto proposto pode vir a apresentar problemas ambientais, derivados da ocorrência de danos nas infraestruturas.

Ter em conta que também já foi referido, no tocante a acidentes, alínea F, Saúde e Acidentes, que a ocorrência do “levante”, um evento “extremo”, em particular durante o verão, pode também agravar o impacte deste projeto, colocando em causa a saúde pública.

K) Efeitos cumulativos

- **Existem outros factores que devam ser considerados, tal como o desenvolvimento consequente que pode levar a impactos ambientais, ou o potencial de impactos cumulativos com outras actividades existentes ou planeadas na localidade?**

- **Existem áreas dentro, ou em torno, do local que já estejam sujeitas a poluição ou a danos ambientais como, por exemplo, onde os padrões ambientais legais existentes são excedidos, que poderiam ser afectadas pelo Projecto?**

Ver respostas nas alíneas H , L e M

L) Consequências económicas

Além do aumento do custo da água (de inferior qualidade, face à tratada proveniente das barragens e aquíferos) apenas para o consumidor doméstico e da transferência de um bem comum para um negócio público-privado, terá outros impactos económicos.

Os impactos no mar repercutir-se-ão na pesca, não apenas porque a zona de descarga coincide com a zona de pesca, que diminui de área, mas também por efeito da degradação do meio ambiente em que habita o pescado, que diminuirá de qualidade e quantidade (mortandade).

Terá igualmente efeitos negativos no turismo, justamente numa das áreas de maior concentração e mais luxuosas actividade turísticas, ao adulterar a qualidade da água do mar e da paisagem. Turistas com elevado poder económico, não se deslocam para áreas poluídas ou cuja paisagem está maculada por uma fábrica. Até mesmo os residentes estrangeiros e portugueses com bom nível económico, abandonarão a zona, comportamento que é usual acontecer em situações deste tipo, por exemplo, aquando da construção da autoestrada VLA- A22.

M) "Do Not Significant Harm"

Le-se que *"o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, que estabelece que o mecanismo apoia apenas medidas que respeitem o princípio de «não prejudicar significativamente» o ambiente. Os seis objetivos ambientais que o mesmo abrange e que são: a mitigação das alterações climáticas; a adaptação às alterações climáticas; a utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos; a transição para uma economia circular; a prevenção e o controlo da poluição; a proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas*" (ver aqui e aqui).

Este projecto de dessalinizadora não cumpre o princípio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos 4 dos 6 objectivos mencionados acima (só respeita a mitigação e adaptação às alterações climáticas e mesmo esses são questionáveis). De acordo com o que foi (e ainda vai ser) apresentado neste documento, o projecto não faz uma utilização sustentável nem protege os recursos hídricos e marinhos, não faz uma transição para uma economia circular, não faz a prevenção nem controla a poluição (pelo contrário), não protege nem restaura a biodiversidade nem dos ecossistemas. Analisando bem, o projecto, se for avante, terá um efeito exactamente contrário (ou seja negativo) à maioria dos 6 objectivos ambientais que este financiamento/mecanismo deve apoiar.

A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com várias Diretrizes da União Europeia, não promovendo a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve. Embora o estudo do projecto considere 3 diretivas de elevada importância, ou seja as Directivas Habitat, AIA e Água (Directiva Quadro da Água, DQA), o estudo do projecto não considera relevante a avaliação do impacte a nível a Directiva Quadro

da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares. A PAS considera que é muito relevante.

No caso da DQEM (Diretiva 2008/56/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de junho, alterada pela Diretiva (UE) 2017/845 da Comissão), esta directiva constitui o pilar ambiental da política marítima integrada. De acordo com esta directiva, os Estados-Membros devem elaborar estratégias e tomar as medidas necessárias para obter ou manter o bom estado ambiental (BEA) no meio marinho para as águas marinhas sob soberania ou jurisdição nacional. O projeto da dessalinizadora compromete atingir o bom estado ambiental como definido pela DQEM.

E mais, quanto ao objectivo de desenvolvimento sustentável (ODS) 14 "Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável" das Nações Unidas, consideramos que este projecto EDAM vai contra as metas identificadas para este ODS. Por exemplo, meta 14.1. afirma que "Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marítima de todos os tipos, especialmente a que advém de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes", "14.2. Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive através do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos", "14.3. Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos". Este projecto vai aumentar a poluição marítima, vai degradar os ecossistemas marinhos e costeiros e não minimiza os impactes da acidificação.

Consideramos que o investimento deste projecto e o seu impacte, nomeadamente as rejeições de salmoura para o mar não respeita a DQEM, nem o princípio da economia circular, segundo o qual se deve re-aproveitar todos os resíduos para eliminar os impactes negativos. Libertar resíduos (tóxicos e/ou concentrados) para o mar não é uma transição para uma economia circular. Num contexto de economia circular, os resíduos seriam tratados em terra e não libertados para poluir o meio marinho.

Mais, no mar as distâncias devem ser consideradas menores, ou seja a descarga de salmoura, consoante as correntes poderá ter um impacte a um maior intervalo de distâncias (do que em terra). A distância da área protegida e Parque Natural da Ria Formosa ao projecto, nomeadamente do pontos das descargas, é reduzida. O Parque natural da Ria Formosa é um local com uma riqueza e que está protegido por vários regulamentos nacionais e internacionais ("PTCON0013 - Ria Formosa/Castro Marim" e IBA). As descargas de salmouras no mar, com as correntes são um possível impacte negativo, podendo causar a *deterioração dos habitats naturais e dos habitats de espécies do parque natural da Ria Formosa*.

Figura. Localização do projeto proposto, e areas protegidas ("PTCON0013 - Ria Formosa/Castro Marim" assinalado a azul) Imagem obtida do link da consulta publica https://experience.arcgis.com/experience/723b6c20f464409895e5dd4f6f28dbd9/page/P%C3%A1gina/?views=Diretiva-Habitats

Assim reafirmamos aqui, nesta Consulta Pública a nossa oposição ao projecto, tanto porque tem alternativas, tanto porque causa impactos danosos e significativos no ambiente, na economia e na sociedade.

Literatura consultada

Adrián Gil Trujillo; Ángel Rivero Falcón; Baltasar Peñate Suárez; Jesús García Díaz; Antonio Lopez Gulias; Francisco Javier Roo Filgueira (2020) - Pasado, presente y futuro de la valorización de salmueras de plantas desalinizadoras.

Baptista et al. 2020. Modelling the ingress of a temperate fish larva into a nursery coastal lagoon Estuarine, Coastal and Shelf Science. Volume 235, 5 April 2020, 106601 https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0272771419305219

Baptista et al., 2019. https://www.mdpi.com/1424-2818/11/10/185

Dawoud & Mulla (2012) Int J Env & Sus 1

Diretiva (UE) 2017/845 da Comissão de 17 de maio de 2017 que altera a Diretiva 2008/56/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita à lista indicativa de elementos a ter em conta na elaboração das estratégias marinhas https://www.dgrm.mm.gov.pt/documents/20143/92161/DIR_845_2017.pdf/0f4f6b2d-0bdc-2d2b-958f-01a5873fee55

Einav, R; Lokiec, F. (2003). "Environmental aspects of a desalination plant in Ashkelon". DESALINATION. 156, pp 79-85. ELSEVIER.

Elsaid, K., *et al.* (2020). Science of total Environment 748: 141528

Esperança Gacia y Enric Ballesteros. "El impacto de las plantas desalinizadoras sobre el medio marino: la salmuera en las comunidades bentónicas mediterráneas"

Fayyaz et al. (2023) J Clear Production 382

Fernández-Torquemada, J.M, et al., (2005) Impacto ambiental de las desaladoras sobre las comunidades bentónicas marinas.

Fuentes-Bargues, J. L. (2014). Analysis of the process of environmental impact assessment for seawater desalination plants in Spain. *Desalination*, *347*, 166-174.

Giwa et al. (2017) Desalination 407

Ihsanullah Ihsanullah, Muataz A. Atieh, Muhammad Sajid, Mazen K. Nazal (2021). Desalination and environment: A critical analysis of impacts, mitigation strategies, and greener desalination technologies. Science of the Total Environment 780 (2021) 146585

Leitão, F. (2009). ALGARVE ARTIFICIAL REEFS FISH ASSEMBLAGES AND TROPHIC ECOLOGY: IMPLICATIONS FOR THE LOCAL NEAR SHORE FISHERIES. Tese para a obtenção do grau de doutor no ramo de Ciências e Tecnologias das Pescas, especialidade Dinâmica de Populações. Universidade do Algarve. https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/332/1/Tese%20doutoramento%20Fleitao_Book.pdf

Moosa et al. (2022) J Clear Production 357 Morton A. J., Callister, I. K., Wade, N. M. 1997. Environmental impacts of seawater distillation and revears osmosis process. Desalination 108, 1-3, pp 1-10.

Panagopoulos & Haralambous (2020) Mar Pul Bul 161

Rações, Filipe Pimentel (2023). Dessalinização, solução ou adiamento do problema? Pp 38-43 Green Savers

Rafael Yus Ramos. Agua infinita y a bajo precio (El mito de las desaladoras). Valorización de la salmuera. Gabinete de Estudios de la Naturaleza de la Axarquía

Ramos J, Lino PG, Himes-Cornell A, Santos MN. Local fishermen's perceptions of the usefulness of artificial reef ecosystem services in Portugal. PeerJ. 2019 Jan 11;6:e6206. doi: 10.7717/peerj.6206.

Roberts, D. A. *et al.,* (2010) Water Research, 44: 5117-5128

Von Medeazza (2005) Desalination 185

Consulta Pública do projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

Carla Sofia Natividade Emídio do Carmo, NIF 207200556, email de contacto ambicarmo@gmail.com.
Venho apresentar a minha DISCORDÂNCIA com o projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos seguidamente apresentado:

1. **Alternativas**

As soluções para enfrentar a escassez hídrica deveriam passar por um adequado planeamento, compatibilizando os usos com os recursos existentes, abrangendo tanto os recursos hídricos superficiais como os subterrâneos, e não por aumentar a oferta da água, como está a ser proposto com a construção da Estação de Dessalinização.

O Algarve deve continuar a implementar medidas para aumentar a eficiência hídrica na região, das quais destaco:

Redução das perdas nos sistemas de abastecimento de água através de programas de controlo e combate às fugas e de estratégias adequadas de renovação das redes, redução do desperdício e do consumo excessivo de água; reaproveitamento das águas residuais tratadas para diversos fins; recolha da água da chuva em espaços urbanos e tratamento das águas residuais a um nível tal que garanta o cumprimento dos objetivos de qualidade do meio recetor (rio, aquífero, albufeira, estuário ou mar); promoção de uma agricultura mais eficiente na utilização deste recurso, com práticas agrícolas respeitadoras do ambiente; renaturalização das faixas de proteção de rios e cursos de água; fiscalização e monitorização mais eficaz e o envolvimento dos cidadãos e dos agentes económicos para o uso racional da água e adaptação aos cenários de escassez hídrica.

2. **Impactos do projeto em análise**

O projeto prevê libertar a salmoura produzida durante o processo de dessalinização da água do mar a 1,8 km da costa, através de uma conduta.

A opção de construir uma conduta de rejeição de salmoura no fundo do mar é considerado uma das piores alternativas possíveis uma vez que a própria conduta multiplica a probabilidade de risco ambiental: produz um novo impacto sobre o fundo e a ruptura acidental do emissário por temporais ou qualquer outro evento, podendo causar um impacto difícil de prever e controlar sobre os ecossistemas marinhos.

Este projeto prevê ainda diluir parte da salmoura mediante 10 difusores instalados na seção terminal da conduta, espaçados cerca de 5 metros entre si.

A deficiente diluição da salmoura pode causar hipersalinidade no meio marinho, reduzindo a quantidade de oxigénio dissolvido na água, podendo mesmo criar hipoxia, com impactos nos organismos aquáticos, que podem traduzir-se em efeitos ecológicos observáveis ao longo de toda a cadeia trófica.

O movimento das águas superficiais na costa algarvia é preferencialmente de oeste para este, e a descarga está prevista para uma zona de baixa profundidade e proximidade à costa. **É imperativo compreender o volume e dispersão da salmoura devido à enorme sensibilidade das pradarias marinhas** (zonas fundamentais do ponto de vista ecológico) a elevadas

concentrações de sais. **Visto que a Este da descarga se encontra a Ria Formosa, zona de elevada sensibilidade e protegida pela legislação, o transporte da salmoura tem que ser absolutamente estudado e descrito.**

A presença de um fluido hipersalino pode ainda modificar o coeficiente de reflexão da luz filtrada, provocando a formação de uma neblina que dificulta a passagem de luz, afetando a fotossíntese das espécies marinhas vegetais. Este efeito acentua-se com a turbulência provocada pelo vertido.

Considero que em caso algum a utilização de métodos de diluição justifica o seu vertido direto sobre o meio marinho uma vez que não garante a ausência de risco ambiental e contradiz o princípio da precaução.

Atualmente a salmoura é considerada um recurso valorizável que não foi avaliada incompreensivelmente neste projeto. Os recursos devem ser geridos de forma eficiente e sustentável, caminhando para uma economia circular.

Existem várias tecnologia e processos de valorização de salmouras que poderiam ser replicadas neste projeto e assim aumentar a sustentabilidade do processo de dessalinização, reduzindo os impactos negativos previstos durante a fase de exploração da Estação de Dessalinização:

a. Recuperação de produtos químicos (mineração da salmoura);

b. Produção de energia a partir do gradiente salino;

c. Captura e utilização de CO2. (produção de cultivo de algas para o tratamento da salmoura).

A salmoura, pode conter, além dos sais concentrados extraídos do sistema, pequenas concentrações de outros produtos químicos utilizados durante o processo industrial (biocidas, anti incrustantes, coagulantes, etc.), assim como nos efluentes procedentes da lavagem dos sistemas de pré e post tratamento (filtrações ou sistemas de membranas) e das limpezas químicas das membranas.

Tradicionalmente considerou-se que o impacto químico do processo de osmose inversa era depreciável por verter a concentrações muito baixas. No entanto muito dos componentes dos vertidos (consultar tabela) têm um impacto demonstrado sobre o meio marinho e, em alguns casos (ex. metais), não tanto devido à sua concentração, mas pela carga que representam.

Compostos	Origem/Função	Impacto
Metais pesados: Cu, Fe, Ni, Cr, Zn	corrosão	acumulação no sistema, stress a nível molecular e celular
Fosfatos	anti incrustantes	macronutriente, eutrofização
BELGARD'2000 (Ac. Málico)	anti incrustantes	desconhecido
Cl-	antifouling	formação compostos halogenados, carcinógenos e mutagénicos
Ácidos gordos	tensoactivos	membranas celulares
Sulfuro de sódio	anticorrosivo, captura O2	desconhecido

Ácido sulfúrico	anti incrustante	em grandes quantidades baixa significativamente o pH do sistema
Resíduos sólidos	limpeza de membranas	turbidez
Salmoura	concentrado de água de mar	variável
Temperatura	tratamento	variável

Consideramos fundamental, e em linha com a maior parte das grandes centrais de dessalinização modernas**, complementar a dessalinizadora com uma ETAR para tratar as águas residuais antes da sua mistura com a salmoura ou prévio a qualquer descarga na Ribeira de Quarteira.**

3. Conclusão

A **construção desta estação de dessalinização, sendo extemporânea**, deverá ser considerada como uma opção de último recurso, tendo em conta o exposto nos pontos anteriores.

BIBLIOGRAFIA

Juan Manuel Ruiz Fernández (2005) Impacto ambiental de las desaladoras sobre las comunidades bentónicas marinas.
Descargas de água salgada da futura dessalinizadora do Algarve podem causar impactos "danosos" – ECO (sapo.pt))
Filipe Pimentel Rações (2023) - Dessalinização, solução ou adiamento do problema? Pp 38-43 Green Savers.
Einav, R; Lokiec, F. (2003). "Environmental aspects of a desalination plant in Ashkelon". DESALINATION. 156, pp 79-85. ELSEVIER.
Adrián Gil Trujillo; Ángel Rivero Falcón; Baltasar Peñate Suárez; Jesús García Díaz; Antonio Lopez Gulias; Francisco Javier Roo Filgueira (2020) - Pasado, presente y futuro de la valorización de salmueras de plantas desalinizadoras.
Rafael Yus Ramos. Agua infinita y a bajo precio (El mito de las desaladoras). Valorización de la salmuera . Gabinete de Estudios de la Naturaleza de la Axarquía
Morton A. J., Callister, I. K., Wade, N. M. 1997. Environmental impacts of seawater distillation and revears osmosis process. Desalination 108, 1-3, pp 1-10.
Esperança Gacia y Enric Ballesteros. "El impacto de las plantas desalinizadoras sobre el medio marino: la salmuera en las comunidades bentónicas mediterráneas".

Contributo à consulta pública
Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

Considerações gerais

A necessidade do uso eficiente dos recursos, principalmente da água, é crucial em todas as regiões do mundo e, em regiões como o Algarve, onde a seca é uma realidade em grande parte do ano, essa importância é ainda mais evidente. A água é um recurso essencial para a vida e para o desenvolvimento de diversas atividades humanas, desde a agricultura passando pelo abastecimento público e pela indústria.

No Algarve em particular, a escassez de água é uma preocupação sazonal mas é possível que deixe de o ser com o avançar da crise climática e a falta de adaptações necessárias para mitigar os seus efeitos.

A instalação de estações dessalinizadoras em regiões onde a seca é uma realidade pode parecer uma solução imediata para a escassez de água, mas, muitas vezes, esta abordagem não é a mais eficiente em termos de recursos, financeiros mas não só. Na perspetiva da Sciaena, e numa lógica mais transversal de abordagem aos problemas ambientais e sociais que vão ser cada vez mais galopantes à medida que a crise climática se instala, antes de se investirem grandes somas do erário público em soluções tecnológicas - como é o caso de uma estação de dessalinização -, é prioritário abordar questões fundamentais de raiz, como, por exemplo, as perdas de água na rede pública de abastecimento ou a utilização excessiva de água para atividades lúdicas e desportivas de que apenas usufrui uma porção muito limitada da população.

Também no sector da agricultura, há muitas adaptações que podem ser feitas na implementação de práticas sustentáveis, como sistemas de irrigação mais eficientes e o cultivo de culturas adaptadas ao clima da região, que podem contribuir significativamente para a conservação do recurso.

As perdas de água na infraestrutura de distribuição são um problema significativo na região do Algarve, resultando num desperdício considerável dos recursos hídricos. Perdas através de tubagens antigas e sistemas inadequados de gestão de água podem levar a perdas substanciais, tornando essencial a modernização e a manutenção eficiente destas redes antes de se considerar alternativas mais dispendiosas. Ao priorizar a redução das perdas na rede pública, poder-se-á não só poupar recursos financeiros, como também garantir um uso mais eficiente da água disponível. A implementação de tecnologias avançadas de monitorização, manutenção preventiva e substituição de infraestruturas obsoletas são alguns passos essenciais para minimizar as perdas e melhorar a eficiência global do sistema de abastecimento. A Sciaena vê, por exemplo, com bons olhos investimentos públicos na melhoria da rede pública de abastecimento, como o realizado pela FAGAR no município de Faro no valor de cerca de 850.000 € até 2023[1].

[1] https://fagar.pt/sites/default/files/documentos/prr_perdas_agua_0.pdf

O Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal de 2022[2], menciona que "*face aos desafios colocados pelas alterações climáticas, o progressivo aumento da capacidade de reserva de água tratada para abastecimento e a garantia da sua qualidade, deve ser acompanhado pela aposta no desafio da redução das perdas reais de água, que persiste com valores demasiado elevados*", pelo que é da maior importância que estes desafios sejam ultrapassados de forma célere e empenhada.

Além disso, a abordagem integrada para a gestão hídrica deve incluir medidas de conservação, educação da comunidade sobre o uso responsável da água e a definição de políticas que incentivem práticas sustentáveis em sectores como a agricultura, a indústria e o próprio abastecimento doméstico.

Embora uma estação dessalinizadora possa desempenhar um papel importante em situações específicas, priorizar a resolução das causas fundamentais da escassez de água é fundamental para garantir uma abordagem mais eficaz, sustentável e economicamente viável a longo prazo. É importante não ceder ao ímpeto de utilizar soluções tecnológicas como panaceias para desafios complexos, como é o caso da seca. Embora a tecnologia desempenhe indiscutivelmente um papel importante na melhoria das condições de vida dos seres humanos, uma abordagem de cariz mais tecnocrata ignora muitas vezes a natureza multifacetada e interseccional dos problemas ambientais, privilegiando soluções mais simplistas e de curto prazo, em vez de abordagens mais holísticas, inclusivas e sustentáveis. A implementação de tecnologias avançadas, como estações dessalinizadoras ou métodos de captura de carbono, sem uma compreensão aprofundada do contexto, das dinâmicas sociais e das implicações a longo prazo, pode resultar em efeitos colaterais não previstos e impactes adversos.

Ainda assim, e havendo a necessidade imperiosa da instalação de uma estação dessalinizadora, é fundamental que a sua água seja utilizada de forma justa e equitativa. Deve ser priorizado o abastecimento doméstico e a agricultura não intensiva na distribuição da água, para garantir as necessidades básicas da população e a produção de alimentos essenciais. Posteriormente, a água dessalinizada deverá ser alocada para outros usos e sectores que, por várias razões, podem ser mais adaptáveis a outras fontes de água ou a práticas mais eficientes na utilização.

[2] https://www.ersar.pt/pt/site-publicacoes/Paginas/edicoes-anuais-do-RASARP.aspx

Considerações específicas

<u>Relativamente ao "Resumo não técnico":</u>

Página 15
"*De acordo com os cenários de alterações climáticas previstos a temperatura irá aumentar em média entre 0,5 - 4ºC, e a precipitação média anual deverá registar uma redução entre 30 - 140 mm. Por outro lado, prevê-se um aumento de fenómenos extremos, nomeadamente um aumento da frequência e intensidade das secas e um aumento da ocorrência de cheias e inundações a Sul do País. Dada a localização do Projeto, é também importante prevenir a subida do nível médio do mar, que poderá variar entre 0,5 m e os 2 m.*" — seria importante adicionar uma referência temporal para os cenários apresentados.

Página 16
"*Do ponto de vista sismológico, a área está inserida numa região de elevada intensidade sísmica*" — não parece possível perceber, através do EIA, que impactes poderão ser causados pela dessalinizadora e no ambiente envolvente (terrestre e marinho) em diferentes cenários sísmicos. É posição da Sciaena que este deve ser um aspeto importante do EIA, visto a proximidade do Algarve ao grupo de falhas sísmicas entre a África e a Europa.

Página 17
"*As comunidades de macroinvertebrados presentes no local de descarga de salmoura apresentaram dominância de vermes e moluscos e sem espécies de grande interesse conservacionista. Relativamente às algas, dominam as algas castanhas, existindo pradarias da espécie* Cymodocea nodosa *próximas da área de estudo (na praia de Santa Eulália)"*. — os impactes provenientes da libertação de salmoura e de sedimentos aquando das dragagens e abertura de valas afetarão zonas circundantes. Não fica claro no EIA a dimensão da área estudada para a avaliação da diversidade biológica presente.

<u>Relativamente ao "Tomo 3 — Avaliação de impactes"</u>

Sobre a questão da sucção de organismos aquando da captação de água, afigura-se como necessária mais informação sobre os impactes que existirão na mortalidade das comunidades larvares. Embora seja compreensível que a água nas proximidades da área de captação de água não ficará desprovida de larvas, é essencial compreender até que ponto a mortalidade das comunidades larvares locais aumentará e os potenciais impactes que isso pode ter no recrutamento de espécies específicas, em particular daquelas com valor comercial.

Página 7
"*De todas as interferências do projeto com este fator ambiental cabe destacar a realização de trabalhos de perfuração horizontal dirigida (PHD). Estes, nomeadamente no circuito de salmoura, onde o mesmo atravessará, em profundidade, uma arriba com evidências de instabilidades no passado e com indícios de potencial instabilidade no futuro, poderão, potencialmente, constituir*

um efeito catalisador na movimentação da arriba. Assim, a ausência de projeto deverá permitir que a caracterização da situação de referência efetuada seja mantida no futuro, evitando-se potenciais impactes de significância local neste fator ambiental." — relativamente a este ponto, destacamos a ausência de cenários e probabilidades de impactes relativos à atividade geológica.

Página 34

"*b) Troços em vala*

A esta ação está associada a utilização de embarcações que permitirão o funcionamento de dragas (cujo método a utilizar se encontra por decidir). Assim, a esta ação estão, obviamente, associadas emissões de GEE que são difícil contabilização dado que dependem: da carga de sedimentos a dragas, do tempo que esta ação durará, qual a metodologia a usar e da embarcação a utilizar." — para ter uma real noção dos impactes destas ações associados às emissões de GEE, importa estimar a emissão de GEE proveniente do levantamento do solo marinho e da libertação e ressuspensão do carbono aí sequestrado.

Página 47

"*Não estando ainda definida qual a solução a adotar para a expulsão destas lamas, assume-se o pior cenário que será o de libertação direta no mar. As lamas geradas são usualmente compostas por bentonite (um tipo de argila) podendo ser misturadas com outros agentes espessantes ou diluentes. A bentonite, por si só, não é um composto tóxico, sendo que o impacte causado será o de aumentar a turbidez da água, especialmente em ambientes pouco dinâmicos com fracas correntes.*" — qual será o possível impacte desta turbidez em áreas próximas onde existem ervas marinhas, que necessitam de águas com pouca turbidez?

Página 61

"*É importante ressaltar que, devido à ondulação ou ao regime de vento, este impacte pode estender-se até à praia, na forma de uma pluma com coloração distinta da água circundante. Tal ocorrência poderá exigir a interdição de banhos, ou até mesmo o encerramento de áreas balneares.*" — devido à importância das áreas costeiras para o bem-estar dos residentes algarvios e da importância do turismo na região, de que forma pode esta consequência ser mitigada?

Página 91

"A bentonite por si só não é um composto tóxico, sendo que o impacte causado será o de aumentar a turbidez da água e soterrar os macroinvertebrados bentónicos, algas e seus propágulos, ovos/larvas de peixe, especialmente em ambientes pouco dinâmicos com fracas correntes. É necessário também considerar os impactes negativos decorrentes da toxicidade de outros elementos (eventualmente) presentes nestas lamas, sendo que os derivados de petróleo se revelam mais danosos para os organismos (Reid, 1998; Bakhtyar e Gagnon, 2012).

Este impacte pode ser minimizado caso haja recolha adequada das lamas e se evite o uso de compostos tóxicos para os organismos marinhos (nomeadamente os derivados de petróleo)." — afigura-se como pertinente compreender então de que forma será feita a recolha das lamas.

Página 98
"*A alteração das condições do meio (aumento da salinidade, temperatura e turbidez no local de rejeição) afetará maioritariamente os organismos bentónicos e/ou sésseis (ou cuja capacidade de locomoção seja baixa) uma vez que terão mais dificuldade em escapar ao aumento da salinidade. Estas alterações poderão causar a mudança da comunidade existente, favorecendo espécies mais bem-adaptadas a ambientes mais salinos e dificultar a reprodução e o desenvolvimento de outras espécies. Note-se que esta situação far-se-á sentir maioritariamente na envolvente do local de rejeição, onde a salinidade é maior, sendo que à medida que se afasta do local de rejeição as comunidades não apresentarão, à partida, diferenças significativas (Missimer e Maliva, 2018)*." — parece ser necessária mais informação sobre o impacte destas alterações físico-químicas nas cadeias tróficas locais e não apenas nas espécies.

"*Não se prevê que esta pradaria seja afetada pela pluma salina, uma vez que se situa bastante além da isopleta do acréscimo de 1 ppt/psu.*" — questionamos se o mesmo será verdade para a turbidez das águas resultantes das dragagens.

<u>Relativamente ao "Tomo 4 — Mitigação, Monitorização e Conclusões"</u>

Página 21
2.2.2.1.2 Estações de monitorização
Sugestão: incluir monitorização periódica em habitats vulneráveis próximos, como as pradarias marinhas.

Na **página 26**, são explicados, entre outros, planos de monitorização das comunidades bentónicas, mas o que acontecerá se estas monitorizações mostrarem impactes significativos negativos nas comunidades? Serão tomadas medidas concretas para reduzir os impactes? Se sim, quais? Qual é o limiar para estes impactes?

Relativamente à aquisição dos dados usados neste estudo, uma parte significativa destes, sobretudo relativamente às comunidades biológicas marinhas, provém de estudos bibliográficos, alguns dos quais com mais de 15 anos. Embora a consulta bibliográfica seja necessária e útil em qualquer EIA, para um projeto desta escala e com os potenciais impactes e impactes ambientais provenientes deste projeto, os dados sobre os quais o EIA se baseia deveriam ser resultado de estudos específicos para este projeto, nomeadamente devido à dinâmica dos ecossistemas marinhos em questão.

Sobre as conclusões apresentadas na página 38, é referido que "*importa também ter presente que o EIA demonstrou que a Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve não implica um prejuízo significativo para os objetivos ambientais [CF. Artigo 17.º do Regulamento (UE) n.º 2020/852, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho] que são:*
− *a mitigação das alterações climáticas;*
− *a adaptação às alterações climáticas;*
− *a utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos;*
− *a transição para uma economia circular;*

− *a prevenção e o controlo da poluição;*
− *a proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas.*"

Tendo em conta o que conseguimos avaliar dos documentos, como pode este estudo concluir que o projeto não implicará um prejuízo significativo para o objetivo de mitigação das alterações climáticas quando se trata de "*um processo que implica consumos energéticos muito expressivos, potencialmente causadores de impactes sobre o clima e as alterações climáticas em virtude da natureza não renovável das fontes utilizadas para produção da energia elétrica consumida*" (página 35)?

Ao dizer que este projeto não implica um prejuízo significativo para "a utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos", é necessário assumir que a utilização de água no Algarve o é, pois é nesta região que os recursos serão utilizados. Em que se baseia o EIA para fazer esta avaliação?

Como pode este projeto não implicar um prejuízo significativo para o objetivo de "transição para uma economia circular" quando perpetua a extração de matéria-prima do meio ambiente?

<u>Relativamente ao documento "Resposta aos elementos adicionais"</u>

Página 9

"*Relativamente à entrada e saída de embarcações da marina de Vilamoura, verifica-se uma maior intensidade nos meses de verão, com as movimentações dos barcos de recreio associadas à época balnear. Esta época, em que as condições do mar são tipicamente mais favoráveis, deverá ser a privilegiada para execução das dragagens, pelo que esta atividade levará a um acréscimo no número de embarcações presentes na zona. Deste modo, é expectável um aumento do efeito de afastamento das espécies. Este impacte já existia, devido às movimentações associadas à marina de Vilamoura nesta época, tratando-se efetivamente de um impacte cumulativo. Considera-se que a significância é reduzida pois as espécies de peixes possuem grande mobilidade e podem afastar-se, assim como os répteis e mamíferos marinhos, cuja presença é ocasional na área de estudo.*" — não existe referência bibliográfica para a última afirmação. Adicionalmente, que impactes poderão existir para as empresas que realizam visitas guiadas para observação de cetáceos nesta área?

Página 23

"*De facto, dados sobre as descargas de bivalves e crustáceos em Quarteira são escassos, apenas se revelaram acessíveis as estatísticas diárias da Docapesca, relativas a Quarteira, que foram consultadas diariamente entre 25/09 a 04/10.*" — a janela temporal utilizada para esta amostragem é extraordinariamente curta e, devido à potencial importância desta questão, deverá ser realizado um estudo mais completo de forma a existirem conclusões com uma base científica mais forte.

Conclusão

Face ao exposto, é opinião da Sciaena que existem demasiadas variáveis com um grau de incerteza elevado e potenciais impactes negativos significativos no meio marinho, pelo que a Sciaena expressa a sua oposição ao projeto.

A crise climática e a crise da biodiversidade representam ameaças interligadas que impactam diretamente os ecossistemas marinhos. A exploração excessiva dos recursos marinhos, entre outros, ameaçam a biodiversidade e comprometem os serviços ecossistémicos essenciais para a sobrevivência humana. Por tudo isto, é imperativo que, tão importante como parar as agressões ao meio, qualquer intervenção considere essa interconexão, promova a regeneração dos ecossistemas e, se possível, proporcione também um aumento líquido da biodiversidade envolvente, contribuindo para a aumentar a resiliência dos ecossistemas costeiros.

CONTRIBUTOS PARA A CONSULTA PÚBLICA

ESTAÇÃO DE DESSALINIZAÇÃO DE ÁGUA DO MAR DO ALGARVE

A necessidade de utilizar os recursos de forma eficiente, especialmente a água, é crucial em todas as áreas do planeta. Em locais como o Algarve, onde a seca prevalece durante grande parte do ano, essa importância torna-se ainda mais evidente. A água é um recurso vital para a existência e o desenvolvimento de várias atividades humanas, desde a agricultura até o fornecimento público e as atividades industriais.

Instalar estações de dessalinização em regiões afetadas pela seca pode parecer uma solução imediata para a falta de água. No entanto, muitas vezes, essa abordagem não é a mais eficaz em termos de recursos, financeiros e outros aspetos. Torna-se crucial reduzir as perdas de água nas redes de abastecimento público, promover a reutilização das águas residuais, diminuir o consumo através de práticas adequadas, elaborar planos para lidar com a seca, melhorar a retenção, entre outras medidas. No setor agrícola, também há várias adaptações possíveis para implementar práticas sustentáveis, como o uso de sistemas de irrigação mais eficientes e o cultivo de culturas adaptadas ao clima local, contribuindo assim para a preservação desse recurso.

O Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal de 2022 destaca que "perante os desafios das mudanças climáticas, o aumento progressivo da capacidade de reserva de água tratada para abastecimento e a garantia da sua qualidade devem ser acompanhados pela redução efetiva das perdas de água, que persistem em valores excessivos". Portanto, é de extrema importância superar esses desafios rapidamente e com dedicação.

Além disso, uma abordagem integrada na gestão da água deve incluir medidas de conservação, educação da comunidade sobre o uso responsável da água e a formulação de políticas que incentivem práticas sustentáveis nos setores agrícola, industrial e doméstico.

A implementação de tecnologias avançadas, como estações de dessalinização ou métodos de captura de carbono, sem uma análise profunda do contexto, das dinâmicas sociais e das implicações a longo prazo, pode resultar em efeitos colaterais não previstos e impactos adversos.

A SPEA considera que a avaliação dos impactos deste projeto nos ecossistemas marinhos é insuficiente e desvaloriza os potenciais impactos, nomeadamente:

- A localização do projeto em área com alta atividade sísmica.
- Os impactos resultantes do descarte direto da salmoura nos ecossistemas marinhos.
- A proximidade a Áreas Marinhas Protegidas.
- O impacto na qualidade da água para atividades recreativas e de lazer.

Quanto à aquisição de dados utilizados neste estudo, uma parte considerável, especialmente relacionada com as comunidades biológicas marinhas, é proveniente de estudos bibliográficos

bastante antigos. Embora a revisão bibliográfica seja necessária e útil em qualquer Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), para um projeto desta magnitude e com os possíveis impactos, os dados nos quais a AIA se baseia deveriam resultar de estudos específicos para este projeto, especialmente devido à dinâmica dos ecossistemas marinhos envolvidos.

A SPEA considera que este projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve, ao contrário do que foi concluído na AIA, acarreta um prejuízo significativo para os objetivos ambientais [cf. Artigo 17 do Regulamento (UE) No 2020/852, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho], que incluem: A mitigação das mudanças climáticas; A adaptação às mudanças climáticas; O uso sustentável e a proteção dos recursos hídricos e marinhos; A transição para uma economia circular; A prevenção e o controle da poluição; A proteção e a restauração da biodiversidade e dos ecossistemas. E não considera a Diretiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a Diretiva das águas balneares.

A dessalinização é um processo que remove sal e outros minerais da água do mar para produzir água doce, abordando a escassez de água em regiões onde os recursos de água doce são limitados. Embora forneça uma fonte alternativa de água, também está associado a vários impactos ambientais:

Consumo de energia: A dessalinização é um processo que consome muita energia. A maioria das estações de dessalinização usa processos térmicos ou processos baseados em membrana (como osmose reversa). Ambos os métodos requerem uma quantidade significativa de energia, muitas vezes proveniente de combustíveis fósseis, conduzindo a emissões de gases com efeito de estufa e contribuindo para as alterações climáticas.

Descarte de salmoura: O processo de dessalinização gera uma solução concentrada de salmoura como subproduto, contendo altos níveis de sal e outros produtos químicos. Descartar esta salmoura de volta ao oceano pode prejudicar a vida marinha e os ecossistemas, alterando os níveis de salinidade e afetando potencialmente a flora e a fauna locais.

Captação de Organismos Marinhos: As estações de dessalinização muitas vezes captam água do mar para o processo de dessalinização, arrastando inadvertidamente organismos marinhos (plâncton, larvas de peixes, etc.) através das estruturas de captação. Isto pode prejudicar as populações marinhas locais, perturbando o equilíbrio do ecossistema.

Impacto nos ambientes costeiros: A construção e operação de centrais de dessalinização pode afetar os ambientes costeiros. A construção pode perturbar habitats, alterar linhas costeiras e exigir um extenso desenvolvimento de infra-estruturas que tenha impacto nas paisagens naturais.

Emissões de carbono: Além do consumo de energia durante a operação, a produção de materiais necessários para estações de dessalinização (como membranas para osmose reversa) e máquinas de construção também contribui para as emissões de carbono.

Custo Elevado: embora não seja um impacto ambiental em si, o elevado custo de construção e operação de centrais de dessalinização pode desviar fundos do investimento em métodos de abastecimento e conservação de água mais sustentáveis e ecológicos.

Face ao exposto, a SPEA manifesta a sua oposição a este projeto.

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

ESTAÇÃO DE DESSALINIZAÇÃO DA ÁGUA DO MAR NO ALGARVE

1. Considerações gerais

O Homem tem vindo a interferir no ciclo hidrológico, captando e utilizando a água disponível para diversas finalidades e utilizações, o que tem conduzido a crescentes desequilíbrios originando zonas de grande stress hídrico.[i]

As evidências científicas são claras, as alterações climáticas vão afetar negativamente as disponibilidades futuras de água, devido à redução da pluviosidade e à ocorrência de períodos de seca cada vez mais prolongados. No Algarve prevê-se ainda um agravamento da escassez hídrica devido à poluição e à sobre extração de água subterrânea e consequente intrusão salina.

Neste contexto o Algarve deveria habituar-se a viver com a água que tem. Consideramos ser urgente e necessário a implementação de medidas integradas, inseridas numa estratégia para uso eficiente da água, que abranja tanto os recursos hídricos superficiais como os subterrâneos.

Destacamos algumas medidas que consideramos basilares para aumentar a eficiência hídrica na região:

Redução das perdas nos sistemas de abastecimento de água através de programas de controlo e combate às fugas e de estratégias adequadas de renovação das redes, redução do desperdício e do consumo excessivo de água; reaproveitamento das águas residuais tratadas para diversos fins; recolha da água da chuva em espaços urbanos e tratamento das águas residuais a um nível tal que garanta o cumprimento dos objetivos de qualidade do meio recetor (rio, aquífero, albufeira, estuário ou mar); promoção de uma agricultura mais eficiente na utilização deste recurso, com práticas agrícolas respeitadoras do ambiente; renaturalização das faixas de proteção de rios e cursos de água; fiscalização e monitorização mais eficaz e o envolvimento dos cidadãos e dos agentes económicos para o uso racional da água e adaptação aos cenários de escassez hídrica.

Há que ter a consciência de que os recursos hídricos não são um bem ilimitado. A instalação de uma estação de dessalinização de água do mar poderá trazer um falso sentido de segurança, deixando cair por terra todos os esforços feitos, até então, para a minimização, a curto e médio prazo, do desperdício e do consumo excessivo deste recurso.

De referir ainda que esta solução tecnológica não dará garantia de sucesso se as outras orientações, anteriormente explanadas, não forem garantidas.

2. Considerações sobre o projeto

Este projeto prevê o encaminhamento direto da salmoura para os ecossistemas marinhos sem qualquer tratamento, através de uma conduta com cerca de 1,8 km. Está projetado que esta conduta seja equipada com 10 difusores na sua seção terminal, espaçados cerca de 5 metros entre si. Se a salmoura não se misturar adequadamente com a água do mar, pode levar a uma concentração localizada de salinidade elevada, agravando os impactes esperados.[ii]

A hipersalinidade causada pela salmoura reduz a quantidade de oxigénio dissolvido na água, podendo mesmo criar hipoxia, com impactos nos organismos aquáticos, que podem traduzir-se em efeitos ecológicos observáveis ao longo de toda a cadeia trófica.[iii]

No caso de vertido com difusores a grande velocidade, normalmente o comportamento na zona do ponto de descarga considera-se independente das condições do medio recetor (batimetria, estratificação, correntes, etc.). No entanto, a determinada distancia deste ponto produz-se o colapso do movimento e turbulência associada ao vertido, a salmoura deposita-se (afunda-se) devido à sua maior densidade, formando uma pluma hipersalina que avança como corrente densa sobre o leito marino. A pluma hipersalina de salmoura pode deslocar-se a grandes distâncias sem qualquer diluição, afetando espécies longe da zona de descarga.[iv]

A presença de um fluido hipersalino pode modificar ainda o coeficiente de reflexão da luz filtrada, provocando a formação de uma neblina que dificulta a passagem de luz, afetando a fotossíntese das espécies marinas vegetais[v]. Este efeito acentua-se com a turbulência provocada pelo vertido.

A Salmoura contém também vários produtos químicos, aditivos, utilizados tanto na etapa de pré como post tratamento e na limpeza das membranas. Alguns destes compostos, como biocidas, detergentes, anti-incrustantes e anti-espumantes, podem gerar danos nos ecossistemas marinhos, nomeadamente na população microbiana e plâncton. [vi]

Face aos impactos previsto, consideramos que em caso algum a aplicação de métodos de diluição justifica o vertido direto da salmoura no mar, uma vez que não garante a ausência de risco ambiente para os ecossistemas marinhos e contradiz o princípio da precaução.

Reforçamos ainda com o princípio fundamental da Década da ONU de Restauração dos Ecossistemas 2021-2030 e da Década da ONU da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável 2021-2030, que visa "Proteger os ecossistemas dos impactos da poluição da água, do ar e de outras fontes".

Achamos, por isso, indispensável aplicar sistemas de gestão eficazes da salmoura. É imperiosa a necessidade de gerir os nossos recursos de forma eficiente e sustentável, caminhando para uma economia circular.

A salmoura é, atualmente, considerada um recurso valorizável que não foi avaliada incompreensivelmente neste projeto.

Existem, nos dias de hoje, várias Tecnologia e processos de Valorização de Salmouras que poderiam ser replicadas neste projeto e assim aumentar a sustentabilidade do processo de dessalinização, reduzindo os impactos negativos previstos durante a exploração da Estação de Dessalinização[vii]:

a. Recuperação de produtos químicos (mineração da salmoura);
b. Produção de energia a partir do gradiente salino;

c. Captura e utilização de CO2.
(produção de cultivo de algas para o tratamento da salmoura).

O consumo energético da Estação de Dessalinização é considerável, apesar de minimizado com recurso a energias renováveis (central fotovoltaica). Este projeto implica necessariamente emissões de GEE, o que contraria os objetivos da neutralidade carbónica assim como o combate contra as alterações climáticas.

3. Conclusão

Pelo anteriormente exposto, encontramo-nos bastante apreensivos com os previsíveis impactos negativos causados no ambiente, em especial nos ecossistemas marinhos, nas diferentes fases de execução deste projeto. Estamos cientes da escassez hídrica e dos fenómenos de desertificação que a região atravessa, mas consideramos que há ainda muito por fazer a "montante" desta unidade de dessalinização, que está a ser de alguma forma negligenciada. É necessário o envolvimento de todos, cidadão, agentes económicos, políticos, para gerirmos o recurso água de uma forma mais eficiente, eficaz e integradora.

É do nosso entendimento que a construção desta estação de dessalinização, sendo extemporânea, deverá ser considerada como uma opção de último recurso, tendo em conta todas as considerações desenvolvidas no ponto 2.

---

[i] José Sardinha, Francisco Serranito, Andrew Donnelly, Vera Marmelo, Pedro Saraiva, Nuno Dias, Ricardo Guimarães, Daniel Morais, Vitor Rocha (2017). Controlo Ativo de Perdas de Água, EPAL, Empresa Portuguesa das Águas Livres S.A.

[ii] Descargas de água salgada da futura dessalinizadora do Algarve podem causar impactos "danosos" – ECO (sapo.pt))

[iii] Filipe Pimentel Rações (2023) - Dessalinização, solução ou adiamento do problema? Pp 38-43 Green Savers.

[iv] Pilar Palomar Herrero; Íñigo Losada Rodríguez (2008) - Desalinización de agua marina en españa - Aspectos a considerar en el diseño del sistema de vertido para protección del medio marino.

[v] Einav, R; Lokiec, F. (2003). "Environmental aspects of a desalination plant in Ashkelon". DESALINATION. 156, pp 79-85. ELSEVIER.

[vi] J.A. de la Fuente; M. Ovejero; e I. Queralt (2008) - Gestión medioambiental de salmueras en plantas de desalación marina. Environmental management of residual brines from sea water desalination plants.

[vii] Adrián Gil Trujillo; Ángel Rivero Falcón; Baltasar Peñate Suárez; Jesús García Díaz; Antonio Lopez Gulias; Francisco Javier Roo Filgueira (2020) - Pasado, presente y futuro de la valorización de salmueras de plantas desalinizadoras.

CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

DIVISÃO DE AÇÃO CLIMÁTICA E ECONOMIA CIRCULAR

Exmos. Senhores

Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Sua Referência	Sua Comunicação	Nossa Referência	Data
—	—		**19/12/2023**

Assunto: **Pronúncia do Município de Loulé para o processo de consulta pública referente à Avaliação de Impacte Ambiental do projeto da Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve (EDAM).**

1. Enquadramento

O presente ofício diz respeito à pronúncia do Município de Loulé no quadro da consulta pública referente à Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) do projeto da Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve (EDAM), a decorrer até ao final do dia 19/12/2023 no portal Participa.

Refira-se, primeiro, que o município de Loulé tem acompanhado de forma interessada todo o processo de decisão que conduziu à proposta que agora ganha forma para a implementação desta estação de dessalinização, dado que reconhece que a escassez de água no Algarve é um problema fortemente condicionador do futuro da região.

2.1. Descrição do Projeto

De forma sucinta, o projeto de dessalinização de água do mar para produção de água para o consumo humano que se pretende implementar compreende:

i) A **captação** de água do mar por meio de duas estruturas submersas em forma de torre (torres de captação), localizadas cerca de 1 450 m ao largo da praia da Rocha Baixinha, e a sua elevação até à EDAM;

ii) O **tratamento** da água do mar captada através de uma série de processos físicos e químicos que podem ser entendidos como constituindo três etapas sequenciais (pré-tratamento, tratamento e pós-tratamento);

iii) A **injeção** da água tratada no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve (SMAAA) e a **rejeição** no mar da salmoura produzida por meio de difusores localizados a cerca de 1 300 m ao largo da praia da Falésia. A esta salmoura serão adicionados os subprodutos resultantes das três etapas de tratamento, tais como as escorrências da linha de lamas e do edifício de reagentes, os efluentes resultantes da lavagem dos filtros de calcite e das membranas de osmose inversa ou as descargas de fundo.

2.2. Localização do Projeto

Em termos estritos, tanto a EDAM como as suas Unidades de Produção para Autoconsumo (UPAC, com uma potência instalada estimada em 5,65 MWp), assim como as condutas para a adução de água do mar, a rejeição de salmoura e as outras infraestruturas acessórias (estações elevatórias, torres de captação, etc.) não irão localizar-se no território do município de Loulé, mas sim numa área do território do município de Albufeira limítrofe ao do município de Loulé. Aquilo que se poderá considerar vir a localizar-se mais próximo do território do município de Loulé serão as condutas para a adução de água do mar, cuja captação irá ocorrer ao largo da praia da Rocha Baixinha, principalmente no caso de vir a ser escolhida a Alternativa 1 que as localizaria ao longo da margem direita (ou Poente) da ribeira de Quarteira. Esta alternativa parece ser a mais provável uma vez que o próprio Estudo de Impacte Ambiental (EIA), na página 38 do Tomo 4 do seu Volume 1, a recomenda com a argumentação de que *"a Alternativa 2 implica que os circuitos onshore se desenvolvam em percursos que gerarão afetações mais significativas a nível socioeconómico durante a obra, implicando interferências com habitações e atividades económicas que a Alternativa 1 evita"*.

2.3. Impactes do Projeto

Um projeto tal como o desta EDAM comporta impactes negativos inegáveis para o ambiente terrestre e marinho e para a paisagem humana e natural, traduzidos em alterações da geologia e da geomorfologia para a instalação das infraestruturas que o constituem, em perturbações do ambiente sonoro (principalmente na sua fase de instalação), na produção de resíduos decorrentes da exploração da EDAM e na rejeição de um efluente constituído por salmoura e outros subprodutos para o meio marinho. Globalmente, o EIA faz uma identificação destes impactes negativos e propõe medidas adequadas para a sua mitigação. Ao mesmo tempo é ressalvado que o EIA foi realizado em

fase de estudo prévio pelo que, tal como referido na página 37, Tomo 4, volume 1: "…subsistem ainda diversas indefinições quanto à rigorosa configuração final das infraestruturas do Projeto. Este facto conduz a que venham a existir momentos ulteriores ao da realização do EIA para esclarecer alguns aspetos, ainda que pontuais, que carecem de análises mais aprofundadas." Esta situação de indefinição e dúvidas não podem deixar de nos suscitar alguma preocupação sobre a dimensão e os reais impactos aquando da concretização dos estudos referidos e mais aprofundados.

3. Apreciação do Projeto

A questão sobre se o recurso a água do mar tratada enquanto origem alternativa de água para o consumo humano deverá ser a forma preferencial, ou mesmo a prioritária, para fazer face à ameaça crescente de escassez de água na região e dos inevitáveis constrangimentos futuros à capacidade das entidades gestoras para assegurarem um fornecimento de água às populações e às atividades socioeconómicas, nas quantidades e com a qualidade a que estas se habituaram, é uma discussão com já vários anos e que tende a polarizar as opiniões tanto dos seus defensores como dos seus detratores. De entre todas as alternativas que parecem estar à nossa disposição – tendo algumas das quais visto a sua implementação promovida recentemente, como é o caso do aproveitamento de águas residuais tratadas para usos não potáveis (ApR) – nenhuma outra parece oferecer o mesmo potencial para reforçar as disponibilidades de água na região nas quantidades e com a celeridade que as suas populações e atividades socioeconómicas exigem. Ainda que conscientes dos eventuais impactes ambientais e das necessidades energéticas das tecnologias associadas a esta opção (em concreto, a de osmose inversa com membranas), o município de Loulé acompanha a decisão pela implementação de um projeto como o em apreço neste momento.

4. Considerações Finais e Medidas Compensatórias

Apesar da adoção desta solução contribuir para o bem comum ao afastar de imediato a ameaça da escassez de água, por pelo menos mais algum tempo, e das medidas de mitigação propostas para os impactes negativos que lhe estão associados, reconhecidos no próprio EIA, os prejuízos causados por este projeto de dessalinização de água do mar impactarão os territórios dos municípios de Loulé e de Albufeira na área de influência do equipamento a construir, tanto no mar como em terra. Assim, consideramos que deveriam os estudos, em sede de projeto mais avançado, prever:

1) As torres de captação de água do mar deveriam aumentar de 1450m para, no mínimo, 2000m, supõe-se que tal afastamento permitiria reduzir o impacto no meio aquático;

2) Os difusores de rejeição da salmoura deveriam afastar-se dos 1300m previstos para, no mínimo, 1800m da costa, supõe-se que tal afastamento permitiria reduzir os impactos negativos quer nas águas balneares quer no ecossistema marinho daquela área;

3) Considerando a extensão da área a ocupar pelas Unidades de Produção de Energia necessárias à alimentação da EDAM e o consequente impacto negativo num território de excelência de atividade turística, deveriam equacionar-se outras localizações em áreas remotas, com menor prejuízo e impacto para a paisagem, bem como para os ecossistemas biodiversos;

4) O EIA prevê a implementação de 4 (quatro) estações de monitorização da qualidade da água balnear nas áreas afetadas pelas atividades construtivas offshore e envolvente próxima, contudo, julgamos também pertinente, com estações adicionais, a monitorização das águas balneares da frente mar de Quarteira bem como do território da futura Reserva Natural Local da Foz do Almargem e Trafal, localizada a nascente da cidade de Quarteira;

5) Este município desconhece ainda os reais impactos da rejeição da salmoura e dos sub-produtos, referidos no EIA, tanto nas áreas envolventes próximas como nas mais afastadas onde a numerosa comunidade piscatória de Quarteira tem a sua atividade centenária. Sugerimos o estudo de eventuais medidas compensatórias para suprir prejuízos cuja extensão se desconhece, mas que expectavelmente afetarão o rendimento desta comunidade.

O Presidente da Câmara

Vítor Aleixo

A Nossa Terra - Associação Ambiental
Rua do Repouso 6A
8550-462 Monchique, Portugal

Móvel: +351 967 397 931

-

Nossa referência: Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve - A Nossa Terra associação ambiental v1.docx
Sua referência: Monchique, 19-12-2023

Assunto: Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

Vimos apresentar a nossa DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresentamos de seguida.

1. O custo da água potável resultante da dessalinização é excessiva comparado com os custos das alternativas. Neste momento, o maior consumo de água no Algarve, a rega, considera o valor da água bruta de somente uns cêntimos por metro cúbico. O custo da água dessalinizada será 10 ou 20m vezes mais alto. Do ponto de visto sócio-económico, não faz sentido a dessalinização quando existe tanta água de baixo valor já disponível.
2. A falta de água no Algarve é resultado dos consumos exagerados para agricultura e pelas plantações florestais de rápido crescimento, instaladas sem consideração dos seus impactos ambientais e sem considerar os seus impactos na disponibilidade de água para outros fins mais importantes e mais rentáveis. Uma melhor gestão dos recursos hídricos superficiais e subterraneas poderá satisfazer as necessidades de água potável a custos muito mais acesssíveis e com menos impacto sócio-económico para a população do Algarve.
3. A eficácia deste projecto é reduzida, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores.
4. A quantidade de água produzida pela Estação poderá ser facilmente substituído a baixo custo, importando "água virtual" em produtos agrícolos de outras zonas do país que tem um melhor acesso à água para rega.
5. A simples existência da estação de dessalinização aumentará os custos de água potável em bruta para todo o Algarve por causa dos custos de manutenção e operação da estação, mesmo durante os anos em que não será necessária a produção de água potável.
6. A estação não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará disparar o preço para o consumidor doméstico desse bem essencial à vida que é a água.
7. Os impactes negativos deste projecto estão desvalorizados. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indirectamente, as pescas e o turismo.
8. Neste caso, a avaliação dos potenciais impactos da descarga de salmoura na biológia béntica é inadequada. Neste zona, há habitats localizados em que a água doce dos aquíferos descarrega para o fundo do mar, tal como em Olhos de Água. A salmoura poderá não dispersar talo

facilmente e poderá criar uma zona hipersalina no fundo do mar, prejudicando a flora e fauna bentica distante da descarga – inclusivamente da Área Marinha Protegida do Algarve.

9. Existe potencial para a salmoura penetra no aquífero através das zonas de interconeção entre o mar e as águas subterraneas. Tal acontecimento poderá prejudicar ainda mais a salinização dos aquíferos costeiros. Não foi feito uma modelação dos potenciais impactos desta interligação entre o mar e os aquíferos costeiros.
10. Na zona costeira do Algarve já existem problemas resultantes dos macroalgas invasoras. O estudo não discute adequadamente como o sistema funcionará durante os períodos de crescimento destas algas, que normalmente são durante o verão quando é mais provável que a Estação será em operação. O entupimento das captações e das bombas serão extremamente provável, resultando em ainda maores custos de manutenção e operação.
11. A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água, pelo que não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática -foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às. Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo.
12. A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)» do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, nomeadamente em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares .
13. E no que respeita à Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade: Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma Região de risco máximo Elevado pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso.

Assim, e para os devidos efeitos, reafirmamos a nossa OPOSIÇÃO ao projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Atenciosamente

Stephen Hugman

Presidente da Direção

zero.

_ parecer

Parecer relativo ao Estudo de Impacte Ambiental (EIA) da Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve (EDAMA)

A ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável, com base na consulta dos documentos disponibilizados no Sistema de Informação sobre Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), vem por este meio apresentar o seu parecer relativo ao EIA da EDAMA.

Notas introdutórias

A EDAMA surge como medida de incremento da oferta, no âmbito da análise feita pelo Plano Regional de Eficiência Hídrica (PREH) do Algarve. O PREH Algarve veio a ser, entretanto, incluído no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) de Portugal, com uma verba alocada de 237 milhões de euros (€). A EDAMA faz parte da submedida 6 da medida C09-i01, dentro das medidas para a resiliência, afeta à promoção da dessalinização de água do mar.

Da análise efetuada destaca-se o facto de a documentação apresentada no EIA se focar essencialmente nas infraestruturas da estação de dessalinização, no respetivo processo e nos seus impactes, deixando de fora implicações importantes que a construção de uma infraestrutura deste género terá sobre o uso da água no território de incidência do projeto. A Estação de dessalinização surge assim sob a égide de **"garantir a resiliência do abastecimento público à população da região"** e da **"garantia da disponibilidade de água para os consumos atuais e futuros"** sem que sejam apresentadas estimativas daquelas que são as necessidades, atuais e futuras, em termos de abastecimento público, deixando perceber que será uma medida focada no incremento da oferta de água, não apenas para o setor urbano mas também para o **setor agricultura**, saindo mais uma vez beneficiado aquele que é o setor que mais água consome na região do Algarve. De acordo com o EIA "**a entrada em funcionamento da EDAMA permitirá reduzir o volume de água extraído das MA subterrâneas**" o que indiretamente contribui para o aumento da oferta para uso agrícola. Também o alívio das captações de águas superficiais (estimado em 80% do total captado para abastecimento público) permite que possa haver maior volume utilizável para outros fins nos aproveitamentos de fins múltiplos, beneficiando, sobretudo, o setor agrícola.

Segundo a proposta para o 3º ciclo do Plano de Gestão da Região Hidrográfica (PGRH) das Ribeiras do Algarve - num quadro geral de diminuição da precipitação - estima-se que o uso de água para abastecimento público possa vir a **aumentar cerca de 1%** (2021-2033), enquanto no mesmo período o regadio agrícola tem um **aumento esperado de cerca de 25%**. Uma vez que o abastecimento público é o uso prioritário e está sujeito a um incremento relativamente pequeno, temos que o aumento da oferta, na ausência de medidas que regulem a procura para o regadio, acaba por ser uma medida que **favorece sobretudo o modelo de intensificação agrícola em expansão no território.**

Importa perceber quais as origens de água que irão ser aliviadas em termos de procura com a implementação do projeto, para aferir se a hierarquia de usos está a ser respeitada na base ou se existe uma realocação das origens, ficando o abastecimento público com uma parte do fornecimento de água a partir de um processo mais oneroso, que os cidadãos terão de suportar direta ou indiretamente, enquanto uma agricultura industrializada e financeirizada acaba por ser indiretamente subsidiada.

Parca justificação da necessidade do projeto

Insípida caracterização da situação dos recursos hídricos

- É apontada, em termos gerais, a situação de escassez hídrica dos territórios do Algarve, sem que seja devidamente especificado quais as necessidades e disponibilidades de água para abastecimento público e respetivas origens, assim como a projeção futura das necessidades. A descrição das pressões quantitativas cinge-se à área de estudo do projeto, no entanto a EDAMA pretende abastecer os sistemas da região do Algarve, pelo que deveria ter sido feita uma caracterização regional. Era importante o EIA ter descrito estes aspetos relevantes para poder-se justificar a solução escolhida (ponto 2 e 4 anexo V RJ AIA)
- Dado que cerca de 80% da água captada para abastecimento público advém de águas superficiais, importava caracterizar estas origens, a sua situação atual e futura, outros usos associados, etc.
- Apesar do PREH do Algarve fazer esses exercícios, o EIA deve explicitamente incluir as conclusões relevantes que possam justificar o projeto.
- Dado que o abastecimento público é a principal prioridade no uso da água, deve ser explícito se as correntes origens de água podem satisfazer as necessidades atuais e futuras.

Pouca definição dos objetivos do projeto

- Embora a EDAMA tenha já um corpo robusto de antecedentes, os objetivos concretos do projeto devem estar vertidos no EIA, não apenas as ponderações técnicas para a escolha da tecnologia a implementar e da localização.

Ausência de ponderação de alternativas

- As alternativas a ponderar em EIA não deverão ser apenas alternativas do projeto, revelando variações pouco relevantes face à solução escolhida, mas sim alternativas ao projeto perante as necessidades identificadas. Neste sentido o EIA não apresenta alternativas razoáveis (ponto 2, anexo V RJ AIA)

É referido no tomo 3 que a "**não concretização do projeto implicará uma crescente degradação da oferta de água potável às populações, sendo expectáveis não apenas períodos (mais frequentes e mais prolongados) de escassez, como igualmente de menor qualidade da água disponível**" (1.13). Tendo em conta que o abastecimento público de água é o uso prioritário, será importante explicar o cenário em que haja limitações de oferta de água às populações - sem que haja uma falha total na regulação de outros usos (ex: agrícola) que a ponham em causa ou falha total na melhoria da eficiência dos sistemas de abastecimento.

O projeto está maculado com a ausência de uma justificação minimamente aceitável da necessidade desta solução, que parte de uma insuficiente clarificação das necessidades e das suas causas.

Fraca ponderação dos custos de operação e manutenção das instalações e dos efeitos socioeconómicos do projeto associados ao preço da água.

O EIA não reflete sobre os impactes socioeconómicos resultantes de um expectável aumento do preço da água, estando completamente omissa uma estimativa dos custos de operação e manutenção das infraestruturas, os quais irão influenciar diretamente o preço da água que será adicionada ao sistema de abastecimento público. Da mesma forma, o EIA não permite perceber se os custos de operação e manutenção das instalações foram considerados na escolha da tecnologia de dessalinização e do impacto que cada componente do projeto e as respetivas etapas do processo de dessalinização representa no preço final da água produzida.

Relativamente às tarifas que serão imputadas aos consumidores finais da água produzida, o EIA não apresenta uma análise do impacto que os custos de produção da água dessalinizada terão sobre essas tarifas e sobre o equilíbrio económico-financeiro das entidades gestoras dos serviços de abastecimento, o que é de extrema importância se

considerarmos que a água dessalinizada poderá apresentar custos dez vezes superiores ao da água produzida de forma tradicional (1). Importa aqui relembrar que o PENSAARP 2030, recentemente aprovado em Conselho de Ministros, veio evidenciar a excessiva dependência de subsidiação de grande parte das entidades gestoras e a necessidade de implementar aumentos tarifários como forma de redução dessa dependência e de garantir o cumprimento do princípio do utilizador-pagador, o que a concretizar-se no Algarve poderá agravar fortemente as tarifas a pagar pelos consumidores por inerência de se estar a introduzir no sistema de abastecimento, uma água com um custo de produção substancialmente mais elevado.

Pertinência do projeto face às atuais perdas de água no sistema de abastecimento do Algarve

O investimento RE-C09-i01 – Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve (PREHA) inclui um conjunto de medidas complementares, entre as quais a promoção da dessalinização da água do mar, onde se inclui a EDAMA, e também a redução das perdas de água no setor urbano. Para esta última medida, gerida pela Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL) ao abrigo do PREHA, o PRR prevê um investimento de 35 M€, uma verba que segundo uma notícia recentemente divulgada pela AMAL (2) foi reforçada em 8,9 milhões de euros, perfazendo um total de quase **44 M€ "para a reabilitação dos sistemas de abastecimento de água em baixa dirigido à redução de perdas reais de água**". Até ao momento, terão sido aprovadas 31 candidaturas, a que corresponde um investimento de 21 M€ sendo que, no final da execução do projeto, se prevê que "**sejam reabilitados 125 km de rede de abastecimento de água em baixa, contribuindo para uma redução de 2 hm^3 na procura de água nos sistemas naturais**", o equivalente a 15% das atuais perdas reais do sistema.

Analisando o último relatório da ERSAR-RASARP 2022, percebemos que a percentagem de água não faturada nas 19 entidades gestoras do Algarve varia entre os 8,9 % e os 53,1%, o que coloca em causa o objetivo de adicionar água dessalinizada num sistema cuja **água não faturada ronda, em média, os 30%.** De acordo com o PREHA, **as perdas reais nas redes de distribuição do Algarve superam os 13 milhões de m^3** (13 hm^3), ou seja, **um volume superior ao de água dessalinizada inserido no sistema de abastecimento que será de 12,5 hm^3/ano**, considerando um volume diário de água tratada de 34 264 m^3. Conclui-se assim que o objetivo de reforçar a resiliência hídrica do sistema de abastecimento do Algarve e de garantir as necessidades hídricas atuais e futuras do abastecimento público poderá ficar em causa se não existir um esforço efetivo para aumentar a eficiência hídrica do sistema, correndo-se o risco de se estar a injetar água com um elevado custo de produção que posteriormente se irá perder devido à ineficiência das redes de abastecimento, pondo em causa a utilidade deste investimento.

Pouca clareza na quantidade de energia exigida

Como referido no EIA, "a dessalinização com recurso a osmose inversa trata-se de um processo que implica consumos energéticos muito expressivos". Desta forma, tendo em conta os potenciais impactes ambientais na conjuntura atual das alterações climáticas, o perfil energético deste empreendimento deveria estar claro, conciso, centralizado e coerente.

Verificamos que são demonstrados valores, ao longo do documento, em vários capítulos distintos que refletem os consumos elétricos previstos de forma incoerente e dispersos no estudo, nomeadamente, referentes a:

- operação da estação e para a estação elevatória 1: **48,5 GWh/ano** (tomo 1 pág. 96);
- presença, funcionamento e manutenção da UPAC: **48,5 GWh/ano** (tomo 3 pág. 21);
- estação de dessalinização: **72,8 GWh/ano** (tomo 3 pág. 41);
- estação elevatória de água bruta: **10,5 GWh/ano** (tomo 3 pág. 39);
- consumos de energia elétrica necessária nas operações da fase de exploração: **153.634 kWh/dia** (elementos adicionais pág. 39), valor equivalente a **56,08 GWh/ano** (x 365/1000000)

Neste sentido, questionamo-nos acerca dos cálculos que deram origem aos vários valores apresentados e solicitamos maior transparência neste tema. Perante os valores apresentados no tomo 3, somadas as várias parcelas de energia requerida, temos um valor de 131,8 GWh/ano (48,5+72,8+10,5), que incrementa em cerca de 2,5 vezes o valor apresentado no tomo 1.

Adicionalmente, achamos importante maior clareza nos valores relativos à cobertura das necessidades elétricas feita pela UPAC. Novamente, verificam-se valores incoerentes ao longo do documento, nomeadamente:

- **14%** de eletricidade fornecida pela UPAC (tomo 4 pág.35)
- **22%** da eletricidade fornecida pela UPAC (tomo 1 pág. 96).

Pouca clareza na quantidade de água produzida

Sendo um projeto com o objetivo primeiro de aumentar a quantidade de água disponível para abastecimento público, a avaliação da necessidade e do custo/benefício deste projeto rege-se perante o valor da quantidade real de água tratada produzida em média por ano. Neste tema, o EIA deveria estar claro, coerente e centralizado no documento, sendo que, em pontos dispersos no estudo feito, encontramos valores diferentes para a quantidade média de água tratada produzida, nomeadamente:

- 34 264 m3/dia (tomo 1 pág. 96), equivalente a cerca de 12,5 hm^3/ano
- 595 litros/s (tomo 3 pág. 41), equivalente a cerca de 18,75 hm^3/ano, cerca de 50% superior ao outro valor apresentado.

Esta variação faz oscilar a satisfação da procura para o abastecimento público entre 16 e 25%.

Perante estas incongruências, juntamente com a omissão dos custos associados ao projeto, achamos os documentos do EIA insuficientes na demonstração da utilidade deste empreendimento e dos verdadeiros custos, monetários e ambientais, associados.

Desvalorização dos fatores de risco associados à rotura de condutas.

Na avaliação dos fatores internos de risco, nomeadamente os que respeitam a acidentes de poluição e falhas em infraestruturas como roturas nas condutas, e apesar de evidenciada a sua possível gravidade, o EIA apenas refere as consequências económicas e sociais descurando por completo as consequências ambientais, particularmente se tivermos em conta que na alternativa 1, tanto a conduta de água bruta quanto a de salmoura estão localizadas ao longo da Ribeira de Quarteira, o que em caso de acidente representa riscos acrescidos para os recursos hídricos associados. O EIA limita-se a referir que existirá uma redução significativa da probabilidade de ocorrência dos riscos em caso de cumprimento das normas de segurança, procedimentos de emergência e manutenção dos equipamentos sem fazer uma avaliação detalhada dos riscos e das respetivas medidas de minimização/mitigação a implementar, as quais são aparentam ser manifestamente insuficientes.

Cumprimento do Princípio de Não Prejudicar Significativamente (DNSH)

O promotor decidiu fazer uma verificação do Princípio DNSH a partir do confronto com três diretivas comunitárias (Habitats, AIA e DQA), no entanto, as questões relevantes não são frontalmente respondidas, ou seja, se o projeto é compatível com os seis objetivos ambientais abrangidos pelo Regulamento Taxonomia:

- Dá origem a emissões significativas de gases com efeito de estufa (GEE)?
- Dá origem a um aumento dos efeitos negativos do clima atual e do clima futuro previsto, sobre a própria atividade, as pessoas, a natureza ou os ativos?
- É prejudicial para o bom estado ou o bom potencial ecológico das massas de água, incluindo as águas de superfície e subterrâneas, ou o bom estado ambiental das águas marinhas?

- Dá origem a ineficiências significativas na utilização dos materiais ou na utilização direta ou indireta dos recursos naturais, ou aumenta significativamente a produção, a incineração ou a eliminação de resíduos, ou a eliminação a longo prazo dos resíduos pode vir a causar prejuízos ambientais significativos e de longo prazo?
- Dá origem a um aumento significativo das emissões de poluentes para o ar, a água ou o solo?
- É significativamente prejudicial para as boas condições e a resiliência dos ecossistemas ou para o estado de conservação dos habitats e das espécies, incluindo os de interesse da União Europeia (UE)?

Há que ter em conta que "(e)*mbora o cumprimento da legislação da UE em vigor constitua um forte indício de que a medida não implica prejuízos ambientais, não implica automaticamente que uma medida cumpra o princípio de «não prejudicar significativamente», nomeadamente porque alguns dos objetivos abrangidos pelo artigo 17.o ainda não estão plenamente refletidos na legislação ambiental da UE*" (5).

Quanto à primeira questão: **dá origem a emissões significativas de GEE?**

O ponto crucial é o claro contributo em termos de emissão de GEE, que é muito significativo. A operação da central fotovoltaica não chega para compensar as emissões derivadas do uso de energia da estação elevatória. A **EDAMA** atinge contributos muito elevados de emissões, sobretudo derivado do uso de energia (mais de 9 000 tCO_2eq/ano) - ao longo da vida útil serão 270 000 tCO2eq/ano.

Tendo em conta os valores anuais de emissões, durante a fase de exploração (subtraindo a mitigação pela energia renovável produzida na Unidade de Produção para Autoconsumo e não considerando a utilização de veículos) dá-se esmagadoramente devido à operação da EDAMA, que, em termos relativos, é cerca de 50% da massa de gases de efeito de estufa emitida pela indústria do concelho de Albufeira no ano de 2019 (3).

O projeto prejudica evidentemente este objetivo ao dar origem a emissões significativas de GEE e o EIA não estabelece uma argumentação consistente em contrário a esta conclusão. Afirma-se que a construção de "*um sistema de produção de energia renovável fotovoltaica*" contribui para que o projeto não comprometa a mitigação das alterações climáticas, mas como vimos, ainda com este contributo - e devido ao uso massivo de energia - a contribuição para as emissões de GEE por via do consumo é muito significativa (poder-se-á vir a atenuar com a transição energética da rede nacional, mas o projeto não deixa de ser um contributo significativamente antagónico ao objetivo).

Quanto à última questão: é **significativamente prejudicial para as boas condições e a resiliência dos ecossistemas ou para o estado de conservação dos habitats e das espécies**, incluindo os de interesse da UE?

Existe a afetação de habitats protegidos, incluindo habitat prioritários. As Diretivas Aves e Habitats (Diretivas n.º 79/409/CEE e n.º 92/43/CEE) pressupõem a proteção de certas espécies e habitats, independentemente de se encontrarem dentro de áreas protegidas. Infelizmente a ponderação da conformidade com o princípio DNSH afunila na afetação de áreas de Rede Natura 2000, sem fazer uma ponderação dos habitats afetados, entre eles três prioritários, nem da Important Bird Area (IBA) Vilamoura.

O processo de AIA deveria garantir uma caracterização adequada dos valores em presença. Neste EIA a caracterização aparenta ser incipiente. Ainda assim são identificados impactes certos e irreversíveis, assim como potenciais. O mais claro é a ocupação da própria EDAMA, e pela unidade de produção de energia, de área identificada como habitat prioritário 6220 (*Subestepes de gramíneas e anuais da *Thero-Brachypodietea*). E ainda afetações, ainda que temporárias, dos habitats dunares 2130 e 2270. A alternativa 1 para o trajeto das condutas também ladeia a IBA, ao longo da ribeira de Quarteira.

Também as questões 4 e 5, respeitante à **eliminação de resíduos e emissões poluentes** não são respondidas de forma convincente.

O projeto irá aumentar estes dois fatores, quer os seus efeitos estejam diluídos ou não. As substâncias libertadas quer, sistematicamente, para o controlo do desenvolvimento de moluscos nas torres de captação, quer em grandes volumes pelos rejeitados do processo de dessalinização (podendo atingir mais de 1 000 l/s de rejeição de salmoura). Existe um aumento significativo de emissões para o meio hídrico marítimo e levant questões sobre os impactes a longo prazo.

Há que também considerar impactes indiretos advindos da execução do projeto, nomeadamente a criação de condições de expansão de um modelo de regadio que, comprovadamente, tem impactes significativos nos recursos hídricos e na biodiversidade.

Conclusões e sentido do parecer

A EDAM do Algarve tem como objetivo principal a diversificação das origens da água para o abastecimento público, aumentando assim a oferta. No entanto, esta solução acarreta custos económicos e ambientais significativos, nomeadamente o aumento do custo da água, a elevada emissão de GEE por via do consumo de energia, riscos de contaminação de solos com águas salgadas, libertação em grandes quantidades de salmoura e subprodutos do processo de dessalinização para o meio hídrico marítimo, afetação de habitats prioritários, entre outros.

Contudo, existem omissões importantes que não permitem uma justificação do projeto, dada a falta de caracterização das necessidades e avaliação de alternativas. Outras mais omissões e a informação incongruente acima apontadas, não permite aferir se o projeto é capaz de cumprir o seu pressuposto de forma eficaz e eficiente.

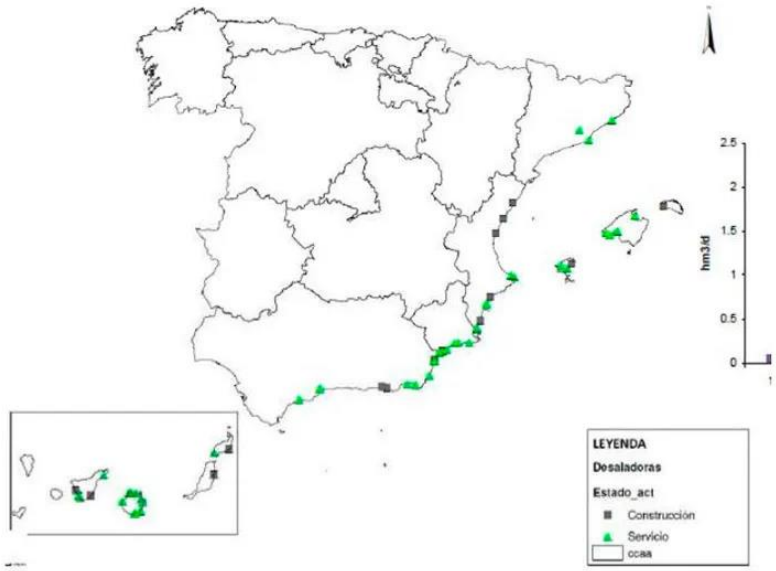
As perdas significativas existentes nos ramais de abastecimento da região do Algarve são equivalentes aos volumes de água tratada produzida pela EDAMA, no entanto, as medidas previstas para melhorar a eficiência têm uma eficácia reduzida.

Na ausência de limitações claras ao consumo de água pelo principal setor utilizador dos recursos hídricos, questionamos os benefícios e quem são os verdadeiros beneficiários desta solução, uma vez que os custos da implementação e o impacto nas tarifas junto do consumidor estão omissos no EIA apresentado. O abastecimento público é prioritário, sendo que o EIA parece assumir que o mesmo está em risco sem oferecer uma justificação. As dinâmicas de consumos pintam uma realidade em que é o setor agrícola, no modelo de regadio dominante, que impulsiona a procura, o que pode levar a que seja este o principal beneficiário do reforço da oferta, visto que existe uma partilha de origens. Antevê-se, pois, um contexto em que os cidadãos ficarão a depender de uma solução mais onerosa que terão de suportar, por via tarifária, ou indiretamente com a subsidiação pública continuada do sistema.

Os ganhos feitos por mais 13 a 18hm^3 de reforço podem ser rapidamente perdidos devido à intensificação agrícola no modelo corrente: indiretamente, a dessalinizadora poderá estar, na realidade, a favorecer a expansão do regadio no território, numa transferência do investimento público e dos recursos para os agentes financeiros privados que dominam o tipo de regadio dominante.

A situação de Espanha pode ser uma referência a considerar, sendo que as dezenas de Estações de Dessalinização e a diversificação de origens de água não promoveram uma resiliência face à escassez hídrica, num palco de expansão desenfreada do regadio. A sombra de um propósito indireto de fomentar o crescimento de uma agricultura monocultural e financeirizada, com impactes socioambientais severos, deixa uma mácula neste projeto.

A ZERO considera a dessalinização uma via importante no contexto da região do Algarve, mas é necessário que o projeto se robusteça em termos de avaliação. As lacunas importantes deste EIA, a nosso ver, obrigam a um maior rigor através de uma reavaliação que elimine as graves insuficiências detetadas.



Localização das principais Estações Dessalinizadoras em Espanha (4)

(1) https://www.publico.pt/2022/03/04/ciencia/noticia/transformar-agua-mar-custos-momento-certo-1997313
(2) https://amal.pt/comunicacao/901-aprovado-reforco-de-verbas-para-a-reabilitacao-dos-sistemas-de-abastecimento-de-agua

(3) APA (2021). *Emissões de Poluentes Atmosféricos por Concelho - 2015, 2017 e 2019*. https://apambiente.pt/sites/default/files/_Clima/Inventarios/APA_Emissoes_Concelho_2015_2017_2019_SITE.PDF

(4) Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente

(5) CE (2021/C 58/01). *Orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» ao abrigo do Regulamento que cria um Mecanismo de Recuperação e Resiliência*.

19 de dezembro de 2023
A Direção da ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável

PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA

Parecer da Comissão Política Distrital do PAN ALGARVE sobre a Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve em consulta pública.

A Comissão Política Distrital de Faro vem por este meio, transmitir o seu parecer de **DISCORDÂNCIA** perante a Instalação de uma Estação de dessalinização que será situada no concelho de Albufeira.

O motivo que nos leva a esta posição de ser contra esta iniciativa, não se prende pelo facto de sermos contra a dessalinização em si, mas sim pelos moldes em que esta estação está a ser concebida.

A Comissão Política Distrital do PAN Algarve a 3 de Fevereiro expôs à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), Agência Portuguesa de Ambiente (APA) e Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), entre outras organizações relevantes para a gestão ambiental na região e no país, soluções mais sustentáveis no que toca à tecnologia a ser usada na futura central de dessalinização do Algarve. Foram propostas investigações para a possibilidade de criação de mecanismos de dessalinização "offshore" através de processos mecânicos, com aproveitamento dos subprodutos de salmoura, passando estes a ser um recurso mineral, ao invés de um elemento tóxico a ser dissolvido no mar da nossa costa. Caso houvesse disponibilidade por parte das entidades para considerar estas propostas, certamente teríamos opções muito mais ecológicas, e possivelmente menos custosas.

As partes que consideramos mais preocupantes e para as quais precisamos ter atenção e respostas por parte do promotor (Águas do Algarve) após esta consulta pública, são as seguintes:

Documento 'Resumo Não Técnico'

https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3667/07_eia_rnt20231027113713.pdf

Pág. 6:

"Nestas torres ocorrerá a **injeção periódica de desinfetantes**, estes têm como função evitar o desenvolvimento de moluscos no interior do circuito de tomada de água" (**Hidrocloreto de Sódio**)

Pág 9:

"Neste processo serão produzidas **escorrências das descargas de fundo de cada um destes processos e da lavagem dos filtros** que serão **encaminhadas para o reservatório de salmoura e águas sujas, com ligação direta ao mar** (circuito de descarga de salmoura)."

"Tal como no pré-tratamento, também as **escorrências das descargas de fundo de cada um dos processos de tratamento e da lavagem dos microfiltros**, serão **encaminhadas para o reservatório de salmoura e águas sujas, com ligação direta ao mar**."

Pág 10:

"De forma a garantir o bom funcionamento da EDAM, será instalado um **circuito de emergência para descarga dos reservatórios de água tratada, de água remineralizada e de água suja de lavagem dos filtros de calcite**, este circuito tem como **destino a ribeira de Quarteira**. Estas descargas de emergência e de fundo encontram-se já no término do processo de tratamento, logo, esta descarga ocorre com água tratada, **não constituindo um perigo de contaminação para esta massa de água** (pretendemos esclarecimentos sobre esta última frase)."

Pág 11:

"**Para além das lamas e da salmoura, serão produzidos vários subprodutos** na EDAM, a saber: – Escorrências da linha de lamas (espessamento, desidratação, lavagens, descargas de fundo, etc.); – Descargas de fundo dos diferentes processos descritos; – Escorrências do edifício de reagentes; – Efluentes resultantes da lavagem química (CIP) das membranas de osmose inversa. Estes subprodutos terão de ser devidamente encaminhados ou para a estação elevatória de escorrências, ou para a estação elevatória de águas sujas de lavagem dos filtros. **Os respetivos fluidos serão enviados para o reservatório de águas sujas / salmoura, com ligação ao circuito de descarga de salmoura no mar**."

Pág. 15: Prevê **futuras condições climáticas** negativas na região.

Pág 17:

"A nível faunístico foram identificadas 129 espécies (1 crustáceo, 1 anfíbio, 5 répteis, 114 aves e 8 mamíferos). Destas, **19 estão ameaçadas**."

Além destes pontos mais preocupantes, o documento também refere o seguinte:

Pág 21:

"Ao nível da reutilização de águas tratadas por ETAR, das estações existentes na envolvente da área de estudo, apenas duas requerem que o tratamento seja mais avançado do que o atualmente instalado para se considerar a sua reutilização. Em termos de usos, **salienta-se o potencial de reutilização para rega e usos urbanos.** A reutilização de águas tratadas é uma das componentes do Plano de Regional de Eficiência Hídrica do Algarve."

No que diz respeito à listagem apresentada nas **págs. 22 e 23** referente a "PRINCIPAIS MEDIDAS DE MITIGAÇÃO DOS IMPACTES NEGATIVOS E DE POTENCIAÇÃO DOS IMPACTES POSITIVOS" **não é feita qualquer referência à mitigação dos impactos gerados pelos efluentes** da estação.

Como conclusão o documento refere que "A implementação do Estudo Prévio da Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve **gerará impactes negativos significativos, principalmente na fase de construção**.", o que levanta preocupação mais uma vez em relação aos vários efluentes, que não são referidos como um impacto negativo da EDAM.

Perante todas estas indicações que consideramos serem alarmantes, não podemos ser favoráveis à Implementação desta Estação de Dessalinização do de água do mar.

Com os melhores cumprimentos,

Pela Comissão Distrital do PAN de Faro

Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

Paulo Fernando da Graça Constantino, CC 09080291, vem apresentar a sua **DISCORDÂNCIA** com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que se apresentam de seguida.

- Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, que será compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços elevados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará **disparar o preço para o consumidor doméstico** desse bem essencial à vida que é a água.
- **A eficácia deste projeto é reduzida**, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores.
- Os **impactes negativos deste projeto estão desvalorizados**. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis e os problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo.
- **A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água**, pelo que **não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais** - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo.
- **A construção da Estação de Dessalinização é contraditória com Diretrizes da União Europeia,** porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, **e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)»** do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados**, nomeadamente** em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, **não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares** .
- E, no que respeita à **Avaliação Nacional de Risco, o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade:** Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma **região de risco máximo elevado** pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso.

Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

Nome Mª Manuela R. Trindade C. Marques, CC ou NIF 146.931.700, Email ~~ou outro contacto~~ mmarquesmm4@gmail.com Venho manifestar a minha **TOTAL CONCORDÂNCIA** com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida.

- Assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa reputada, que será justamente compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços moderados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará **diminuir o preço para o consumidor doméstico** desse bem essencial à vida que é a água.
- **A eficácia deste projeto é elevada**, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora responderá cabalmente às necessidades anuais de cerca de 1.000.000 consumidores.
- Os **impactes positivos deste projeto estão desvalorizados**. Há estudos científicos e técnicos relativos aos reduzidos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o reduzido consumo de combustíveis e à não existência de problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai aumentar, impactando positivamente a vida marinha e as praias algarvias e assim, diretamente, as pescas e o turismo.
- **A concretização do projecto está alinhada com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água**, pelo que **resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais** - é coerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo.
- **A construção da Estação de Dessalinização está alinhada com Diretrizes da União Europeia,** porque promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, **e respeita cabalmente o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)»** do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados**, nomeadamente** em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, **considerando assim a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), e a Directiva das águas balneares** .
- E no que respeita à **Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade:** Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma **região de risco mínimo** pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento altamente louvável.

Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha TOTAL CONCORDÂNCIA E APOIO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

Nome jose Manuel Madeira Neto, CC ou NIF 105716710, Email ou outro contacto jomadneto@gmail.com, venho manifestar a minha **TOTAL CONCORDÂNCIA** com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida.

- Assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa reputada, que será justamente compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços moderados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará **diminuir o preço para o consumidor doméstico** desse bem essencial à vida que é a água.
- **A eficácia deste projeto é elevada**, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora responderá cabalmente às necessidades anuais de cerca de 1.000.000 consumidores.
- Os **impactes positivos deste projeto estão desvalorizados**. Há estudos científicos e técnicos relativos aos reduzidos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o reduzido consumo de combustíveis e à não existência de problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai aumentar, impactando positivamente a vida marinha e as praias algarvias e assim, diretamente, as pescas e o turismo.
- **A concretização do projecto está alinhada com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água**, pelo que **resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais** - é coerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo.
- **A construção da Estação de Dessalinização está alinhada com Diretrizes da União Europeia,** porque promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, **e respeita cabalmente o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)»** do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados**, nomeadamente** em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, **considerando assim a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), e a Directiva das águas balneares** .
- E no que respeita à **Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade:** Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma **região de risco mínimo** pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento altamente louvável.

Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha TOTAL CONCORDÂNCIA E APOIO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

ANAC
Autoridade Nacional da Aviação Civil
Portuguese Civil Aviation Authority

Exmo. Senhor
Dr.º Nuno Lacasta
Presidente do Conselho Diretivo da
Agência Portuguesa do Ambiente
Rua da Murgueira, 9/9A - Zambujal
AP. 7585
2610-124 Amadora
rp@apambiente.pt

N/Ref.: DIN|DIA - 2023/2226 DATA:06NOV2023

S/Ref.: Ofic. Circ. S065166-202310-DCOM.DCA de 30/10/2023

ASSUNTO: Consulta Pública do projeto "Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve" – AIA 3667

Correspondendo à solicitação efetuada através do ofício circular em referência, informa-se que a zona em estudo, no concelho de Albufeira (União de freguesias de Albufeira e Olhos de Água), se encontra parcialmente abrangida (a Leste) pela "Zona 7 (superfície horizontal exterior)" da servidão do Aeroporto de Faro, a que se refere o Decreto-Lei n.º 51/80 de 25 de março, não sendo abrangida por qualquer outra servidão aeronáutica civil ou zona de proteção de aeródromos civis certificados, nem por áreas de proteção de pista para ultraleves aprovadas pela ANAC. Também não se encontra nas proximidades de pontos de scooping.
Tendo em consideração o tipo de intervenção e as cotas a que se desenvolve, não se verificará qualquer interferência com a Zona 7, já que nesta zona apenas carecem de parecer as construções que, simultaneamente tenham mais de 30 m de altura do solo e se elevem acima da cota absoluta de 160 m.
Assim, e face ao exposto, esta Autoridade nada tem a obstar ao projeto.

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora de Infraestruturas e Navegação Aérea

Assinado por: **RUTE CASTRO LOPO RAMALHO**
Num. de Identificação: 10272778
Data: 2023.11.06 20:49:14+00'00'

Rute Ramalho

(Por subdelegação de competência – Despacho n.º 2052/2022
Diário da República, 2.ª série, N.º 33, de 16 de fevereiro de 2022)

JF

Rua B, Edifício 4 - Aeroporto Humberto Delgado - 1749-034 Lisboa - PORTUGAL
NIF - 504 288 806
Tel. +351 212 842 226 * Fax +351 218 402 398
www.anac.pt * e-mail: geral@anac.pt

Agência Portuguesa do Ambiente

Projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

Processo de AIA n.º 3367

Estudo de Impacto Ambiental

Despacho n.º e-REG/DSP/2023/801, de 9 de fevereiro de 2023

Participação em sede de consulta pública

Ex.mo Senhor Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente,

A sociedade **SEACLIFF - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS, S. A.**, pessoa coletiva n.º 506257614, com sede na Urbanização Pine Sun Park, Zona A-1, Pinhal do Concelho, 8200-647 ALBUFEIRA, proprietária de parte dos terrenos em que se pretende a instalação do Projeto, vem apresentar participação em sede de consulta pública, o que faz nos termos e com os fundamentos seguintes:

I. ENQUADRAMENTO DO PROJETO

A necessidade de criar uma alternativa capaz de garantir a resiliência do abastecimento público à população da região do Algarve, mesmo em períodos de seca prolongada, conduziram à elaboração de diversos planos e estudos, que terão concluído pela criação de uma estação dessalinizadora na localização proposta no Estudo de Impacto Ambiental ("**EIA**").

Em 2020, foi aprovado o Plano Regional de Eficiência Hídrica da Região do Algarve (**PREHA**), documento elaborado pela APA e Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (**DGADR**), que aponta o recurso a dessalinização de água do mar como uma das medidas estruturais possíveis para o reforço da capacidade de produção de água e de redução da pressão dos recursos hídricos convencionais da região.

No seguimento da aprovação desse plano, em 2021 a Águas de Portugal terá elaborado um Estudo de Viabilidade Técnica e Económica. De acordo com o EIA, nesse documento apresentam-se as justificações técnicas para definição da tipologia da solução preconizada para a dessalinização, os critérios utilizados para seleção de potenciais localizações, bem como as principais características a considerar e finalmente um conjunto de potenciais localizações a estudar. Nomeadamente, "*identificaram-se potenciais localizações no Barlavento, Sotavento bem como na Zona Central*".

Com base nesse estudo, a Águas do Algarve terá promovido a realização dos Estudos e Consultoria para a Implementação da Dessalinização na Região do Algarve, que compreenderam várias etapas para

a definição das soluções de localização, captação, configuração e técnicas, que culminaram o desenvolvimento do Estudo Prévio objeto do presente EIA.

Terá sido no âmbito deste estudos que foram detalhadas e avaliadas possíveis soluções nas diferentes localizações. Deste processo, e sempre de acordo com o EIA, terá resultado um Relatório Técnico de Caracterização e Comparação técnico-económica e ambiental de alternativas, elaborado pela COBA, de junho de 2022, que considera e compara apenas duas alternativas: a Alternativa Albufeira e Alternativa Lagos.

Nas etapas iniciais do estudo prévio ainda foram consideradas as duas alternativas, sendo que a circunstancia de a Alternativa Lagos alegadamente gerar as interferências com duas Zonas Especiais de Conservação levou a que se concluísse que, seguramente, esta solução seria sempre fortemente penalizada pela afetação da Rede Natura 2000. Neste sentido, da análise da situação, em que terão sido ponderados os aspetos técnicos e ambientais da Alternativa Lagos, decidiu-se abandonar a mesma, tendo, consequentemente, passado a concentrar-se os estudos técnicos na região de Albufeira, e, consequentemente, nas soluções inerentes a esta Alternativa Albufeira.

Segundo o EIA, os municípios intersetados pela área de estudo do Projeto serão diretamente beneficiados pela garantia de disponibilidade de água para os consumos atuais e futuros. Para além disto, o projeto permitirá aumentar a resiliência para toda a região do Algarve, especialmente tendo em conta o comportamento sazonal dos consumos verificados e o facto de a água proveniente do processo de dessalinização ir alimentar o sistema de distribuição gerido pela AdA para servir a região.

Assim, conclui-se que

> **O PREHA apresentou a dessalinização como uma possível medida de reforço da produção de água e de redução de pressão dos recursos hídricos convencionais do Algarve. Uma sequência de estudos técnicos decidiram pela necessidade de uma estação dessalinizadora e avaliaram várias alternativas de localização para a mesma, tendo optado pela localização apresentada no EIA, que foi assumida no EIA como um dado adquirido e definitivo.**

II. DA APLICAÇÃO DO RJAIA

O Projeto está sujeito a Avaliação de Impacto Ambiental ("**AIA**").

O Regime Jurídico de Avaliação de Impacto Ambiental ("**RJAIA**"), previsto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, aplica-se a todos os projetos suscetíveis de provocar impactes significativos no ambiente. Para tal, define à partida um conjunto de tipologias de projeto, para os quais estabelece certos limiares e critérios. Contudo, podem ser se sujeitos a AIA projetos que não se enquadram direta ou indiretamente nestas tipologias previstas.

Refere a Agência Portuguesa do Ambiente ("**APA**"), no seu *website*, que:

> "*Não obstante, qualquer projeto, mesmo não correspondendo a nenhuma das tipologias de projeto previstas nos anexo I e II, ou não atingindo os limiares definidos nesses mesmos anexos, pode ainda assim ser sujeito a AIA se, em função da sua localização, dimensão ou natureza, for considerado como suscetível de provocar um impacte significativo no ambiente.*"

Neste contexto, o próprio Resumo Não Técnico do EIA expõe que o Projeto se considera:

> "*(...) como suscetível de provocar um impacte significativo no ambiente em função da sua localização, dimensão ou natureza, de acordo com os critérios estabelecidos no Anexo III.*"

De notar que, embora no regime português não se inclua ainda menção expressa às estações de dessalinização no anexos do RJAIA, a lei espanhola (por exemplo) já o faz, no secção e) do grupo 8 do anexo II da Ley 21/2013, de 9 de deciembre, de evaluación ambiental.

Por conseguinte, devemos concluir que

> **O Projeto está indubitavelmente sujeito a AIA. O RJAIA aplica-se a todos os projetos suscetíveis de provocar impactes significativos no ambiente. O próprio EIA estabelece, com toda a clareza, que o Projeto em apreço, embora não se enquadre nas situações previstas do RJAIA, considera-se como suscetível de provocar um impacte significativo no ambiente em função da sua localização, dimensão ou natureza, de acordo com os critérios estabelecidos no Anexo III do RJAIA.**

III. DA APLICAÇÃO DE RJAAE

O Plano que enquadra o Projeto, nomeadamente o PREHA, está sujeito a Avaliação Ambiental Estratégica ("**AAE**").

O Regime Jurídico de Avaliação Ambiental Estratégica (**RJAAE**) está previsto no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho. Este instrumento aplica-se a planos e programas públicos cuja implementação possa enquadrar projetos suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente, nomeadamente os sujeitos a avaliação de impacte ambiental.

O regime foi estabelecido para que a avaliação ambiental tenha lugar num momento em que as possibilidades de tomar diferentes opções e de apostar em diferentes alternativas de desenvolvimento esteja ainda em aberto. Daí a necessidade de se realizar a AAE do contexto do plano ou o programa, antes que no âmbito e em execução destes surjam projetos concretos.

Segundo informação disponibilizada on-line pela APA, a AAE "*identifica, escreve e avalia os eventuais efeitos ambientais significativos resultantes de um Plano ou Programa anteriormente à sua elaboração ou durante esta e antes da sua aprovação.*"

No caso deste projeto, que está claramente sujeito a AIA, como vimos no ponto *supra*, os planos que o enquadram deveriam ter sido objeto de AAE previamente à elaboração do presente EIA, bem como os vários estudos técnicos e económicos que, alegadamente, foram desenvolvidos para auxiliar a escolha da localização proposta em comparação com as demais consideradas.

Como se verifica atualmente em relação ao caso do futuro aeroporto de Lisboa, a definição da localização é uma escolha que tem que ser obrigatoriamente submetida a AAE e os estudos que fundamental essa escolha têm que integrar esse procedimento de AAE.

Assim,

> **Os planos cuja implementação possa enquadrar projetos suscetíveis de estarem sujeitos a AIA, bem como os respetivos estudos técnicos e económicos que os fundamentam, têm obrigatoriamente de ser submetidos a uma AAE. Sendo o Projeto em causa, claramente, sujeito a AIA, não se compreende a não existência de uma AAE dos Planos em que o Projeto se enquadra e que se destina a executar.**

IV. DO DÉFICE PROCEDIMENTAL

O RJAAE prevê, segundo informação da APA: "*um processo contínuo e sistemático, logo a partir de um momento inicial do processo decisório, de avaliação da qualidade ambiental de visões alternativas e de perspetivas de desenvolvimento incorporadas num planeamento ou numa programação que vão servir de enquadramento a futuros projetos.*"

Em sede de AAE, deveriam ser equacionadas várias questões, como por exemplo:

(i) a necessidade de uma estação dessalinizadora;

(ii) a quantidade ideal de estações dessalinizadoras;

(iii) a localização das mesmas; e

(iv) e a capacidade de cada estação.

Pode considerar-se que, materialmente, os estudos apresentados no âmbito do EIA cobrem algumas das questões levantadas pelo RJAAE. Porém, têm de ser tidos em conta os requisitos específicos previstos nesta legislação, e sempre seguindo os procedimentos previstos na mesma.

Não tendo sido feita uma AAE, em sentido próprio, há um claro défice de legitimação dos procedimentos, não podendo ser considerada válida uma declaração de impacte ambiental de um projeto concreto, quando não foi promovida uma AAE do Plano que o enquadra.

Por conseguinte, devemos concluir que,

Apesar de, materialmente, alguns dos estudos enumerados no EIA poderem coincidir com os que seriam elaborados no âmbito da AAE, não foi elaborada uma AAE em sentido próprio. O défice de legitimação de procedimentos determina a invalidade do estudo agora apresentado.

V. DÉFICE DE PARTICIPAÇÃO E DE LEGITIMAÇÃO DEMOCRÁTICA

O artigo 7.º do RJAAE prevê a consulta pública dos Planos sujeitos a AAE. Por isso, mesmo que se considere que tenham sido realizado alguns estudos que, materialmente, se assemelhem à AAE, não houve lugar à discussão pública necessária, o que determina a invalidade dos mesmos. Ficaram assim todos os interessados impedidos de exercer o direito de pronúncia, numa fase em que tal pronúncia ainda poderia determinar alterações significativas, numa base de participação preventiva e não meramente sucessiva.

Nesta fase em que temos oportunidade de nos pronunciarmos, pela primeira vez, sobre este Projeto, a localização do mesmo já é apresentada como um dado adquirido, sem que tenha existido um único momento, durante todo o procedimento, que permitisse a participação pública. Aliás, veja-se que os vários estudos enumerados no EIA não foram nunca, nem o são agora, disponibilizados ao público (Relatório Técnico de Caracterização e Comparação técnico-económica e ambiental de alternativas; Estudos e Consultoria para a Implementação da Dessalinização na Região do Algarve; Estudo de Viabilidade Técnica e Económica).

Verifica-se um verdadeiro défice de participação e de legitimação democrática, que determina a invalidade do procedimento de AIA em curso e uma invalidade certa da eventual declaração de impacte ambiental que venha a ser emitida no âmbito do mesmo.

Em termos comparativos, esta invalidade torna-se muito evidente a partir do momento em que o Plano Regional de Eficiência Hídrica do Alentejo (Regiões Hidrográficas do Sado e Mira e Guadiana) é colocado em discussão pública (que está a decorrer, por acaso): https://participa.pt/pt/consulta/plano-regional-de-eficiencia-hidrica-do-alentejo-regioes-hidrograficas-do-sado-e-mira-e-guadiana. Porque motivo este Plano é submetido a discussão pública e o PREHA não o foi?

Não foi dado o mesmo tratamento nem ao PREHA, nem aos demais estudos que suportaram o procedimento de definição da proposta de localização enumerados (mas não apresentados) no EIA, e devia tê-lo sido, em cumprimento do RJAAE.

Por conseguinte, devemos concluir que,

Ao longo de todo o procedimento de escolha de localização, nos vários estudos que foram apresentados, não existiu um único momento que permitisse a participação pública. Deste modo, também o défice de participação democrática determina a invalidade certa da eventual declaração de impacte ambiental que venha a ser emitida no âmbito do mesmo.

*

* *

Nestes termos, formulam-se as seguintes CONCLUSÕES:

1.ª - O PREHA apresentou a dessalinização como uma possível medida de reforço da produção de água e de redução de pressão dos recursos hídricos convencionais do Algarve. Uma sequência de estudos técnicos decidiram pela necessidade de uma estação dessalinizadora e avaliaram várias alternativas de localização para a mesma, tendo optado pela localização apresentada no EIA, que foi assumida no EIA como um dado adquirido e definitivo.

2.ª - O Projeto está indubitavelmente sujeito a AIA. O RJAIA aplica-se a todos os projetos suscetíveis de provocar impactes significativos no ambiente. O próprio EIA estabelece, com toda a clareza, que o Projeto em apreço, embora não se enquadre nas situações previstas do RJAIA, considera-se como suscetível de provocar um impacte significativo no ambiente em função da sua localização, dimensão ou natureza, de acordo com os critérios estabelecidos no Anexo III do RJAIA.

3.ª - Os planos cuja implementação possa enquadrar projetos suscetíveis de estarem sujeitos a AIA, bem como os respetivos estudos técnicos e económicos que os fundamentam, têm obrigatoriamente de ser submetidos a uma AAE. Sendo o Projeto em causa, claramente, sujeito a AIA, não se compreende a não existência de uma AAE dos Planos em que o Projeto se enquadra e que se destina a executar.

4.ª - Apesar de, materialmente, alguns dos estudos enumerados no EIA poderem coincidir com os que seriam elaborados no âmbito da AAE, não foi elaborada uma AAE em sentido próprio. O défice de legitimação de procedimentos determina a invalidade do estudo agora apresentado.

5.ª - Ao longo de todo o procedimento de escolha de localização, nos vários estudos que foram apresentados, não existiu um único momento que permitisse a participação pública. Deste

modo, também o défice de participação democrática determina a invalidade certa da eventual declaração de impacte ambiental que venha a ser emitida no âmbito do mesmo.

Em face do teor desta participação, para que a ponderação da mesma e a fundamentação de um eventual não acolhimento da pretensão que lhe subjaz seja feita em cumprimento integral da lei, deve a Comissão de Avaliação responder de forma clara, suficiente e congruente às seguintes questões (pelo menos):

1. Quanto ao Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve e ao Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Algarve:
    a. Foram sujeitos a consulta pública?
    b. Em caso negativo, porque não?
    c. Quais as diferenças entre os Planos Regionais de Eficiência Hídrica do Algarve e do Alentejo que justificam que o primeiro não tivesse sido submetido a consulta pública e o segundo esteja a sê-lo?
    d. O Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve prevê ou enquadra projetos que são suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente, nomeadamente os sujeitos a avaliação de impacte ambiental?
    e. Foram sujeitos a AAE, nos termos do RJAAE?
2. Pode-se considerar que foram cumpridos todos os procedimentos necessários em relação ao Projeto, nomeadamente relativos à escolha de localização?
3. O procedimento administrativo em que deve proceder-se à avaliação do impactes decorrentes da escolha da localização é o da avaliação e impacte ambiental ou o da avaliação ambiental estratégica?
4. Em que momento e em que procedimento, de acordo com a lei, deve disponibilizar-se ao público a fundamentação técnica, económica científica e política relativa à escolha da localização de um projeto, com o que acontece no caso em apreço?
5. Quais os fundamentos para afirmar que o procedimento de AIA deve ser promovido em termos que a localização do projeto já está escolhida?
6. Os estudos técnicos e económicos que fundamentam a escolha (já tomada) da localização, promovidos pela Águas de Portugal, pela Águas do Algarve e pela COBA, foram alguma vez disponibilizados ao público? E foram alguma vez submetidos a consulta pública? E integram ou não a documentação disponibilizada no presente procedimento de AIA?
7. Quais os factos, relacionados com a consulta do público, em que assenta a legitimidade procedimental e democrática da escolha da localização do Projeto?

NESTES TERMOS,

Requer-se a V. Exa. se digne:

a) Solicitar à proponente os esclarecimentos sobre se e em que termos que foi promovida a AAE dos planos e programas que enquadram a Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve;

b) Apreciar os termos em que o Projeto cumpre com o disposto no RJAAE;

c) Apreciar a presente participação em sede de consulta pública, analisando os seu teor e, em caso de não acolhimento da mesma, respondendo às questões colocadas em sede de cumprimento do dever de fundamentação expressa, clara, suficiente e congruente;

d) Decidir que a execução do Projeto depende da promoção de uma AAE relativamente aos planos e programas que o Projeto pretende executar e, com esse fundamento, emitir uma declaração de impacte ambiental desfavorável.

A REQUERENTE

SEACLIFF S.A.
Administrador

Número: E125684-202312-DCOM Data: 20/12/2023 Tipo: Carta Data de Registo: 20/12/2023

Ref.: Consulta Pública do projecto de **Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve**

Solicitamos o alargamento do prazo da Consulta Publica uma vez que os textos disponíveis não são claros e a informação pública não foi devidamente efetuada. E apresentamos desde já DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresentamos de seguida.

- Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, ao preço elevado da própria tecnologia e manutenção, o que fará **disparar o preço para o consumidor doméstico** da água, essencial à vida e à economia.
- **A eficácia deste projeto é reduzida**, e por isso injustificável nos impactos que implica, uma vez que o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores.
- Os **impactes negativos deste projeto estão desvalorizados**. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis fosseis e os problemas relativos à deposição/ dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas contaminadas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo.
- **A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água**, pelo que **não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais** - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como **eventual** a analisar no longo prazo depois de cumpridas outras opções prioritárias como são a **reutilização** e a **contenção** de perdas.
- **A construção da Estação de Dessalinização não cumpre as Diretrizes da União Europeia,** porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, **e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)»** do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, **nomeadamente** em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, **não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares** .
- E no que respeita à **Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade:** Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma **região de risco máximo elevado** pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso.

Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelo que junto o meu nome a esta peticão.

Nome [redacted] Localidade [redacted] Cartão de Cidadão [redacted]

Nome Helena Mª Gonçalves R. Dosário Localidade Loulé Cartão de Cidadão NIF 126 800 162

Nome Miguel Coelho Localidade Moura Cartão de Cidadão 11641640

Nome Vera Coelho Localidade Santarém Cartão de Cidadão 11843619

Nome Mª GONÇALVES Localidade Loulé Cartão de Cidadão 112230654

Nome Pedro Mendonça Localidade Loulé Cartão de Cidadão 06905960

Nome	Localidade	Cartão de Cidadão
Paulo E.M. Madeira	Tavira	07861352
Paula Dias	Faro	08110820
Catherine Pasquier	Loulé	31653618
Robertus Potting	Loulé	residencia 089411
Isabel Pires	LOULÉ	9962714
FERNANDO MAGALHÃES	FARO	1767016
JOANA MAGALHÃES	FARO	12160832
Ana Lúcia Luz e Brito Correia	Faro	05617093
Joana Apolónio	Olhão	[redacted] 13291353
Célia Apolónio	Olhão	06313778
Rita F. Roque Viegas	Faro	02222139
PAULA DIOGO	LISBOA	16583506
VÍTOR PEREIRA	OLHÃO	10796423
Claudia Gestinhuo	Olhão	15500824
FRANS Wijnveld	BOLIQUEIME	284161446
Marco Telesfeiro	Faro	12431512

Número: E125684-202312-DCOM Data: 20/12/2023 Tipo: Carta Data de Registo: 20/12/2023

Ref.: Consulta Pública do projecto de **Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve**

Solicitamos o alargamento do prazo da Consulta Publica uma vez que os textos disponíveis não são claros e a informação pública não foi devidamente efetuada. E apresentamos desde já DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresentamos de seguida.

- Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, ao preço elevado da própria tecnologia e manutenção, o que fará **disparar o preço para o consumidor doméstico** da água, essencial à vida e à economia.
- **A eficácia deste projeto é reduzida**, e por isso injustificável nos impactos que implica, uma vez que o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores.
- Os **impactes negativos deste projeto estão desvalorizados**. Há estudos cientificos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis fosseis e os problemas relativos à deposição/ dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas contaminadas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo.
- **A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água**, pelo que **não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais** - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como **eventual** a analisar no longo prazo depois de cumpridas outras opções prioritárias como são a **reutilização** e a **contenção** de perdas.
- **A construção da Estação de Dessalinização não cumpre as Diretrizes da União Europeia,** porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, **e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)»** do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, **nomeadamente** em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, **não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares** .
- E no que respeita à **Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade:** Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma **região de risco máximo elevado** pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso.

Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelo que junto o meu nome a esta petição.

Nome Maria Julia Gonçalves Localidade Tavira Cartão de Cidadão 13057306 0

Nome [illegible] Localidade Loulé Cartão de Cidadão 07712720

Nome Susana Caminho Localidade Quarteira ~~Cartão de Cidadão~~ nif: 223003050.

Nome Sónia do Santos Localidade Loulé Cartão de Cidadão 221614699

Nome Maria Alice Martins Localidade Loulé Cartão de Cidadão

Nome Luciano M. Seminário Localidade Loulé ~~Cartão de Cidadão~~ nif: 109139575

Número: E125684-202312-DCOM Data: 20/12/2023 Tipo: Carta Data de Registo: 20/12/2023

Nome	Florence Ramos	Localidade	Loulé	Cartão de Cidadão	09612805
Nome	Elvira Modrmo	Localidade	Loulé	Cartão de Cidadão	13284521
Nome	Katerina Naumyanik	Localidade	Loulé	Cartão de Cidadão	26695023
Nome	Rita Quintas	Localidade	Loulé	nif ~~Cartão de Cidadão~~	235854310
Nome	Marcio Fraguedes	Localidade	Loulé	nif ~~Cartão de Cidadão~~	208715010
Nome	Joas Prado	Localidade	Loulé	nif Cartão de Cidadão	303077204
Nome	Sara Gonçalves	Localidade	Loulé	nif ~~Cartão de Cidadão~~	272608394
Nome	Lanna Bykova	Localidade	Loulé	nif ~~Cartão de Cidadão~~	246341874
Nome	MARGARIDA LAMPREIA	Localidade	Loulé	nif Cartão de Cidadão	191295060
Nome	MELENA VIEGAS	Localidade	Loulé	nif Cartão de Cidadão	266958079
Nome	Tiago [illegible]	Localidade	Loulé	Cartão de Cidadão	119 18 198
Nome	Charlie Discont	Localidade	Loulé	nif ~~Cartão de Cidadão~~	250 322 641
Nome	Stefan Cavelli	Localidade	Loulé	Cartão de Cidadão	268 000 119
Nome	Inês Nascimento	Localidade	Quarteira	nif ~~Cartão de Cidadão~~	264004680
Nome	Michelle Marum	Localidade	Quarteira	nif ~~Cartão de Cidadão~~	192860853
Nome	Bruno Olivato	Localidade	Quarteira	nif ~~Cartão de Cidadão~~	276168453
Nome	Ana Carvalho	Localidade	Loulé	nif ~~Cartão de Cidadão~~	141206438
Nome	Antonio M Angelino	Localidade	Loulé	nif ~~Cartão de Cidadão~~	117065625
Nome	Vasco Lopes	Localidade	Loulé	nif ~~Cartão de Cidadão~~	100282229
Nome	Teresa Delfino	Localidade	Loulé	Cartão de Cidadão	9804778
Nome	Ana Jesus	Localidade	Loulé	nif Cartão de Cidadão	233871926
Nome	Fabio Sousa Jesus	Localidade	Olhão	Cartão de Cidadão	13760260
Nome	Rute Colaço	Localidade	Faro	Cartão de Cidadão	11076295
Nome	M António Guerreiro	Localidade	Loulé	Cartão de Cidadão	172299847
Nome	José Guerreiro	Localidade	Loulé	nif ~~Cartão de Cidadão~~	158478681
Nome	Ana Maria Walker	Localidade	Loulé	nif ~~Cartão de Cidadão~~	
Nome	Carlos Guerreiro	Localidade	Salir	nif ~~Cartão de Cidadão~~	103367098
Nome	Margarida Farrajota	Localidade	Loulé	Cartão de Cidadão	01856952
Nome	Maria Matias	Localidade	Loulé	nif Cartão de Cidadão	220771152
Nome	Nelson Martins	Localidade	Loulé	nif ~~Cartão de Cidadão~~	186784813
Nome	Daniel [illegible]	Localidade	Faro	Cartão de Cidadão	12707157
Nome	Carlos Santos	Localidade	Quarteira	Cartão de Cidadão	10013351
Nome	Fabio Santos	Localidade	Loulé	Cartão de Cidadão	11372756
Nome	João Apolonia	Localidade	Loulé	Cartão de Cidadão	11941955
Nome	Filipa Tomas	Localidade	Loulé	Cartão de Cidadão	08421950
Nome	Clara Martins	Localidade	Salir	Cartão de Cidadão	08084145
Nome	Marisa Matias	Localidade	Salir	Cartão de Cidadão	13495004

Número: E126344-202312-DCOM Data: 21/12/2023 Tipo: Carta Data de Registo: 21/12/2023

DCOM

Ref.: Consulta Pública do projecto de **Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve**

Solicitamos o alargamento do prazo da Consulta Publica uma vez que os textos disponíveis não são claros e a informação pública não foi devidamente efetuada. E apresentamos desde já DISCORDÂNCIA com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresentamos de seguida.

- Não assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa público-privada, ao preço elevado da própria tecnologia e manutenção, o que fará **disparar o preço para o consumidor doméstico** da água, essencial à vida e à economia.
- **A eficácia deste projeto é reduzida**, e por isso injustificável nos impactos que implica, uma vez que o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora apenas responderá às necessidades anuais de cerca de 100.000 consumidores.
- Os **impactes negativos deste projeto estão desvalorizados**. Há estudos científicos e técnicos relativos aos impactos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o elevado consumo de combustíveis fosseis e os problemas relativos à deposição/ dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas contaminadas. A qualidade da água marinha vai diminuir, impactando a vida marinha e as praias algarvias e assim, indiretamente, as pescas e o turismo.
- **A concretização do projecto não está alinhado com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água**, pelo que **não resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais** - é incoerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que não é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como **eventual** a analisar no longo prazo depois de cumpridas outras opções prioritárias como são a **reutilização** e a **contenção** de perdas.
- **A construção da Estação de Dessalinização não cumpre as Diretrizes da União Europeia**, porque não promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, **e não respeita o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)»** do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, **nomeadamente** em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, **não considerando a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), nem a da Directiva das águas balneares** .
- E no que respeita à **Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade:** Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma **região de risco máximo elevado** pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento perigoso.

Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo OPOSIÇÃO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelo que junto o meu nome a esta peticão.

Nome	Silvia Martins	Localidade	Faro	Cartão de Cidadão	19182568
Nome	José Manuel Santos	Localidade	Quarteira	Cartão de Cidadão	11706544
Nome	Mark James	Localidade	Loulé	Cartão de Cidadão	213436590
Nome	Ricardo P Pinto	Localidade	Loulé	Cartão de Cidadão	15719936
Nome	Maria Arlete Brenum	Localidade	Loulé	Cartão de Cidadão	05626063
Nome	Nº Lurdes Martins	Localidade	Loulé	Cartão de Cidadão	05137807

Nome	Localidade	Cartão de Cidadão
Manuel Gra Martins	Loulé	05108259
Suzete Santos	S. Brás	10149158
Nélson A. Pedro	Loulé	10371419
Raquel Vde Jesus	Loulé	12508499
Ana M Silva	Loulé	12677991
Mª Ivone A Pedro	Loulé	04671304
Antº Conceição Pedro	Loulé	05358598
Rosário López	Loulé	NIF 265012465
Jacob van Hellemond	Loulé	NIF 125573588
Mª Fernanda F Cruz	Quarteira	08038279
Diana Hvan Hellemond	Loulé	12720019
Pedro Faustino	Faro	13014217
Cristina Silva	Loulé	13055330
Susana M. Leal	Loulé	10866110
Adriana Plomp	Boliqueime	NIF 272190691
Helene Plomp	Boliqueime	NIF 272190462
Andrea S Contreiras	Parragil	13170804
Alize S. Contreiras	Parragil	13170803
Soraia Arvela	Quarteira	13593252
Filipa Palma	Loulé	13234069
Luis Custódio	Faro	12075152
Emilie Cavaco	Loulé	12743959
Joseph Viegas	Olhão	14597038
Gabriel H. Luís	Parragil	15893162
Ana Mª S. Luís	Parragil	06079146
Claudia Martins	Loulé	13292580
Rebeca Oliveira	Loulé	13245613
Denise Faustino	Olhão	05561551
Idelberto Faustino	Olhão	02331011
Teresa Henriques	Portimão	7894041
Sara Arvela	Quarteira	14243873
Pedro Alexandre	Porto	14041182
Daniela Henriques	Quarteira	30387653
Rui Henriques	Quarteira	9288914
Claudete Henriques	Quarteira	10089367
Raquel Henriques	Quarteira	15920054
Susana Apolónio	Olhão	13250405

- os dados pessoais listados são utilizados apenas para o proposito desta consulta publica -

Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

Nome José Luís Espinha M.Net, CC ou NIF 248534416, Email ou outro contacto 96M45156, venho manifestar a minha **TOTAL CONCORDÂNCIA** com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida.

- Assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa reputada, que será justamente compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços moderados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará **diminuir o preço para o consumidor doméstico** desse bem essencial à vida que é a água.
- **A eficácia deste projeto é elevada**, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora responderá cabalmente às necessidades anuais de cerca de 1.000.000 consumidores.
- Os **impactes positivos deste projeto estão desvalorizados**. Há estudos científicos e técnicos relativos aos reduzidos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o reduzido consumo de combustíveis e à não existência de problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai aumentar, impactando positivamente a vida marinha e as praias algarvias e assim, diretamente, as pescas e o turismo.
- **A concretização do projecto está alinhada com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água**, pelo que **resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais** - é coerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo.
- **A construção da Estação de Dessalinização está alinhada com Diretrizes da União Europeia,** porque promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, **e respeita cabalmente o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)»** do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados**, nomeadamente** em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, **considerando assim a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), e a Directiva das águas balneares** .
- E no que respeita à **Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade:** Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma **região de risco mínimo** pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento altamente louvável.

Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha TOTAL CONCORDÂNCIA E APOIO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

Nome Alexandrino Correia Bento, CC ou NIF 10740069 3, Email ou outro contacto 966673583, venho manifestar a minha **TOTAL CONCORDÂNCIA** com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida.

- Assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa reputada, que será justamente compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços moderados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará **diminuir o preço para o consumidor doméstico** desse bem essencial à vida que é a água.
- **A eficácia deste projeto é elevada**, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora responderá cabalmente às necessidades anuais de cerca de 1.000.000 consumidores.
- Os **impactes positivos deste projeto estão desvalorizados**. Há estudos científicos e técnicos relativos aos reduzidos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o reduzido consumo de combustíveis e à não existência de problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai aumentar, impactando positivamente a vida marinha e as praias algarvias e assim, diretamente, as pescas e o turismo.
- **A concretização do projecto está alinhada com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água**, pelo que **resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais** - é coerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo.
- **A construção da Estação de Dessalinização está alinhada com Diretrizes da União Europeia,** porque promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, **e respeita cabalmente o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)»** do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, **nomeadamente** em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, **considerando assim a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), e a Directiva das águas balneares** .
- E no que respeita à **Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade:** Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma **região de risco mínimo** pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento altamente louvável.

Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha TOTAL CONCORDÂNCIA E APOIO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Alexandrino Correia Bento

Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

Nome Maria de Fátima Neto, CC ou NIF 153799153, Email ou outro contacto 914274193, venho manifestar a minha **TOTAL CONCORDÂNCIA** com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida.

- Assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa reputada, que será justamente compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços moderados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará **diminuir o preço para o consumidor doméstico** desse bem essencial à vida que é a água.
- **A eficácia deste projeto é elevada**, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora responderá cabalmente às necessidades anuais de cerca de 1.000.000 consumidores.
- Os **impactes positivos deste projeto estão desvalorizados**. Há estudos científicos e técnicos relativos aos reduzidos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o reduzido consumo de combustíveis e à não existência de problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai aumentar, impactando positivamente a vida marinha e as praias algarvias e assim, diretamente, as pescas e o turismo.
- **A concretização do projecto está alinhada com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água**, pelo que **resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais** - é coerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo.
- **A construção da Estação de Dessalinização está alinhada com Diretrizes da União Europeia,** porque promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, **e respeita cabalmente o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)»** do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados**, nomeadamente** em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, **considerando assim a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), e a Directiva das águas balneares** .
- E no que respeita à **Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade:** Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma **região de risco mínimo** pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento altamente louvável.

Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha TOTAL CONCORDÂNCIA E APOIO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

Nome Armando Jesus Dias, CC ou NIF 194991563, Email ou outro contacto 916125633, venho manifestar a minha **TOTAL CONCORDÂNCIA** com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida.

- Assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa reputada, que será justamente compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços moderados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará **diminuir o preço para o consumidor doméstico** desse bem essencial à vida que é a água.
- **A eficácia deste projeto é elevada**, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora responderá cabalmente às necessidades anuais de cerca de 1.000.000 consumidores.
- Os **impactes positivos deste projeto estão desvalorizados**. Há estudos científicos e técnicos relativos aos reduzidos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o reduzido consumo de combustíveis e à não existência de problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai aumentar, impactando positivamente a vida marinha e as praias algarvias e assim, diretamente, as pescas e o turismo.
- **A concretização do projecto está alinhada com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água**, pelo que **resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais** - é coerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo.
- **A construção da Estação de Dessalinização está alinhada com Diretrizes da União Europeia,** porque promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, **e respeita cabalmente o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)»** do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, **nomeadamente** em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, **considerando assim a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), e a Directiva das águas balneares** .
- E no que respeita à **Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade:** Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma **região de risco mínimo** pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento altamente louvável.

Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha TOTAL CONCORDÂNCIA E APOIO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

Nome .....Sonia Reis....., CC ou NIF .....186732350....., Email ou outro contacto .....963063706..... venho manifestar a minha **TOTAL CONCORDÂNCIA** com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida.

- Assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa reputada, que será justamente compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços moderados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará **diminuir o preço para o consumidor doméstico** desse bem essencial à vida que é a água.
- **A eficácia deste projeto é elevada**, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora responderá cabalmente às necessidades anuais de cerca de 1.000.000 consumidores.
- Os **impactes positivos deste projeto estão desvalorizados**. Há estudos científicos e técnicos relativos aos reduzidos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o reduzido consumo de combustíveis e à não existência de problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai aumentar, impactando positivamente a vida marinha e as praias algarvias e assim, diretamente, as pescas e o turismo.
- **A concretização do projecto está alinhada com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água**, pelo que **resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais** - é coerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo.
- **A construção da Estação de Dessalinização está alinhada com Diretrizes da União Europeia,** porque promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, **e respeita cabalmente o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)»** do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados**, nomeadamente** em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, **considerando assim a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), e a Directiva das águas balneares** .
- E no que respeita à **Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade:** Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma **região de risco mínimo** pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento altamente louvável.

Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha TOTAL CONCORDÂNCIA E APOIO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

Nome ...João António de Sousa Vieira..., CC ou NIF ...176835644..., Email ou outro contacto ...91848719... venho manifestar a minha **TOTAL CONCORDÂNCIA** com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida.

- Assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa reputada, que será justamente compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços moderados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará **diminuir o preço para o consumidor doméstico** desse bem essencial à vida que é a água.
- **A eficácia deste projeto é elevada**, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora responderá cabalmente às necessidades anuais de cerca de 1.000.000 consumidores.
- Os **impactes positivos deste projeto estão desvalorizados**. Há estudos científicos e técnicos relativos aos reduzidos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o reduzido consumo de combustíveis e à não existência de problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai aumentar, impactando positivamente a vida marinha e as praias algarvias e assim, diretamente, as pescas e o turismo.
- **A concretização do projecto está alinhada com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água**, pelo que **resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais** - é coerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo.
- **A construção da Estação de Dessalinização está alinhada com Diretrizes da União Europeia,** porque promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, **e respeita cabalmente o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)»** do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, **nomeadamente** em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, **considerando assim a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), e a Directiva das águas balneares** .
- E no que respeita à **Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade:** Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma **região de risco mínimo** pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento altamente louvável.

Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha TOTAL CONCORDÂNCIA E APOIO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

969100609 Nome Joaquim Justo Alexandre, CC ou NIF 149 121 288, Email ou outro contacto ~~[illegible]~~, venho manifestar a minha **TOTAL CONCORDÂNCIA** com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida.

- Assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa reputada, que será justamente compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços moderados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará **diminuir o preço para o consumidor doméstico** desse bem essencial à vida que é a água.
- **A eficácia deste projeto é elevada**, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora responderá cabalmente às necessidades anuais de cerca de 1.000.000 consumidores.
- Os **impactes positivos deste projeto estão desvalorizados**. Há estudos científicos e técnicos relativos aos reduzidos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o reduzido consumo de combustíveis e à não existência de problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai aumentar, impactando positivamente a vida marinha e as praias algarvias e assim, diretamente, as pescas e o turismo.
- **A concretização do projecto está alinhada com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água**, pelo que **resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais** - é coerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo.
- **A construção da Estação de Dessalinização está alinhada com Diretrizes da União Europeia,** porque promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, **e respeita cabalmente o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)»** do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados**, nomeadamente** em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, **considerando assim a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), e a Directiva das águas balneares** .
- E no que respeita à **Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade:** Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma **região de risco mínimo** pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento altamente louvável.

Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha TOTAL CONCORDÂNCIA E APOIO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

Nome Telmo S. Luz, CC ou NIF 244841250, Email ou outro contacto 966670220, venho manifestar a minha **TOTAL CONCORDÂNCIA** com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida.

- Assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa reputada, que será justamente compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços moderados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará **diminuir o preço para o consumidor doméstico** desse bem essencial à vida que é a água.
- **A eficácia deste projeto é elevada**, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora responderá cabalmente às necessidades anuais de cerca de 1.000.000 consumidores.
- Os **impactes positivos deste projeto estão desvalorizados**. Há estudos científicos e técnicos relativos aos reduzidos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o reduzido consumo de combustíveis e à não existência de problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai aumentar, impactando positivamente a vida marinha e as praias algarvias e assim, diretamente, as pescas e o turismo.
- **A concretização do projecto está alinhada com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água**, pelo que **resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais** - é coerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo.
- **A construção da Estação de Dessalinização está alinhada com Diretrizes da União Europeia,** porque promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, **e respeita cabalmente o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)»** do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, **nomeadamente** em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, **considerando assim a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), e a Directiva das águas balneares** .
- E no que respeita à **Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade:** Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma **região de risco mínimo** pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento altamente louvável.

Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha TOTAL CONCORDÂNCIA E APOIO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

Nome António J. G. SERAFIM, CC ou NIF 185640168, Email ou outro contacto 968034333 venho manifestar a minha **TOTAL CONCORDÂNCIA** com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida.

- Assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa reputada, que será justamente compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços moderados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará **diminuir o preço para o consumidor doméstico** desse bem essencial à vida que é a água.
- **A eficácia deste projeto é elevada**, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora responderá cabalmente às necessidades anuais de cerca de 1.000.000 consumidores.
- Os **impactes positivos deste projeto estão desvalorizados**. Há estudos científicos e técnicos relativos aos reduzidos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o reduzido consumo de combustíveis e à não existência de problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai aumentar, impactando positivamente a vida marinha e as praias algarvias e assim, diretamente, as pescas e o turismo.
- **A concretização do projecto está alinhada com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água**, pelo que **resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais** - é coerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo.
- **A construção da Estação de Dessalinização está alinhada com Diretrizes da União Europeia,** porque promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, **e respeita cabalmente o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)»** do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados**, nomeadamente** em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, **considerando assim a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), e a Directiva das águas balneares** .
- E no que respeita à **Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade:** Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma **região de risco mínimo** pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento altamente louvável.

Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha TOTAL CONCORDÂNCIA E APOIO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

Nome Filipe Gregório Raposo, CC ou NIF 125834500, Email ou outro contacto 919517588, venho manifestar a minha **TOTAL CONCORDÂNCIA** com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida.

- Assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa reputada, que será justamente compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços moderados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará **diminuir o preço para o consumidor doméstico** desse bem essencial à vida que é a água.
- **A eficácia deste projeto é elevada**, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora responderá cabalmente às necessidades anuais de cerca de 1.000.000 consumidores.
- Os **impactes positivos deste projeto estão desvalorizados**. Há estudos científicos e técnicos relativos aos reduzidos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o reduzido consumo de combustíveis e à não existência de problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai aumentar, impactando positivamente a vida marinha e as praias algarvias e assim, diretamente, as pescas e o turismo.
- **A concretização do projecto está alinhada com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água**, pelo que **resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais** - é coerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo.
- **A construção da Estação de Dessalinização está alinhada com Diretrizes da União Europeia,** porque promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, **e respeita cabalmente o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)»** do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados**, nomeadamente** em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, **considerando assim a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), e a Directiva das águas balneares** .
- E no que respeita à **Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade:** Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma **região de risco mínimo** pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento altamente louvável.

Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha TOTAL CONCORDÂNCIA E APOIO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

Nome ....Olando E. Tavares...., CC ou NIF ....12139382 x...., Email ou outro contacto ....927207369...., venho manifestar a minha **TOTAL CONCORDÂNCIA** com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida.

- Assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa reputada, que será justamente compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços moderados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará **diminuir o preço para o consumidor doméstico** desse bem essencial à vida que é a água.
- **A eficácia deste projeto é elevada**, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora responderá cabalmente às necessidades anuais de cerca de 1.000.000 consumidores.
- Os **impactes positivos deste projeto estão desvalorizados**. Há estudos científicos e técnicos relativos aos reduzidos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o reduzido consumo de combustíveis e à não existência de problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai aumentar, impactando positivamente a vida marinha e as praias algarvias e assim, diretamente, as pescas e o turismo.
- **A concretização do projecto está alinhada com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água**, pelo que **resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais** - é coerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo.
- **A construção da Estação de Dessalinização está alinhada com Diretrizes da União Europeia,** porque promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, **e respeita cabalmente o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)»** do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados**, nomeadamente** em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, **considerando assim a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), e a Directiva das águas balneares** .
- E no que respeita à **Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade:** Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma **região de risco mínimo** pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento altamente louvável.

Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha TOTAL CONCORDÂNCIA E APOIO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

Nome ...Susana Afonso..., CC ou NIF ...241642361..., Email ou outro contacto ...924022854 venho manifestar a minha **TOTAL CONCORDÂNCIA** com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida.

- Assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa reputada, que será justamente compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços moderados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará **diminuir o preço para o consumidor doméstico** desse bem essencial à vida que é a água.
- **A eficácia deste projeto é elevada**, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora responderá cabalmente às necessidades anuais de cerca de 1.000.000 consumidores.
- Os **impactes positivos deste projeto estão desvalorizados**. Há estudos científicos e técnicos relativos aos reduzidos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o reduzido consumo de combustíveis e à não existência de problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai aumentar, impactando positivamente a vida marinha e as praias algarvias e assim, diretamente, as pescas e o turismo.
- **A concretização do projecto está alinhada com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água**, pelo que **resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais** - é coerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC), pelo que é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo.
- **A construção da Estação de Dessalinização está alinhada com Diretrizes da União Europeia,** porque promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, **e respeita cabalmente o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)»** do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, **nomeadamente** em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, **considerando assim a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), e a Directiva das águas balneares** .
- E no que respeita à **Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade:** Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma **região de risco mínimo** pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento altamente louvável.

Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha TOTAL CONCORDÂNCIA E APOIO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

Nome Antónia Cabeda, CC ou NIF 22 395 75 98, Email ou outro contacto 96 72 55 524, venho manifestar a minha **TOTAL CONCORDÂNCIA** com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida.

- Assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa reputada, que será justamente compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços moderados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará **diminuir o preço para o consumidor doméstico** desse bem essencial à vida que é a água.
- **A eficácia deste projeto é elevada**, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora responderá cabalmente às necessidades anuais de cerca de 1.000.000 consumidores.
- Os **impactes positivos deste projeto estão desvalorizados**. Há estudos científicos e técnicos relativos aos reduzidos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o reduzido consumo de combustíveis e à não existência de problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai aumentar, impactando positivamente a vida marinha e as praias algarvias e assim, diretamente, as pescas e o turismo.
- **A concretização do projecto está alinhada com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água**, pelo que **resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais** - é coerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo.
- **A construção da Estação de Dessalinização está alinhada com Diretrizes da União Europeia,** porque promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, **e respeita cabalmente o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)»** do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, **nomeadamente** em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, **considerando assim a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), e a Directiva das águas balneares** .
- E no que respeita à **Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade:** Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma **região de risco mínimo** pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento altamente louvável.

Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha TOTAL CONCORDÂNCIA E APOIO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

Nome Maria de Fátima Neto, CC ou NIF 153799153, Email ou outro contacto 914274193, venho manifestar a minha **TOTAL CONCORDÂNCIA** com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida.

- Assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa reputada, que será justamente compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços moderados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará **diminuir o preço para o consumidor doméstico** desse bem essencial à vida que é a água.
- **A eficácia deste projeto é elevada**, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora responderá cabalmente às necessidades anuais de cerca de 1.000.000 consumidores.
- Os **impactes positivos deste projeto estão desvalorizados**. Há estudos científicos e técnicos relativos aos reduzidos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o reduzido consumo de combustíveis e à não existência de problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai aumentar, impactando positivamente a vida marinha e as praias algarvias e assim, diretamente, as pescas e o turismo.
- **A concretização do projecto está alinhada com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água**, pelo que **resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais** - é coerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo.
- **A construção da Estação de Dessalinização está alinhada com Diretrizes da União Europeia,** porque promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, **e respeita cabalmente o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)»** do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados**, nomeadamente** em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, **considerando assim a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), e a Directiva das águas balneares** .
- E no que respeita à **Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade:** Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma **região de risco mínimo** pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento altamente louvável.

Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha TOTAL CONCORDÂNCIA E APOIO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

Nome João Alberto Horta Serafim, CC ou NIF 145161250, Email ou outro contacto 926969840, venho manifestar a minha **TOTAL CONCORDÂNCIA** com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida.

- Assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa reputada, que será justamente compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços moderados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará **diminuir o preço para o consumidor doméstico** desse bem essencial à vida que é a água.
- **A eficácia deste projeto é elevada**, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora responderá cabalmente às necessidades anuais de cerca de 1.000.000 consumidores.
- Os **impactes positivos deste projeto estão desvalorizados**. Há estudos científicos e técnicos relativos aos reduzidos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o reduzido consumo de combustíveis e à não existência de problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai aumentar, impactando positivamente a vida marinha e as praias algarvias e assim, diretamente, as pescas e o turismo.
- **A concretização do projecto está alinhada com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água**, pelo que **resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais** - é coerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo.
- **A construção da Estação de Dessalinização está alinhada com Diretrizes da União Europeia,** porque promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, **e respeita cabalmente o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)»** do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados, **nomeadamente** em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, **considerando assim a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), e a Directiva das águas balneares** .
- E no que respeita à **Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade:** Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma **região de risco mínimo** pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento altamente louvável.

Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha TOTAL CONCORDÂNCIA E APOIO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

João Alberto Horta Serafim

Consulta Pública do projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve

Nome Rui Manuel Amaral de Almeida, NIF 113840519, Email rui.almeida@ist.utl.pt, venho manifestar a minha **TOTAL CONCORDÂNCIA** com o projecto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve pelos motivos que apresento de seguida.

- Assegura o acesso universal e equitativo à água potável, compromisso assumido por Portugal relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que será entregue a empresa reputada, que será justamente compensada sempre que não tenha necessidade de tratar e vender água, o que, aliado aos preços moderados da própria tecnologia e necessidade de manutenção, fará **diminuir o preço para o consumidor doméstico** desse bem essencial à vida que é a água.
- **A eficácia deste projeto é elevada**, pois o grande consumidor de água, no Algarve e no país, é agricultura (60% no Algarve) e a água da dessalinização destina-se ao consumo doméstico, sendo que, mesmo nesse caso, a água da dessalinizadora responderá cabalmente às necessidades anuais de cerca de 1.000.000 consumidores.
- Os **impactes positivos deste projeto estão desvalorizados**. Há estudos científicos e técnicos relativos aos reduzidos ambientais das centrais de dessalinização, com destaque para o reduzido consumo de combustíveis e à não existência de problemas relativos à deposição / dispersão no mar dos efluentes salinos e águas sujas. A qualidade da água marinha vai aumentar, impactando positivamente a vida marinha e as praias algarvias e assim, diretamente, as pescas e o turismo.
- **A concretização do projecto está alinhada com as diretrizes e os planos nacionais, que, aos vários níveis, visam melhorar a obtenção e gestão do recurso água**, pelo que **resolvem o problema da exiguidade dos recursos hídricos regionais** - é coerente com o Plano Nacional da Água (PNA) e Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA); bem como com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Cimáticas (ENAAC), pelo que é útil para uma eficaz transição climática - foi uma hipótese estudada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Algarve, que a admite como eventualmente a analisar no longo prazo.
- **A construção da Estação de Dessalinização está alinhada com Diretrizes da União Europeia,** porque promove a proteção das zonas costeiras e do mar do Algarve, **e respeita cabalmente o principio base de «não prejudicar significativamente (DNSH)»** do Regulamento (EU) dos financiamentos públicos e privados**, nomeadamente** em termos de proteção dos recursos marinhos, da biodiversidade e dos ecossistemas, **considerando assim a Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), e a Directiva das águas balneares** .
- E no que respeita à **Avaliação Nacional de Risco o Algarve está identificado nas Cartas de Susceptibilidade:** Destruição de Praias e Sistemas Dunares, Inundações e Galgamentos Costeiros como sendo uma **região de risco mínimo** pelo que a instalação de centrais de dessalinização representam um investimento altamente louvável.

Assim, e para os devidos efeitos, reafirmo a minha TOTAL CONCORDÂNCIA E APOIO ao projeto de Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Procedimentos para aceder ao Portal Participa

https://participa.pt/pt/consulta/estacao-de-dessalinizacao-de-agua-do-mar-do-algarve

A Participação deverá ser feita até ao dia 19 de Dezembro.

1. Aceda a **www.participa.pt**
2. Clique em "**Registo**" no canto superior direito. Registo
3. Clique em "**Individual**". Individual
4. Preencha o seu nome, endereço de email e escolha uma password.
IMPORTANTE: a password deve ter um mínimo de 12 caracteres, caso contrário não consegue continuar com o processo.
Confirme a sua password e seleccione o concelho da sua residência na caixa de "**Concelho**".
5. Vá para o canto esquerdo inferior e marque a caixa de "**Concordo**".

☑ Concordo com os Termos e Condições do Participa e com o processamento dos meus dados pessoais de acordo com a Política de Privacidade do portal Participa.

6. Clique em "**Submeter**" no canto inferior direito. Submeter
Feche a página.
7. Receberá imediatamente um email do Portal Participa. Abra-o e clique no link "**Ativação de Registo**".

9. Volte a digitar www.participa.pt no seu navegador e clique em "**Login**" no canto superior direito.

Login

10. Introduza o seu email e password.
11. Na caixa de pesquisa escreva "Dessalinização" e clique na lupa.

Dessalinização

12. Clique no título "Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve".
13. Depois clique em "**Participar**" no lado esquerdo, por baixo do texto. Participar
14. No "**Classificador**" selecione a opção "**Discordância**".

15. Deve escrever a sua participação no campo **"A minha participação"**. Se preferir pode optar por anexar um ficheiro com a sua participação. De qualquer modo, deve escrever sempre algo no campo "A minha participação".

A Participação na Consulta Pública pode ser enviada, em alternativa ao Portal Participa, à Agência Portuguesa do Ambiente, geral@apambiente.pt, **assunto: consulta pública - estação de dessalinização de água do mar do algarve.**

Exmo. Senhor
Presidente do Conselho Diretivo da
APA
Rua da Murgeira, 9/9A - Zambujal
Ap. 7585
2610-124 Amadora

Nossa refª/Our ref.: DSGCIG-DGeod **Of. Nº:** S-DGT/2023/9586 15-11-2023	**Sua refª/Your ref.:** E-mail de 31/10/2023 Ofício Circular S065166-202310-DCOM.DCA de 30/10/2023

Assunto: AIA 3667 - Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.

Relativamente ao assunto em epígrafe, e após apreciação efetuada sobre documentação disponibilizada no Portal Participa, temos a informar o seguinte:

1 - Rede Geodésica

Após análise da localização do Projeto "Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve", verificou-se que este não interfere com nenhum vértice geodésico pertencente à Rede Geodésica Nacional (RGN), nem nenhuma marca de nivelamento pertencente à Rede de Nivelamento Geométrico de Alta Precisão (RNGAP).

Sendo assim, este projeto não constitui impedimento para as atividades geodésicas desenvolvidas pela Direção-Geral do Território (DGT).

2 - Cartografia

A cartografia topográfica, vetorial ou imagem, nas escalas entre 1:1 000 e 1:10 000, e também na escala 1:25 000, deve ser homologada ou oficial, cf. preconizado no Decreto-Lei 193/95, de 28 de julho, na sua atual redação.

A utilização de cartografia topográfica sujeita a direitos de propriedade carece de autorização de utilização pela respetiva entidade.

3 - Limites Administrativos

A representação dos limites administrativos deve ser realizada recorrendo à Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) em vigor, disponível na página de internet da DGT.

4 - Conclusão

O parecer da DGT é favorável, no pressuposto do cumprimento do referido em 2. Cartografia e 3. Limites Administrativos

Com os melhores cumprimentos,

O Subdiretor-Geral, por delegação
conforme Despacho nº 5512/2019, de 20 de maio,
publicado no DR, II série nº 109, em 06/06/2019

Mário Sílvio Rochinha de Andrade Caetano
Assinado de forma digital por Mário Sílvio Rochinha de Andrade Caetano
Dados: 2023.11.20 11:25:52 Z

Mário Caetano